

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - MESTRADO  
Área de Concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade

DANIELA BARBOSA SOUSA

**TERRITÓRIO, DIREITO À CIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS:  
UM ESTUDO COM AS MULHERES LÍDERES DA OCUPAÇÃO URBANA DOM  
HÉLDER CÂMARA NA CIDADE DE PAIÇANDU - PR**

Apoio: CAPES

Maringá  
2025

DANIELA BARBOSA SOUSA

**TERRITÓRIO, DIREITO À CIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS:  
UM ESTUDO COM AS MULHERES LÍDERES DA OCUPAÇÃO URBANA DOM  
HÉLDER CÂMARA NA CIDADE DE PAIÇANDU - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá - PPA/UEM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora:  
Profa. Dra. Priscilla Borgonhoni Chagas

Apoio: CAPES

Maringá  
2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S725t

Sousa, Daniela Barbosa

Território, direito à cidade e movimentos sociais : um estudo com as mulheres líderes da ocupação urbana Dom Hélder Câmara na cidade de Paiçandu - PR / Daniela Barbosa Sousa. -- Maringá, PR, 2025.

184 f. : il. color., tabs., mapas

Orientadora: Profa. Dra. Priscilla Borgonhoni Chagas.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2025.

1. Direito à cidade. 2. Mulheres - Liderança - Ocupação urbana - Paiçandu (PR). 3. Território. 4. Ocupação urbana. 5. Movimentos sociais e moradia. I. Chagas, Priscilla Borgonhoni, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 658

Síntique Raquel de C. Eleutério - CRB 9/1641

## ATA DE DEFESA PÚBLICA

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, realizou-se, presencialmente e por videoconferência com os convidados externos, em conformidade com o Ato Executivo 004/2020-GRE e a Res. 003/2020-CEP, apresentação do Trabalho de Conclusão, sob o título: **“Território, direito à cidade e movimentos sociais: um estudo com as mulheres líderes da ocupação urbana Dom Hélder Câmara na cidade de Paiçandu - PR.”**, de autoria de **DANIELA BARBOSA SOUSA**, aluna(o) do Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado) – Área de Concentração: Organizações e Mercado. A Banca Examinadora esteve constituída pelos docentes: Dr<sup>a</sup> Priscilla Borgonhoni Chagas (presidente), Dr<sup>a</sup> Luiza Farnese Lana Sarayed-Din (membra examinadora externa – UFMG) e Dr<sup>a</sup> Josiane Silva de Oliveira (membra examinadora do PPA), Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a banca examinadora faz constar a(o) candidata(o) a condição de aprovado com correções (Aprovado / Aprovado com correções / Reformulação do trabalho / Reprovado) pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo coordenador e pelos membros da Banca Examinadora.

OBS: Esta ata não vale como certificado de conclusão do curso de pós-graduação em Administração. A obtenção da titulação de mestre em Administração está condicionada ao depósito da versão definitiva em PDF e não editável, com todas as correções feitas e atestadas pelo orientador, com a ficha catalográfica da BCE/UEM, no prazo máximo estabelecido no regimento do Programa, de acordo com a condição de aprovação.

EM TEMPO: Houve alteração no título da dissertação? Se sim, descrever aqui:

---

---

OBS: Em caso de “REFORMULAÇÃO DO TRABALHO”, haverá necessidade de nova defesa pública?

SIM;  NÃO

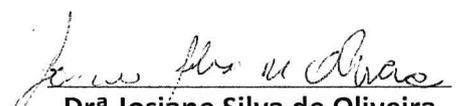
Maringá, 17 de março de 2025.



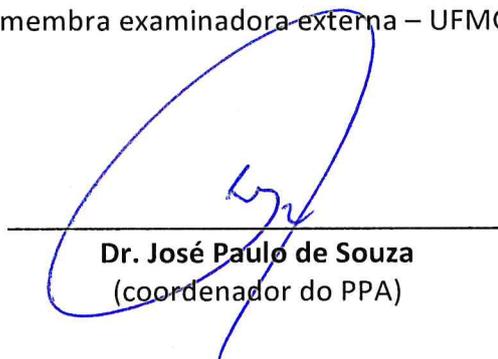
**Dr<sup>a</sup>. Priscilla Borgonhoni Chagas**  
(Presidente)



**Dr<sup>a</sup> Luiza Farnese Lana Sarayed-Din**  
(membra examinadora externa – UFMG)



**Dr<sup>a</sup> Josiane Silva de Oliveira**  
(membra examinadora do PPA)



**Dr. José Paulo de Souza**  
(coordenador do PPA)

*Com gratidão e amor, dedico esta dissertação  
aos meus pais e minha filha. Cada um, à sua maneira,  
desafiou as amarras invisíveis que historicamente  
confinam as mulheres, permitindo-me florescer e  
alcançar voos mais altos.*

## AGRADECIMENTOS

“A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito se alegra em Deus meu Salvador, [...] porque o Poderoso fez grandes coisas em meu favor. Santo é o seu nome!” (Lucas 1: 46, 47, 49). Quando olho para trás me encanto com o cuidado de Deus para comigo, nos mínimos detalhes tem direcionado meu caminho e me abençoado com inteligência. Sei que por mim mesma, não teria chegado aqui, mas graças a Deus, esse sonho se tornou realidade. Ele tem sido minha força e a razão da minha esperança! Obrigada, Senhor, por estar comigo e por se mostrar a mim durante essa jornada em todos os momentos.

Aos meus pais, Valdizan e Cláudia, que me acompanharam em mais uma etapa da minha caminhada acadêmica e prontamente se dedicaram a me auxiliar, seja com cuidado mas também participando ativamente desse processo, opinando sobre meus textos e ouvindo minhas reflexões. Em especial, agradeço à minha mãe, que esteve no campo de pesquisa junto comigo e muito contribuiu com seu olhar experiente e suas análises. Muito Obrigada!

À minha princesa Melissa, que mesmo tão pequena, muito contribuiu com seu amor e parceria, ao colaborar indo às aulas comigo, como nos momentos em que ficou ao meu lado me incentivando a terminar para brincar com ela. E todas as vezes que disse “*Você consegue!*” Obrigada por tornar esse percurso divertido, te amo, filha!

À minha orientadora, que com paciência, *expertise*, sugestões e direcionamentos foi refinando essa dissertação. Saiba que admiro muito você como pessoa e como profissional, como disse Paulo Freire: “*ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.*” E, foi assim que você me fez sentir. Desde o início quando acolheu a ideia de escrevermos um artigo, você demonstrou acolhimento e abriu espaço para que eu pudesse crescer. Muito Obrigada!

Às amigas que desenvolvi no mestrado, Valéria, que dividiu comigo muitas alegrias, tristezas, especialmente na nossa turma; além de viagens para eventos para apresentar trabalho. Formamos uma parceria forte, desde a salinha 12 e espero que sigamos partilhando muitas conquistas e publicações. E, Vanessa, que foi um apoio com as trocas de experiências de mestrado, nossas conversas, como também esteve comigo na primeira vez no campo de pesquisa. Muito Obrigada!

Às professoras Luiza Sarayed-Din e Josiane de Oliveira, pelos apontamentos e valiosas sugestões de melhorias, que me permitiram enxergar novas possibilidades para o desenvolvimento desta dissertação, e assim, expandir os horizontes com novos saberes. Muito Obrigada! Aproveito, também, para agradecer aos professores das disciplinas cursadas no PPA,

que muito me desafiaram a pensar fora da caixa, desde o primeiro semestre, com questionamentos e textos críticos que me propiciaram novas compreensões sobre a Administração. Muito Obrigada! Ao Bruhmer, por sua prontidão em sanar minhas dúvidas e servir um delicioso chá na salinha de estudo. Obrigada!

Às mulheres líderes da Ocupação Urbana Dom Helder Câmara, que em meio às suas demandas, me acolheram e confiaram a mim suas histórias de lutas e superações. Obrigada por tornarem possível a realização desta dissertação e me permitirem aprender tanto com suas experiências. Obrigada!

À equipe do Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá, especialmente aos que participaram do projeto da Universidade sem Fronteiras, intitulado “Cidades Inteligentes Democráticas: ativando agentes e mobilizando territórios”, representados pelos coordenadores professores Antonio Rafael Marchezan e Celene Tonella, aos demais pesquisadores e aos bolsistas. Se tem uma equipe de pesquisa profissional, multidisciplinar e comprometida são vocês! As reuniões, discussões de textos, de estratégias de ação, as entrevistas... tudo, foi essencial para a elaboração desta dissertação. Muito Obrigada por me acolherem e me proporcionarem grandes aprendizados!

À Comissão de Mulheres e Equidade de Gênero, do Cáritas, que me acolheram e dividimos bons momentos planejando e executando ações junto às mulheres da Ocupação Dom Helder Câmara. Saibam que seu trabalho faz a diferença! Obrigada!

À CAPES, que após um período de incertezas na área de educação no Brasil, financiou minha pesquisa, tornando possível a realização não apenas desta dissertação, mas a concretização de um sonho. Muito Obrigada!

*“Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que ri quando deve chorar  
E não vive, apenas aguenta*

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania de ter fé na vida. [...]”  
(Milton Nascimento)*

## RESUMO

O objetivo geral desta dissertação é compreender como ocorre o processo de territorialização das mulheres líderes na Ocupação Urbana Dom Helder Câmara, em Paiçandu/PR. Os objetivos específicos da pesquisa são: 1) Descrever a ocupação, especialmente como se deu o processo histórico para que os moradores ocupassem os prédios do conjunto habitacional abandonado; 2) Interpretar como as práticas das mulheres na ocupação Dom Helder Câmara contribuem para a construção de identidades coletivas e de pertencimento ao território; 3) Compreender como as mulheres territorializam a Ocupação Urbana Dom Helder Câmara por meio de suas experiências. Esta dissertação aporta-se em uma perspectiva decolonial e qualifica-se como qualitativa-descritiva, com coleta de experiências realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 6 mulheres que exercem cargos de liderança na Ocupação Urbana Dom Helder Câmara, sendo 2 coordenadores de torre, 2 líderes de limpeza de torre (sendo uma líder da pastoral) e 2 porteiras (sendo uma líder da pastoral). As entrevistas foram transcritas e analisadas de forma interpretativa, considerando-se as categorias: luta por moradia, territorialização, territorialidade e liderança por mulheres. Foram realizadas, ainda, observação não-participante e revisão de dados secundários. Com isso, dentre os principais resultados destaca-se que no processo histórico, o preconceito tem seu aporte não em relação ao espaço abandonado, que propiciava a criminalidade na região, mas sim, na possibilidade da conquista de moradia por pessoas em vulnerabilidade social. O que reflete as relações de poder presentes na cidade, que valorizam o enobrecimento do território em detrimento da função social da propriedade. O mutirão e o pagamento da taxa (territorialização) e, o idioma e os eventos (territorialidade), configuram de complementar aspectos de pertencimento social, inclusão e integração entre os membros da Ocupação, que resulta em uma identidade construída coletivamente, pautada na (re)tomada da consciência sobre seu espaço de vida e a possibilidade de moldá-lo conforme os seus mais profundos desejos. Por sua vez, as mulheres iniciam seu processo de apropriação do espaço desde o início da ocupação, com sua participação ativa que se materializa nos espaços como o Espaço de Vivência Infantil, a cozinha coletiva, a sala de leitura, a biblioteca, as atividades direcionadas para as crianças, como: aula de reforço, aula de música e aula de luta, o campo de futebol, os jardins, a decoração dos prédios e a sala de psicologia, que reforçam a autonomia libertária, na qual as mulheres estão envolvidas em uma recuperação coletiva do território, um território que adquire nesse contexto um caráter essencialmente emancipatório. Por fim, esta dissertação contribui com os estudos organizacionais ao apresentar uma discussão da cidade sob a perspectiva de gênero, sob um recorte decolonial, enaltecendo saberes e lutas de grupos historicamente subalternizados. Contribui também ao expor os territórios de resistência, onde os grupos oprimidos elaboram a partir de valores e princípios sociais de coletividade, solidariedade e autonomia, no qual as pessoas desenvolvem contra(poderes), onde a comunidade organizada vivencia, produz e efetiva seu direito à moradia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito à Cidade. Gênero. Mulheres. Território. Ocupação.

## ABSTRACT

The general aim of this dissertation is to understand how the process of territorialization of women leaders in the Dom Helder Câmara Urban Occupation in Paiçandu/PR takes place. The specific objectives of the research are: 1) To describe the occupation, especially how the historical process took place for the residents to occupy the buildings of the abandoned housing complex; 2) To interpret how the practices of the women in the Dom Helder Câmara occupation contribute to the construction of collective identities and belonging to the territory; 3) To understand how the women territorialize the Dom Helder Câmara Urban Occupation through their experiences. This dissertation is based on a decolonial perspective and qualifies as qualitative-descriptive. Experiences were collected through semi-structured interviews with 6 women who hold leadership positions in the Dom Helder Câmara Urban Occupation: 2 tower coordinators, 2 tower cleaning leaders (one of whom is a pastoral leader), and 2 gatekeepers (one of whom is a pastoral leader). The interviews were transcribed and analyzed in an interpretative way, considering the categories: struggle for housing, territorialization, territoriality and women leadership. Non-participant observation and a review of secondary data were also conducted. As a result, one of the main findings is that, in the historical process, prejudice is not rooted in the abandoned space that led to crime in the area, but in the ability of socially vulnerable people to obtain housing. This reflects the power relations present in the city, which value the ennoblement of territory over the social function of property. The joint effort and payment of the fee (territorialization) and the language and events (territoriality) complement aspects of social belonging, inclusion and integration among the members of the occupation, resulting in a collectively constructed identity based on the (re)awareness of their living space and the possibility of shaping it according to their deepest desires. For their part, the women begin their process of appropriation of the space from the very beginning of the occupation, with their active participation, which materializes in spaces such as the children's living room, the collective kitchen, the reading room, the library, activities for children such as: tutoring, music and wrestling classes, the soccer field, the gardens, the decoration of the buildings and the psychology room, which reinforce the libertarian autonomy, in which the women participate in a collective recovery of the territory, a territory that in this context acquires an essentially emancipatory character. Finally, this dissertation contributes to organizational studies by presenting a discussion of the city from a gender perspective, from a decolonial perspective, highlighting the knowledge and struggles of historically subalternized groups. It also contributes by revealing territories of resistance where oppressed groups elaborate on the basis of social values and principles of collectivity, solidarity and autonomy, where people develop counter-power, where the organized community experiences, produces and realizes its right to housing.

**KEYWORDS:** Right to the City. Gender. Women. Territory. Occupation.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Componentes do Direito à Cidade	45
Quadro 2	Componentes do Direito das Mulheres à Cidade	49
Quadro 3	Práticas Socioespaciais	59
Quadro 4	Eixos que envolvem as lutas e demandas dos movimentos sociais	63
Quadro 5	ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	66
Quadro 6	Nomes fictícios e significados atribuídos	92
Quadro 7	Categorias Interpretativas propostas	94
Quadro 8	Dados das Participantes da Pesquisa	119
Quadro 9	Referências Sociais e respectivas biografias	127
Quadro 10	Semelhanças e diferenças entre liderança por mulheres e por homens	138
Quadro 11	Desafios internos e externos relatados pelas mulheres líderes	144
Quadro 12	Perspectivas das líderes sobre como imaginam a Ocupação no futuro e sugestões de melhorias no presente	148

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Total de domicílios não ocupados no Brasil	65
Figura 2	Composição relativa, por faixa de renda do MCMV, do déficit habitacional, segundo regiões geográficas - Brasil - 2022	71
Figura 3	Primeiro encontro - auxílio com as crianças	81
Figura 4	Primeiro encontro - estante de livros na Sala de Vivência Infantil	81
Figura 5	Primeiro encontro - atividade com as mulheres	82
Figura 6	Primeiro encontro - janelas irregulares de uma das torres	83
Figura 7	Segundo encontro - Equipe Cáritas e Embelleze	84
Figura 8	Torre Residencial Dra Zilda Arns Neumann	84
Figura 9	Torre Residencial Marielle Franco	85
Figura 10	Terceiro encontro - Reflexão sobre Autoconfiança no Trabalho	86
Figura 11	Terceiro encontro - Exposição sobre as Leis Trabalhistas	86
Figura 12	Quarto encontro - Exposição sobre Empreendedorismo	87
Figura 13	Quarto encontro - Momento de Leitura com as crianças	88
Figura 14	Quinto encontro - Exposição sobre Violência Doméstica	89
Figura 15	Quinto encontro - Brincadeiras com as crianças	89
Figura 16	Arranjo Populacional (AP) inserido na Região Metropolitana de Maringá	97
Figura 17	Expansão do Município de Paiçandu (1948 a 2010)	98
Figura 18	Mapa de Vulnerabilidade do Município de Paiçandu	99
Figura 19	Mapa de Vulnerabilidade Social por Renda	100
Figura 20	Vulnerabilidade Social (VS)	100
Figura 21	Localização da Ocupação Dom Helder Câmara - Vista de cima	102
Figura 22	Vista lateral de uma das torres da Ocupação Dom Helder Câmara	103
Figura 23	Vista frontal da Ocupação Dom Helder Câmara	103
Figura 24	Faixa etária do entrevistado	103
Figura 25	Gênero do entrevistado	104
Figura 26	Entrevistada se considera chefe de família	104
Figura 27	Onde o entrevistado e sua família residiam	105
Figura 28	Nacionalidade do entrevistado	105
Figura 29	Grupo étnico do entrevistado	107
Figura 30	Início da Ocupação	108
Figura 31	Chegada das Famílias	108

Figura 32	Questão que melhor expressa sentimentos do entrevistado em relação à Ocupação	109
Figura 33	Avisos na recepção dos residenciais	110
Figura 34	Aviso na entrada do espaço de reuniões	111
Figura 35	Aviso sobre organização do espaço de reuniões	111
Figura 36	Se tem crianças e/ou adolescentes e se estão na escola	113
Figura 37	Motivos de crianças e adolescentes não estarem na escola	114
Figura 38	Linha do tempo dos principais acontecimentos da Ocupação Urbana Dom Helder Câmara	115
Figura 39	Nova identidade visual da Ocupação Dom Helder Câmara	117
Figura 40	Dia da Visita da Equipe de Reconciliação à Ocupação Dom Helder Câmara	117
Figura 41	Dia da Visita da Equipe de Reconciliação à Ocupação Dom Helder Câmara - Vista de Cima	118
Figura 42	Dois jardins entre torres	126
Figura 43	Mensagens motivacionais nas paredes das torres	126
Figura 44	Decoração na entrada de uma das torres	127
Figura 45	Mural com tabelas de pontuações por Torre	133
Figura 46	Vista do calçamento das ruas da Ocupação Dom Helder Câmara	149
Figura 47	Início da pintura das torres	150
Figura 48	Olhar de Valentine	151
Figura 49	Olhar de Leona	152
Figura 50	Perspectiva de Futuro de Leona	152
Figura 51	Orgulho de Leona	152
Figura 52	Momento de Leona	152
Figura 53	Símbolo da Resistência por Leona	152
Figura 54	Ambiente Agradável por Leona	153
Figura 55	Fim de tarde por Leona	153
Figura 56	Um novo dia por Joana	154
Figura 57	Alegria de Joana	154
Figura 58	O olhar de Amália	154
Figura 59	A luta por Sofia	155
Figura 60	Uma nova parede por Sofia	155
Figura 61	Mutirão por Sofia	155

Figura 62	Primeiro Olhar por Sofia	155
Figura 63	Determinação por Sofia	155
Figura 64	Uma nova entrada por Sofia	156
Figura 65	Fachada com flores por Sofia	156
Figura 66	Perspectiva de futuro por Sofia	156
Figura 67	Primeiros passos por Jéssica	156
Figura 68	O início de uma nova vida por Jéssica	156
Figura 69	Um novo lar por Jéssica	156
Figura 70	Agradecer por Jéssica	157

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Déficit habitacional por sexo do responsável pelo domicílio, segundo regiões geográficas - Brasil – 2022	70
Tabela 2	Nível educacional do entrevistado	107

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFD	<i>Agence Française de Développement</i>
ASV	Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo
CMNP	Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná
CMP	Central dos Movimentos Populares
CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores
EPCN	Economia, política, cultura e natureza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
FNL	Frente Nacional de Luta
FRML	Frente Revolucionária Mulheres de Luta
GAD	Gênero e Desenvolvimento
MMMO	Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea
MMA	Movimento das Mulheres do Alemão
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MST	Movimento dos Sem-Terra
MSTC	Movimento dos Sem-Teto do Centro
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NUMAPE	Núcleo Maria da Penha
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDR	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
VUNC	Valor, Unidade. Números e Comprometimento

## SUMÁRIO

<b>1. APROXIMAÇÃO INICIAL</b>	<b>20</b>
<b>2. PROPOSIÇÕES TEÓRICAS</b>	<b>28</b>
2.1. GÊNERO: UM OLHAR LATINO-AMERICANO	28
2.2. DIREITO À CIDADE: O DIREITO A TER DIREITOS	40
2.2.1 AS MULHERES E O DIREITO À CIDADE	46
2.3. REFLEXÕES SOBRE O TERRITÓRIO	51
2.4. MOVIMENTOS SOCIAIS	57
2.4.1 MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA: AS OCUPAÇÕES URBANAS	64
2.4.2 O DÉFICIT HABITACIONAL E A LUTA DAS MULHERES POR MORADIA EM OCUPAÇÕES URBANAS	69
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>78</b>
3.1. A ENTRADA NO CAMPO	79
3.2. COLETA DE EXPERIÊNCIAS DAS LÍDERES JUNTO AO CAMPO	90
3.3. INTERPRETAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE CAMPO	93
<b>4. APRESENTAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS</b>	<b>96</b>
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE PAIÇANDU	96
4.2. CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA DOM HELDER CÂMARA	101
4.3. TERRITORIALIZAÇÃO DAS MULHERES LÍDERES DA OCUPAÇÃO DOM HELDER CÂMARA	118
4.4. OLHARES DA RESISTÊNCIA: A FOTOGRAFIA COMO VOZ DAS MULHERES LÍDERES DA OCUPAÇÃO DOM HELDER CÂMARA	150
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>158</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>164</b>
<b>ANEXO I</b>	<b>180</b>
<b>ANEXO II</b>	<b>182</b>

## APRESENTAÇÃO

Como diz o jornalista brasileiro Airton Ortiz: “Somos o resultado dos livros que lemos, das viagens que fazemos e das pessoas que amamos.” Pensando bem, acredito que essa afirmação resume bem quem é a Daniela. Embora, devo admitir tamanha ousadia em impor a uma frase o resumo dessa jornada que é a mais difícil de relatar, mesmo após a escrita desta dissertação, falar de si mesma nunca foi e nunca será uma tarefa fácil.

Meu nome é Daniela Barbosa Sousa, tenho 28 anos, sou natural de Fortaleza, capital do Ceará. Logo que afirmo minha naturalidade, em seguida vem o choque. Se você, leitor, teve essa reação, não se preocupe, ela já não me assusta. Aos 7 anos, minha família se mudou para Belém/PA, onde cresci e me desenvolvi, às vezes digo que sou mais paraense do que cearense. Aos 16 anos, nos mudamos para Recife/PE, cidade que me proporcionou ricas experiências e descobertas. Nesse período, participei, durante 1 ano de um grupo da igreja que fazia ações sociais, estivemos em diferentes cidades nas seguintes capitais: João Pessoa/PB, Recife/PE, Fortaleza/CE e Natal/RN. Dentre as ações, realizamos atividades como distribuição de sopas e roupas para pessoas em situação de rua, assim como usuários de drogas nas praias; ações com as crianças em bairros em vulnerabilidade social e orfanatos; ações com idosos em lares; rodas de conversa com mulheres adultas e jovens, entre outras. Aos 19 anos, fui aprovada para o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e logo, iniciei como colunista para um *site* de Design e fiz a cobertura do Casa Cor São Paulo. Uma das matérias que mais me marcou foi entrevistar diretores de duas escolas de referência, uma em Recife/PE e outra em Jaboatão dos Guararapes (região metropolitana de Recife), realidades totalmente opostas, mas que demonstravam a luta e dedicação dos gestores em prol da educação.

Não concluí o curso de Jornalismo, pois novamente minha família se mudou, dessa vez fomos para Pelotas, no Rio Grande do Sul. Mas foi em 2019, que iniciei o curso de Administração na Universidade Federal de Pelotas, motivada pelo nascimento da minha filha, Melissa. Agora, como mãe solteira, busquei na Administração uma opção que me posicionasse no mercado de trabalho de forma rápida e eficaz. Esse foi um período difícil na minha vida, mas foi o momento crucial, o ponto de inflexão que me trouxe até hoje, graças ao cuidado de Deus guiando meu caminho (não tenho dúvidas), e meus pais, Valdizan e Cláudia, que me apoiaram solenemente e me impulsionaram a não desistir. Durante o curso, tive a oportunidade de participar de projetos de pesquisa, ensino e extensão; fiz parte da comissão de organização de eventos, participei de eventos com submissão de artigos em diferentes áreas, como marketing e gestão de pessoas e, fui monitora na disciplina de Metodologia de Pesquisa. Também trabalhei

como escrevente em um cartório de Registro de Imóveis, o que muito me instigou a refletir sobre a teoria e a prática do curso de Administração.

Concluí minha graduação em Administração, em 2023, e tenho muito orgulho dessa trajetória e de ter minha companheira Melissa, nesse caminho, me assistindo, me incentivando, me aplaudindo, mesmo tão pequena. Um versículo que gosto muito diz “*todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o Seu propósito*” (Romanos 8:28), e quando olho todas as mudanças e experiências alegres e tristes, percebo que todas cooperaram juntas para minha formação, para ampliar minha perspectiva de mundo e compor a Daniela mestranda.

Pois, ainda em 2023, fui aprovada para o Mestrado Acadêmico em Administração, no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (PPA/UEM), ou seja, mais uma mudança a vista. Eu e minha família, viemos para Maringá/PR, dar início a essa nova etapa. E, mesmo envolvida durante a graduação em diferentes áreas da Administração, minha orientadora, Professora Dra. Priscilla Borgonhoni Chagas, escolhida por Deus para me orientar, com paciência e um olhar sensível, me desafiou ao estudo da cidade nos estudos organizacionais, sob a perspectiva de gênero. Confesso, que no início, foi um tema que me assustou, por não fazer parte da minha experiência na administração, mas à medida que me aprofundei nas leituras propostas, fui me percebendo como mulher, parda, mãe solteira, pobre, residente em uma cidade que não é feita para mim. Cidade essa que nesse relato não tem cep. A cidade, substantivo feminino, mas que não é feita para as mulheres.

Ao olhar para trás, fui observando minhas vivências, sob outra perspectiva: as ruas escuras, o sair acompanhada, a forma de me vestir, as ruas que eu não conseguia transitar com o carrinho de bebê da minha filha, o fato de ser uma mãe solteira... Assim, desconstruí conceitos pré-concebidos e reconstruí meu olhar, permitindo-me ir ao campo como pesquisadora, sim, mas acima de tudo, como pessoa, para que eu pudesse fazer um relato humano, sensível e contar a história que por vezes é pautada na dor, a dor das mulheres.

Portanto, por meio deste breve relato autobiográfico, convido você, leitor e leitora, a conhecer o fazer cotidiano, a territorialização das mulheres líderes na Ocupação Dom Helder Câmara, em Paçandu/PR, sob a perspectiva das minhas escolhas enquanto pesquisadora em Administração e do olhar dessas mulheres protagonistas.

## APROXIMAÇÃO INICIAL

Ser mulher e escrever sobre as vivências da mulher na cidade é uma tentativa de expressar em linhas e páginas, um recorte do cotidiano. Porque ser mulher é mais do que a construção social que nos foi imposta. Por isso, a proposta é causar uma aproximação do leitor com o tema, e, logo questionar-se, por exemplo, qual o lugar da mulher na cidade? Ou mesmo, como mulher, como sou percebida no espaço urbano? Como minhas necessidades são atendidas no território da cidade?

Para responder às questões apresentadas, e a relação entre a mulher e a cidade, é imprescindível refletir, antes de tudo, sobre o que é ser mulher e o processo de construção do gênero. Esse entendimento resulta em uma aproximação com as vivências, experiências e comportamentos da mulher, a partir do contexto, tempo e espaço (Andrade; Nunes, 2020). Para isso, não se pode olvidar que a divisão sexual do trabalho, por vezes, tem sido um dos definidores de quais funções são “femininas” e “masculinas” na sociedade. Para Bourdieu (2007, p.17), esse processo acaba por se tornar natural e inevitável, incorporado nos corpos como “ordem natural das coisas”.

Concomitante a essa compreensão, o relato do pecado capital, remete a lógica de que a autonomia da mulher fora dada ao homem, no momento em que ela não domina seu desejo e come do fruto proibido. No século XVI e XVII, com a chamada caça às bruxas, observa-se uma tentativa de destruição do poder social das mulheres (Helene, 2019). Foi então usada uma gama de artifícios que relacionavam toda e qualquer prática das mulheres a uma forma de rebeldia, promiscuidade e aversão àquilo que se acreditava ser o papel da mulher, ou seja, o “do amor e do dever maternal” (Kergoat, 2003, p.57).

À mulher recai as qualificações de boa filha, mãe, esposa e viúva, que segundo Silvia Federici (2017, p.191), “ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos.” O que gerou dessa forma uma limitação do campo de atuação e até de ocupação da mulher. Um adendo é a noção de público e privado, exposta por Diana Helene (2019), no qual, o primeiro é espaço pertencente ao homem e o segundo a mulher, por representar abrigo, proteção e conter tudo de que precisa para sobrevivência.

O processo de urbanização, por conseguinte, constituído na base capitalista, visa favorecer a produção de bens, serviços e capitais e não, atividades ligadas a aspectos reprodutivos (Helene, 2019). Soma-se a isso ao “fato de os urbanistas, em geral homens,

desconhecerem as necessidades cotidianas ligadas às atividades reprodutivas” (Helene, 2019, p. 960). Dessa forma, questiona-se qual o lugar da mulher na cidade?

Segundo Santos (1996), o lugar é a dimensão espacial do cotidiano, compreende o território vivido e percebido, “é o cotidiano de cada indivíduo, de cada grupo social, de cada agente do espaço” (Queiroz, 2014, p. 159). Em paralelo, Lefebvre (2008), sob a perspectiva da produção do espaço urbano, afirma sob um olhar de lutas de classe, que esse é o lugar da dinâmica da vida, efetivadas por meio da re-produção das relações sociais. Para Lefebvre (2008, p. 73) “Ele [o cotidiano] se torna o plano sobre o qual se projetam os claros e os escuros, os vazios e os cheios, as forças e as fraquezas dessa sociedade. Forças políticas e formas sociais convergem nessa orientação: consolidar o cotidiano, estruturá-lo, torná-lo funcional”.

Lefebvre (2008), menciona que um dos componentes da tríade do espaço urbano é o espaço vivido, àquele que diz respeito aos habitantes e sua forma de se relacionar com o espaço como ‘usadores do mesmo.’ Santos (1996), assim como Lefebvre (2008), evidencia a realidade da mulher compreendida a esse espaço vivido, no qual ela estabelece sua vida cotidiana, a partir do seu caráter simbólico.

Ao pensar sobre a cidade, Lígia Casimiro (2021, p. 23), nos lembra que a cidade é um “espaço de convivência humana que promete o desenvolvimento social e econômico, o acesso ao lazer, à habitação, serviços e circulação livre”. No entanto, quando as mulheres, se percebem na cidade, não conseguem usufruir de tais promessas. O relatório da ActionAid (2017, p. 23), apresenta uma pesquisa realizada pela AFD (*Agence Française de Développement*), a qual revela que “o Brasil é o pior lugar da América Latina para as mulheres [...] sofrem diariamente com o machismo, assédio e violência sexual nos espaços públicos e privados.”

Com base no aporte histórico de repressão à mulher, há de se concordar com Mônica Capelle *et al.* (2004, p.3), que “as relações de gênero, portanto, são percebidas como mecanismos e práticas sociais que são instituídos e instituem ações e comportamentos” que resultam em uma “ordem social como produto da atividade humana”. A cidade se apresenta, dessa forma, como controladora dos corpos que habitam o espaço urbano (Lefebvre, 1973).

Partindo dessa premissa, praticamente todas as mulheres já vivenciaram algum constrangimento devido a sua presença na cidade. Surge, assim, a possibilidade de olhar a cidade como um lócus de insegurança, hostil (Andrade; Nunes, 2020) e voraz para a mulher, “pelo papel que a sociedade machista lhe impõe” (Casimiro, 2021, p. 27). Basta observar fatores como “iluminação precária e presença de áreas subutilizadas não-muradas ou de fácil acesso” (Andrade; Nunes, 2020, p. 6); “má qualidade do transporte público [...] falta de equipamentos públicos [...] como creches, escolas, posto de saúde e áreas de lazer e de convivência” (Franco;

Francisco; Tavares, 2017, p. 13); insegurança habitacional, ausência de serviços públicos e violência urbana (Andrade; Nunes, 2020; Helene, 2019).

À vista disso, Casimiro (2021, p.28) afirma que “para nós mulheres, a cidade é um território inóspito, não importa o cabedal de funções que tenhamos que desempenhar a serviço do capital.” Vale pontuar, mesmo que de modo implícito, sobre relações de poder estabelecidas sobre o território, em contextos que privilegiam o passado e o presente. Nessa perspectiva, quando Casimiro (2021) apropria-se da palavra *território*, induz a pensar além, a enxergar a cidade como um campo de apropriação do espaço urbano produzido (Carlos, 2015). E, o apropriar-se, é por vezes negado à mulher. Território, diz respeito a compreensão das relações de poder atuantes no espaço e que coordenam as relações sociais, logo a vida em sociedade. Ou seja, o território surge a partir da lógica de produção do espaço (Raffestin, 1993), da relação entre os agentes sociais.

Saraiva, Carrieri e Soares (2014, p. 108), contribuem ao afirmar que “territórios são espaços apropriados, de direito, contidos e legitimados, e controlados por um grupo ou uma instituição.” Conseqüentemente, a apropriação surge como dominação sobre o lugar. Para Souza (2012, p. 86) território é como “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade.” Por isso, quando se pensa em cidade, supõe-se um complexo de territórios. Conseqüentemente os diferentes usos do território, dão origem a processos de territorialização, relativos à capacidade das pessoas em transformar seu espaço social, atribuindo a ele significados e valores relativos a aspectos políticos, simbólicos, ideológicos, culturais e afetivos.

Por sua vez, a relação entre território e a cidade, se dá como configuração de um espaço de lutas pela sobrevivência. De modo a possibilitar “uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados que vivem nos distritos periféricos da cidade” (Schuhardt; Chagas, 2020, p.46), assim surge o conceito de direito à cidade. Lefebvre (2001) e, posteriormente, Harvey (2014), são os principais autores nos estudos sobre direito à cidade, e o defendem como “um direito ativo de moldar o espaço urbano de acordo com as necessidades coletivas, de maneira que possa proporcionar condições de vida adequadas a todos os cidadãos” (Schuhardt; Chagas, 2020, p.47).

Para Lefebvre (2001), o direito à cidade diz respeito ao direito a não ser excluído da sociedade urbana, da participação, de seus benefícios, serviços e da urbe. Harvey (2014, p. 28) complementa que o direito à cidade é “muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora, mas é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos.” Dessa forma, neste trabalho, entende-se

o direito à cidade como uma forma de democratização da cidade, que envolve acesso a serviços, participação na tomada de decisões, e, inclusive, garantia da integridade física no ir e vir.

Por conseguinte, de modo a proporcionar uma aproximação com o tema discutido e a realidade das mulheres, a cidade de Paiçandu, no Estado do Paraná, apresenta aspectos que corroboram para o aprimoramento da discussão. Paiçandu, compõem a região metropolitana de Maringá, possui conforme o censo do IBGE (2022) quase 46.000 mil habitantes, e tem em sua maioria a população composta por mulheres, correspondendo a 50,4% (IBGE, 2010). O município se caracteriza como ‘cidade dormitório’ para os trabalhadores que não conseguem se manter em Maringá, devido ao custo de vida.

No *site* da Prefeitura de Paiçandu, constam mais de 3.500 nomes na lista de espera por habitação, com data da última atualização dos cadastros do ano de 2016. Não obstante, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Paiçandu, em 2010, apresentou valor alto de 0,716 (IDHM entre 0,700 e 0,799), o município se caracteriza historicamente pela segregação. Em contrapartida, bairros como Residencial João Marques dos Reis, Jardim Espanha, Jardim Itaipu 1a. e 2a. partes e arredores Jardim Monte Carmelo, destacam-se pela alta vulnerabilidade social (IVS) que varia entre 0,351 e 0,388.

Mais especificamente, no Bairro Itaipu, localiza-se uma Ocupação<sup>1</sup> urbana, denominada Dom Hélder Câmara, que se deu em virtude do abandono há 9 anos de um conjunto habitacional, com seis prédios inacabados, formados por 40 apartamentos, totalizando 240 unidades habitacionais. No período anterior à ocupação, o local foi habitado por dependentes químicos e foi espaço de proliferação da criminalidade na região. Mas aos 05 de janeiro de 2023, teve início a ocupação do conjunto por famílias, em sua maioria mulheres (67%), que são chefes do lar (77%), segundo o censo realizado pelo Observatório das Metrópoles: Núcleo Regional de Maringá (2024).

Embora, não seja uma ocupação exclusivamente de mulheres, a Ocupação Dom Helder Câmara, tem uma forte liderança por mulheres. Seja nas assembleias (com todos os moradores) ou nas reuniões de liderança, as mulheres têm prioridade e voz ativa na tomada de decisões, tendo em vista que são elas que atuam nas coordenações de torres, na portaria, na secretaria, na pastoral, coordenam equipes de limpeza, inclusive atuam nos mutirões semanais. Nesse sentido, na ocupação, muitas atividades são direcionadas, principalmente às mulheres e crianças, como acompanhamento e assistência às moradoras em situação de risco ou ameaça pelo cônjuge ou

---

<sup>1</sup> “Direito do movimento social em se apropriar de uma propriedade que não está cumprindo a sua função social, e impedindo o acesso das pessoas à moradia como valor de uso” (Santos Junior, 2021, p. 18)

companheiros, atendimento psicológico, mesas redondas, aulas de música, dentre outros. As atividades são organizadas pelos líderes, mas também por projetos de extensão ligados aos cursos de graduação da UEM, o Núcleo Maria da Penha (Numape) e o Cáritas, por exemplo, entre outros. Helene (2019, p. 952), autora que atua a mais de 15 anos como pesquisadora sobre gênero e movimentos sociais, denuncia e afirma que é “expressiva a quantidade de mulheres constituintes das comunidades dessas ocupações.” O que reforça a necessidade desse trabalho com o intuito de aprofundar a compreensão da dinâmica social nas ocupações urbanas brasileiras, lideradas por mulheres.

Elucida-se, ainda, que a presença das mulheres nesses territórios expressa uma alternativa de legitimar suas lutas por direito à moradia, serviços públicos e segurança, proporcionando-lhes, dessa forma, engajamento nos processos decisórios (Helene, 2019). Segundo Helene (2019, p. 964), as ocupações tornam-se “um espaço privilegiado de organização política da classe trabalhadora, um local de experimentação de laços de solidariedade e autogestão, mas sobretudo de formação intelectual e política.” Para assim, construir de forma coletiva, soluções frente à ineficiência no Estado, como agente maior na produção do espaço urbano.

Diversas ocupações urbanas no Brasil tem como líderes, mulheres (Helene, 2019; Melo, 2023), em virtude dos diversos aspectos já mencionados, dentre eles, o déficit habitacional liderado por elas, assim como em relação a habitação precária, coabitação e ônus excessivo com aluguel urbano, segundo dados da Fundação João Pinheiro (2021). Ocupações urbanas como a Quilombo das Guerreiras, no Rio de Janeiro (2006-2013), Casa de Mulheres Helenira Preta 2, em São Paulo, Dona Cida, Tiradentes, Primavera e 29 de março, em Curitiba, são exemplos de organização de resistência e luta por moradia e dignidade, lideradas por mulheres (Moncau, 2022; Caldas, 2022; Melo, 2023). Embora, em algumas das ocupações citadas, também residam homens, “a maioria das ocupantes são mulheres chefes de família, é natural que identifiquem outra mulher como liderança” (Melo, 2023).

Nessa perspectiva, as ocupações representam processos de territorialização, e consequentemente, uma prática de resistência, como forma de evocar a existência dessas mulheres em um meio que lhes é adverso. O espaço do conjunto residencial estava “dado”, com a ocupação lhe é atribuído um significado material e simbólico para cada mulher. Conferindo a essas mulheres a capacidade de territorializar aquele espaço conforme suas convicções e lutas (Costa Junior; Chagas; Oliveira, 2022).

A ocupação Dom Helder, em Paiçandu/PR, logo, se torna um exemplo do efeito de transformação do espaço urbano realizado pelos movimentos sociais, como símbolo de luta por

direitos à cidade. Percebe-se, por conseguinte, que “o espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico - e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia.” (Saquet, 2009, p. 108).

Salienta-se, então, que essa pesquisa se configura como crítica, por assumir “uma orientação direcionada para a investigação da exploração, repressão, injustiça, relações de poder assimétricas (geradas por classe, sexo ou posição)” (Alvesson; Deetz, 1998, p. 229). Nesse sentido, a crítica tem a capacidade de provocar o pensar, de resgatar e validar novas perspectivas e opiniões (Antonacopoulou, 1999). Desse modo, a presente dissertação parte do pressuposto de que a cidade pode ser considerada uma organização (Mac-Allister, 2001; 2004; Saraiva; Carrieri, 2012), um território com múltiplos territórios que revelam relações marcadas pelas relações de poder entre os atores sociais e através dos espaços citadinos que são apropriados concreta e simbolicamente pelos agentes (Martins; Chagas, 2021; Haesbaert, 2009; Saquet, 2013). Ademais, a presença das mulheres no espaço da ocupação demonstra aspectos relativos à sua identificação com o espaço e consigo mesma, como mulher, pessoa dotada de voz ativa e capacidades que a integram tanto em um processo de territorialização como de participação no movimento social (Picheth; Chagas, 2018). A partir disso, a pergunta de pesquisa é: **Como ocorre o processo de territorialização das mulheres líderes na Ocupação Urbana Dom Helder Câmara, em Paiçandu/PR?**

Por conseguinte, o objetivo geral desta dissertação é compreender como ocorre o processo de territorialização das mulheres líderes na Ocupação Urbana Dom Helder Câmara, em Paiçandu/PR. Já os objetivos específicos que auxiliarão a atingir o objetivo geral são:

1. Descrever a ocupação, especialmente como se deu o processo histórico para que os moradores ocupassem os prédios do conjunto habitacional abandonado;
2. Interpretar como as práticas das mulheres na ocupação Dom Helder Câmara contribuem para a construção de identidades coletivas e de pertencimento ao território;
3. Compreender como as mulheres territorializam a Ocupação Urbana Dom Helder Câmara por meio de suas experiências.

A cidade nos estudos organizacionais diz respeito ao “entendimento da dinâmica urbana também é uma forma de compreender a sociedade e as formas pelas quais ela se organiza” (Saraiva, 2024, p. 10). Mac-Allister (2001), uma das principais autoras sobre o estudo da cidade no campo organizacional, propôs considerar a cidade como uma organização: a organização-cidade. Pois, dessa forma, segundo a autora, seria possível entender tanto a complexidade como

a coletividade da cidade, incorporando processos individuais e culturais (Mac-Allister, 2004). Vale pontuar, ainda, a importância de aprofundar o estudo da cidade, pois pensar e agir sobre ela estão interligados, e o campo proporciona recursos para desenvolver e gerir esse conceito, sob a perspectiva da gestão (Mac-Allister, 2004).

Saraiva e Carrieri (2012), qualificam essa aproximação da cidade com os estudos organizacionais, como um olhar para as pessoas e seus movimentos e dinâmicas, as práticas sociais. Os autores em sua respectiva pesquisa, tem como foco as “histórias orais [...], de forma a obter as significações e ressignificações dos entrevistados sobre sua cidade” (Saraiva; Carrieri, 2012, p. 553). Nessa perspectiva, abre espaço, por exemplo, para a investigação dos grupos excluídos, como mulheres e pessoas em vulnerabilidade social, que também compõem o perfil de moradores da cidade e que muitas vezes são ignorados nas ciências sociais. Nesse âmbito, Honorato e Saraiva (2016, p. 161) pontuam que “as vivências na cidade são múltiplas, devendo as lentes organizacionais, assim, serem também abertas a incorporar a possibilidade de perfis “alternativos” como legítimos para a análise organizacional.”

A contribuição dessa dissertação é evidenciar a dinâmica urbana ignorada: a territorialização de mulheres que são marginalizadas pelas políticas públicas e que por meio de suas lutas e seu papel de liderança em movimentos sociais, tornam legítimas suas necessidades. Tendo em vista que, também é direito da mulher usufruir dos benefícios da cidade, em toda sua magnitude. Essa dissertação contribui, ainda, para a percepção de que a cidade nos Estudos Organizacionais é “o palco das interações entre os diferentes” (Honorato; Saraiva, 2016, p. 163), logo as bases teórica e metodológica, aqui apresentadas servirão para pesquisas futuras.

Compreender a cidade como composta por múltiplos territórios, contribui para a pesquisa sobre resistência e a própria existência humana nos “espaços tensionados politicamente pela coexistência espacial de grupos sociais distintos, em contínua disputa pela existência, legitimidade e protagonismo da vida em sociedade” (Saraiva et al, 2024, p. 11). Demonstrando assim, que existe uma vida organizada, planejada, pensada e vivida fora das empresas e organizações empresariais, como por exemplo, as ocupações e os movimentos sociais.

Por conseguinte, justifica-se esta dissertação, ao pensar que o estudo da mulher na cidade e a forma como se territorializa, apesar das dificuldades que lhe são propostas, também é “praticar a cidade” (Honorato, Saraiva, 2016, p. 173). Tendo em conta, que desconsiderar a mulher na vivência do seu local de estabelecimento das relações sociais - a cidade -, é também negar seu acesso em outros espaços como universidade, escola, Estado, entre outros (Bourdieu, 2007). Logo, a abordagem sobre territorialização e direito à cidade, envolve aspectos relativos

à promoção da visibilização da mulher na cidade, por meio do reconhecimento de seus desafios cotidianos, inclusive seu papel central na construção social da cidade. Ao abordar o cotidiano das mulheres na luta por moradia, esse trabalho evidencia o papel vital que elas desempenham no tecido social urbano enquanto sujeitas ativas e capazes de transformá-lo conforme suas necessidades e experiências espaciais únicas.

Essa dissertação é composta por mais quatro seções, além desta introdução. A segunda seção é composta pelas proposições teóricas, que dialogam sobre os principais temas em foco na pesquisa, como o Gênero, Direito à Cidade, Território e Movimentos Sociais. A terceira seção compreende os procedimentos metodológicos, abordando-se a entrada no campo, a coleta de experiências das líderes junto ao campo e a interpretação da experiência de campo. A quarta seção tem início a apresentação dos resultados, com caracterização da cidade de Paiçandu, caracterização da Ocupação Urbana Dom Helder Câmara, Territorialização das Mulheres líderes e Olhares da Resistência. E, por fim, a quinta seção apresenta as Considerações Finais desta pesquisa.

## 2. PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

Nessa seção, busca-se contemplar a compreensão do tema, por meio da construção de um percurso, que leva à apropriação de um entendimento que parte na noção de **Gênero** e segue distinguindo aspectos que impõe à mulher um posicionamento na cidade. De tal modo que ajude os leitores a reconhecerem e refletir “Que cidade é essa, afinal, que se apresenta para as mulheres? [...] Quais os caminhos alternativos para que elas possam se apropriar do espaço urbano?” (Ghiggi, 2019, p. 16). Para tanto, na sequência expõe-se aspectos do **Direito à Cidade, Reflexões sobre o Território e Movimentos Sociais**.

### 2.1 GÊNERO: UM OLHAR LATINO-AMERICANO

O que é ser mulher? Como as mulheres chegam a compreensão do seu lugar no mundo? Como alteram as relações de poder através de suas ações? Qual tem sido seu papel social? Iniciar o referencial com gênero é antes de tudo, colocar em destaque uma discussão invisibilizada, principalmente no contexto do Brasil e da América Latina, que carrega consigo fortes raízes no colonialismo<sup>2</sup>, patriarcalismo, machismo e racismo. Tendo em conta, que essa dissertação se atenta ao território da cidade, salienta-se que esta “em si, constitui o privilégio primeiro produzido pelas dinâmicas e articulações das opressões que sustentam essa sociedade” (Berth, 2023, p. 159).

Dessa forma, compreende-se que gênero diz respeito “ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são ‘trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico’” (Louro, 1997, p. 22). Nesse sentido, Guacira Louro (1997), aponta para a necessidade de incorporar o conceito sob o viés social, tendo em conta que este é resultado de construções e reproduções das relações sociais entre os sujeitos. Relações essas que por vezes, estão encerradas em contextos assimétricos, que não apenas restringem-se a aspectos biológicos, mas sobretudo remetem à história, economia, política e demais arranjos sociais (Louro, 1997), com intuito de manter o “domínio e controle dos corpos a serem explorados para fins de formação e sustentação de privilégios” (Berth, 2023, p. 161). Nesse recorte, Joice Berth (2023), hoje, uma das principais representantes com voz ativa nos

---

<sup>2</sup> Conforme Bergamaschi (2024, p. 6), o colonialismo é “a experiência histórica localizada e concreta, iniciada e vivida ao longo do século XV nas Américas, na África e na Ásia, durante os períodos das grandes navegações e do mercantilismo e tendo como o seu ápice o imperialismo. Entre 1880 e 1914 estima-se que um quarto do globo era dominado por colônias europeias, principalmente da Grã-Bretanha, da França, da Alemanha, da Itália, da Holanda e da Bélgica. A colônia era uma experiência de dispositivos de controle e uma administração política e cultural, baseada na economia do extrativismo e na divisão de poder entre metrópole e colônia.”

debates sobre antirracistas e antipatriarcais no Brasil, desenvolve sua conceituação de gênero, a partir da violência. Para a autora,

para pensar gênero em toda sua extensão conceitual, prática e histórica, precisamos entender que a violência é uma linguagem utilizada nas relações de poder desiguais que caracterizam as opressões que estruturam toda a sociedade e suas relações políticas, culturais, objetivas e subjetivas. Chamo atenção da violência como linguagem, já que, *grosso modo*, atos e práticas violentas são expressões da comunicação de ideias, sentimentos, intenções, autoridades, supremacias etc. A violência de gênero ocorre no mundo todo não por acaso. É resultante de um estigma que domina, controla e oprime mulheres, visando o lucro, a exploração e a concentração de direitos em um único grupo (Berth, 2023, p. 165).

Dessa forma, a construção conceitual do termo gênero, envolve uma série de tensões e conflitos, que o impelem a um constante processo de redefinição, mutação e até certo ponto aberto (Calás; Smircich, 1999; Grossi, 2000; Saffioti, 2004). Logo, gênero é “algo que se faz e desfaz por meio de processos altamente regulados por normas sociais” (Souza, 2016, p. 28). Como comenta a seguir, Louro (1997, p.23),

na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (Louro, 1997, p. 23)

Nesse sentido, discutir gênero envolve camadas sociais que podem estar além da noção espaço-tempo, pois remete a diferentes períodos e momentos da história da sociedade, que deixaram e ainda tem suas marcas perpetuadas. Não é objetivo desta pesquisa delinear toda essa história, mas sim, apresentar momentos que subsidiam ou atravessam a vivência atual do ser mulher.

Mas antes, de tudo, vale lembrar que embora a mulher seja o cerne da análise, “o gênero é socialmente construído, a categoria ‘mulher’ não é universal” (Oyêwùmíá, 2020, p. 87). Nesse sentido, “até que ponto a colocação de gênero em primeiro plano contribui com os desejos das mulheres e sua vontade de entender-se mais claramente?” (Oyêwùmíá, 2020, p. 87). É a partir da discussão de gênero, que se compreende que “o nosso sexo biológico não deve definir qual é o nosso lugar no campo social” (Hackbarth; Oliveira, 2023, p. 3). Como também, abre-se espaço para enfatizar que as mulheres são diferentes, assim como as opressões, as quais estão

inseridas, “especialmente quando desigualdades de raça, gênero e classe” (Oyêwùmíá, 2020, p. 88).

Por sua vez, “as opressões são um conjunto de práticas sustentadas por ideias e ideais de supremacia, que estabeleceu uma organização social baseada nas diferenças biológicas e sexuais (no caso do machismo), fenotípicas (no caso do racismo) e econômicas (no caso da hierarquia de classes)” (Berth, 2023, p. 160-161). Aspectos diretamente relacionados às nossas origens, enquanto latinas e brasileiras, pois advindas de raízes indígenas e afrodescendentes, ambas objeto do processo de colonização. Tendo em conta que, no processo de colonização, “os sistemas ocidentais e eurocêntricos de saber e de viver foram considerados universais e passaram a ser o padrão hegemônico, enquanto os demais povos foram considerados ‘outros’ e inferiorizados” (Kempf; Goés; Wedig; Borba, 2022, p. 4)

Grada Kilomba (2019) diferencia objeto e sujeito, tendo em conta que como objeto, “nossa realidade é definida por outros, nossas identidades são criadas por outros [...] em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer” (Kilomba, 2019, p. 28, 38). Ao passo, que no sistema colonial sujeito é aquele que “tem o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (Hooks, 1989, p. 42). Kilomba (2019), também constrói o conceito sobre outridade, a partir de noções sobre o racismo, como um processo no qual o outro torna-se o diferente “por meio do processo de discriminação [...] também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade” (Kilomba, 2019, p. 75). Miñoso (2020, p. 99), classifica como ‘outra da outra’, aquelas “cujos corpos estão marcados por processos de racialização e contínua exploração [...] violência simbólica e material.”

Spivak (2010) resgata outra característica, que pode ser atribuída à mulher colonizada, como a subalterna, “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 66). Em outras palavras é aquela que não pode falar, não porque não saiba, mas “refere-se à dificuldade de falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo” (Kilomba, 2019, p. 47). María Lugones (2014, p. 939), classifica as mulheres colonizadas da América Latina como as não humanas, fêmea animalizada, “a consequência semântica da colonialidade do gênero é que a “mulher colonizada” é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher.”

A “missão civilizatória” colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático (por exemplo, alimentando cachorros com pessoas vivas e fazendo algibeiras e chapéus das vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas). [...] A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica. (Lugones, 2014, p. 938)

Renata Kempf, Liz Goés, Josiane Wedig e Carolina Borba, (2022, p. 4), afirmam que “todos esses aspectos apontam para como a dominação colonial estruturou hierarquias de raça e gênero, que são perpetuadas pela colonialidade<sup>3</sup> do poder<sup>4</sup>, do saber<sup>5</sup> e do ser<sup>6</sup>.” Tais noções hegemônicas “ignoraram as particularidades dos povos que foram colonizados e inviabilizaram a participação das mulheres, principalmente daquelas que foram racializadas, sexualizadas e violentadas pelo colonialismo e pela colonialidade” (Kempf; Goés; Wedig; Borba, 2022, p. 7).

Abordar essa estrutura histórica é essencial para compreendermos a construção do gênero a partir de nossa cultura, realidade social, política e principalmente, nos percebermos nesse contexto de constante construção e ressignificação. Nesse sentido, Miñoso (2020, p. 102), propõe a genealogia da experiência como forma de nos afastarmos do presente “para observar as condições de possibilidade que nos constituem”, uma forma de nos reconhecermos enquanto mulheres latinas, a partir de questionamentos críticos quanto às práticas feministas na América Latina. A autora acredita que é necessário abordar uma perspectiva que proporcione um olhar de baixo para cima, por meio do “questionamento da experiência de quem está mais baixo do privilégio” (Miñoso, 2020, p. 107), o olhar de quem ocupa espaços subalternos.

Nesse caso, os países do Sul Global, aqui entendidos não pela sua posição geográfica, mas sim, reconhecido pela potência de sua produção e validação do seu conhecimento traçado a partir de suas experiências de resistência de grupos sociais historicamente submetidos à

---

<sup>3</sup> Para Bergamaschi (2024, p. 6), colonialidade diz respeito a “uma forma pela qual o colonialismo funciona como política e hierarquizações, produtora de relações de poder e de subjetividades. Como experiência, a colonialidade engendra práticas e lógicas internas de funcionamento que perduram para além do período colonial, mesmo após a emancipação e independência das colônias, criando processos de endocolonização.”

<sup>4</sup> Curiel (2020, p. 127), explica que “a colonialidade do poder implica relações sociais de exploração/dominação/conflito em torno da disputa pelo controle e domínio do trabalho e seus produtos, da natureza e seus recursos de produção, pelo controle do sexo e seus produtos, da reprodução da espécie, da subjetividade e seus produtos, materiais e intersubjetivos, inclusive o conhecimento e a autoridade, e seus instrumentos de coerção.

<sup>5</sup> A colonialidade do saber, de acordo com Curiel (2020, p. 128), compreende “um tipo de racionalidade técnico-científica, epistemológica, que se coloca como o modelo válido de produção do conhecimento. O conhecimento, nessa visão, deve ser neutro, objetivo, universal e positivo.”

<sup>6</sup> Na colonialidade do ser, “a humanidade de certas populações (sobretudo indígenas e afrodescendentes) é negada por ser considerada um obstáculo para a cristianização e para a modernização.” (Curiel, 2020, p. 127)

injustiça, opressão e destruição decorrentes do capitalismo, colonialismo, racismo e patriarcado. Esses, sim, seriam privilegiados, pois dessa forma seria evidenciado o colonialismo internalizado. Uma forma de olhar para si mesmas pelas próprias lentes e não como o Norte disse que deveríamos ser, pensar e fazer.

Aos poucos, vamos costurando novas narrativas e interpretações que permitem descentralizar o sujeito normativo clássico do feminismo, enquanto rompemos o quadro teórico-conceitual e argumentativo produzido por ele. Através desses rompimentos, a imagem das condenadas do mundo vai se formando, essas cujas vidas e histórias foram ocultadas pela estrutura feminista eurocêntrica. (Miñoso, 2020, p. 115)

Importante destacar que essa perspectiva hierarquizante que dividiu o mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, modernos e atrasados, Sul e Norte, teve início após a Segunda Guerra Mundial, sob as teorias do desenvolvimento. E tinha como objetivo tirar os países do atraso, tendo como pressuposto de que “a pobreza das populações e das nações seria superada com o avanço da industrialização e da urbanização” (Kempf; Goés; Wedig; Borba, 2022, p. 5). Alba Barragán, Miriam Lang, Dunia Chávez e Alejandra Santillana (2020), exploram a evolução do pensamento feminista na América Latina, partindo das críticas que surgiram ao conceito do desenvolvimento articuladas a partir dos anos 1970. Até esse período as mulheres eram “incluídas nas políticas de desenvolvimento unicamente como receptoras passivas ou como mães responsáveis pelo lar, enquanto os recursos tecnológicos, financeiros e de capacitação eram dedicados aos homens” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 219). Nessa visão, as mulheres eram dependentes de seus maridos, eles, os provedores do lar. No entanto, essa visão ignorou que em outras culturas, as mulheres trabalhavam na agricultura e produção de alimentos, e a provisão advinda do homem não necessariamente seria a renda para a família (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020).

Foi então na primeira conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no México, em 1975, onde a Organização das Nações Unidas, corroborou para a institucionalização das mulheres como parte do desenvolvimento (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020). Foram criados conceitos como Mulheres no Desenvolvimento (Women in Development - WID) e Mulheres e Desenvolvimento (Women and Development - WAD). No entanto, para Barragán, Lang, Chávez e Santillana (2020, p. 222) ambas as teorias focalizaram “a geração de renda para as mulheres sem contemplar as consequências que isso tinha sobre o tempo de sua vida em termos de dupla jornada de trabalho.” As autoras ressaltam, ainda, que 1970 não foi um marco do exercício da mulher no trabalho, mas que as mulheres sempre integraram processos de

desenvolvimento em suas sociedades, dentro ou fora do lar, sempre contribuíram ativamente para a manutenção do lar (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020).

Em 1980, a categoria gênero aparece como categoria central na globalização. Vale pontuar que “ainda até o final dos anos 1980, as mulheres dos países latino-americanos que tinham acesso aos benefícios sociais [...] o faziam por meio de subsídios entregues ao homem ‘provedor’. As mulheres não eram consideradas [...] sujeitos econômicos ou cidadãs plenas” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 220-221). O homem como provedor, era responsável por aspectos no âmbito da produção, e a mulher da reprodução. Deu-se início, então, a um novo enfoque “Gênero e Desenvolvimento” (GAD), uma nova corrente com raízes no feminismo socialista e na crítica pós-estruturalista. As feministas socialistas contribuíram ao identificar “a divisão socialmente construída entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo com base na opressão das mulheres” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 221).

O GAD é um enfoque construtivista que parte de uma perspectiva integral, olhando a totalidade da organização social, econômica e política da sociedade. [...] Enfatiza que ambos os gêneros são construções sociais, para além do sexo biológico, e que as mulheres são marcadas não apenas pelo gênero, mas também por outras categorias de dominação, como sua origem étnico-cultural, orientação sexual, idade etc. Propõe a necessidade de investigar essas relações de poder em todos os âmbitos sociais e transversalizar políticas de empoderamento das mulheres. [...] O GAD coloca ênfase nos papéis e nas relações de gênero, que chega a chamar de “sistema de gênero”, e defende mudanças estruturais na construção social do mesmo. (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 221).

Os apontamentos do GAD e do feminismo socialista foram importantes para denunciar as opressões que as mulheres sofriam dentro do lar, assim como a dicotomia entre público e privado. As mulheres passam a ser vistas como agentes de transformação, dando espaço então para a necessidade de representação política, “nessa época as feministas começam a entrelaçar em sua análise as opressões de gênero, raça e classe, e as vinculam a uma crítica ao desenvolvimento” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 222).

Em 1985, aconteceu a segunda Conferência Mundial sobre a Mulher, em Nairóbi, no Quênia, onde o grupo Alternativas de Desenvolvimento para Mulheres em uma Nova Era, “questionou que o problema consistisse unicamente no fato de as mulheres não participarem suficientemente de um processo de desenvolvimento e crescimento econômico muito ‘benévolo’” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 223). As feministas do Sul, criticaram o desenvolvimento como uma continuação do colonialismo, também foram discutidos o trabalho assalariado das mulheres e a desvalorização de empregos classificados como ‘trabalho de mulheres’. Tendo em conta, por exemplo, que em grande parte da América

Latina o “magistério na educação primária e secundária, do qual as mulheres começaram a se ocupar na segunda metade do século XX” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 224).

É válido citar, ainda, importantes feminismos que discutem às resistências na América Latina, como os feminismos pós-colonial, ecofeminismos, economia feminista, economia do cuidado e feminismo decolonial. Para Kempf, Goés, Wedig e Borba (2022, p. 7) os feminismos do Sul Global “são a materialização de um afastamento da perspectiva eurocêntrica.” O Feminismo Pós-Colonial, tem suas raízes na “escola desconstrutivista, assim como nas feministas negras, *chicanas* e lésbicas dos Estados Unidos dos anos 1980” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 225). Nesse âmbito, Barragán, Lang, Chávez e Santillana (2020), destacam duas autoras: Chandra Talpade Mohanty, que critica o uso da categoria homogênea de “mulher”, pois ao mesmo tempo que evoca a sororidade, também destitui o contexto histórico de cada mulher, também critica a classificação de mulheres do “Terceiro Mundo” como oprimidas, pois transforma as mulheres do “Primeiro Mundo” como sujeitas da própria história, inviabilizando todas as outras que têm suas histórias imbricadas em lutas e resistências; e, Gayatri Spivak, que considera o desenvolvimento como a nova forma do colonialismo (neocolonialismo), crítica da economia neoliberal, defende o essencialismo estratégico, no qual valoriza-se as diferenças entre as mulheres como forma de sensibilizá-las em prol de lutas concretas; também há crítica ao controle da reprodução.

O Ecofeminismo, por sua vez, critica a visão eurocêntrica que classifica as mulheres como mais próximas da Natureza, no sentido oposto à civilização, enquadrando-as como “raça inferior”. Nessa perspectiva, os homens são da cultura, do espaço público e as mulheres do espaço privado, da natureza, logo passíveis de dominação e objetificação. Dentro do ecofeminismo surgem duas correntes: a essencialista, que defende a existência de uma essência na mulher que a coloca como esperança da humanidade e mais inclinada a defesa dos seres vivos; e, a consciência ecológica de gênero, que critica “a divisão sexual do trabalho, que produz poder e riqueza em função das posições de gênero, raça e classe” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 227), além de entender o corpo da mulher como a terceira colônia.

Na Economia Feminista, há o aprofundamento das discussões “sobre a concepção de Natureza, o modo de produção capitalista, a esfera da reprodução e sua relação com a produção” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 229). Lembrando que sob o contexto de desenvolvimento há uma constante busca em desconstruir a perspectiva econômica hegemônica atribuída ao Sul Global. Logo, na Economia Feminista aponta-se: 1) “quais valores estão sendo criados na economia e para quem” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 229); 2) “o mercado não é o único âmbito em que se realizam atividades econômicas, e sim que existe uma

ampla mescla entre mercado privado, serviços estatais, atividades sem fins lucrativos, setores informais e os lares (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 229). É preciso reconhecer que o trabalho não remunerado exercido no interior dos lares também pode ter valor econômico “na medida que mantém a força de trabalho das pessoas desse lar” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 229)

Nesse sentido, busca-se criar consciência sobre a superexploração das mulheres, que além das jornadas de trabalho, também são responsáveis pelo serviço doméstico. Vale mencionar que “na América Latina, o serviço público de cuidados é mínimo, o que piora essa superexploração e lhe dá um forte traço de classe, dado que conseguir cuidado depende do poder de contratação se serviços privados” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 230). Surge, então, as discussões sobre a Economia do Cuidado, a qual identificou que o cuidado em si e aquele direcionado às crianças, aos idosos e as pessoas doentes, foi ignorado pelos projetos desenvolvimentistas. Por conseguinte, a economia do cuidado, “critica a privatização e a individualização dos serviços sociais do neoliberalismo, e reivindica uma política pública de cuidado” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 231).

As reflexões produzidas a partir da economia de mercado, concebida como uma teoria e prática da sustentabilidade da vida, permitem então questionar a competência individual como motor da economia para avançar em formas criativas de vínculos solidários. Por outra parte, visibilizam como problema central a crescente mercantilização das tarefas do cuidado e suas conseqüências na produção e reprodução de novas e velhas desigualdades nas economias nacionais e globais. [...] Esse debate também sugere que a redução da pobreza passa por encarar a necessidade social de cuidado como uma tarefa para as políticas públicas, para evitar que a crise do cuidado, que caminha de mãos dadas com a crise do capitalismo, deteriore a qualidade de vida de muitas mulheres, empurrando-as para a pobreza. As necessidades vitais dos humanos, em vez do crescimento econômico e do lucro, deveriam constituir o centro da transformação social, o que torna necessária uma revolução do cuidado, e uma reconfiguração profunda da ação política das esquerdas. (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 232).

Diante do cenário de mudanças e reflexões sobre a construção social do gênero, refletido sobre a mulher latino-americana, exposto brevemente nos parágrafos anteriores, vale mencionar também, de modo específico, os feminismos andinos, populares e comunitários. Tendo em vista, que durante o processo de mudanças e explorações, “as mulheres de setores populares, as mulheres indígenas, mestiças, negras e camponesas foram o setor da população que não apenas levou sobre seu corpo a maior carga de trabalho doméstico e produtivo [...] como também [...] viu suas demandas se fragmentarem, e com elas suas identidades” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 233). Mas ao mesmo tempo, foram décadas de resistência, onde se lutou pela garantia de direitos sociais, econômicos, culturais, como também “se lutou por uma

transformação do Estado em direção à plurinacionalidade” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 233-234), sobretudo Equador e Bolívia, onde se firmou um feminismo comunitário e popular.

Barragán, Lang, Chávez e Santillana (2020), destacam quatro pontos em comuns entre esses feminismos, destacados a seguir:

Em primeiro lugar, essas organizações feministas apresentam suas ações e sua existência como parte das resistências, das mobilizações, dos levantes e das construções populares, indígenas, camponesas e operárias que percorreram a América Latina desde as lutas pela independência em inclusive, desde a conquista e ocupação espanhola, há mais de quinhentos anos. [...] Em segundo lugar, [...] são feminismos que situam um novo tipo de universalidade, em que as diversidades sexuais e raciais são assumidas com toda a sua carga colonial, de classe e de relação com a Natureza, mas também entram em uma aposta política por construir caminhos de reconhecimento, diálogo e construção coletiva de transformação. [...] Em terceiro lugar, esses feminismos articulam de maneira complexa a luta pela descolonização, pela despatriarcalização, pela superação do capitalismo e pela construção de uma nova relação com a Natureza. Esse entendimento complexo propõe uma ressignificação de ideias como comunidade, espaço público e repertórios de ação. [...] Por fim, as atoras dos feminismos andinos já não são fundamentalmente mulheres de classe média, profissionais e mestiças: produz-se um encontro - em alguns momentos, conflitivo, em outros não - entre mulheres de setores populares que se reconhecem feministas e que ressignificam o feminismo a partir de seus contextos, experiências, produções culturais da vida cotidiana e situação trabalhista, e onde a Natureza, a *Pacha Mama*, aparece como categoria central de encontro e também de mobilização. (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 234-235).

Percebe-se, a partir desse panorama que “pensar o feminismo como um saber [...] permite-nos dialogar tanto com a academia e com os discursos políticos quanto com as lutas individuais e coletivas das mulheres, para transformar um sistema político, social, econômico desigual e injusto” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020, p. 218). Nesse sentido, e não menos importante, o feminismo decolonial, no qual esta dissertação se ancora, pode ser entendido como “uma nova compreensão acerca das relações globais e locais” (Curiel, 2020, p. 126). Suas propostas, acolhem diferentes formas de expressão, oferecendo sob uma perspectiva crítica, modos de compreensão da nossa especificidade histórica e política, a partir de nossas sociedades locais, nossos contextos (Curiel, 2020).

Para além disso, Jéssica Ferrara e Silvina Carrizo (2021, p. 3), ao explicarem a diferença entre pós-colonialismo e a perspectiva decolonial, expõem que o primeiro “entende o sistema mundial como um sistema de significações culturais, no qual há marcas, rastros, heranças de um sistema colonial [...] o poder age culturalmente”; enquanto que o segundo, admite que ainda existe o exercício do poder sobre os povos do Sul Global, logo não há uma sociedade descolonizada economicamente, isto é, colonialismo, capitalismo e racialização dos povos são a mesma coisa. Curiel (2020, p. 126), chama de transição entre o colonialismo moderno à

colonialidade global, dessa forma o pensamento decolonial escancara que “a modernidade ocidental eurocêntrica, o capitalismo mundial e o colonialismo são uma trilogia inseparável.”

O termo feminismo decolonial foi proposto pela feminista argentina Maria Lugones (2014, p. 941), como a “possibilidade de superar a colonialidade de gênero.” Segundo a autora, a colonialidade de gênero diz respeito a forma de “compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado” (Lugones, 2014, p. 941). Nesse sentido, a colonialidade de gênero seria uma característica estrutural das sociedades colonizadas, onde as opressões são múltiplas e interseccionadas por raça, classe e sexualidade.

Maria da Graça Costa (2020), ao comentar sobre o feminismo decolonial de Maria Lugones (2014), afirma-o,

como forma de entender a coconstituição dos traços históricos da organização do gênero no sistema moderno colonial, representado pelo dimorfismo biológico, organização patriarcal e a heterossexualidade compulsória, a partir de processos de colonialidade do poder como uma forma de organização de gênero também em termos raciais (Costa, 2020, p. 288).

Portanto, o feminismo decolonial intenta descentralizar e descategorizar, expondo as opressões ainda existentes, sobre a vida de mulheres não-brancas, mostrando, dessa forma, “a impossibilidade de se pensar o sistema de gênero fora do sistema de racialização e da divisão mundial de trabalho, eixos estes que sustentam, incansavelmente, o padrão atual de poder capitalista, colonialista e moderno” (Ferrara; Carrizo, 2021, p.14). A interseccionalidade, por sua vez, como ferramenta metodológica demonstra como gênero, raça e classe se entrecruzam, por meio de complexas relações de poder, evidenciando, por exemplo, que os fenômenos relativos à desigualdade social, não são isolados, mas sim, envolver diversos aspectos de maneira mútua, que legitimam e dão continuidade a diferentes tipos de opressões sobre as mulheres.

Ao discutirmos a vida da mulher nas cidades latinas e brasileiras, evidenciaremos diferentes índices atrelados a opressões por motivos de gênero, raça e classe. Basta observarmos quem são as pessoas que em sua maioria trabalham em serviços domésticos, de limpeza ou cozinhando? As mulheres. Qual sua raça? A maioria mulheres negras. São elas que mantêm os espaços públicos e privados para o bom funcionamento do patriarcado e do capitalismo. Conforme o IBGE (2023), em 2022, aproximadamente 92% dos trabalhadores domésticos eram mulheres, dessas 61,5 % eram mulheres negras, ressalta-se ainda, de baixa escolaridade e

advindas de famílias de baixa renda. De acordo com dados do Mapa Nacional de Violência de Gênero (Brasil, 2023), em 2022, 55% das mulheres brasileiras que sofreram algum tipo de violência notificada ao Sistema Único de Saúde (SUS) eram negras; 67% das mulheres assassinadas no país eram negras, conforme o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Fica evidente que diferentes aspectos, ainda arraigados na sociedade brasileira, invisibilizam, desqualificam, racializam e oprimem as mulheres, principalmente aquelas objetificadas pelo processo de colonização.

Mediante tudo o que fora exposto, é importante destacar que o processo colonial brasileiro apresenta particularidades que o diferem dos demais países da América Latina. Heloísa Buarque de Hollanda (2020), ao explorar esse aspecto, apresenta como exemplo o acolhimento brasileiro recebido por D. João VI, rei de Portugal, em 1808, ao fugir dos exércitos de Napoleão, ou seja, o oprimido protegendo seu opressor, uma visível proximidade entre colonizador e colonizado. Fato que “não pode ter deixado de trazer marcas profundas na lógica da construção de nossas relações de poder, na ambiguidade das figuras simbólicas nacionais e na percepção da violência que ganha vários tons de simulação” (Hollanda, 2020, p. 23).

A autora pontua, que diferente dos demais países da América Latina, não confrontamos, não nos reconhecemos como um povo afro-indígena, resultante do “apagamento político dos povos originários enquanto constituintes do povo brasileiro diante da reconhecida marca africana em nossa cultura. Suzana de Castro (2020, p. 141, 142) aprofunda a análise sobre o Brasil, afirmando que “nós nos descrevemos a partir do olhar do colonizador [...] segundo o qual os portugueses trouxeram civilização e modernidade para o Novo Mundo.” Sob essa ótica, a presença dos colonizadores é transmitida como fundamental, para a salvação do ‘povo brasileiro’ das barbáries de povos primitivos (Castro, 2020).

Como alternativa, as autoras propõem alternativas para a perspectiva decolonial brasileira. Hollanda (2020, p. 24), propõe “uma análise radical da especificidade da questão da questão de nossa mestiçagem, priorizando suas implicações em termos dos processos constitutivos das desigualdades sociais.” Já Castro (2020) adverte que,

nós, feministas decoloniais brasileiras, precisamos fazer nosso dever de casa e nos aproximarmos dessa rica memória dos nossos povos indígenas. Certamente a ideologia eurocêntrica dominante colonizou de tal forma nossa mente que ainda há o pensamento predominante acerca da infantilização dos índios, do seu primitivismo. O branco tentou de toda forma eliminá-los, seja absorvendo-os, “somos todos descendentes dos índios”, seja expulsando-os de suas terras. Mas eles resistiram. Cabe a nós agora fazer com que essa voz inaudita ganhe força e seja ouvida. (Castro, 2020, p. 152).

Ao longo de tudo que foi exposto sobre a construção social e histórica existente em torno do conceito de gênero no Brasil e América Latina, observa-se que a dor é o que mais se destaca nesse cenário. Uma dor que tem raça, gênero e classe. Vilma Piedade (2017), mulher preta, brasileira e feminista, criou um novo conceito feminista, baseada na dor, denominado Dororidade. A inquietação da autora parte da incapacidade do conceito de sororidade dar conta também das dores das mulheres pretas, tendo em vista que a dor é um “fardo antigo, velho conhecido das mulheres [...], mas, neste caso, especificamente a Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele” (Piedade, 2017, p. 17).

Mesmo a autora destacando a Dor da mulher negra, o conceito de Vilma Piedade (2017) é empático e solidário, pois como adepta do feminismo dialógico interseccional (baseado no diálogo e na escuta), a autora tem suas raízes no princípio filosófico do Ubuntu, no qual “eu contendo o outro. Somos Um. Somos Uma. Pegou *pra* uma... pegou geral” (Piedade, 2017, p. 23). Infere-se, então, que a partir dessa perspectiva a autora amplia o conceito, ao questionar e responder:

Será que a Dor une todas as Mulheres? Lembram-se de quando Eva instigou Adão a comer a maçã, lá no Paraíso? A culpa de Eva, de ter feito a Humanidade cair em “pecado” e perder o “paraíso”, nos acompanha há milênios. É nesse ponto que a Dororidade se instaura e percorre a trajetória vivenciada por Nós, População Preta, e, aqui, em especial, Nós - Mulheres - Mulheres Pretas. Brancas, de Axé, Indígenas, Ciganas, Quilombolas, Lésbicas, Trans, Caiçaras, Ribeirinhas, Faveladas ou não, somos Mulheres. (Piedade, 2017, p. 19)

A autora destaca a importância de compartilhar a dor e a vulnerabilidade como forma coletiva de resistência (Piedade, 2017). Esse aspecto remete-nos a todas as experiências de gênero, vividas pelas mulheres no Brasil e na América Latina, a partir de suas classes, raças, etnias e sexualidades, ao longo dos anos. Remete-nos as migrações, as lutas por moradias presentes nas ocupações urbanas, as lutas das mães por vagas nas escolas para seus filhos, as lutas por reconhecimento trabalhista, por maior representatividade política. Assim como a luta por simplesmente transitar pelas ruas sem ser importunada, assaltada, violentada ou morta.

Essa dissertação, compreende gênero como uma categoria social, histórica, política, econômica e cultural, que transcende o modelo binário a partir do feminino e do masculino; uma categoria que se ancora na interseccionalidade, de modo a considerar as experiências de gênero, moldadas por outras identidades, como raça, gênero e sexualidade. Para tanto, as metodologias propostas nesta pesquisa resgatam orientações decoloniais, de modo a valorizar outros saberes, outras formas de dialogar com as dores das mulheres, de ouvi-las, assim como permitir que expressem seus modos de fazer o cotidiano com autonomia.

Acredita-se que os apontamentos e reflexões propostos nessa seção, servirão de plano de fundo para a discussão subsequente sobre o direito à cidade, tendo em conta que na cidade, é possível vislumbrar a produção e reprodução da vida. Não sob a perspectiva do planejamento, mas sim do vivido, do cotidiano, onde a cidade se apresenta de verdade para todos os gêneros. É por meio do direito à cidade que a vida se materializa de um modo coletivo e participativo, no qual todos podem moldar a cidade, não apenas segundo suas necessidades, mas também conforme seus mais profundos desejos.

## 2.2 DIREITO À CIDADE: O DIREITO A TER DIREITOS

O estudo sobre o Direito à Cidade, é marcado por sua transversalidade, segundo Bello e Falbo (2021, p. 15), “atravessa nossas vidas e demanda uma compreensão dos fenômenos urbanos numa perspectiva de totalidade social.” Por isso, hoje, essa é uma temática pesquisada por diversas áreas como Direito, Arquitetura e Urbanismo, Sociologia, Geografia, História, entre outras, que evocam de modo unânime à coletividade da vida na urbe, em prol de uma cidade para todos e todas.

Se existe a necessidade de discussão desse tema é porque as cidades em todo o mundo evidenciam que os “direitos humanos de deslocaram do centro da cena tanto política como eticamente” (Harvey, 2012, p. 73). A lógica de mercado, com foco no lucro, transformou a cidade em mercadoria, a terra e os bens são comercializados “de acordo com a capacidade de pagamento dos cidadãos” (Santos Junior; Ribeiro; Werneck; Melo, 2021, p. 33). A cidade não é sinônimo de pessoas, mas passa a ser símbolo de sua capacidade de acúmulo de capital, “um mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito” (Harvey, 2012, p. 73).

O termo Direito à Cidade foi originalmente apresentado e discutido pelo filósofo Henri Lefebvre, na década de 1960, em seu livro *Le Droit à la Ville* (Direito à Cidade), no qual o autor discorre sobre o contexto da cidade de Paris, que enfrentava mudanças político-econômicas que refletiam diretamente na vida cotidiana de seus moradores. As reformas urbanas parisienses, no auge da industrialização e da urbanização, promoveram a marginalização da população (Lefebvre, 2001). O rápido aumento populacional agregado a falta de infraestrutura urbana, ocasionaram surtos epidêmicos, falta de saneamento básico e dificuldades de locomoção, para uma população que estava acostumada a vivência nas praças e ateliês (Lefebvre, 2001).

A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimadas por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais e políticas. (Harvey, 2014, p. 20)

A lógica capitalista, caminha em sentido oposto à promoção de igualdades, pois tem na desigualdade social, seu mecanismo de controle e triunfo. Basta observarmos a organização da cidade, o planejamento urbano, os centros e as margens, denunciam a classe social, o saneamento básico, a escolaridade e a renda de seus habitantes (Saraiva, 2024). Por vezes, nos acostumamos com esse sistema, organizando a vida de modo que “mora-se onde se consegue pagar o aluguel ou comprar uma habitação” (Santos Junior; Ribeiro; Werneck; Melo, 2021, p. 33). Moldando inclusive o conceito que cada indivíduo assume sobre a cidade.

Vários autores elucidaram o conceito de cidade, como lócus de reprodução da força de trabalho (Maricato, 2013), como mercado (Rolnik, 2013), como campo de lutas entre agentes sociais e objeto de lucro (Corrêa, 2014), como funções (Carlos, 2013), como empresa e mercadoria (Vainer, 2013), entre outros. David Harvey, um dos mais destacados nomes da Geografia Humana, tem dado continuidade aos estudos de Lefebvre sobre direito à cidade, o urbano e a transformação das sociedades, e nos convida a refletir que o nosso ideal de cidade está diretamente relacionado ao “tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos” (Harvey, 2012, p. 74)

Para Lefebvre (1973, p.17), a cidade é vista como “espaço social (...) é o lugar da reprodução das relações de produção”, ou seja, um local que molda a vida das pessoas, a partir de práticas capitalistas. Para o autor, a lógica capitalista, fundamentada no valor de troca, se apresenta como superior à necessidade humana (Lefebvre, 1973). Cardoso (2011, p. 5), ao explicar a observação de Lefebvre, aponta que a cidade é um espaço de dinâmica social, “um espaço passível de ser fragmentado, homogeneizado, hierarquizado, um espaço alienado e fonte de alienação.” Essa dinamicidade e heterogeneidade da cidade, está presente na compreensão de Harvey (2014), sobre a luta pelo direito à cidade ao apontar que,

O direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado. Inclui não apenas os trabalhadores da construção, mas também todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana: cuidadores e professores, os responsáveis pelos sistemas de esgoto e pelo metrô, os encanadores e eletricitas, montadores de andaimes e operadores de guindastes, trabalhadores de hospitais e os motoristas de caminhões, ônibus e táxis, os trabalhadores de restaurantes e artistas, os caixas de banco e os administradores da cidade. [...] é por esse motivo que o direito à cidade deve ser entendido não como um direito que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta: que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental (Harvey, 2014, p. 247).

Portanto, a cidade se configura como principal espaço para observar as práticas sociais de luta, reivindicação e implementação dos direitos na constante interação entre os agentes sociais. Izzo (2017), em sua tentativa de compreender o direito à cidade, relaciona o tema com a prática urbana de direitos, os quais se definem a partir do direito a ter direitos. Tendo em vista que o direito a ter direitos, evoca a busca por uma vida digna e humana, fundamentada numa prática urbana reivindicativa de um grupo social, que reside na possibilidade deste de “definir ou redefinir, modificar ou cancelar uma determinada compreensão, concepção ou aplicação desse direito” (Izzo, 2017, p. 49). Ou seja, é um processo ativo e que advém de uma coletividade, é a configuração de uma cidadania, na qual os cidadãos<sup>7</sup> revestem-se do direito a ter direitos (Izzo, 2017).

Nesse cenário, o direito à cidade para Izzo (2017, p. 56), define-se como “uma prática de luta pelos direitos cuja indeterminação confere a essa mesma prática o sentido de um direito a ter direitos.” Surge, então, o questionamento: quais direitos compõem a expressão direito à cidade? Tavolari (2016) distingue com base em Marcuse (2014), os direitos *na* cidade no plural como “direito à moradia, ao transporte, ao uso dos equipamentos públicos, à participação nas decisões locais, entre outros”, e, o direito *à* cidade, no singular “que exigiria a completa transformação dela e permitiria instaurar uma organização social autogestionária, sentido que seria o propriamente pretendido por Lefebvre” (Tavolari, 2016, p. 104). Por outro lado, Izzo (2017, p. 59) aponta que “não é possível enumerar todos os direitos que fazem parte do âmbito da aplicação do direito à cidade”, o que configura, segundo o autor, “a natureza multiforme do direito à cidade” (Izzo, 2017, p. 59). Ou seja,

os tateios em torno da definição jurídica do direito à cidade não expressam apenas falta de rigor conceitual ou desconhecimento em relação ao direito: são indícios da tentativa de compreender algo que não cabe exatamente nas categorias institucionais existentes, que envolve as mais distintas reivindicações de movimentos ao redor do mundo. Isso mostra que é a própria reivindicação social que é indeterminada, o que não pode ser entendido como *falta* - de especificidade ou de rigor -, mas antes como formação de um campo de discussões. (Tavolari, 2016, p. 105-106)

Sob uma perspectiva jurídica, o direito à cidade corresponde à “possibilidade de acesso e de transformação ao que o espaço urbano oferece; é a oportunidade de satisfação das diferentes necessidades da vida moderna e de autoafirmação do cidadão” (Guimarães; Araújo, 2018, p. 1791). O que corrobora com as dimensões do direito à cidade previstas por Lefebvre

---

<sup>7</sup> “Qualidade do indivíduo que vive na cidade; é a reunião de diversos direitos fundamentais, que asseguram a dignidade da pessoa humana e a verdadeira democracia.” (Guimarães; Araújo, 2018, p. 1791)

(1996), como 1. direito à vida; 2. direito à diferença; 3. direito à participação ativa; e, 4. vida urbana fundamentada no uso (apropriação). Conforme Lefebvre (2001), o direito à cidade,

[...] se manifesta como a forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (Lefebvre, 2001, p. 134)

No Brasil, as discussões sobre direito à cidade tiveram início nas décadas de 1970 e 1980, ainda em contexto de ditadura militar, no qual “noções de direito, justiça e democracia tinham um peso ainda maior” (Tavolari, 2016, p. 98). Tendo em conta, que “no auge da ditadura militar, os espaços públicos de manifestação política e convivência haviam sido destruídos” (Tavolari, 2016, p. 101), devido a “remodelagem metropolitana nesses anos expressou a prepotência e o desprezo com que a tecnocracia dirigente tratou a qualidade de vida dos que não tinham automóvel e não viviam nas zonas nobres da cidade” (Sader, 1988, p. 119). Nesse sentido, o tema foi trabalhado por intelectuais como também por militantes de movimentos sociais, que construíram um imaginário sobre a temática, constituindo assim, segundo Tavolari (2016, p. 98), “uma combinação de concepções aparentemente pouco conciliáveis: um amálgama entre o direito à cidade, de Lefebvre, e a noção de luta por acesso a equipamentos de consumo coletivo por parte de movimentos sociais urbanos.” A autora pontua que a entrada do tema no Brasil, não se deu pelas obras de Lefebvre, mas sim, de duas maneiras distintas, tendo Marx como mediador de autores contemporâneos sobre o marxismo: 1. a emergência dos movimentos sociais motivada pela sociologia da vida cotidiana, com influência de Thompson e Castoriadis; e, 2. pela leitura sistemática de Marx, em *O Capital*. A construção do conceito de direito à cidade, passou por um processo de compreensão: terra > “algo a mais” > equipamentos públicos.

Na década de 1980, Maricato (1987) e Jacobi (1986), foram propulsores sobre a necessidade de “ampliar uma demanda já existente, o direito à terra, vinculada a bandeira da reforma agrária e às ocupações de terrenos vazios nas grandes cidades” (Tavolari, 2016, p. 100). Em Jacobi, o direito à cidade correspondia “a uma gama de aspirações: uma cidade democrática, em que os encontros são possíveis e as relações de poder são desafiadas, em que o cotidiano pode ser transformado” (Tavolari, 2016, p. 100). Nota-se, destarte, uma noção de cidadania, de grupos em luta por uma redemocratização, de uma volta a ocupar a cidade e usufruir dela, com foco “na conquista de padrões mínimos de vida e na ‘consciência’ formada a partir dessas reivindicações, que teria gerado demandas democráticas mais amplas” (Tavolari, 2016, p. 101).

Todas as pessoas que vivem na cidade são cidadãos? Não é bem assim. Na verdade, todos tem direito à cidade e tem direito de se assumirem como cidadãos. Mas, na prática, da maneira como as modernas cidades crescem e se desenvolvem, o que ocorre é uma urbanização desurbanizada. [...] Direito à cidade quer dizer direito à vida urbana, à habitação, à dignidade. É pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontros e não de desencontro. (Jacobi, 1986, p. 22)

Apesar, do vasto desenvolvimento no aspecto de políticas públicas, na esfera federal, o período de 1930 a 1990, “não significou uma inflexão no modelo estatal de atuação sobre o urbano, intensificando a separação das questões sociais e políticas da prática do planejamento” (Camargo; Bresciani, 2021, p. 5). Aspecto que deu espaço a grande mobilização civil e político-cultural, com destaque para os movimentos pela reforma agrária, resultaram na inserção da temática urbana enquanto política pública na Constituição Federal de 1988.

O direito à cidade, sob égide das lutas sociais, se fez constar na CF/1988, na edição do capítulo da “política urbana”, sendo tratado “como garantia constitucional, representando uma prerrogativa a todos os brasileiros no usufruto da estrutura urbana e dos espaços públicos de suas cidades” (Guimarães; Araújo, 2018, p. 1792). Conforme os artigos 182 e 183, o direito à cidade dá autonomia aos municípios para desenvolverem políticas urbanas que visem a plena promoção das funções sociais da cidade e garantia do bem-estar dos seus habitantes (art. 182, caput, Constituição Federal).

Dos anos 1990 aos dias atuais, segundo Camargo e Bresciani (2021, p. 6) é “marcado por um intenso desenvolvimento da temática [questão urbana] no nível subnacional [...] incorpora em grande medida a trajetória reformista e as disputas que circundam a previsão constitucional da política urbana.” Nesse sentido, em 10 de julho de 2001, houve a aprovação do Estatuto da Cidade, por meio da Lei nº 10.257/2001, que representou a efetivação e materialização do direito à cidade, conforme previsto na CF/1988, mas sobretudo a garantia da dignidade humana. O Estatuto da Cidade estabelece “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (art. 1º), como também “consagrou o princípio da função social da propriedade, estabelecendo instrumentos de política urbana e fortalecendo o plano diretor como formas de atenuar o quadro da desigualdade urbana no Brasil” (Favarão; Costa, 2018, p. 48). O Quadro 1, elaborado por Duarte (2023), sintetiza os componentes do Direito à Cidade previstos no Estatuto da Cidade:

## Quadro 1 - Componentes do Direito à Cidade

Uma cidade livre de discriminação baseada no sexo, idade, estado de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, ou orientação política, religiosa ou sexual.
Uma cidade com cidadania inclusiva onde cada habitante, seja ele permanente ou transitório, é considerado um cidadão e concede direitos iguais.
Uma cidade com maior participação política na definição, implementação, monitoramento e orçamento das políticas urbanas e de ordenamento do território.
Uma cidade com as suas funções sociais que garantem o acesso equitativo de todos à habitação, bens, serviços e oportunidades urbanas.
Uma cidade com espaços públicos de qualidade que favorece a interação social e participação política, fornece as expressões socioculturais, integra a diversidade e promove a coesão social.
Uma cidade com igualdade de gênero que adquire todas as medidas necessárias para combater qualquer tipo de discriminação contra as mulheres, homens, e pessoas LGBT em termos políticos, sociais, econômicos e culturais.
Uma cidade com diversidade cultural, que respeita, protege e promove os diversos meios de vida, costumes, memória, identidades, expressões e práticas culturais e artísticas dos seus habitantes, além de respeitar e valorizar todas as religiões, etnias, línguas, culturas e costumes.
Uma cidade com economias inclusivas, que assegura o acesso aos meios de subsistência e trabalho decente a cada habitante, bem como integra outras economias, tais como a economia solidária, consumo colaborativo, economia circular, reconhecendo também o papel das mulheres na economia do cuidado.
Uma cidade como um sistema de assentamento e ecossistema comum, que respeite os vínculos rural-urbano, e proteja a biodiversidade, habitats naturais e ecossistemas circundantes, e suporte cidades-regiões, a cooperação cidade-cidade, e a conectividade.

Fonte: Duarte (2023)

No entanto, embora, tenham sido criadas diversas Leis, projetos e programas com o lema da promoção e valorização da dignidade humana nas cidades, são referências normativas que carecem de efetivação (Favarão; Costa, 2018). Principalmente, quando a pauta reflete direitos urbanos aos grupos em vulnerabilidade social, mulheres, crianças e idosos, porque

Nossas cidades têm um modelo de propriedade da terra urbana, que impede certos grupos de apropriar-se coletivamente da cidade, ou seja, de ter acesso à moradia e a usufruir do bem-estar proporcionado pelos equipamentos coletivos da cidade. (Santos Junior, 2021, p. 17)

Nesse sentido, Bello e Beleza (2019, p. 758), apontam que “não há reconhecimento expresso da relação entre gênero e cidade na legislação urbanística federal: Estatuto da Cidade<sup>8</sup>, Política Nacional de Mobilidade Urbana<sup>9</sup>, Estatuto da Metrópole<sup>10</sup> e Regularização Fundiária

<sup>8</sup> Lei nº 10.257/2001.

<sup>9</sup> Lei nº 12.587/2012.

<sup>10</sup> Lei nº 13.089/2015.

Rural e Urbana<sup>11</sup>.” Em outras palavras, o direito à cidade proposto não é pensado para as mulheres, ainda que as mulheres sejam maioria na população brasileira. A seguir será explanado o direito à cidade mais especificamente em relação às mulheres

### **2.2.1 As mulheres e o Direito à Cidade**

Ao relacionar o direito à cidade e as discussões sobre gênero, com enfoque às mulheres, destaca-se um histórico de desvalorização e falta de representatividade. As mulheres são comumente vistas em locais de depreciação e de falta de segurança, de oportunidades e de direitos assegurados. Aspectos que se relacionam a um histórico que tem como marco a divisão sexual do trabalho, que em nossa cultura distingue entre espaço público (homem) e espaço doméstico (mulher) (Calió, 1997). Valadares (2020, p. 360), compreende que “se a inserção nas relações laborais e econômicas são distintas para os gêneros, por conseguinte a inserção no espaço físico e no poder serão distintas para ambos”, ou seja, às mulheres não coube o direito a ocupar os espaços urbanos.

Ao analisarmos o histórico de construção social e capitalista da sociedade que se materializa hoje, é apresentado que a inferiorização das mulheres não foi algo que aconteceu de forma natural; mas sim, como uma forma do Estado garantir que o poder que ele possuía fosse apenas dele, pois era um fator importante em questões de ordem e influência (Bello; Beleza, 2019). Logo, as cidades não foram construídas sob a perspectiva de mulheres, fator esse que afeta a vidas das mulheres diariamente, “independente da forma como o planejamento urbano é estruturado, as mulheres lutam contra obstáculos aparentes em sua rotina no espaço público, para exercer sua função como cidadã” (Andrade; Nunes, 2020, p. 3).

O não entendimento da cidade-sexista impossibilita aos estudiosos urbanos reconhecer nela a mulher. Esteja ela onde estiver, no mercado de trabalho, no lar, seja ela sozinha, casada, chefe de família, de qualquer idade, cor e classe social - a origem de classe não muda fundamentalmente a natureza e a permanência de sua opressão - ela sofre segregação através da ideologia patriarcal refletida no espaço urbano: divisão do trabalho em doméstico/social e sua consequente repartição homem/mulher, privado/público. (Calió, 1997, p. 5)

Essas lutas e empecilhos mostram apenas que a cidade não valoriza o gênero, pois os formuladores das políticas públicas não estão interessados em entender quais são as necessidades que essa população possui para habitar sua cidade, tendo em conta que “os urbanistas, em geral homens, desconhecem as necessidades cotidianas ligadas às atividades

---

<sup>11</sup> Lei nº 13.465/2017.

reprodutivas” (Helene, 2019, p. 960). Há de se pontuar, que o direito à cidade, tem como aporte principal o suprir das necessidades coletivas atrelado diretamente à capacidade da cidade “proporcionar condições de vida adequadas a todos os cidadãos” (Schuhardt; Chagas, 2020, p. 47), por meio de “acesso igualitário aos benefícios (infraestrutura, transporte público, moradia digna, saneamento, serviços públicos, etc.)” (Guimarães; Araújo, 2018, p. 1792). No entanto, todos estes aspectos são ausentes na promoção do direito à cidade para a mulher.

Vários autores apontam aspectos que invisibilizam a presença da mulher na cidade, sobretudo destacando a cidade como um lócus de insegurança, hostil (Andrade; Nunes, 2020) e voraz para a mulher, “pelo papel que a sociedade machista lhe impõe” (Casimiro, 2021, p. 27). Basta observar fatores como “iluminação precária e presença de áreas subutilizadas não-muradas ou de fácil acesso”, (Andrade; Nunes, 2020, p. 6); “má qualidade do transporte público [...] falta de equipamentos públicos [...] como creches, escolas, posto de saúde e áreas de lazer e de convivência” (Franco; Francisco; Tavares, 2017, p. 13); zoneamento, insegurança habitacional, ausência de serviços públicos e violência urbana (Andrade; Nunes, 2020; Helene, 2019); remuneração das mulheres é menor (Helene, 2019); são apenas alguns exemplos da dificuldade da mulher em transitar, ocupar e usufruir da cidade.

Mesmo que as cidades não sejam acolhedoras às mulheres, no Brasil, elas ocupam predominantemente os espaços urbanos. Contraditoriamente, o poder decisório das mulheres não acompanha essa vantagem numérica, sendo sua admissão em cargos políticos ainda muito pequena, fator que inviabiliza que o processo democrático seja construído de forma equânime (Casimiro, 2021; Menezes; Calado; Silva, 2021).

Pontua-se mais, que a localização das moradias impacta diretamente o modo como a mulher se relaciona com a cidade. Considerando, por exemplo a mobilidade urbana, o homem por estar ligado a função produtiva, geralmente tem uma movimentação linear, casa-trabalho; à mulher esses deslocamentos são mais intensos: “elas estão encarregadas do trajeto dos filhos à escola, da compra de insumos alimentícios, de limpeza e do cuidado do entorno da moradia” (Helene, 2019, p. 959-960). Sem mencionar aquelas que exercem atividade com vínculo empregatício, além dos supracitados.

Araújo *et al.* (2023) evidenciam que, em Curitiba, independentemente da classe, a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres trajetos mais complexos e diversificados, enquanto os homens tendem a ser mais limitados entre casa, trabalho e estudo. Somado a isso, Macêdo *et al.* (2020), ao estudarem São Paulo, constataram variações comportamentais que confirmam que o uso dos transportes públicos é maior entre as mulheres. Menezes, Calado e Silva (2021) complementam que a mobilidade é ainda afetada por outros fatores, como o medo

e a segurança pública, o que inclui a carência de serviços de policiamento, monitoração, movimento local, iluminação e horários e rotas de transportes públicos.

Há de se incluir, ainda, aspectos relativos a barreiras psicológicas, como o medo ao percorrer as ruas da cidade e “englobam toda uma perspectiva de como a mulher é vista, não apenas no espaço público, mas em todos os âmbitos” (Andrade; Nunes, 2020, p. 6). Temendo assim por sua dignidade moral, física e até sexual. Barreiras refletidas no “constrangimento [...] no transporte público, o medo da violência, o ‘cuidado’ com o uso da indumentária e a gramática de ‘alertas’ que toda menina aprende como forma de proteção para o convívio social urbano” (Albuquerque, 2017, p. 99). Como analisam Andrade e Nunes (2020), é como se a mulher coubesse um manual invisível, que lhes é ensinado desde a infância, como evitar determinadas ruas, principalmente à noite e àquelas que forem escuras e não andar em locais com pouco movimento. Bourdieu (2007, p. 39) classifica como “cerco invisível” os aspectos simbólicos que limitam a presença e atuação do corpo feminino.

Mas, por outro lado, também há estudos que evidenciam alternativas para promoção do direito à cidade para as mulheres. Daniela Cota (2021), arquiteta e urbanista, expõe que embora os textos de Lefebvre (2008) não evidenciem a diversidade sociocultural, o autor destaca o cotidiano como principal plano de fundo de suas análises. Aspecto que corrobora a reflexão sobre o direito à cidade pensado para as mulheres, tendo em vista que são elas quem vivem de forma mais vigorosa o cotidiano.

São os corpos dessas mulheres que habitam, circulam, trabalham, cuidam de si e dos outros, se inserindo nessa trama urbana, social, cultural e econômica. Por isso, temos que pensar na produção e na reprodução das relações sociais no espaço urbano a partir de um conhecimento ampliado dessas experiências, considerando as relações de poder de sexo, de raça, de classe, e a produção de desigualdades nas formas de uso da cidade. Assim, pensar o espaço urbano para todas e todos significa reconhecer a *diversidade* que caracteriza esses espaços, cabendo às intervenções urbanísticas oferecer as mesmas condições a homens e mulheres de exercer suas tarefas cotidianas. (Cota, 2021, p. 37)

Cota (2021), estuda a relação entre direito à cidade e gênero, apontando para a necessidade de incorporar e visibilizar as demandas das mulheres no planejamento urbano, tendo em conta que “não haverá *direito à cidade* se não considerarmos o lugar das mulheres na vida urbana, e não haverá justiça socioespacial se não combatermos também as desigualdades existentes no âmbito das políticas urbanas” (Cota, 2021, p. 14). Para tanto a autora, contribui ao articular a crítica feminista ao conceito de “direito à cidade” (Lefebvre, 2001), apresentando os seis pontos principais que devem ser considerados ao pensar o direito das mulheres à cidade, proposto por Sanz (2013), conforme quadro 2, a seguir:

## Quadro 2 - Componentes do Direito das Mulheres à Cidade

Aspectos principais	Definição
1. Reconhecer e visibilizar as mulheres que foram esquecidas	Evidenciar as contribuições das mulheres, inclusive suas dificuldades e desafios em acessar e ascender em espaços dominados por homens (Sanz, 2013; Cota, 2021).
2. Reconhecer a falta de neutralidade do espaço urbano do ponto de vista de gênero	Ao considerar os espaços e funções sociais como socialmente construídos e inter-relacionados, é imprescindível questionar seus usos, experiências vividas, percepções dos diferentes atores sociais e sua medição pelas relações de poder patriarcais (Sanz, 2013; Cota, 2021).
3. Reconhecer e valorizar a diversidade	Após o reconhecimento das diferenças de usos do espaço, experiências e desafios entre homens e mulheres em relação a cidade, é válido discutir e incorporar as diferenças das mulheres entre si, de modo a propor novos arranjos conceituais que considerem sua idade, raça, classe social, etnia, sexualidade e situação profissional (Sanz, 2013; Cota, 2021).
4. Superar a dicotomia público-privado	Existe uma polarização ancorada na divisão sexual dos papéis sociais, que distribui de modo desigual os espaços a serem ocupados por homens e mulheres. Para suplantar essa lógica é preciso reconhecer que a mulher não ocupa apenas a casa (espaço privado), elas também usam, modificam, circulam pelo espaço público e com ele se relacionam. Superar essa dicotomia é trazer à luz os abusos do poder patriarcal e discutir de forma crítica e política sobre a violência doméstica e estratégias de apropriação e reapropriação de espaços públicos pela mulher (Sanz, 2013; Cota, 2021).
5. Incorporar as experiências e percepções das mulheres na análise da cidade	Visibilizar as experiências cotidianas das mulheres no processo de formulação de políticas públicas, por meio de metodologias participativas e estudos qualitativos, de modo a dar voz e empoderar as mulheres com relação a efetivação de um direito à cidade para todos (Sanz, 2013; Cota, 2021).
6. (Re)valorizar as tarefas de reprodução	Por meio das tarefas de reprodução, há subsídio para existência de atividades de produção, logo não faz sentido separar a produção sem incluir a reprodução. Superar essa dicotomia é fundamental, pois destaca o questionamento de diversos aspectos patriarcais que estruturam as relações sociais e denunciam criticamente a exclusão da mulher do ambiente urbano privando-a, assim, do direito à cidade (Sanz, 2013; Cota, 2021).

Fonte: Elaborado pela autora com base em Sanz (2013) e Cota (2021).

Isabela Buffon (2022), arquiteta, destaca também iniciativas que podem proporcionar, de forma estrutural, melhor acessibilidade às mulheres no contexto urbano, como os percursos

no transporte coletivo que conectem os serviços públicos, como postos de saúde, creche, escola e áreas de lazer; reestruturação dos pontos de ônibus, com melhor iluminação noturna e visibilidade; calçadas acessíveis e de qualidade; criação de novos centros com comércio e serviços, em horários flexíveis; fachadas ativas; ocupação dos vazios urbanos com áreas de lazer; e, criação de espaços comunitários e culturais.

É preciso “feminilizar” os conceitos de planejamento urbano e políticas públicas (Calió, 1997), para que seja possível discutir um direito à cidade que alcance todos e todas. Para Daniela Cota (2021, p. 35) “pensar a cidade a partir das experimentações cotidianas das cidades por diferentes mulheres torna-se fundamental para se estabelecer um debate sobre a questão urbana e o direito à cidade sob a perspectiva de gênero”, para assim combater as desigualdades sociais da realidade urbana, que envolvem as dimensões política, simbólica e material. Uma desigualdade reforçada devido a concepção de que “a produção da própria cidade é ela mesma um mecanismo de acumulação de capital porque envolve ganhos e lucros econômicos” (Santos Junior; Ribeiro; Werneck; Melo, 2021, p. 33).

Por sua vez, a concepção de direito à cidade, proposta por Lefebvre e atualizada por Harvey (2014, p. 28), compreende a cidade a partir do seu valor de uso, “um direito de mudar e reinventar a cidade [...] uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo.” Nesse sentido, cabe afirmar que tal perspectiva está intrincada em uma lógica anticapitalista, “essencialmente insurgente, envolvendo reivindicações por direitos, espaços e dinâmicas sociais que ainda sequer existem” (Santos Junior; Ribeiro; Werneck; Melo, 2021, p. 35). Em outras palavras, o direito à cidade reforça a leitura do espaço urbano, a partir de uma coletividade, de uma vida vivida em comum, construída e compartilhada por todas as pessoas que habitam a cidade.

De modo a endossar a discussão sobre o direito das mulheres à cidade, a seção seguinte apresenta reflexões sobre o território, tendo em vista que associar território e mulher, infere a construção social refletida diretamente no cotidiano, percebida em sua relação com/e acesso à moradia, transporte, como também medo e insegurança (Soares; Marx, 2021). O direito à cidade está intrinsecamente ligado às noções de território, pois é no espaço urbano que os cidadãos exercem sua cidadania e reivindicam seu direito de pertencimento e participação na construção da cidade.

Ao mesmo tempo, o território é moldado pelas relações de poder, disputas e conflitos que permeiam o tecido social e urbano. É fundamental que os cidadãos se reconheçam como agentes ativos na construção da cidade, capazes de transformar seus territórios e de lutar por uma sociedade mais justa e democrática. Partindo do pressuposto de que a(s) cidade(s) são

territórios, com múltiplos territórios onde indivíduos e/ou grupos sociais constroem as suas territorialidades e onde são exercidas relações de poder.

### 2.3 REFLEXÕES SOBRE O TERRITÓRIO

Para a compreensão das relações sociais e a configuração da vida em sociedade, é necessário entender a dinâmica do território, centrada principalmente no poder. Nesse sentido, esse capítulo abordará as práticas e ações dos indivíduos no território, formando e reformulando seus processos de territorialização e efetivando suas territorialidades. Ressalta-se que, especificamente, Marcos Aurélio Saquet, Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza, geógrafos que pesquisam sobre território, embora apresentem perspectivas diferentes sobre o tema, complementam-se em suas análises. Ora sob um viés micro, ora macro, ora social, ora local, acredita-se que suas lentes contribuirão para a melhor exposição, discussão e atravessamentos nesta dissertação.

Assim sendo, a origem da palavra território, advinda do latim *territorium*, é uma derivação da palavra terra e está diretamente relacionada ao uso da terra sob aspectos jurídicos e políticos (Haesbaert, 2004). *Territorium* também evoca termos como *terreo* / *territor*, que significam terror, aterrorizar, respectivamente. Martins e Chagas (2021, p. 317), ao comentar a relação entre esses significados, pontuam que se refere “à dominação, imposição, terror, medo, dos agentes hegemônicos sob os hegemonzados o privilégio de usufruir do território por intermédio de apropriação.” Evidencia-se, assim, dois sentidos, “um, predominante, dizendo respeito à terra e, portanto, ao território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos que o ‘território’ inspira (medo para quem dele é excluído e satisfação para quem dele usufrui ou se identifica)” (Haesbaert, 2004, p. 94).

Raffestin (1993), afirma que o território é a materialização do poder, pois representa as ações do homem sobre o espaço, denominados de trunfos do poder. Esses trunfos estão presentes nas “ações do Estado, das instituições, das empresas (...) enfim, em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas” (Saquet, 2013, p. 33), evidenciando, assim o campo de poder (Raffestin, 1993).

A partir dessas interações, Souza (2012, p. 79) questiona: “quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” Atribui-se, então, que o poder está em movimento e pertence àquele que dele se apropriar, conforme Foucault (1989, p. 183), o poder é “algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está

nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem.” Arendt (1985), define poder da seguinte maneira:

O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece. (Arendt, 1985, p. 24)

Saquet (2013) discorre sobre a relação de poder e os significados do conceito de território ao longo da história, o qual relembra que já no século XV, o termo determinava a dominação de uma determinada área de terras, e sobre esse espaço era exercida uma soberania territorial. No século XVI, a difusão de doutrinas políticas dera origem à repartição política dos lugares e à formação dos Estados, e com as descobertas do Novo Mundo, refletiu-se em novos territórios para dominação e exploração. No decorrer do século XVII e XVIII, o processo de colonialismo e mercantilismo, abriram espaço para a competição pautada na conquista e dominação de novos territórios, deixando assim sua atribuição de abrigo e passando a ser considerado receptáculo econômico (Saquet, 2013).

No final do século XIX, Ratzel, alemão e primeiro grande autor da geografia política, definiu território, como sinônimo de solo (*Boden*), “como se território fosse sempre sinônimo de território de um Estado, e como se esse território fosse algo vazio sem referência aos atributos materiais, inclusive ou sobretudo naturais” (Souza, 2012, p. 86). Logo, sob uma abordagem geopolítica, entendeu o território como área e recursos naturais (solo, água, clima), expressando assim um domínio da natureza sobre o homem. Posteriormente, o autor avança compreendendo o território como “uma parcela de espaço, delimitada, com ou sem a presença do homem; com ou sem modificações provocadas pelos povos e com ou sem a presença e domínio do Estado” (Saquet, 2013, p. 32).

O poder, então, perpassa todo esse período, sendo produzido nas relações, a todo instante, nações vs. nações, tribos e povos, em luta pelo domínio do território. No entendimento de Saquet (2013, p. 32) sobre a perspectiva de poder em Foucault, o poder significa “relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana.” Raffestin (1993), outro expoente sobre o conceito de território, assume que:

O território (...) não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzir por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem na qualidade de categorias obrigatórias. (Raffestin, 1993, p. 7-8)

Vale mencionar que Raffestin (1993, p. 58), elabora seu conceito sobre território, a partir da perspectiva de Foucault, classificando-o como “a cena do poder e o lugar de todas as relações.” Em outra passagem, o autor expõe que “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p.144), evidenciando sua compreensão da distinção entre espaço e território. Logo, ao se estabelecer projetos, representações sobre o espaço, ao delimitá-lo, ficam evidentes as relações de poder. Tendo em vista que todo sistema por detrás da conquista do território, tem sua centralidade no poder.

Sob a perspectiva marxista, o valor do território está nas relações de troca que podem ser efetivadas. É com base nessas relações que surge o “campo de poder”, no qual “um ator manifesta a intenção de dele [o campo] se apoderar” (Raffestin, 1993, p. 144). Tal afirmação evidencia que os atores são dotados de um poder relacional,

onde suas estratégias se chocam entre si, isto é, o território não é somente aquele das fronteiras guarnecidas pelo Estado, num poder que vem de cima para baixo (..) mas também, das relações microfísicas, do lado, de baixo, de cima, às margens no Estado, em diferentes graus, momentos e lugares (Martins; Chagas, 2021, p. 317)

Nesse sentido, Raffestin (1993) aponta a existência do Poder, com letra maiúscula, que se revela por meio das estratégias e idealizações das grandes corporações e até mesmo do Estado. Enquanto o poder, com letra minúscula, seria àquele muitas vezes não perceptível, mas presente nas relações sociais. No contexto da cidade, por exemplo, os agentes sociais, são os grandes responsáveis por essa movimentação de apropriação do espaço, principalmente visando a obtenção de lucro.

Essa concepção, corrobora com Rogério Haesbaert (2004), autor brasileiro, influenciado por Raffestin (1993), que propõe uma perspectiva integradora, na qual o território nem sempre está ligado a aspectos materiais, mas também pode ser amplo e relacionado a características de pertencimento, valor, laço e ao próprio espaço de construção do ser. Para o autor, o território é político, mas também é material, é simbólico, é cultural, é natural, é rede, é usado e é vivido. Em todos esses aspectos as pessoas se (des)(re)constróem nesse território que existe por causa das relações sociais nela estabelecidas, logo, o território é um “espaço socialmente apropriado, produzido” (Haesbaert, 2004, p.103)

Nesse sentido, Haesbaert (2004), agrupa a concepção de território em três fatores: (1) Econômica (E) - território sinônimo de recursos e reflexo da relação capital-trabalho; (2) Política ou jurídico-política (P) - no qual o território assume o viés de ser um espaço delimitado e controlado pelo poder, na maioria das vezes do Estado; e, (3) Cultural ou simbólico-cultural (C) - território como espaço vivido, vislumbrado em sua subjetividade, produto de uma valorização simbólica. Haesbaert (2004, p. 116), complementa que tudo está relacionado “não há vida sem, ao mesmo tempo, atividade econômica, poder político e criação de significado, de cultura”.

Saquet (2003/2001), sinaliza que as dimensões apontadas por Haesbaert (2004), estão no mesmo nível e relacionam-se de formas “múltiplas, complexas, heterogêneas, e estão em unidade, a cada período, momento e lugar ou em cada relação espaço-tempo” (Saquet, 2010, p. 160). Mas, por sua vez, Saquet (2009) acrescenta à tríade EPC, a dimensão natureza (chão, ambiente, formas espaciais, relação entre os indivíduos), dando origem conceitual ao EPCN, pois compreende como indissociável a relação entre homem-território, tendo em conta que “o homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva ou subjetivamente [...] o espaço corresponde ao ambiente natural e ao ambiente organizado socialmente” gerando assim “unidade entre natureza e sociedade” (Saquet, 2009, p. 81).

(...) as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas e em unidade, efetivam o território, o processo social, *no* e *com* o espaço geográfico, centrado e emanado *na* e *da* territorialidade cotidiana dos indivíduos em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se *na* e *com* a territorialidade cotidiana. E aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida e é nesta que se concretiza a territorialidade. (Saquet, 2007, p. 57)

Saquet (2005), explora, então, uma perspectiva relacional do território, que apresenta como características redes (movimento), relações de poder que se materializam nos aspectos econômicos, políticos e culturais, e capaz de formar ou mesmo formado de identidades (movimento). Ontologicamente, Saquet (2009), reconhece três processos que configuram o território, nesse movimento EPCN: 1). as relações de poder que constituem campos de força EPCN; 2). “a construção histórica e relacional de identidades” 3). “o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR)”. (Saquet, 2009, p. 82).

A TDR está ligada diretamente à vida cotidiana dos indivíduos no território, tal como os imigrantes ou expatriados, que também vivem, experienciam e se relacionam, desenvolvendo territorialidades (expressão humana sobre o espaço). A reterritorialização se manifesta na produção de características relativas a sua vida anterior, que compreendem questões políticas, culturais e econômicas. A desterritorialização, por sua vez, seria a perda do espaço, que pode

acontecer por diversos motivos que provoquem a saída dos indivíduos do seu território. Percebe-se então, um ciclo, no qual processos de desterritorialização geram reterritorializações e conseqüentemente geram novas territorialidades. Para Saquet (2009) esse ciclo acontece de forma simultânea e constante no território, pois os indivíduos são condicionados por forças econômicas, políticas, culturais e da natureza, onde

os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) concomitantes e complementares, isto é, os processos de mobilidade dos indivíduos e as mudanças-permanências (continuidades-descontinuidades) sociais e territoriais que estão presentes em qualquer apropriação e arranjo espacial, seja no campo, seja na cidade. Processos que acontecem no mesmo lugar ou entre lugares diferentes, no mesmo período ou entre períodos históricos distintos. (Saquet, 2009, p. 89)

Sara Picheth e Priscilla Chagas (2018, p. 790), acrescentam que “essas dimensões e suas interações subjacentes são responsáveis pelas movimentações que constituem os territórios.” Pode se inferir, então, que esse movimento pode transformar o espaço ‘dado’ em um espaço produzido; e o espaço produzido em um espaço vivido (Raffestin, 1993). Dando ênfase ao processo de territorialização, observa-se, ainda, características ligadas ao sentido de pertencimento atribuído àquele espaço, aos vínculos ali estabelecidos por meio das relações sociais (Haesbaert, 2004; Picheth, Chagas, 2018). Guarnieri, Chagas e Vieira (2018, p. 66), compreendem a territorialização a partir do cotidiano, considerando-o como “espaço construído e praticado, que se percebem as manifestações de dominação e apropriação.” Nesse sentido, a territorialização é um processo, que se dá pela apropriação, resignificação e produção, que por sua vez é fruto de uma prática social (Saraiva, Carrieri, Soares, 2014).

Entende-se, então, a territorialização como resultado dos processos sociais, “sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária através das identidades” (Saquet, 2009, p. 83). Portanto, a territorialização corresponde a um processo que

desde o princípio, ele atende a uma necessidade também social de “deixar marcas”, tanto simbolicamente inteligíveis aos membros do grupo capazes de decodificá-los quanto permeadas de aspectos obscuros a indivíduos de outros grupos sociais. O importante não é tanto fazer-se entender, mas fazer-se perceber como presente naquele espaço. (Saraiva, Carrieri, Soares, 2018, p.104)

Sendo assim, Costa Junior, Chagas e Oliveira (2022, p. 180), corroboram ao afirmar que a territorialização “a partir de diferentes ‘artes de fazer’ cotidianas infere na territorialidade”. Logo a territorialidade é resultante das relações cotidianas dos sujeitos sociais no território, que por sua vez “reflete distintos aspectos do que é vivido em um dado território pelos membros de

uma coletividade” (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014, p. 104). Essa territorialidade quando afirmada em um espaço físico, rememora aspectos de pertencimento, constituída de “uma totalidade de relações biossociais em interação” (Raffestin, 1993, p. 161).

Dessa forma, os indivíduos vinculam-se à aquele território politizado, por meio da identidade, “de um lado, objetivações brotando de indivíduos isolados ou em coletividade, e, de outro subjetividades emergindo do lugar, um processo em que se escrevem histórias, fincam-se estacas” (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014, p. 105). Diante disso, território e identidade se relacionam, ao “situar a noção de quem se é em um espaço específico, disputado por distintos atores e sujeito a múltiplas influências” (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014, p. 106). A territorialidade e a identidade, conforme Saquet (2007, p. 72), exercem uma relação de reciprocidade, onde “uma condiciona a constituição da outra e se concretiza de maneira histórica e multiescalar” (Saquet, 2007, p. 72), como também dão consciência ao indivíduo ou grupo social sobre seu espaço de vida (Cara, 2002). Em suma, o território é “fruto e condição ele mesmo da territorialização [...] é substantivado por territorialidades, ou, por obras e relações, formas e conteúdos” (Saquet, 2005, p. 13885).

Está clara a questão da multidimensionalidade de nossas vidas cotidianas, tanto biológica como socialmente. Estabelecemos relações econômicas, políticas e culturais todos os dias, minuto a minuto, entre nós e com nossa natureza exterior (inorgânica), o que pode ser traduzido pelas diferenças, identidades, desigualdades, ou seja, pelas territorialidades cotidianas: todos processos espaços-temporais e territoriais inerentes a nossa vida na sociedade e na natureza. (Saquet, 2009, p. 85)

Portanto, ao observar a vida cotidiana, principalmente na cidade, observa-se em seu múltiplo território, as desigualdades e disputas pela apropriação “da habitação, do solo urbano, dos bens coletivos e demais serviços urbanos” (Santos Junior, 2021, p.17). Como também se notam

nanoterritórios, em que as fronteiras englobam uma rua ou um trecho de rua, um prédio ocupado por sem-teto [...] realidades espaço-temporais bem diferentes da aparente fixidez das fronteiras estatais. É a escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências cotidianas inscritas no espaço ou expressas espacialmente. (Souza, 2010, p. 67)

Destarte, o que foi exposto, essa dissertação caminha para a compreensão do território fruto das relações sociais marcadas por conflitos e contradições, que se constitui, também, na autonomia coletiva, nos territórios ignorados, dissidentes e emancipatórios. Tendo em conta que “os oprimidos também elaboram e possuem saberes, exercem (contra)poderes e desenvolvem contra(projetos)” (Souza, 2010, p. 26). Dessa forma, o poder atua *por meio* do

espaço, como forma de resistência, exercida na territorialização que é expressa e “escancarada” na ocupação do território (Souza, 2010).

E a ocupação desse território, ocorre em busca de suprir suas necessidades, por meio da ação direta, que nesse caso, pode ter o intuito de atacar ou pressionar o Estado (Souza, 2010). Por exemplo, os movimentos sociais, “constroem suas identidades fortemente sobre a base de práticas de territorialização ou, mais amplamente, de práticas espaciais insurgentes” (Souza, 2010, p. 32). Nessa perspectiva, o tópico seguinte apresenta uma revisão teórica voltada para as transformações territoriais causadas pelos movimentos sociais, com base nas práticas de resistência.

## 2.4 MOVIMENTOS SOCIAIS

Movimentos sociais evocam a coletividade, ainda que muitas iniciativas tenham iniciado em questões particulares de determinado grupo, direta ou indiretamente afetam a universalidade (Santos Junior, 2021). Dessa forma, compreende-se que os movimentos sociais são como “instituições mediadoras, que operam na tradução entre particularidades e universais” (Santos Junior, 2021, p. 265).

Os movimentos sociais como uma formação de política contenciosa - contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que os governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda (Tilly, 2010, p. 136)

A definição de Tilly (2010), evidencia três características importantes sobre movimentos sociais: (1) são baseados em agendas e reivindicações de um coletivo; (2) há um conflito de interesse entre os agentes sociais, que corrobora para a existência dos movimentos sociais; e, (3) são ações políticas dotadas de autonomia para pressionar e até negociar com o governo quanto ao cumprimento de políticas públicas. Características essas, que consolidam os movimentos sociais, em si, como uma forma de resistência (Paulo; Chagas; Andrian, 2020), por estar vinculada a negação de uma realidade imposta, nesse caso, de apropriação do espaço por meio da exploração imobiliária, da segregação espacial e abandono do governo em atender as demandas por moradia, especialmente, em relação aos grupos menos favorecidos.

Gohn (2011) contribui ao expor o papel dos movimentos sociais,

historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas pelo autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais. (Gohn, 2011, p. 336-337)

A perspectiva de Gohn (2011), resgata a reflexão sobre os conflitos e desigualdades, gerados pelo campo de poder do território, pois a luta dos movimentos sociais ressoa como uma reconquista do poder, por uma coletividade que almeja ser incluída na tomada de decisão, no planejamento urbano. Nesse sentido, assume-se uma contraconduta (Foucault, 2008) ou contrapoder, que significa “um poder que é exercido em oposição a outro poder, e não a negação pura e simples do poder (ou seja, “contrapoder” é diferente de “antipoder” ou “não-poder)”” (Souza, 2010, p. 18). Souza (2010), geógrafo brasileiro, que tem se dedicado ao estudo sobre movimentos sociais, ações coletivas e suas práticas socioespaciais de resistência, expõe que o poder não tem apenas o viés de dominação, soberania, disciplina e segurança, como explorado por Foucault, mas também um outro viés “associado à horizontalidade, a qual pode ser exercida no espaço público, implicando um reforço da esfera pública em sentido forte” (Souza, 2010, p. 19). No quadro 3 é possível identificar diferentes práticas socioespaciais, a partir das análises de Souza (2010).

### Quadro 3 - Práticas socioespaciais

Práticas	Definição
Territorialização em sentido estrito	Apropriação e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física ( <i>squatted buildings</i> etc).
Territorialização em sentido amplo	Territórios são identificados, direitos formais, prerrogativas legais de proprietários privados são desafiados e regras espaciais impostas pelo Estado são quebradas mediante símbolos provocativos e sem a presença física duradoura dos transgressores/desafiadores (como é sobejamente ilustrado pelas ações clandestinas de grafiteagem).
Refuncionalização/reestruturação do espaço material	Adaptação do substrato espacial material a novas necessidades. O espaço material precisa ser adaptado a novas funções no transcurso da manutenção duradoura de territórios dissidentes; quase axiomáticamente, práticas espaciais insurgentes não podem ser exercidas no mesmo ambiente espacial criado pelas práticas espaciais heterônomas. Às vezes essa adaptação pode ser alcançada através de intervenções físicas mínimas, utilizando-se espaços preexistentes de uma maneira nova e criativa (refuncionalização de formas espaciais); às vezes o espaço material preexistente necessita ser reconstruído ou fortemente modificado (reestruturação da organização do espaço material).
Ressignificação de “lugares”	A cultura, o simbolismo e o discurso na qualidade de “campos de batalha.”
Construção de circuitos econômicos	Desenvolvimento de alternativas mais ou menos profundas ao mercado capitalista e às relações de produção capitalistas (emprego assalariado, hierarquia de rendimentos, etc.) no que se refere à geração de renda, à produção, à comercialização e ao consumo.
Construção de redes espaciais	Estratégias multiescalares integrando vários ou mesmo muitas experiências de resistência local ou regional e seus respectivos territórios dissidentes, o que permite que sejam alcançadas sinergias em matéria de visibilidade pública de demandas e protestos, de eficiência logística, de solidariedade pública e de ajuda mútua entre organizações e ativistas de vários lugares.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Souza (2010, p. 40-41)

Arendt (1983), complementa que a luta tida como contrapoder “não pode estar dissociada da resistência contra um poder opressor”, o qual “emerge da rebelião popular”. Para a autora, o poder “é inerente à própria existência de comunidades políticas” (Arendt, 1983, p. 28). Por isso, justifica-se a exploração teórica de território, antes de movimentos sociais, nesta dissertação, devido a compreensão de que “se examinarmos suas ações de resistência,

verificaremos que elas são, quase sempre, também ações de territorialização” (Souza, 2009, p. 67), logo “onde há sociedade há poder” (Souza, 2010, p. 19).

Por conseguinte, Castoriadis (1990), complementa que o poder assume o viés libertário, denominado de poder autônomo, que emana da coletividade:

Autonomia: *autos-nomos*, (dar-se) a si mesmo, as suas leis. (...) Em que sentido pode um indivíduo ser autônomo? (...) A autonomia do indivíduo consiste em estabelecer uma outra relação entre a instância reflexiva e as outras instâncias psíquicas, assim como também entre o seu presente e a história por meio da qual ele se fez tal como ele é, permitindo-lhe escapar à servidão da repetição, refletir sobre si mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e sobre os motivos de seus atos, guiado pela intenção do verdadeiro e pela elucidação de seu desejo. (...) Posso dizer que estabeleço eu mesmo a minha lei - uma vez que vivo necessariamente sob a lei da sociedade? Sim, em um caso: se eu puder dizer, reflexiva e lucidamente, que essa é também a minha lei. Para que eu possa dizer isso, não é necessário que a prove: é suficiente que eu tenha a possibilidade efetiva de participar ativamente da formação e do funcionamento da lei. A possibilidade de participar: se eu aceito a ideia de autonomia como tal (não somente porque ela é “boa para mim”), o que, evidentemente, nenhuma “demonstração” pode me obrigar a fazer, nem tampouco pode me obrigar a colocar de acordo as minhas palavras e os meus atos, a pluralidade de indivíduos pertencendo à sociedade leva imediatamente à democracia, como possibilidade efetiva de igual participação de todos, tanto nas atividades instituintes como no poder explícito (...) (Castoriadis, 1990, p. 131-134)

Uma autonomia, não centrada em uma perspectiva individualista, mas sim, em uma “liberdade para realizar coisas junto com os outros - isto é, como membro de um grupo” (Souza, 2009, p. 20). E essa é uma característica dos movimentos sociais ao possuírem, em sua maioria, “uma dimensão político-pedagógica extremamente importante, em que a participação ajuda a ampliar a consciência das pessoas em relação aos seus direitos como cidadãos e, em especial, ao seu *direito à cidade*” (Souza; Rodrigues, 2004, p. 93). Gohn (2011, p. 334), complementa que esse caráter pedagógico advém de duas maneiras: 1. pela “interação dos movimentos em contato com instituições educacionais”; 2. “no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações.” A autora, aponta que por lutarem contra a exclusão social e promoverem a inclusão e justiça social, desenvolvem assim, o empoderamento da sociedade civil organizada, ao mesmo tempo que “projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social”, onde “aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (Gohn, 2011, p. 336).

Tilly (2010), destaca três atributos existentes em comum nos movimentos sociais: (1) campanha ou programa - com base em suas agendas e reivindicações, os movimentos sociais desenvolvem sua identidade e suas campanhas, o “programa é dirigido aos governos na forma de reivindicações coletivas do movimento” (Santos Junior, 2021, p.261); (2) repertório de ação, repertório de conflito ou formas de mobilização e ação - “campo limitado de rotinas que são

aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha (Tilly, 1995, p. 26), ou seja há a valorização da memória e das experiências passadas de luta; e, (3) linguagens e representações ou demonstrações de valor, unidade, números e comprometimento (VUNC) - os movimentos sociais desenvolvem linguagem própria, comportamentos coerentes com as suas lutas, valorizam o quantitativo de adesão ao movimento, identificam-se visualmente por meio de camisetas, bandeiras, símbolos e, por fim, estimam o comprometimento, representado pela participação dos membros em reuniões, atividades e eventos.

Cada um dos participantes, uma vez tendo possuído uma chance aproximadamente igual de modelar o processo (o que pressupõe que as condições materiais e o acesso a informações não sejam díspares a ponto de criar uma clivagem nítida entre indivíduos e grupos no que tange a referida chance), se verá obrigado, moralmente, a respeitar as regras de cuja construção ele participou livremente, mesmo que suas posições não tenham sido vitoriosas. Cada um dos participantes, por conseguinte, está submetido a um poder - o poder que emana, legitimamente, da coletividade. Submissão essa, entretanto, que jamais se deve dar de modo a asfixiar a liberdade individual [...] (Souza, 2009, p. 69)

A passagem de Souza (2009), remete afirmar que muitas das lutas dos movimentos sociais evocam a práticas do fazer-comum (Tonucci Filho, 2017) uma organização socioespacial ou território autônomo, capaz de autogerir-se e autogovernar-se (Souza, 2009). Tendo em conta o comum como “bens, espaços e recursos que são coletivamente usados e geridos por uma dada comunidade por meio de práticas do fazer-comum, isto é, um conjunto de práticas e relações de compartilhamento e reciprocidade” (Tonucci Filho; Cruz, 2019, p. 488). Tais práticas transcendem as relações público/privado, Estado/mercado, e impõe uma perspectiva de relações sociais inclusivas. O comum surge nas vias alternativas de elaborar a vida, tanto em seu aspecto ligado à produção como a reprodução “sob moldes mais cooperativos, aproximando o pessoal do político, recriando laços e relações de compartilhamento e reciprocidade” (Tonucci Filho, 2017, p. 143).

Dessa forma, ao reunir o fazer-comum (Tonucci Filho, 2017) com as práticas socioespaciais (Souza, 2010), percebe-se uma relação direta com as várias definições encontrada para o termo movimento social, como: “é uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo com os limites do sistema que ocorre a ação” (Melucci, 1989, p. 62); “um desafio, sustentado, aos detentores do poder, em nome de uma população que vive sob a jurisdição desses detentores do poder” (Tilly, 1999, p. 257); “representam um grau razoavelmente elevado (ou até bastante elevado) de organização e de contestação da ordem social vigente” (Souza; Rodrigues, 2004, p. 84); “desafios coletivos

baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridade” (Tarrow, 2009, p. 21); “ações coletivas de caráter político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar demandas” (Gohn, 2011, p. 335); dentre outras.

Gohn (2011) examinou a ocorrência de movimentos sociais no Brasil e na América Latina. A autora pontua que ao fim da década de 1970 e início dos anos 1980, estava em vigor a ditadura militar, o que propiciou o surgimento de “movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição aos regimes militares, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob inspiração da teologia da libertação” (Gohn, 2011, p. 342).

Não se pode negar que os movimentos sociais, ocorridos no Brasil nos anos de 1970/1980, foram fundamentais e decisivos, “via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988” (Gohn, 2011, p. 342). A partir de 1990, surgiram movimentos mais institucionalizados como Fórum Nacional de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, Fórum Nacional de Participação Popular (Gohn, 2011). Conforme Gohn (2011, p. 342) “os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los.” Como resultado, houve início uma “parceria” entre sociedade civil e poder público por meio do Orçamento Participativo, política de Renda Mínima, Bolsa Escola, etc. (Gohn, 2011). Destaca-se, ainda, a criação da Central dos Movimentos Populares, nos anos 1990, a qual “estruturou vários movimentos populares em nível nacional, tal como a luta pela moradia, assim como buscou uma articulação e criou colaborações entre diferentes tipos de movimentos sociais, populares e não populares” (Gohn, 2011, p. 342).

Houve também movimentos sociais “contra as reformas estatais, a Ação da Cidadania contra a Fome, movimentos de desempregados, ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário”, “grupos de mulheres organizadas nos anos 1990 em função de sua atuação política”, “movimento dos homossexuais”, “movimento negro ou afrodescendente” (Gohn, 2011, p. 342-343). Há evidência também para movimentos sociais no Brasil, também nos anos 1990: dos indígenas (pela demarcação de suas terras e vendas de produtos a preços justos), funcionários públicos (organizados em associações e sindicatos, lutavam por direitos sociais e trabalhistas), e ecologistas (dando origem às organizações não governamentais) (Gohn, 2011).

No cenário contemporâneo no Brasil, Gohn (2011) destaca 12 principais eixos dentre os quais envolvem as lutas e demandas dos movimentos sociais, conforme quadro 4, a seguir:

**Quadro 4 - Eixos que envolvem as lutas e demandas dos movimentos sociais**

Eixos	Exemplos
1. Movimentos sociais em torno da questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade	<p>a. Movimentos pela moradia, expresso em duas frentes de luta: articulação de redes sociopolíticas compostas por intelectuais de centro-esquerda e movimentos populares que militam ao redor do tema urbano (o habitat, a cidade propriamente dita). Eles participaram do processo de construção e obtenção do Estatuto da Cidade; redes de movimentos sociais populares dos Sem-Teto (moradores de ruas e participantes de ocupações de prédios abandonados), apoiados por pastorais da Igreja Católica e outras;</p> <p>b. movimentos e ações de grupos de camadas médias contra a violência urbana e demandas pela paz (no trânsito, nas ruas, escolas, ações contra as pessoas e seu patrimônio etc.);</p> <p>c. mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais); ou ainda mobilizações de segmentos atingidos pelos projetos de modernização ou expansão de serviços.</p>
2. Mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão político-administrativa da cidade	<p>a. Orçamento Participativo e Conselhos Gestores (saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, idoso);</p> <p>b. conselhos da Condição Feminina, Populações Afrodescendentes etc.</p>
3. Movimentos em torno da questão da saúde	<p>a. Sistema Único de Saúde (SUS);</p> <p>b. conferências nacionais, estaduais e municipais da saúde;</p> <p>c. agentes comunitários de saúde;</p> <p>d. portadores de necessidades especiais; portadores de doenças específicas: insuficiência renal, lúpus, Parkinson, mal de Alzheimer, câncer, doenças do coração etc..</p>
4. Movimentos de demandas na área do direito	<p>a. humanos: situação nos presídios, presos políticos, situações de guerra etc.;</p> <p>b. culturais: preservação e defesa das culturas locais, patrimônio e cultura das etnias dos povos.</p>
5. Mobilizações e movimentos sociais contra o desemprego	
6. Movimentos decorrentes de questões religiosas de diferentes crenças, seitas e tradições religiosas	
7. Mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulação com as cidades por meio da participação de desempregados e moradores de ruas, nos acampamentos do MST, movimentos dos pequenos produtores agrários, Quebradeiras de Coco do Nordeste etc.	

8. Movimentos contras as políticas neoliberais	a. Mobilizações contra as reformas estatais que retiram direitos dos trabalhadores do setor privado e público; b. atos contra reformas das políticas sociais; c. denúncias sobre as reformas que privatizam órgãos e aparelhos estatais.
9. Grandes fóruns de mobilização da sociedade civil organizada: contra a globalização econômica ou alternativa à globalização neoliberal (contra ALC, por exemplo); o Fórum Social Mundial (FSM), iniciativa brasileira, com dez edições ocorridas no Brasil e no exterior; o Fórum Social Brasileiro, inúmeros fóruns sociais regionais e locais; fóruns da educação (Mundial, de São Paulo); fóruns culturais (jovens, artesãos, artistas populares etc.)	
10. Movimento das cooperativas populares: material reciclável, produção doméstica alternativa de alimentos, produção de bens e objetos de consumo, produtos agropecuários etc. Trata-se de uma grande diversidade de empreendimentos, heterogêneos, unidos ao redor de estratégias de sobrevivência (trabalho e geração de renda), articulados por ONGs que tem propostas fundadas na economia solidária, popular e organizados em redes solidárias, autogestionárias. Muitas dessas ONGs tem matrizes humanistas, propõem a construção de mudanças socioculturais de ordem ética, a partir de uma economia alternativa que se contrapõe à economia de mercado capitalista.	
11. Mobilizações do Movimento Nacional de Atingidos pelas Barragens hidrelétricas, implantação de áreas de fronteiras de exploração mineral ou vegetal etc.	
12. Movimentos sociais no setor das comunicações, a exemplo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gohn (2011).

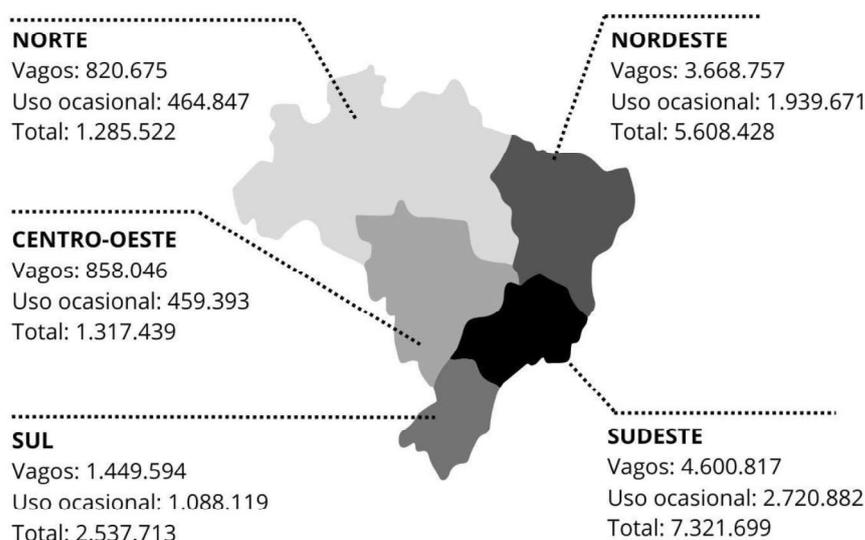
Dentre os movimentos sociais, destacam-se, em especial os movimentos sociais por moradia (Tilly, 1995; 2010), que estão ancorados como forma de “exigir o cumprimento da função social da propriedade e efetivação do direito à moradia adequada” (Tavares; Vieira; Quintans, 2021, p. 253). Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012, p. 401) corroboram ao afirmar que “o movimento de moradia se estrutura, se define e se apresenta à sociedade enquanto um ator coletivo, ator este que, a despeito de sua heterogeneidade interna, caracteriza-se pelo compartilhamento de um determinado projeto político.” As lutas em torno da Reforma urbana, a partir de 1970, com a criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), elucidam a necessidade emergencial de moradia no Brasil, assim como denunciam a realidade das cidades brasileiras e sua desigualdade. Na seção seguinte será discutido as ocupações urbanas como principal forma de luta dos movimentos sociais por moradia no Brasil.

#### **2.4.1 Movimentos Sociais por Moradia: As ocupações urbanas**

O relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, em 2020, demonstrou que o Brasil possuía cerca de 33 milhões de pessoas sem moradia (ONU, 2020). Segundo o Censo de 2022, realizado pelo IBGE, dos 90 milhões de domicílios no país,

11,3 milhões estão vagos e 6,7 milhões estão em situação de uso ocasional, o que corresponde a 18 milhões de casas não ocupadas no país (IBGE, 2022), conforme figura 1. Dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2021), apontavam que, em 2019, o déficit habitacional<sup>12</sup> no Brasil era de 5,9 milhões de domicílios. Em 2022, o déficit habitacional totalizou 6 milhões de domicílios; em comparação com 2019 houve um aumento de 4,2% no total de déficit de domicílios (FJP, 2024).

**Figura 1 - Total de domicílios não ocupados no Brasil**



Fonte: IBGE (2022)

Esses dados corroboram para colocar a luta por moradia como eixo central nas pautas dos movimentos sociais pelo Brasil. Um reflexo de que as “cidades brasileiras são, de modo geral, carentes de moradias dignas e de infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos que propiciem boas condições de vida a todos os seus habitantes (Ipea, 2024). Esse cenário coexiste em paralelo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, vinculado ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do Governo Federal, com especificidade para a ODS 11, que estabelece importantes desafios para a questão urbana (Quadro 5), (com grifos nossos sobre a questão habitacional).

<sup>12</sup> “Busca estimar a falta (déficit) de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas como noção mais ampla de necessidades habitacionais. Deficit e inadequação habitacionais podem ser entendidos como a “falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo” e que, por algum motivo, não fornece. [...] O deficit habitacional total se dá pela soma de cinco (sub)componentes: (i) domicílios rústicos; (ii) domicílios improvisados; (iii) unidades domésticas conviventes deficit; (iv) domicílios identificados como cômodos; e, (v) domicílios identificados com ônus excessivo de aluguel urbano” (FJP, 2021, p. 2,8)

## Quadro 5 - ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

- 11.1** até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;
- 11.2** até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transportes seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;
- 11.3** até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e a gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países;
- 11.4** fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;
- 11.5** até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao PIB global, incluindo os desastres relacionados à água, com foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;
- 11.6** até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;
- 11.7** até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, aos espaços públicos verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;
- 11.a** apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento;
- 11.b** até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às alterações climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;
- 11.c** apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

Fonte: Ipea, 2024

A Constituição Federal de 1988, influenciada pela mobilização popular, foi um marco importante para a política habitacional ao prever, “pela primeira vez, a moradia como direito fundamental para todos (art. 6) [...] ao mesmo tempo, ela passa a relacionar o direito à propriedade à sua função social<sup>13</sup>” (Campos, 2019). Em 2001, a criação do Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257), teve o intuito de estabelecer normas de ordem pública e interesse social “para regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos” (Cota, 2021, p. 85). No entanto, foi a partir de 2003, que no âmbito federal foi observada uma tentativa de “consolidação de uma política urbana e habitacional”, com a criação do Ministério das Cidades que teve o objetivo de “integrar a gestão das políticas setoriais de desenvolvimento urbano, bem como criar sistema de gestão participativa formada pelo ConCidades e pelas conferências das cidades” (Favarão; Costa, 2018, p. 48); concomitante, foi

<sup>13</sup> “A noção de função social se refere a priorizar os interesses da coletividade sobre aqueles dos indivíduos, de uma forma justa. Isso implica que terras improdutivas e prédios abandonados podem não estar cumprindo com sua função social” (Campos, 2019, p. 5)

criado o ConCidades, “órgão consultivo e deliberativo que integra a estrutura do MCidades” (Favarão; Costa, 2018, p. 48).

Destaca-se também a aprovação do Projeto Moradia, “um projeto político resultante da experiência acumulada em política habitacional desenvolvida pelas administrações municipais do Partido dos Trabalhadores” (Aragão; Soraggi; Corrêa, 2021, p. 1170). Mas foi em 2009 que foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), “um programa de crédito imobiliário que visou financiar a aquisição de moradia para famílias com renda mensal de até 10 salários-mínimos” (Aragão; Soraggi; Corrêa, 2021, p. 1171). O PMCMV se tornou a principal ferramenta de combate ao déficit habitacional do Brasil, visando atender diversos segmentos da população por meio de diferentes faixas de financiamento (Brasil, 2009).

No entanto, apesar dos avanços das políticas habitacionais, percebe-se que não foram suficientes e efetivas em sanar as demandas por moradia, sobretudo da população em vulnerabilidade social, “a inércia institucional e as disputas políticas entre os diversos agentes produtores do espaço não permitiram uma eficiência das políticas urbanas almejadas” (Aragão; Soraggi; Corrêa, 2021, p. 1171). O PMCMV, apresenta sérios problemas como: baixa qualidade edilícia, alto valor do financiamento e o principal deles diz respeito à localização periférica, longe dos centros e dos equipamentos urbanos: escola, estabelecimentos de saúde, lazer e trabalho (Campos, 2019).

Os quatro movimentos nacionais que atuam no Fórum Nacional de Reforma Urbana são: Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM, criada em 1982), a Central dos Movimentos Populares (CMP, formada em 1993), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN, criado em 1990) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP, iniciada em 1989). Conforme Santos Junior (2009, p. 43), o Fórum Nacional de Reforma Urbana “tem conseguido efetivamente definir prioridades e influir nas políticas urbanas nacionais a partir de uma estratégia, coletivamente construída, que combina diferentes escalas de intervenção.” O surgimento desses movimentos, em diferentes áreas de atuação e repertórios de ação, mobiliza os seguintes temas relativos a moradia: “luta contra despejos e remoções; regularização fundiária; melhoria habitacional; e a produção de habitação de interesse social” (Aragão; Soraggi; Corrêa, 2021, p. 1173).

Os repertórios de ação são importantes para os movimentos sociais, pois contam sua história de luta, refletem “a uma valorização da memória e do saber da ação coletiva” (Tatagiba, Paterniani; Trindade, 2012, p. 401), significando um “campo limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escola” (Tilly, 1995, p. 26). Esse repertório pode ser organizado da seguinte forma:

O movimento de moradia desenvolveu ao longo da experiência de interação conflitiva com o Estado um conjunto de práticas e rotinas que conformaram um repertório de ação no qual se destacam como estratégias principais, embora não exclusivas: 1) a ocupação de prédios e terrenos públicos; 2) a participação em espaços institucionais; 3) a luta por moradia no centro; e 4) a construção por mutirão autogestionário. (Tatagiba, Paterniani e Trindade, 2012, p. 401)

Outros importantes movimentos por moradia são: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC, de São Paulo) e o Movimento dos Sem-Terra (MST). O MST é o movimento mais importante no Brasil e na América Latina em relação à luta camponesa por terra. Enquanto o MSTC, com forte ligação com o MST, luta por moradias dignas, “mas se coloca contra uma série de processos políticos e econômicos que perpetuam as desigualdades observadas nas cidades” (Souza; Rodrigues, 2004, p. 97). Os principais alvos do MSTC, são: “a especulação imobiliária, o abandono de prédios e terrenos públicos e a falta de políticas habitacionais consistentes” (Souza; Rodrigues, 2004, p. 97). A forma de atuação predominante do MSTC, são as ocupações, pois “é por meio delas que os militantes se colocam como sujeitos ativos na arena política, forçando com isso o início das negociações.” (Souza; Rodrigues, 2004, p. 99).

Resgata-se que o poder autônomo nos movimentos sociais, é frequentemente exercido, “mediante o controle e a ocupação do espaço” (Souza, 2009, p. 31), “áreas vazias ou desocupadas, construção de habitações populares em regime de mutirão, manifestações pelo acesso a bens de consumo coletivo e pela posse da terra” (Rafael, 2021, p. 308). Importante, explicitar que por vezes, as ocupações, são de forma equivocada, confundidas com invasões. Santos Junior (2021, p.18), contribui ao distinguir que “quando se diz invasão, em geral, busca-se criminalizar essa ação, reconhecendo o direito à propriedade privada como um direito acima dos demais direitos”; ao passo que a ocupação está diretamente relacionada ao “direito do movimento social em se apropriar de uma propriedade que não está cumprindo a sua função social, e impedindo o acesso das pessoas à moradia como valor de uso (Santos Junior, 2021, p. 18).”

Ocupar um espaço precarizado é criar um laboratório de inventividade política e se apropriar de suas urgências diretamente, se tornar responsável por ele. Mas mais do que apenas frequentá-lo enquanto um espaço de luta e trabalho, as pessoas se apropriam desse espaço como uma moradia. Habitam lá e compartilham seus reclames cotidianos originários: comer, dormir, cuidar do espaço e de si mesmos, brotando uma urgência e um desejo de comunidade. A Ocupação, assim, para além do fazer político, transborda para um existir coletivo, onde política e afetividade se indissociam na sua prática. Onde existir virou pauta política, pois o simples ato de viver não basta (Heck; Isoppo, 2019, p. 126)

Vale destacar que a legislação brasileira sintetiza na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), base jurídica para o princípio da função social da propriedade. Significa dizer, segundo Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012, p.414), que “essa legislação possibilita ao movimento de moradia embasar-se em princípios jurídico-legais para legitimar suas reivindicações e a forma como estas são encaminhadas, incluindo as ocupações que estejam em desacordo com a lei.”

Santos Junior (2021), quando argumenta sobre a questão habitacional como um dos principais conflitos urbanos, apresenta questões que Harvey (1980), chamou atenção, como: moradia e o solo urbano são bens imóveis, bens duráveis, bens caros no mercado; a moradia é um bem essencial para a nossa vida, é lar e dinheiro em potencial e pode ter múltiplos usos. Pensar esses aspectos, elucidam ao seguinte cenário:

as famílias trabalhadoras dessa cidade, que atuam diretamente na produção da cidade pela via da autoconstrução, da provisão de moradia mediante ocupações informais, da produção dos equipamentos de lazer improvisados, do acesso precário à água e luz, da mobilidade feita a pé ou de bicicleta, da formação da solidariedade coletiva pela construção de laços de sobrevivência com seus pares de classe. (Rafael, 2021, p. 307)

Nesse sentido, a ocupação de um território “corresponde a vivências significativas, cujo sentido se faz presente nas ações interligadas que compõem e integram o seu processo de constituição e formação do movimento social” (Picheth; Chagas, 2018). Vale pontuar então, o estigma sobre pessoas em situação de ocupação ou pessoas de ocupação, como alerta Lima (2022), ao argumentar que “os ocupantes são, ao mesmo tempo, vítimas da força hegemônica estatal e protagonistas de sua própria luta,” remetendo inclusive a uma ressignificação tanto do espaço como de suas histórias de vida.

Apesar da realidade dos movimentos sociais por moradia no Brasil ser grave, esse cenário piora quando se analisa o perfil dos ocupantes, pois a maioria são mulheres. Fato que coloca em evidência a discussão sobre gênero a partir das políticas habitacionais brasileiras, a qual será explanada na seção a seguir.

#### **2.4.2 O déficit habitacional e a luta das mulheres por moradia em ocupações urbanas**

O Censo de 2022, divulgou em outubro/2024, que das 72,5 milhões de unidades domésticas do Brasil, 49,1% tinham responsáveis mulheres, sendo que em 10 Estados brasileiros esse percentual foi maior que 50% (IBGE, 2022). Esses dados chamam atenção e destacam a nova configuração social dos lares brasileiros, no entanto questiona-se: como são

essas unidades domiciliares? onde são localizadas? Qual tem sido o “sacrifício” da mulher ao ocupar esse ranking? Há algum trunfo para a mulher?

A pesquisa sobre déficit habitacional, realizada pela Fundação João Pinheiro (2024), evidenciou que no Brasil, a mulher, hoje, é a principal responsável pelo domicílio, estando a frente em todas as regiões e em todos os componentes de análise de inadequação habitacional, com destaque para o ônus excessivo com o aluguel urbano. Em números, o indicador geral do déficit habitacional, aponta que 3,89 milhões de domicílios possuem uma mulher responsável (62,6%), enquanto 2,31 milhões tem como responsável um homem (37,2%) (FJP, 2024), conforme tabela 1.

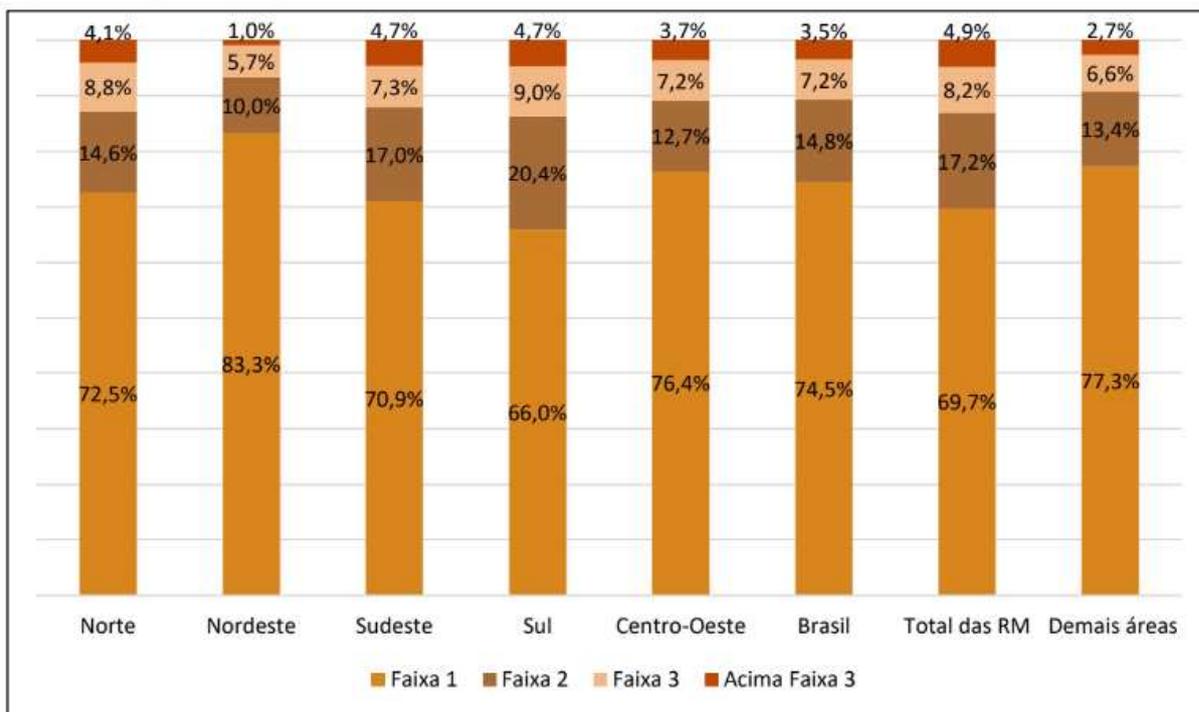
**Tabela 1 - Déficit habitacional por sexo do responsável pelo domicílio, segundo regiões geográficas – Brasil – 2022**

Especificação	Componente	Total			Composição		
		Homem	Mulher	Ignorado	Homem	Mulher	Ignorado
Norte	Precários	125.729	203.019	2.514	38,0%	61,3%	0,8%
	Coabitação	105.566	151.836	0	41,0%	59,0%	0,0%
	Ônus	70.817	113.848	0	38,3%	61,7%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>302.112</b>	<b>468.702</b>	<b>2.514</b>	<b>39,1%</b>	<b>60,6%</b>	<b>0,3%</b>
Nordeste	Precários	290.864	408.347	4.045	41,4%	58,1%	0,6%
	Coabitação	130.530	235.923	0	35,6%	64,4%	0,0%
	Ônus	231.049	460.272	0	33,4%	66,6%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>652.444</b>	<b>1.104.542</b>	<b>4.045</b>	<b>37,0%</b>	<b>62,7%</b>	<b>0,2%</b>
Sudeste	Precários	100.499	233.454	2.958	29,8%	69,3%	0,9%
	Coabitação	176.548	307.784	0	36,5%	63,5%	0,0%
	Ônus	592.830	1.029.568	0	36,5%	63,5%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>869.878</b>	<b>1.570.806</b>	<b>2.958</b>	<b>35,6%</b>	<b>64,3%</b>	<b>0,1%</b>
Sul	Precários	88.065	104.114	1.185	45,5%	53,8%	0,6%
	Coabitação	49.471	48.311	0	50,6%	49,4%	0,0%
	Ônus	165.292	281.189	0	37,0%	63,0%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>302.827</b>	<b>433.614</b>	<b>1.185</b>	<b>41,1%</b>	<b>58,8%</b>	<b>0,2%</b>
Centro-Oeste	Precários	45.998	70.669	1.193	39,0%	60,0%	1,0%
	Coabitação	34.990	48.919	0	41,7%	58,3%	0,0%
	Ônus	102.172	195.743	0	34,3%	65,7%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>183.161</b>	<b>315.331</b>	<b>1.193</b>	<b>36,7%</b>	<b>63,1%</b>	<b>0,2%</b>
<b>Brasil</b>	Precários	651.156	1.019.603	11.895	38,7%	60,6%	0,7%
	Coabitação	497.105	792.773	0	38,5%	61,5%	0,0%
	Ônus	1.162.161	2.080.619	0	35,8%	64,2%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>2.310.423</b>	<b>3.892.995</b>	<b>11.895</b>	<b>37,2%</b>	<b>62,6%</b>	<b>0,2%</b>
<i>Total das RM</i>	Precários	105.959	233.367	2.547	30,9%	68,3%	0,8%
	Coabitação	196.902	334.319	0	37,1%	62,9%	0,0%
	Ônus	488.826	948.180	0	34,0%	66,0%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>791.687</b>	<b>1.515.866</b>	<b>2.547</b>	<b>34,3%</b>	<b>65,6%</b>	<b>0,1%</b>
<i>Demais áreas</i>	Precários	545.197	786.236	9.348	40,7%	58,6%	0,7%
	Coabitação	300.203	458.455	0	39,6%	60,4%	0,0%
	Ônus	673.335	1.132.439	0	37,3%	62,7%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>1.518.735</b>	<b>2.377.735</b>	<b>9.348</b>	<b>38,9%</b>	<b>60,9%</b>	<b>0,2%</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base na Fundação João Pinheiro (2024).

Aponta-se ainda, que em 2024, houve um aumento de 13,5% no valor dos aluguéis residenciais, conforme dados do Índice FipeZap (2024). Soma-se a esses dados, a renda familiar, que para análise, a Fundação João Pinheiro (2024), adota o recorte de faixas de renda familiar<sup>14</sup>, proposto pelo Programa Minha Casa Minha Vida, conforme o art. 5º, inciso I, da Lei no 14.620, de 13 de julho de 2023, para famílias residentes em áreas urbanas. O relatório indica que o predomínio do ônus excessivo com o aluguel, é composto pelo grupo que pertence a Faixa 1 (corresponde até 2 salários mínimos), sendo mulher e não-brancos como responsáveis pelo domicílio (FJP, 2024). Assume-se, ainda que esse dado “é crescentemente relevante, em perspectiva temporal, a expansão dos domicílios precários, especialmente dos improvisados, impulsionados, entre outros aspectos, pela expansão da cobertura do Cadastro Único para Programas Sociais” (FJP, 2024, p. 70). (Figura 2)

**Figura 2 - Composição relativa, por faixa de renda do MCMV, do déficit habitacional, segundo regiões geográficas - Brasil - 2022**



Fonte: FJP (2024).

A presença das mulheres nesses territórios de luta, nas ocupações urbanas, expressa uma alternativa de legitimar suas lutas por direito à moradia, serviços públicos e segurança. Helene

<sup>14</sup> “Em 2023, para as famílias residentes em áreas urbanas, a Faixa 1 correspondia até 2 salários mínimos; a Faixa 2 era acima de 2 salários mínimos até 3,33 salários mínimos; a Faixa 3, acima de 3,33 salários mínimos até 6,06 salários mínimos e a Faixa 4, acima de 6,06 salários mínimos” (FJP, 2024, p. 29).

(2019), uma das autoras que estuda gênero e movimentos de moradia, acredita que a participação das mulheres, pode lhes proporcionar além da moradia, uma reconquista do direito de acessar uma urbanização adequada, além de poder participar dos processos decisórios. Logo, as ocupações para as mulheres, assume um caráter que vai além da resistência em si, pois envolve também o empoderamento das mulheres. Segundo Helene (2019, p. 964), as ocupações tornam-se “um espaço privilegiado de organização política da classe trabalhadora, um local de experimentação de laços de solidariedade e autogestão, mas sobretudo de formação intelectual e política”.

O déficit habitacional é apenas um recorte, tendo em mente que “um direito à cidade que só pode se tornar realidade e valer, de fato, quando garante o direito de moradia em tudo que se compreende dentro deste, como alimentação, saúde, educação, segurança etc.” (Alfonsin, 2021, p. 196). Em outras palavras, tudo começa pelo acesso à moradia, D’Ávila (2021) então propõe o seguinte cenário:

Imagine uma mulher trabalhadora do comércio que é mãe em situação muito favorável diante da realidade brasileira: a criança tem um pai que assumiu as responsabilidades financeiras (6 milhões de crianças não tem registro paterno na certidão de nascimento e mais de 14 milhões de mulheres criam seus filhos sozinhas). Essa mulher é responsável por quase toda a rotina de cuidados cotidianos com o filho, sendo, por exemplo, quem busca a criança na creche (imagine que ela conte com essa vaga na creche mesmo que apenas em Porto Alegre mais de 7 mil crianças não a tenham). Imagine que ela vive na Restinga, em Porto Alegre, e trabalha no comércio do centro. Como ela concilia a jornada de trabalho com a necessidade de buscar a criança na escola, às 17h30, e a locomoção na cidade através de um sistema de transporte público caro, lento e ineficaz? E nem me refiro à possibilidade de o corpo dessa mulher enfrentar assédio no ônibus lotado. (D’Ávila, 2021, p. 14)

Apenas nessa descrição, de um dia comum, na vida de tantas mulheres, é possível identificar inúmeros temas relativos à forma como acontece a interação entre a mulher e a cidade: transporte, trabalho, moradia, serviço público, segurança. Por isso, um dos principais argumentos de Casimiro (2021, p. 28), é que as cidades são “um território inóspito, não importa o cabedal de funções que tenhamos que desempenhar a serviço do capital.”

A história das cidades “é marcada pelo silêncio e pela invisibilidade das mulheres como protagonistas” (Cota, 2021, p. 24). Tendo em conta que, em nossa cultura a divisão entre público e privado, lado de dentro e lado de fora do lar, são muito marcados como espaços do homem e espaços da mulher (Calió, 1997). A inserção das mulheres no mercado de trabalho, não ocorreu sem ônus: transitar pelos espaços públicos é um desafio constante, considerando que as ruas pertencem aos carros e não aos pedestres; os salários das mulheres são inferiores, em comparação ao salário dos homens; o aluguel ou aquisição de moradia próxima ao trabalho, geralmente nos centros urbanos, tem alto custo; se tem filhos, a localização das escolas e creches

não é privilegiado em relação ao trabalho ou mesmo o horário; elas, ainda, são as responsáveis pela manutenção do lar, sem mencionar que muitas sofrem violência pelo companheiro (Helene, 2019; Andrade; Nunes, 2020; Casimiro, 2021, Veloso, 2017).

Embora a Constituição Federal de 1988, saliente o princípio de igualdade entre homens e mulheres, “tal princípio não dialoga com as políticas setoriais - como a habitacional e a urbana - desenvolvidas pelo país” (Cota, 2021, p. 85). O Estatuto da Cidade, aprovado em 2021 (Lei nº 10.257), importante ferramenta para legitimar políticas urbanas da CF/1988, “não menciona nenhum dispositivo específico em favor da visibilização/valorização das questões reprodutivas e sua relação com a cidade” (Cota, 2021, p. 85). A partir de 2003, foram implementados diversos projetos com o intuito de alcançar a população baixa renda, como a Nova Política Nacional Habitacional (criada em 2004), o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS, criado em 2005) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS, criado em 2005) (Cota, 2021).

Mas foi em 2009, com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com o intuito de lidar com o déficit habitacional, que houve avanços em relação à articulação entre cidade e perspectiva de gênero: “o art. 35 da Lei nº 11.977/2009 do PMCMV simboliza o acesso à propriedade por parte das mulheres, dando-lhes maior autonomia e empoderamento, já que ele prioriza a titularidade da mulher” (Cota, 2021, p. 90). No entanto, muitas críticas são apontadas tanto em relação ao PMCMV como mais especificamente à titularidade, respectivamente, localização dos empreendimentos é distante de áreas com infraestrutura urbana e o surgimento de inadimplências, “que podem ocorrer quando o núcleo familiar passa a não se enquadrar na linha de subsídio, as mulheres ficam facilmente endividadas” (Cota, 2021, p. 91).

Trata-se de uma legítima criação de direito, cujo ponto de partida não é a lei, mas sim o próprio sujeito, pessoas oprimidas, humilhadas, exploradas, excluídas, como são as/os sem teto e sem terra, indígenas, quilombolas, catadora/es de material, desempregadas/os, por exemplo. Gente que padece sob o poder de outras “leis” cujas letras e intenções aparentam proteção e defesa da sua dignidade e cidadania, mas pouco ou nada sustentam na realidade sob a qual ela sofre (Alfonsin, 2021, p. 201)

Ou seja, a participação das mulheres nos movimentos sociais, “disputam, não apenas o direito a viver em espaços apropriados para as tarefas relacionadas à reprodução da vida, mas também lutam pelo valor de uso da moradia e dos espaços relacionados a ela” (Helene, 2019, p. 969). A autora, complementa que essa é uma luta de usufruir a vida, além de desvelar dimensões inerentes à luta pelo direito à cidade (Helene, 2019). Dentre os motivos supracitados nesta seção e tantos outros dispostos nas outras seções, como também aqueles que aqui não

foram expressos em palavras, justifica-se a presença cada vez maior de mulheres nos movimentos sociais por moradia no Brasil.

São lutas que permeiam à margem das esferas públicas e do regramento jurídico, lutas espontâneas que se solidificaram em movimentos de transformação, lutas cotidianas que acumulam conquistas coletivas, conquistas para o outro. Estas lutas vão à contramão do direito adquirido, já que se dão pela busca deste direito inexistente, a partir da formação de grupos independentes que caminham na direção oposta dos espaços institucionalizados. (Gatti, 2017, p. 84)

Toma-se como exemplo de ocupações lideradas por mulheres: o Quilombo das Guerreiras, no Rio de Janeiro (2006-2013); a Casa de Mulheres Helenira Preta 2, em São Paulo; Dona Cida, Tiradentes, Primavera e 29 de março, em Curitiba (Moncau, 2022; Caldas, 2022; Melo, 2023). Embora, em algumas das ocupações citadas, também residam homens, “a maioria das ocupantes são mulheres chefes de família, é natural que identifiquem outra mulher como liderança” (Melo, 2023).

Elucida-se, ainda, “movimentos de luta pelo direito à moradia, extremamente articulados, coordenados e formados somente por mulheres” (Veloso, 2017, p. 39-40). Como por exemplo: a Frente Revolucionária Mulheres de Luta (FRML); o Movimento das Mulheres do Alemão (MMA); Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo (ASV), e tantos outros. Os movimentos discutem tanto o aspecto habitacional como outros direitos constitucionalmente assegurados, dentre os quais Veloso (2017) destaca: Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea (MMMO, criado em Manaus, em 2002), acompanha mulheres vítimas de violência doméstica, “identificou-se que a falta de alternativa habitacional era a principal causa de permanência das mulheres no ambiente agressor, tornando imprescindível a busca pela concretização do direito à moradia” (Veloso, 2017, p. 40); Comunidades Jardim Panoram (Suzano/SP); Ocupação São João (centro da cidade de São Paulo/SP); Vista Linda (Bertioga/SP); Jardim Pantanal (zona Sul da cidade de São Paulo/SP).

O Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, “há quase 10 (dez) anos atua na defesa de famílias vítimas de despejos forçados, que a maior parte das ocupações urbanas são lideradas e coordenadas por mulheres” (Veloso, 2017, p. 40). Com relação a qualidade do trabalho realizado pelas mulheres, o Núcleo destaca as comunidades Jardim Jaqueline (consolidada há mais de 30 anos e ocupada por 3.500 famílias) e Vila Nova Esperança (criada em 1960 e ameaçada de remoção desde 2002).

Fato é que as mulheres são inegáveis sustentáculos das ocupações. Seja na manutenção do seu dia-a-dia, quando moradoras e moradores saem para trabalhar, seja na disposição de enfrentamento no processo de luta por uma política habitacional à frente das passeatas e na mobilização da comunidade, as mulheres organizam as ocupações, são ativas nos seus mutirões, cozinhas coletivas, atividades e cuidado com as crianças (não apenas suas, mas também das que trabalham e precisam da solidariedade das demais – fato que tem um notável papel político na ausência de políticas públicas que garantam creche), e dinâmicas de autoconstrução e manutenção cotidiana (Maestro, 2017, p. 53)

Como resultado materializado da presença e da liderança por mulheres nas ocupações, Gatti (2017) sinaliza o exemplo de empoderamento para outras mulheres; a configuração física do espaço de modo a proporcionar acolhimento para crianças, gestantes, mães solteiras e idosos; a elaboração de regras de convívio e a instalação de creches, por exemplo. Helene (2019) acrescenta o aspecto de formação contínua dos ocupantes, “que acontece de maneira teórica e prática, na autogestão coletiva do espaço” (Helene, 2019, p. 964), além de contribuir para a reconstrução da autoestima, pois “muda a forma de ver a si mesmas e a sociedade em que estão inseridas, suas condições de subalternidade como mulher e suas possibilidades de reivindicação perante o Estado e o espaço público, mas também perante suas relações pessoais” (Helene, 2019, p. 965).

Sem esquecer que essa luta é travada no território, pois

O território é uma dimensão estratégica da “luta de classes”, pois qualquer processo que queira revolucionar social e politicamente nossa sociedade só acontecerá se trazer consigo essas lutas que se organizam territorialmente (para além da também imprescindível luta no espaço de produção), nos espaços onde aquelas e aqueles que precisam dessa transformação radical reproduzem suas vidas (Maestro, 2017, p. 54-55)

Ciocoletto (2014), integrante do coletivo de mulheres de Barcelona, Col.lectiu Pun 6, sugere que o planejamento urbano sob perspectiva de gênero seja feito de forma integral, considerando a transversalidade de gênero nos aspectos físicos, sociais e funcionais, a partir de três critérios, explicados por Cota (2021):

Multiescalar (desde o detalhe dos espaços públicos até a leitura compreensiva do território e nas diferentes etapas do planejamento urbano, evitando a setorialização do planejamento geral); interdisciplinar (abordando entre as diferentes profissões e áreas da administração municipal que incorporem o conhecimento urbano diversificado e não apenas da arquitetura e do urbanismo); e participativo (contando com as pessoas vizinhas, da comunidade, e garantindo que a informação flua de forma compreensível e bidirecional, em ambos os sentidos, entre as pessoas vizinhas e a administração municipal, independentemente de a ação ser conduzida pela comunidade ou pela prefeitura). (Cota, 2021, p. 76)

Ciocoletto (2021), pontua ainda, aspectos com relação a ocupação do território, que incorpore qualidades ou critérios urbanos compatíveis com a perspectiva de gênero, como: 1) Proximidade (distância espaço-temporal dos caminhos/das rotas e do acesso aos serviços); 2) Diversidade (mistura física e social que permite a variedade de pessoas, atividades e usos); 3) Autonomia (qualidade que deriva dos espaços seguros e acessíveis); 4) Vitalidade (presença simultânea e contínua de pessoas; densidade de atividades na rua que favorece o encontro e sociabilidade); 5) Representatividade (reconhecimento das pessoas da comunidade e valorização da memória social e cultural da igualdade, especialmente tornando visíveis as contribuições das mulheres para a sociedade) (Ciocoletto, 2014, p. 41-47).

Calió (1997, p. 7) sinaliza que é essa tomada de consciência por parte das mulheres, que permite com que elas realizem “práticas de apropriação e de autogestão do espaço, demonstrando publicamente sua existência [...] elas politizam o cotidiano das relações entre os sexos, articulam uma série de demandas e as impõem às instâncias políticas.” Para Casimiro (2021, p. 31) é preciso “pensar e sentir como uma mulher, é preciso considerar todas as condições que envolvem ser mulher no Brasil.”

O acesso à terra e à moradia continua negado a grupos subalternizados, como mulheres, negros e indígenas (urbanos ou aldeados que dependem da demarcação de suas terras) e quilombolas, além da população ribeirinha. Com exceção das mulheres que estão na linha de frente das lutas urbanas por moradia, liderando ocupações ou articulando políticas habitacionais, mediante o diálogo entre as instituições e a sociedade civil, raramente vemos uma consciência manifesta de que não ter uma moradia digna constitui uma violência patrimonial promovida pelo estado brasileiro, uma vez que a Constituição Federal garante esse item como direito básico (Berth, 2023, p. 242).

A Ocupação Dom Helder Câmara, evidencia uma nova realidade na configuração social brasileira, a presença de imigrantes. A maioria são mulheres, advindas da Venezuela, que além dos desafios políticos, econômicos e humanitários, enfrentados em seu país de origem, também são desafiadas por “obstáculos linguísticos até xenofobia, racismo e exploração sexual e de gênero [...] falta de rede de apoio social, dificuldades de acesso aos serviços básicos e desconhecimento de seus direitos” (Cintra, 2024, p. 6). Nesse sentido, a ocupação é mediadora de todos esses desafios, como também promotora de acolhimento para as mulheres. Além de proporcionar o desenvolvimento pessoal e a adaptação ao novo contexto.

Logo, há de se incentivar, a tomada de consciência social, política e cultural, advinda de homens e mulheres, de modo que um novo caminho seja percorrido na luta por garantia de direito à cidade e à moradia para a mulher (Casimiro, 2021). Logo, o envolvimento dos cidadãos no processo de inovação urbana, seguida da priorização de funções destinadas a combater o

déficit habitacional e reduzir as desigualdades sociais, de gênero e territoriais, a combater e eliminar a pobreza, a promover a justiça social, a satisfazer os direitos fundamentais das pessoas de terem condições de vida digna (Helene, 2019; Casimiro, 2021), deve ser função de todos. Nesse sentido, a seguir será apresentado o percurso metodológico que esta dissertação se propõe a trilhar de modo a compreender como ocorreu o processo de territorialização das mulheres líderes no processo de lutas e reivindicações pelo direito à cidade por meio da participação na Ocupação Urbana Dom Helder Câmara, em Paiçandu/PR.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão apresentados os procedimentos que me propus seguir para cumprir com os objetivos da pesquisa. A mesma está dividida em três subseções, quais sejam: a entrada no campo, coleta de experiências das líderes junto ao campo e interpretação da experiência de campo.

A primeira etapa desta dissertação iniciou, com a escolha do objeto de pesquisa, pois para mim, o estudo sobre a cidade, se mostrou uma grande novidade, tendo em vista que durante a graduação, o foco foram as empresas, a gestão em si. A partir das leituras sobre gênero e a cidade, algo em mim foi mudando. Me senti atravessada pelas demandas da vivência cotidiana da mulher na cidade, de modo que cada vez que eu lia sobre o tema, queria ler mais, queria entender por que o que parecia tão normal, não era normal, mas sim resultado da cidade não ter sido pensada para as mulheres.

Como mulher e mãe, caminhar na rua sem calçamento, evitar sair em determinados horários, atravessar a rua para evitar grupos masculinos, ou ainda a dificuldade que encontrei ao empurrar um carrinho de bebê, começaram a ter justificativa (como se fosse possível justificar). De fato, muito me entristeceu. Principalmente, porque eu também estava estudando em outra disciplina sobre metodologias feministas.

As inquietações, me instigaram a contribuir na pesquisa e divulgação desse tema. Além do fato de a maioria dos artigos e livros que li, não advirem de autores/as da Administração, mas sim de áreas como Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Direito. A cidade, nesse sentido, se mostrou um campo de pesquisa muito amplo, logo fez-se necessário definir um ponto específico a ser estudado, no qual fosse possível reunir a discussão de conceitos e ao mesmo tempo proporcionar o diálogo com as mulheres.

Durante esse processo de busca e questionamentos, comecei a participar do projeto de extensão do Observatório das Metrópoles, intitulado “Cidades Inteligentes Democráticas: ativando agentes e mobilizando territórios”, que seria realizado na cidade de Paiçandu, no Paraná. A princípio o projeto abordaria cidades inteligentes em contextos de vulnerabilidade social e em bairros com baixo IDHM. No entanto, ao mapear a região percebemos a existência de uma Ocupação Urbana, denominada Dom Helder Câmara, localizada no bairro Itaipu, o que muito instigou os coordenadores do projeto a avaliarem a viabilidade de estender as atividades também para aquele espaço. De modo a propiciar maior conhecimento sobre a Ocupação, foram realizadas duas reuniões iniciais: uma com um dos líderes e outra com o advogado representante da ocupação. Ambos se mostraram animados em nos receber, e compartilharam que aquele

espaço poderia ser campo de pesquisa para qualquer assunto. Inclusive existem vários projetos da Universidade Estadual de Maringá (UEM), em atuação na Ocupação, tanto na área de Arquitetura, como Veterinária, Psicologia e Pedagogia, dentre outros. Também foram realizadas leituras em grupo, sobre temas relativos à luta por moradia, direito à cidade e território, por exemplo, dirigidas pelos professores da equipe do projeto de extensão.

Infelizmente, nas visitas ao campo, junto a equipe do projeto de extensão, não pude participar, devido ao horário, mas acompanhei as reuniões, em que foram feitos os relatos e apresentadas as impressões sobre a Ocupação. Posteriormente, surgiu a oportunidade de ser voluntária do Cáritas<sup>15</sup> - Maringá, uma organização humanitária da Igreja Católica -, junto a Comissão de Mulheres e Equidade de Gênero. Na ocasião, a equipe iria realizar uma roda de conversa com as mulheres da Ocupação Dom Helder Câmara e precisava de suporte para ajudar com as crianças e demais necessidades.

Dessa forma, me inseri no campo de pesquisa, em duas frentes: como pesquisadora do Observatório das Metrôpoles e como voluntária do Cáritas. Logo, em conformidade com Casimiro (2021), e principalmente Helene (2019), encontrei na ocupação, o campo de pesquisa ideal para iniciar a investigação sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em suas vivências na cidade, tendo em vista que a presença e envolvimento das mulheres em ocupações, é uma maneira de legitimar suas necessidades. Considerando que são a maioria entre os residentes e na luta por moradia.

Portanto, essa pesquisa qualifica-se como qualitativa-descritiva, pois “intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência [...] as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças, e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana” (Triviños, 2012, p. 129). Godoy (1995) complementa esse tipo de pesquisa como uma abordagem metodológica que possibilita a compreensão de características complexas do objeto estudado.

### 3.1 A ENTRADA NO CAMPO

Nessa pesquisa, não utilizarei o termo visita ao campo, mas sim, encontro com o campo, conforme afirma Minayo (2011), fazer ciência na pesquisa social, significa gerar aproximação

---

<sup>15</sup> “A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. Sua origem está na ação mobilizadora de Dom Hélder Câmara, então Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Cáritas é um organismo da CNBB e possui uma rede com 198 entidades-membros, 13 regionais e 4 articulações” (Cáritas, 2025). “Desde a sua fundação, a Cáritas tem a prática de ouvir respeitosamente o sofrimento dos empobrecidos e dos que estão em situação de vulnerabilidade e favorecer ferramentas para transformar suas vidas.” (Cáritas, 2025)

com a realidade humana, algo que transcende a lógica hegemônica do que é ciência. Na pesquisa social, existem problemas como “a pobreza, a miséria, a fome, a violência” (Minayo, 2011, p. 9), e, nesse sentido, somos parte desse cenário, como seres humanos, mas também como agentes. Por outro lado, há de se destacar que o objeto de pesquisa, dentro no campo das ciências sociais “é histórico”, logo “o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem o futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo” (Minayo, 2011, p. 12). No excerto a seguir, Minayo (2011), explica o fluxo do conhecimento como algo que não é absoluto, mas que está em constante fruição, e advém de todos nós, apesar da racionalidade limitada do ser humano.

Noutras palavras, não é apenas o investigador que tem capacidade de dar sentido ao seu trabalho intelectual. Todos os seres humanos, em geral, assim como grupos e sociedades específicas dão significado a suas ações e a suas construções, são capazes de explicitar as intenções de seus atos e projetam e planejam seu futuro, dentro de um nível de racionalidade sempre presente nas ações humanas (Minayo, 2011, p. 13).

Dessa forma, percebo o campo como um espaço não de intervenções ou de extração de informações, mas sim, como um campo que promove o contato com o outro, e consequentemente atravessamentos com a investigadora, pois reflete os conflitos, as dinâmicas e as subjetividades da vida humana. Ainda segundo Minayo (2011, p. 13) “a pesquisa nessa área lida com seres humanos [...] têm substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos.” Por sua vez, o pesquisador como observador é também parte da observação. Desse encontro da pesquisadora com o campo surgem percepções no que tange o material (como a realidade dada), o subjetivo (atravessamentos entre campo-observador) e a interpretação (dialética).

Foram realizadas cinco idas ao campo, que proporcionaram diferentes leituras essenciais para a construção dessa pesquisa. Em todas, fui como voluntária do Cáritas e estive envolvida em diferentes frentes, de acordo com a necessidade da equipe, o que me permitiu vislumbrar diferentes perspectivas. Ora fiquei com as crianças, ora ajudei na cozinha, ora fui a mediadora da roda de conversa, ora fotógrafa. A seguir serão descritas cada uma das visitas ao campo.

O primeiro encontro com o campo, denominei de choque, foi meu primeiro contato com o território da Ocupação em si, e ocorreu no dia 16 de dezembro de 2023, no turno da tarde. Embora já tivesse visto fotos e escutado vários relatos sobre a realidade local, vislumbrar o real, proporcionou uma outra perspectiva. Pude perceber a carência e ao mesmo tempo o quão cruel a dinâmica e os conflitos urbanos são capazes de produzir territórios de desigualdade e

vulnerabilidade social extrema. O objetivo da Comissão de Mulheres e Equidade de Gênero, da Cáritas, nesta ocasião, foi mapear as necessidades das mulheres, apresentar o grupo e a proposta do projeto para 2024, além de proporcionar uma tarde de discussão sobre saúde da mulher. Também foram distribuídas 50 cestas básicas, que foram doadas por outra instituição. A equipe foi composta por 3 membros mulheres da Cáritas e 4 voluntárias, respectivamente, divididas entre a roda de conversa e o cuidado com as crianças. Estavam presentes por volta de 30 mulheres e a roda de conversa foi mediada por uma das líderes da comissão. A quantidade de crianças variou entre 15 e 30 crianças. Conforme figuras 3, 4 e 5, a seguir:

**Figura 3 - Primeiro encontro - auxílio com as crianças**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 4 - Primeiro encontro - estante de livros na Sala de Vivência Infantil**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 5 - Primeiro encontro - atividade com as mulheres**



Fonte: Arquivo pessoal.

Minha função era prestar assistência, logo auxiliei na cozinha na produção e organização do lanche para as crianças. O espaço disposto para as crianças foi o Espaço Vivência Infantil, o qual conta com brinquedos e decoração infantil. Há presença de livros diversos, de fácil acesso. A simplicidade dos brinquedos e a presença de alguns, inclusive quebrados, refletem a carência daquelas crianças. Mas ao mesmo tempo, reflete a atenção e preocupação dos coordenadores em proporcionar um espaço de identificação e acolhimento para as crianças, ainda que simples, mas destinado a elas. Ao caminhar pela ocupação, pude observar aspectos relativos à organização, como planilhas que expõem a pontuação dos membros de cada torre que apresentam comportamentos ou ações em prol da coletividade, há diversas placas espalhadas pelas torres que lembram regras de convivência, como “não é permitido fumar.” No aspecto físico, os prédios não possuem acabamento, inclusive as janelas, expõem a carência no interior dos apartamentos, as quais são diferentes umas das outras, umas grandes, outras pequenas, umas de vidro, outras de madeira, outras cobertas por panos e algumas apenas tapadas por pedaços de madeira escorado (figura 6). São 6 torres e cada uma é sinalizada com tinta, conforme sua numeração entre 1 e 6.

**Figura 6 - Primeiro encontro - janelas irregulares de uma das torres**



Fonte: Arquivo pessoal.

O segundo encontro, foi realizado dia 29 de junho de 2024, turnos manhã e tarde, e a comissão de mulheres e equidade de gênero, foi convidada a colaborar com uma ação que objetivava regularizar a documentação dos migrantes e em parceria com o Instituto Embelleze Maringá, realizar cortes de cabelo masculino e infantil (figura 7). Não houve muita aderência dos moradores da Ocupação, devido a ação ter sido realizada no sábado, dia que é feito mutirão pelos moradores, com intuito de melhorar o espaço da Ocupação. Inclusive, no dia da ação estava sendo feita a elevação das calçadas de algumas torres para evitar alagamento, uma garagem coberta para motos e uma reforma no terraço de uma das torres. Minha função foi distribuir fichas de ordem de chegada para os imigrantes.

**Figura 7 - Segundo encontro - Equipe Cáritas e Embelleze**



Fonte: Arquivo pessoal.

Nesse encontro, eu tinha um propósito pessoal, conversar com a coordenação da ocupação sobre a viabilidade do meu projeto. Nesse sentido, combinei com a secretária da Ocupação com antecedência e assim que cheguei me identifiquei e no momento oportuno, resumidamente, expus meu interesse em realizar a pesquisa com as mulheres que exerciam papel de liderança na ocupação. A secretária, juntamente com outro líder, me indicaram conversar com as coordenadoras de torre, pois elas estão presentes desde o início da ocupação e tem a responsabilidade geral pelas demandas das torres que são encarregadas. Como resultado, minha pesquisa foi bem recebida e acolhida, as líderes se mostraram dispostas a conversar, contar sua história e contribuir com os objetivos da pesquisa. Outro aspecto, me chamou atenção: as torres, agora, estão sinalizadas por nomes de líderes que fizeram a diferença em diferentes contextos brasileiros de lutas sociais e o chão, agora está coberto de pedrinhas de seixo, conforme figuras 8 e 9, a seguir.

**Figura 8 - Torre Residencial Dra. Zilda Arns Neumann**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 9 - Torre Residencial Marielle Franco**



Fonte: Arquivo pessoal.

O terceiro encontro, diferente dos descritos anteriormente, me proporcionou uma aproximação com as mulheres, que muito me surpreendeu e fez bem. Foi realizado no dia 02 de julho de 2024, à noite, a 1ª Roda de Conversa Entre Mulheres, organizada pela Comissão de Mulheres e Equidade de Gênero, do Cáritas, estavam presentes 36 mulheres, a maioria era de nacionalidade venezuelana. Dessa vez, fui mediadora de uma reflexão com o tema “Autoconfiança no trabalho”, esse tema foi escolhido a partir das demandas recebidas das mulheres durante o primeiro encontro, realizado em dezembro/2023. Estavam presentes, a coordenadora da comissão, que compartilhou conhecimento sobre Direitos Trabalhistas e tirou dúvidas, e outra voluntária que ficou com as crianças. A roda de conversa teve início com lanche, logo em seguida a coordenadora apresentou o grupo e sua temática. Por conseguinte, devido ao horário da atividade, optei por uma atividade mais lúdica, mas também que proporcionasse a reflexão. Com base em um roteiro, construído por mim, questionei sobre quais as palavras que vinham a mente com relação a palavra “autoconfiança”, depois apresentei diferentes conceitos que tangenciam a singularidade de cada pessoa, como sua história e suas lutas, como ferramenta essencial para construção da confiança em si mesmo, em suas capacidades. Em seguida, fiz perguntas que colocavam em ‘xeque’ a percepção em relação ao outro, como “você acha que uma pessoa pode mudar e se reinventar ao longo da vida? mesmo em idade avançada?”, “Você conhece a história de fulana? E, beltrana?” (sinalizando para diferentes pessoas da plateia) “Você acredita que uma pessoa pode ser feliz e realizada em um trabalho considerado simples ou rotineiro?”, todos esses questionamentos, para apresentar o personagem da história “O Limpador de Placas” de Mônica Feth. Em seguida, contei a história, enquanto mostrei as figuras do livro. Todas ficaram em silêncio com atenção para a história. Ao fim, compartilhei algumas lições como: 1). cada uma de nós tem um toque especial e único,

que nos permite fazer a diferença onde estivermos; 2). nunca é tarde para aprender algo novo e se reinventar; 3). valorizar nossa história, nossa identidade, quem nós somos, e esse conjunto de crenças repercutirá onde estivermos; e 4). o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Ao término, fui surpreendida com aplausos e olhares brilhantes. Algumas ainda compartilharam, baseada na história, momentos da vida em que o conhecimento teria feito a diferença, outras me abraçaram e agradeceram a reflexão. Foi um momento único e ao mesmo tempo desafiador, devido à diferença de idioma. A seguir, as figuras 10 e 11 ilustram um pouco do 3º encontro com o campo.

**Figura 10 - Terceiro encontro - Reflexão sobre Autoconfiança no Trabalho**



Fonte: Arquivo Pessoal.

**Figura 11 - Terceiro encontro - Exposição sobre as Leis Trabalhistas**



Fonte: Arquivo Pessoal.

O quarto encontro, realizado no dia 26 de agosto de 2024, teve como tema “Empreendedorismo” e diferente dos outros, provocou nas participantes uma identificação, por meio da história de vida da palestrante: mulher negra e empreendedora em Maringá, como trancista. O objetivo principal do seu trabalho com o salão é ajudar as mulheres negras a resgatarem sua identidade e autoestima. Durante a roda de conversa, a palestrante compartilhou sua história de lutas e muita determinação, desde que saiu de sua cidade natal em destino a Maringá, de vendedora de cocada e de roupas a empreendedora reconhecida com o prêmio de Destaque Empresarial em 2023, realizado em Maringá, pela Conexão Pesquisas e Publicidade.

Na roda de conversa estavam presentes quase 60 mulheres. A palestrante, enfatizou bastante sobre a importância de adquirir conhecimento, de se preparar para as possibilidades, como também incentivou as mulheres a se apropriarem de suas próprias habilidades para empreenderem: “Sabe aquela vizinha que pede para você escovar o cabelo dela?” “Sabe aquela unha que você faz para sua amiga?” “Cobre um valor mínimo, mas cobre um valor pelo seu trabalho!” Encorajou a reflexão sobre “o que eu sei fazer de melhor?” E, desenvolver esse trabalho, independentemente da situação financeira atual, o importante é iniciar. A palestrante, de forma empática, compartilhou seu conhecimento e experiência, como também abriu espaço para as participantes interagirem. Ao final, cantou uma música gospel, com o seguinte recorte “Eu prefiro insistir que o Oleiro está aqui, pra mudar o seu estado. Você é especial”, e em seguida, outra música gospel, intitulada Sabor de Mel, da cantora Damares. Tanto a palestrante, como as ouvintes ficaram muito emocionadas e aplaudiram de pé o momento. Durante a palestra, duas voluntárias ficaram com as 11 crianças presentes e, também foi um momento muito especial de leitura deleite no livro “As linhas no Rosto de Nana”, da autora Simona Ciruolo. Minha função foi bater fotos da roda de conversa e das crianças. A seguir, as figuras 12 e 13 ilustram um pouco do 4º encontro com o campo.

**Figura 12 - Quarto encontro - Exposição sobre Empreendedorismo**



Fonte: Arquivo Pessoal.

**Figura 13 - Quarto encontro - Momento de Leitura com as crianças**



Fonte: Arquivo Pessoal.

O quinto encontro, estava previsto para o final do mês de setembro e seria sobre Saúde Mental, em virtude do “Setembro Amarelo.” No entanto, houve um feminicídio na Ocupação, que desestabilizou todos e foi solicitado o cancelamento. A vítima, era uma jovem de 28 anos, de nacionalidade venezuelana, mãe de três filhos. O autor do crime, era companheiro da vítima e padrasto das crianças, após o crime fugiu, mas posteriormente foi encontrado pela polícia e está preso. As crianças receberam total assistência dos líderes da ocupação, seja por meio de assistente social, assim como de psicólogas. Não recebemos mais informações a respeito. Tivemos dificuldades, posteriormente, para conseguir agendar nova roda de conversa com as mulheres, em virtude de a ocupação estar bastante sensibilizada com o ocorrido. Marcamos para final de outubro, mas ao invés de falarmos sobre o câncer de mama, em prol do “Outubro Rosa”, alteramos para Violência Doméstica, com uma palestrante que também era voluntária da Comissão. No entanto, na data prevista, dia 24 de outubro de 2024, choveu muito, o que impossibilitou nosso encontro.

A quinta roda de conversa, finalmente aconteceu no dia 19 de novembro de 2024, com o tema Violência Doméstica mediada por uma assistente social judiciária, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde atua no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos. A experiência da palestrante com o tema e sua didática, foi o diferencial para a roda de conversa, composta por mais de 50 mulheres. A palestrante iniciou distribuindo vários papéis dobrados com frases diversas relativas ao tema, em seguida pediu que voluntariamente cada uma se levantasse e fizesse a leitura da sua frase. Após a leitura, a palestrante comentava sobre a frase, trazendo informações e tirando dúvidas.

De forma muito sensível e empática, a discussão foi se desenvolvendo e as mulheres se sentiram à vontade, inclusive para compartilhar suas próprias experiências de violência e como

superaram. Foi muito emocionante e, pela primeira vez, conseguimos grande participação das ouvintes. Também foi possível perceber o quanto a ocupação dá atenção ao combate da violência doméstica, pois muitas compartilharam se sentir seguras naquele espaço. Também houve distribuição de folhetos informativos, com telefones úteis e instruções de como proceder em caso de violência doméstica. Durante a roda de conversa, as crianças ficaram assistidas por 4 voluntárias, que realizaram brincadeiras, atividades e distribuíram presentes, em homenagem ao dia das crianças. A seguir, as figuras 14 e 15 ilustram um pouco do 5º encontro com o campo.

**Figura 14 - Quinto encontro - Exposição sobre Violência Doméstica**



Fonte: Arquivo Pessoal.

**Figura 15 - Quinto encontro - Brincadeiras com as crianças**



Fonte: Arquivo Pessoal.

De forma exitosa, foram concluídos os encontros de 2024, junto a Ocupação com a Comissão de Mulheres e Equidade de Gênero do Cáritas. Embora tivéssemos o intuito de realizar uma visita por mês, conseguimos cumprir com o propósito de estar com as mulheres e proporcionar momentos ricos de informação, conhecimento e empoderamento. Para essa pesquisa, esses 5 encontros contribuíram significativamente, não apenas como entrada no campo, mas principalmente como possibilidade de conhecer as mulheres e a realidade delas. E são nesses momentos de trocas, sensibilização e empatia, que essas camadas de dores e alegrias são acolhidas. O aprendizado não foi das mulheres que participaram como ouvintes, mas

também para mim, como autora desse trabalho, que fui para o campo com uma perspectiva e voltei mais sensibilizada sobre a importância da luta e com o olhar mais atento à realidade da outra.

### 3.2 COLETA DE EXPERIÊNCIAS DAS LÍDERES JUNTO AO CAMPO

A escolha por desenvolver a dissertação com as mulheres líderes se deu a partir da constatação da presença de mulheres exercendo essa função, o que chamou minha atenção e de minha orientadora. Vimos então a oportunidade de compreender um fenômeno social da luta por moradia sob a perspectiva de mulheres que estavam à frente do processo de territorialização. Desse modo, foi essencial proporcionar a escuta das mulheres e compreender o que pensam, como se sentem, o que esperam, quais suas sugestões, seus medos e também suas alegrias, a coleta de experiências foi realizada, fundamentalmente, por meio de entrevistas e observação não-participante. Goés *et al.* (2022, p. 86-87), afirmam que as entrevistas facilitam “apreender o movimento permanente do ‘fazer cidade’ [...] para compreendermos os ritmos dos processos, suas camadas, as complexidades que se conformam na produção do espaço urbano, protagonizada, construída e desconstruída no movimento cotidiano das pessoas.” Casimiro (2021, p. 31), afirma que “para ofertar serviço público para as mulheres, é preciso pensar e sentir como uma mulher”, e, isso só é possível garantindo-lhes espaço de fala e expressão.

Os espaços nos quais habitam e transitam revelam visíveis formas de discriminações. Portanto, apreender as práticas dessas mulheres e o modo como se representam e são representadas se torna fundamental para compreender a natureza dos processos discriminatórios e a elaboração de outros marcadores identitários. (Azeredo, 2010, p. 581)

Para proporcionar a escuta, as entrevistas foram guiadas por um roteiro previamente elaborado com questões abertas, que abordaram aspectos específicos das experiências das mulheres com relação às suas vivências no espaço urbano, o cotidiano, e, principalmente, a representatividade das mulheres na Ocupação Dom Hélder, conforme Anexo I. Nesse sentido Minayo (2011, p. 65) complementa que “quando se trata de uma sociedade ou de um grupo marcado por muitos conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são construídos.”

O roteiro de entrevistas, também foi baseado em Goés *et al.* (2022), devido aos autores desenvolverem pesquisas qualitativas em estudos urbanos no Brasil e terem como instrumento de coleta a entrevista. Essa abordagem permitiu que as entrevistadas expusessem detalhes de

suas vivências e experiências. É válido considerar que na pesquisa crítica, a entrevista não é apenas a arte de fazer perguntas certas, mas sim:

uma construção de informações que não podem ser consideradas como meros dados da pesquisa nos termos tradicionais, posto que resultam da interação intersubjetiva dos entrevistadores com os entrevistados, exigindo posturas mais interpretativistas e pluralistas de pesquisa, que entendam que há uma série de negociações de sentido nas relações que se dão no ato de pesquisar. (Goés et al., 2022, p.75-76)

Minayo (2011, p. 65) pontua que a entrevista é “uma forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade,” pois desse diálogo é possível observar “ideias, crenças, maneira de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir, maneiras de atuar, condutas, projeções para o futuro, razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes ou comportamentos” (Minayo, 2011, p. 65).

As entrevistas foram realizadas presencialmente, marcadas com antecedência, por meio de contato via *Whatsapp* - aplicativo de mensagem -, entre os meses de novembro/2024 e janeiro/2025, com 6 mulheres, dentre elas 4 venezuelanas e 2 brasileiras, com idades entre 18 e 66 anos. Como critério de inclusão optou-se por mulheres em cargos de liderança na ocupação, independente do cargo, elas precisavam ser as líderes. Inicialmente, o foco foram os cargos de coordenação de torre, mas durante o processo de estudo da ocupação, dos relatos das entrevistas e a própria indicação das entrevistadas, observamos que havia mais cargos de liderança ocupados por mulheres, como a portaria, secretaria, limpeza e pastoral, o que permitiu ampliar o grupo de pesquisa. Resultando assim em 2 coordenadores de torre, 2 líderes de limpeza de torre (sendo uma líder da pastoral) e 2 porteiras (sendo uma líder da pastoral). Não consegui entrevistar a secretária, mas devido a sua grande demanda no cargo, tentei de várias formas, como entrevista *online*, por ligação, por mensagem, inclusive me voluntariei para auxiliar na secretaria, mesmo assim não obtive sucesso. Havia outras possíveis líderes, como a responsável pela cozinha coletiva, a *design* e outras que não tive a oportunidade de conhecer, devido ao tempo e a rotina da Ocupação. Já como critério de exclusão: não exercer cargo de liderança na ocupação.

Antes de iniciar a entrevista, todas as participantes foram informadas sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos e a forma como os dados seriam utilizados. Foi fornecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Anexo II de acordo com as diretrizes éticas para pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 (BRASIL, 2016). O TCLE garante que os participantes estejam cientes de que sua participação é voluntária e que têm o direito de desistir da pesquisa a qualquer momento sem sofrer qualquer

tipo de prejuízo (Brasil, 2016). Como também garante a confidencialidade e sigilo das informações obtidas, assim como a privacidade das participantes.

Nesse sentido, considerando a pesquisa com mulheres líderes, optei por nomes fictícios que revelem características e qualidades que percebi em cada uma durante as entrevistas, conforme quadro 6 a seguir:

**Quadro 6 - Nomes fictícios e significados atribuídos**

Nome Fictício	Significado
Sofia	Sabedoria, a sábia
Valentine	Corajosa, forte
Joana	Generosidade
Amália	Diligente, proativa
Leona	Destemida
Jéssica	Observadora

Fonte: Elaborado pela autora.

Esse aspecto, evidencia a observação, que por sua vez, entende que “o investigador deve estar em permanente estado de alerta intelectual” (Triviños, 2012, p. 157), não apenas olhar, mas destacar aspectos que possam contribuir para a melhor compreensão do fenômeno no campo, o que envolve desde objetos, pessoas, cores, como também comportamentos e atitudes.

Em decorrência desta dissertação ter seu aporte na decolonialidade do ser, do poder e saber, Curiel (2020, p. 134), defende a necessidade de construir metodologias que reconheçam e legitimem os ‘outros’ saberes subalternizados, “esse aspecto começa com o reconhecimento dos pontos de vista produzidos a partir das experiências vividas e que contribuem com a proposição de mundos mais justos e humanos, fora da matriz liberal/colonial.” Dessa forma, então, outra maneira de proporcionar a escuta das mulheres foi por meio da metodologia visual, a fotografia. Silva e Anjo (2020) apontam a fotografia como uma metodologia estratégica nos estudos organizacionais, tendo em vista que “a fotografia pode legitimar de forma material e visual, processos e atividades que fazem parte do cotidiano da vida organizacional que passa despercebido pelos sujeitos envolvidos.” Além disso, a fotografia permite compreender o imaginário e o subjetivo, assim como “podem revelar aspectos que não são explicitados em entrevistas” (Muzzio, 2023, p. 3). O intuito da utilização desse método é proporcionar o diálogo com as entrevistadas a partir de suas próprias leituras do cotidiano.

A fotografia tem a capacidade não apenas de eternizar momentos, mas também de gerar contemplação, como compartilham Assis, Liberman e Maximino (2017), a fotografia é

um convite para olhar aquilo que nos é conhecido de uma nova maneira, com a possibilidade de produzir deslocamentos. Fotografar cotidianos é um modo de poder observar, com delicadeza e singularidade, territórios existenciais, declarando o interesse em imprimir um olhar único e em encontrar tempos e modos singulares de existência. Acolher toda experiência como única, em contraposição à padronização rotineira, é acolher a expressão da singularidade. (Assis; Liberman; Maximino, 2017, p. 352)

Nesse sentido, após as entrevistas, convidei as mulheres para durante seu dia a dia me enviarem fotos de espaços, atividades ou quaisquer aspectos na ocupação, que tivesse significado para elas. Ressalta-se que houve consentimento das entrevistadas em participar e divulgar as fotos, orientei que as fotos fossem da ocupação em si, sem registro do rosto. Ao propor, essa atividade metodológica para as entrevistadas, foi um risco e um desafio. Em virtude de sua rotina corrida, regida por muitos afazeres e responsabilidades, elas tiveram dificuldade em parar, fazer o registro, envio e descrição da imagem, por um período definido. Mesmo assim, insisti para não se prenderem ao tempo/prazo definido ou quantidade de fotos, mas que simplesmente me enviassem pelo menos uma foto que demonstrasse o significado da ocupação para elas. Dessa maneira, tive o privilégio de vislumbrar a ocupação tanto com relação a seu processo histórico, pois recebi fotos do início da ocupação, como também fotos que atendiam ao objetivo da proposta de registrar a perspectiva individual das mulheres líderes da ocupação Dom Helder Câmara, as quais são compartilhadas ao longo da dissertação e, especificamente no tópico 4.4.

Outro viés, importante, da coleta de dados, foi a revisão de dados secundários como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação João Pinheiro – FJP; e do Observatório das Metrópoles - Núcleo de Maringá.

### 3.4 INTERPRETAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE CAMPO

A análise das experiências foi realizada de forma interpretativa, buscando “sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado” (Gomes, 2011, p. 80). A análise interpretativa, segundo Gomes (2011, p. 105), é uma forma de caminhar “além dos conteúdos de textos na direção de seus contextos e revelando as lógicas e as explicações mais abrangentes presentes numa determinada cultura acerca de um determinado tema.” Acredita-se que esse método de análise se qualifica para essa pesquisa,

também, devido a tentativa de caminhar “tanto na compreensão (atitude hermenêutica) quanto na crítica (atitude dialética) dos dados gerados de uma pesquisa” (Gomes, 2011, p. 106).

Nesse sentido, vale pontuar a importância de estar atento à qualidade e clareza dos registros, assim como se o material é suficiente para análise (Gomes, 2011). Tendo em conta que essa etapa está relacionada tanto ao final do processo de investigação, como também refletirá a história de um grupo, aspecto que vai além da pesquisa. Dessa forma, Gomes (2011), propõe que esse tipo de análise seja feito seguindo um caminho, não necessariamente sequencial ou excludente, mas que se interrelacionam: leitura compreensiva do material selecionado, exploração do material e elaboração da síntese interpretativa.

A leitura compreensiva do material selecionado, diz respeito a visão do todo, de modo a apreender as especificidades do material. Para Gomes (2011, p. 100), “após essa leitura devemos ser capazes tanto de montar uma estrutura que serve de base para nossa interpretação, como descrever o material a partir da perspectiva dos atores, das informações e das ações coletadas.” Logo, se faz necessário, “categorização e distribuição de unidades que compõem o material” (Gomes, 2011, p. 100). A categorização pode ser entendida como “rubricas ou classe, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico” (Bardin, 1979, p. 117). As categorias interpretativas que utilizei, estão organizadas conforme o proposto nos objetivos específicos e apresentadas no quadro 7, a seguir:

#### **Quadro 7 - Categorias interpretativas propostas**

<b>Categorias</b>	<b>Teorias discutidas</b>	<b>Informações esperadas nas entrevistas</b>
Luta por Moradia	Particularismos e universalismo, repertório de ações, movimentos sociais e movimentos sociais por moradia, envolvendo as dinâmicas sociais e políticas (Santos Junior, 2021; Tonucci Filho, 2017; Gohn, 2011; Tilly, 1995; 2010; Souza, 2010; Tarrow, 2009)	Como e por que se deu a ocupação dos prédios abandonados, considerando fatores sociais, econômicos e políticos que levaram à luta por moradia, principais desafios. Assim como o papel do envolvimento nos e dos movimentos sociais como fortalecedor de lutas e na mobilização das famílias sem-teto.
Territorialização	Manifestações de dominação e apropriação sobre o espaço, sendo multidimensional, artes de fazer o cotidiano; relações de poder (Raffestin, 1993; Saquet, 2007; 2009; Souza, 2010; Costa Junior, Chagas e Oliveira, 2022).	Modificações no espaço, estabelecimento de regras e códigos de conduta, relações de poder sobre o objeto. Organização interna, planejamento de atividades, decoração das torres e mudanças específicas.

Territorialidade	Consciência do grupo sobre seu espaço de vida, condicionada pela constituição de identidades, concretizadas de modo histórico e multiescalar. Identificação simboliza com o território, remete aspectos ligadas ao pertencimento e aos vínculos ali estabelecidos (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2004; Saquet, 2007; 2009; Cara, 2002)	Como os moradores se identificam com o território, como se percebem após a ocupação dos prédios, como isso influencia suas relações sociais e culturais. Como a convivência, a cooperação e a solidariedade fortalecem a identidade coletiva e o pertencimento ao território. Identificar aspectos materiais: horta? Atividades? Eventos? Vida comunitária?
Liderança por Mulheres	Mulheres como protagonistas de suas lutas, por meio da participação em movimentos sociais como forma de legitimar e visibilizar suas demandas e necessidades (Maestro, 2017; Helene, 2019; Casimiro, 2021; Cota, 2021; Berth, 2023)	Aspectos simbólicos e materiais que refletem como as mulheres se apropriam do espaço da ocupação; percepção de sua presença enquanto líderes. Assim como o envolvimento das mulheres nas atividades coletivas e tomadas de decisões na ocupação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por conseguinte, a exploração do material ou “decomposição do conjunto do material da pesquisa em unidade” (Gomes, 2011, p. 101), pressupõe o desafio de ir além das falas, “caminharmos na direção do que está explícito para o que é implícito, do revelado para o velado, do texto para o subtexto” (Gomes, 2011, p. 101). Para melhor exploração do material, o autor propõe uma trajetória, composta por 3 etapas: 1) “identificação e problematização das ideias explícitas e implícitas”; 2) “busca de sentidos mais amplos (socioculturais) atribuídos às ideias”; 3) “diálogo entre as ideias problematizadas, informações provenientes de outros estudos acerca do assunto e o referencial teórico do estudo” (Gomes, 2011, p. 101). Por fim, a elaboração da síntese interpretativa busca elaborar uma lógica para o conjunto do material. Logo, é essencial “fazer uma articulação entre os objetivos do estudo, a base teórica adotada e os dados empíricos” (Gomes, 2011, p. 101).

Para melhor análise e interpretação, todas as entrevistas foram gravadas em gravador de voz do celular e o tempo médio de realização das entrevistas foi de 31m33s. Posteriormente, foi feita a transcrição, a qual apresentou grande desafio, em virtude do idioma das entrevistadas ser espanhol, a pronúncia rápida e a mistura entre português-espanhol. Mesmo assim, de modo a preservar o rigor científico, o formato escolhido foi a transcrição naturalizada, que conforme Meneghetti, Ramos e Ribeiro (2024, p. 2), atenta-se aos detalhes, “obedecendo as diferentes formas de oralidade empregadas, inclusive ruídos da fala.” A transcrição resultou em um total de 58 páginas.

#### 4. APRESENTAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS

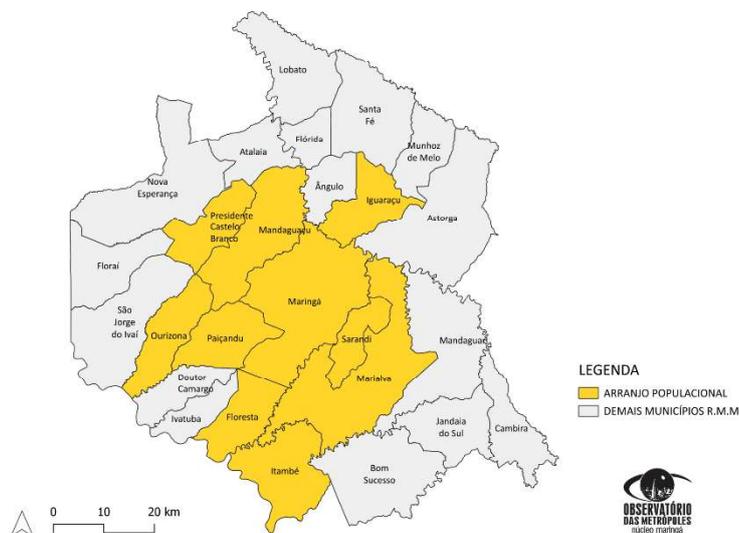
Este capítulo propõe apresentar e analisar a experiência das mulheres líderes junto ao campo, relacionando-os com os conceitos teóricos discutidos anteriormente. Dessa forma, os dados primários e secundários foram analisados com base nas categorias interpretativas propostas: Luta por Moradia, Territorialização, Territorialidade e Liderança por Mulheres. Inicialmente, é feita a caracterização da Cidade de Paiçandu, em seguida a Caracterização da Ocupação Dom Helder Câmara; em seguida, fim, a Territorialização das Mulheres Líderes da Ocupação Dom Helder Câmara. E, por fim, Olhares da Resistência: a Fotografia como Voz das Mulheres Líderes da Ocupação Dom Helder Câmara.

##### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE PAIÇANDU

Paiçandu faz parte da Região Metropolitana de Maringá, da qual situa-se a 15km. Sendo assim, é válido destacar que Maringá, é considerada um polo regional da Região Metropolitana de Maringá, institucionalizada pela Lei Complementar nº 83/1998, totalizando 26 municípios na atualidade, e está localizada no Norte Central do Paraná, segundo o IBGE (2022), possui quase 410 mil habitantes, considerado menor crescimento populacional em relação às cidades do entorno como Floresta, Mandaguaçu, Sarandi, Marialva e Paiçandu. Conforme análises do Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2023) em relação aos dados populacionais divulgados pelo IBGE (2022) sobre a região, evidenciou-se que Maringá, exerce uma “força centrípeta [...] em termos de investimentos, ofertas de serviços e oportunidades de estudo e trabalho [...] Acrescenta-se o fato de haver pouco estoque de moradias e preços elevados das existentes.”

Outro dado, importante sobre Maringá, diz respeito a forte integração populacional entre dois ou mais municípios, “em razão de movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais” (Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, 2023), denominado pelo IBGE (2016), como Arranjo Populacional (AP). Sendo assim, Maringá compõe um AP com outros nove municípios, sendo eles: Floresta, Iguaraçu, Itambé, Mandaguaçu, Marialva, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco e Sarandi, ilustrados na figura 16, a seguir:

**Figura 16 - Arranjo Populacional (AP) inserido na Região Metropolitana de Maringá.**



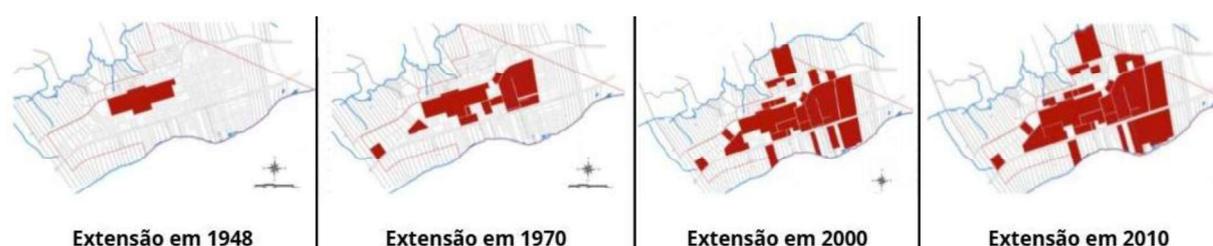
Fonte: Observatório das Metrópoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2023).

O Município de Paçandu possui 45.962 habitantes, em sua maioria mulheres e brancos (IBGE, 2022). Sua origem está fundamentada em aspectos de segregação espacial, caracterizada pelas “diferentes formas de ocupação do espaço urbano, por classes sociais diferentes” (Machado; Machiavelli; Garcia, 2019). Entre 1938 e 1940, o Município, era habitado por índios e caboclos, que se organizavam em pequenos grupos próximo ao cemitério, que servia de referência no meio da mata virgem, conhecido como Cemitério dos Caboclos (Silva, 2015). Em 1944, a área do município foi colonizada pela Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná (CMNP), que logo investiu na abertura de estradas e na formação da gleba de Paçandu (Silva, 2015). Em vista disso, rapidamente se deu a formação de pequenos aglomerados populacionais que se estabeleceram ao longo da ferrovia, em virtude das terras férteis da região, ideais para o cultivo de Café (Silva, 2015; Machado; Machiavelli; Garcia, 2019). Em 1947, a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, deu início à criação de lotes em Paçandu, que o confirmou como município independente e, por conseguinte, ocorreu a demarcação do território, realizada através da divisão em chácaras, fazendas e sítios, estabelecendo as bases para o desenvolvimento da localidade (Machado; Machiavelli; Garcia, 2019).

A Lei Estadual nº 4.265/1960 estabeleceu a emancipação do município de Paçandu, em julho de 1960 (Machado; Machiavelli; Garcia, 2019). Até 1975, a região experimentou um crescimento, caracterizado por pequenas aglomerações de famílias e comércios. No entanto, foi nesse mesmo ano que se deu o êxodo rural, um fenômeno que se revelou crucial para o

desenvolvimento e a expansão do município (Machado; Machiavelli; Garcia, 2019). A migração da população rural para áreas urbanas contribuiu significativamente para o aumento da densidade populacional e para a diversificação das atividades econômicas locais (Machado; Machiavelli; Garcia, 2019). A figura 17, apresenta o desenvolvimento territorial de Paiçandu, no período de 1948 a 2010.

**Figura 17 - Expansão do Município de Paiçandu (1948 a 2010).**



Fonte: Cárdenas (2023) baseado em Silva (2015).

O processo de segregação do município teve início com o êxodo rural ocorrido em Paiçandu na década de 1970, que teve como consequência o crescimento desordenado da cidade. Os trabalhadores rurais em busca de emprego, foram para a cidade de Maringá, no entanto, não havia possibilidade de moradia na mesma, logo, retornaram a Paiçandu em busca de residência. Porém, neste momento a cidade passou por nova divisão de loteamentos, realizada por uma única construtora, em práticas de interesses mercantis.

Desta forma, as áreas mais providas de infraestrutura e, portanto, mais valorizadas, foram ocupadas pela classe de maior poder aquisitivo, o que tornou mais visível o processo de segregação intraurbana com a acentuação da periferização da pobreza na cidade, um município que, portanto, absorvia de outras localidades, os que não conseguiam moradia em Maringá. (Silva, 2015, p. 173)

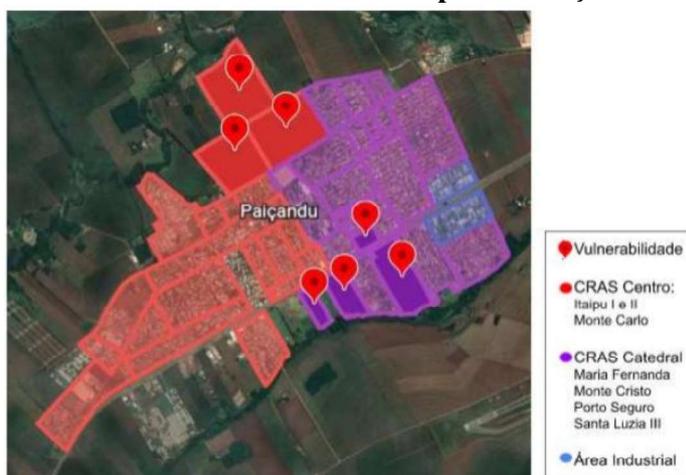
Nesse sentido, a cidade não estava preparada para absorver esse contingente populacional, sem infraestrutura básica, diversos lotes foram ocupados em Paiçandu, gerando aglomerações dispersas e a formação de favelas. Esse processo de segregação espacial ficou evidente com a inclusão de Paiçandu na Região Metropolitana de Maringá em 1988. (Machado; Machiavelli; Garcia, 2019).

Essas diferenças socioespaciais corroboram para que Paiçandu se caracterize como dependente da cidade-polo, Maringá, com impacto direto na moradia, falta de saneamento básico nos bairros mais afastado e precariedade nos serviços públicos (Silva; 2015; Machado; Machiavelli; Garcia, 2019). Dessa forma, o município de Paiçandu é conhecido como “cidade-

dormitório”, por pertencer a região metropolitana de Maringá e abrigar os trabalhadores que não tem condições de residir na ‘cidade grande’ Maringá (Machado; Machiavelli; Garcia, 2019).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Paiçandu, denuncia uma de suas contradições, pois, em 2010, foi de 0,716, valor que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). As características históricas de segregação, mantidas por meio de investimentos em áreas de expansão para a elite, são evidenciadas no Plano Municipal de Assistência Social: Cidade de Paiçandu (2022-2025), através dos Índices de Vulnerabilidade Social Alta (IVS), conforme ilustrado na Figura 18, a seguir:

**Figura 18 - Mapa de Vulnerabilidade do Município de Paiçandu**



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social de Paiçandu (2022 - 2025).

Com relação a renda, a Figura 19, aponta conforme numeração por bairro, o índice de vulnerabilidade social. Mais especificamente, nos bairros Jardim Itaipu 1a. (19) e 2a. (20) partes, Jardim Espanha (21), arredores do Jardim Monte Carmelo (23) e Residencial João Marques dos Reis (32), destacam-se pela alta vulnerabilidade social (IVS). Infere-se ainda que a renda média per capita nessas regiões está entre R\$ 458,93 a R\$ 729,33 reais. Em comparação, no município de Maringá, a cidade polo da Região Metropolitana, apresenta uma renda média domiciliar per capita de R\$1.187,53 e Paiçandu atinge apenas R\$599,32, aproximadamente 50% (IBGE, 2010).

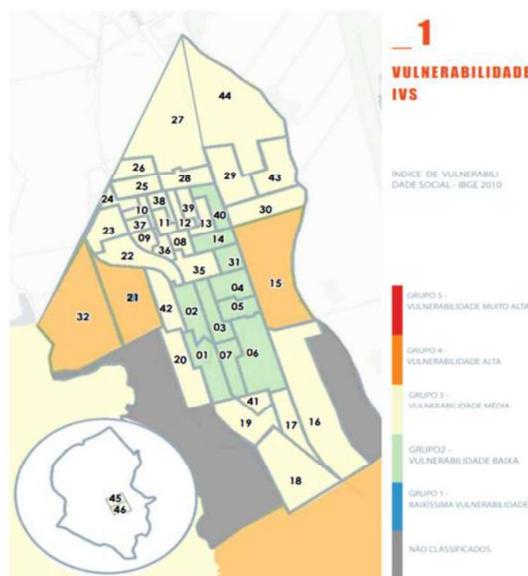
**Figura 19 - Mapa de Vulnerabilidade Social por Renda**



Fonte: Paiçandu (2021).

A figura 20, também ilustra o índice de vulnerabilidade social, com evidência para o setor 32 com IVS de 0,351 e o setor 15 com IVS de 0,392 requerem maior atenção. Os setores 32 e 21, se enquadram na faixa de vulnerabilidade alta e, é onde estão localizados os bairros supracitados, os quais “constam como regiões que necessitam de atenção maior por parte do poder público, destacando-se por possuir uma dimensão territorial considerável entre os bairros com maior vulnerabilidade” (Cárdenas, 2023).

**Figura 20 - Vulnerabilidade Social (IVS)**



Fonte: Paiçandu (2021)

A área de estudo dessa pesquisa, situa-se no bairro Itaipu, classificado como bairro esquecido, região onde está localizada a Ocupação Dom Helder Câmara, que surge não apenas como movimento social por moradia, mas também como território de práticas de insurgência, território de denúncia e reivindicação dos direitos historicamente negados aos grupos menos favorecidos residentes na Cidade de Paiçandu.

#### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA DOM HELDER CÂMARA

O conjunto habitacional, que foi ocupado, fazia parte de um empreendimento da Construtora Cantareira Construções e Empreendimentos Imobiliários LTDA, sediada em Maringá, que tinha como integrante do corpo societário o ex-deputado federal Edmar Arruda, uma figura política influente na Região Metropolitana de Maringá. Devido a conflito de interesses, referente a um acordo de crédito com o Banco do Brasil para a construção, a construção dos apartamentos foi interrompida por suspensão de pagamentos pelo banco, mesmo que a maioria das unidades já haviam sido comercializadas (Martins et al., 2024). A Construtora Cantareira, foi fundada em 1992, iniciando suas atividades no setor imobiliário, relativo à compra, venda e administração de imóveis, e posteriormente expandiu suas operações para a construção civil, a partir de 1996. Em 2009, direcionou seu foco para a construção de habitações voltadas para as classes sociais "C", "D" e "E", influenciada pelo Programa Minha Casa Minha Vida, logo investiu na compra de grandes terrenos, para desenvolver projetos imobiliários (Martins et al., 2024).

Mas em 27/04/2015, instaurou-se uma Ação de Recuperação Judicial da empresa Cantareira, responsável pela execução do empreendimento, então denominado Condomínio Residencial Golden Ville Residence I. Com a aceitação do pedido de Recuperação Judicial, todas as ações e execuções movidas contra a empresa foram temporariamente suspensas por 180 dias. Durante esse período, os credores puderam apresentar suas reivindicações ao administrador judicial, a lista de credores tem cerca de 270 indivíduos, em sua maioria sem garantias reais (Martins et al. 2024). No entanto, houve conflito de interesses entre as instituições financeiras e a construtora, o que impossibilitou a resolução dos impasses do processo. Ademais, havia obrigações pendentes relacionadas aos mutuários associados ao imóvel, ou seja, “tanto as instituições financeiras quanto a construtora encontram-se em uma posição delicada, ambas relutantes em assumir completamente as responsabilidades dos mutuários, devido às preocupações com os ônus financeiros associados.” (Martins et al., 2024, p. 10).

Frente a esse contexto, aos 05 de janeiro de 2023, liderada pela Frente Nacional de Lutas<sup>16</sup>, aconteceu a ocupação do Conjunto Habitacional, abandonado há 9 anos, na cidade de Paiçandu/PR. A escolha do residencial configura uma estratégia de luta do repertório de ação coletiva fundamental, tendo em vista a improvável ação de reintegração de posse, considerando-se “o complexo contexto jurídico envolvido, aliado às condições degradadas resultantes de nove anos de abandono e vandalismo” (Martins et al. 2024, p. 10).

A princípio, a ocupação recebeu o nome de Acampamento Dom Helder Câmara, tornando-se um exemplo do efeito de transformação do espaço urbano realizado pelos movimentos sociais, como símbolo de luta pelo direito à cidade. Nas figuras 21, 22 e 23 é possível visualizar a localização da Ocupação, vista lateral e frontal, respectivamente. Como já dito, o conjunto é formado por 6 torres, compostas por 40 apartamentos, totalizando 240 unidades habitacionais. Existe uma reserva de 10 unidades para eventuais emergências, como despejos que acontecem na região, em sua maioria de estrangeiros desempregados.

**Figura 21 - Localização da Ocupação Dom Hélder Câmara - Vista de cima**



Fonte: Captura de tela da autora, a partir do *Google Maps*, em 17/10/2023.

---

<sup>16</sup> Estrutura organizada, a Frente Nacional de Lutas (FNL), aliada de organizações sindicais e partidos políticos, defendem as “lutas do povo e lutam pela mudança estrutural das relações econômicas no Brasil” (FNL, 2020, p.4). A FNL foi fundada nos dias 29 a 31 de janeiro de 2014, na cidade de Assis, em São Paulo, não se definindo, entretanto, como movimento, “mas como uma Frente formada por outras forças e movimentos sociais do campo e da cidade, todos atuando na luta pelas transformações sociais e na defesa dos direitos da classe trabalhadora” (FNL, 2020, p.4)

**Figura 22 - Vista lateral de uma das torres da Ocupação Dom Hélder**



Fonte: Arquivo pessoal.

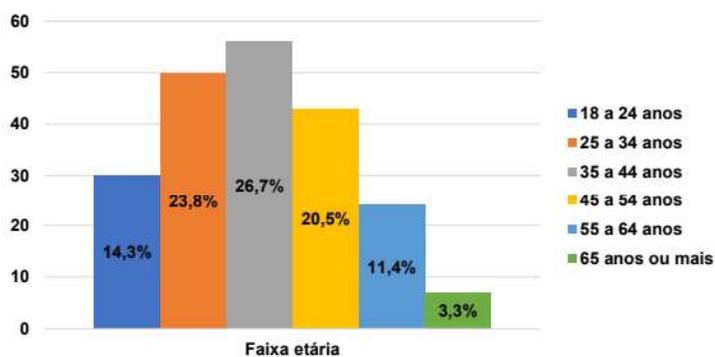
**Figura 23 - Vista frontal da Ocupação Dom Hélder**



Fonte: Arquivo pessoal.

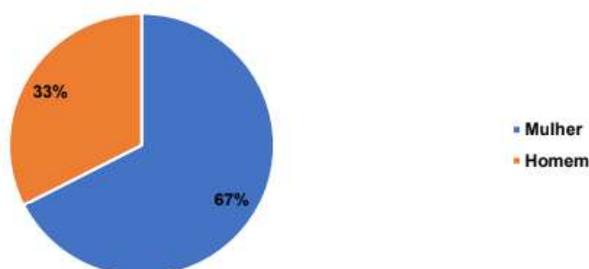
No início de 2024, o Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024), realizou o Censo da Ocupação Dom Helder Câmara, no qual foram coletados dados referentes ao perfil social, perfil socioeconômico familiar, crianças e adolescentes, e segurança e comunidade. Foram obtidas respostas de 210 famílias, dentre as 230 famílias residentes, e a projeção é que a Ocupação possui em torno de 1.390 moradores, com faixa etária concentrada entre 35 e 44 anos (26,7%) e 25 e 34 anos (23,8%), e, a maioria dos residentes são mulheres, equivalente a 67%, conforme Figura 24 e 25, respectivamente.

**Figura 24 - Faixa etária do entrevistado**



Fonte: Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024)

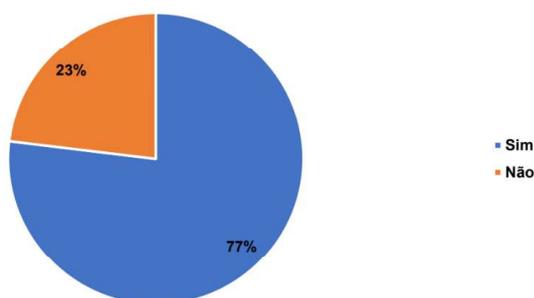
**Figura 25 - Gênero do entrevistado**



Fonte: Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024)

Sobre a Figura 25, vale mencionar que o questionário continha opções relativas a gênero, como mulher transexual, homem transexual, não binário, travesti, queer e outros, e, foi aplicado nos turnos da manhã e da tarde de sábado. Esse fator, pode ter favorecido o quantitativo maior de mulheres, pois estavam em casa, em um dia que não tem escola ou creche para as crianças. As entrevistadas pontuaram que sobre elas recaem as funções relativas ao cuidado, além de que há o percentual que não trabalha fora, em virtude de terem crianças de colo (Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, 2024). Considerando que a maioria das respondentes eram mulheres, quando perguntadas se se consideravam chefe da família, a maioria (77%) respondeu sim, de acordo com a figura 26:

**Figura 26 - Entrevistada se considera chefe de família**

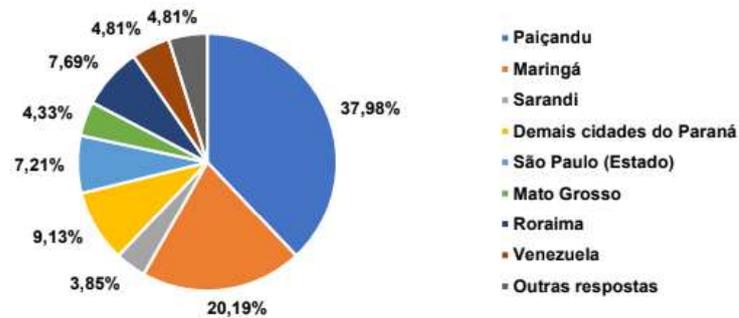


Fonte: Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024)

A maioria dos moradores da ocupação, correspondente a 37,98% advém de Paiçandu, enquanto, 20,19% residiam em Maringá, 3,85% em Sarandi, cidades localizadas, respectivamente, a 12 km, e 22 km de distância (Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, 2024). Os outros 37,98% dividem-se entre os moradores que antes residiam nas demais cidades do Paraná, São Paulo (SP), Mato Grosso (MT), Roraima (RR),

inclusive, Venezuela e outros (Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, 2024), conforme o Figura 27:

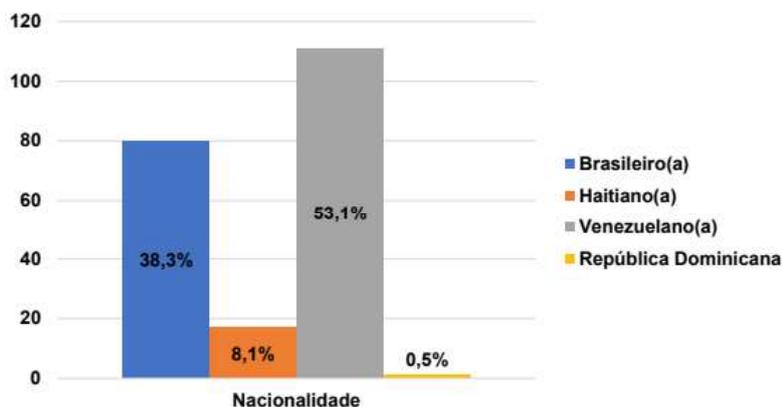
**Figura 27 - Onde o entrevistado e sua família residiam**



Fonte: Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024)

Há de se pontuar, ainda que embora o gráfico 4 tenha evidenciado cidades e Estados brasileiros, a maioria dos residentes é de nacionalidade Venezuelana (53,1%), seguida de Brasileira (38,3%), Haitiana (17%) e República Dominicana (0,5%) (Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, 2024), conforme o Figura 28:

**Figura 28 - Nacionalidade do entrevistado**



Fonte: Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024)

Os dados sobre a nacionalidade majoritária ser Venezuelana, justificam-se pelas “severas restrições migratórias impostas pelos países no Norte, à proximidade geográfica e cultural entre os países fronteiriços, bem como a outros fatores econômicos e sociais” (Cintra, 2024, p. 2). Em se tratando dos venezuelanos, desde 2010, grande fluxo de imigrantes tem sido impulsionado pela crise econômica, política e humanitária. A crise petrolífera de 2013/2014, por exemplo, e o embargo econômico forçado pelos Estados Unidos, influenciaram diretamente

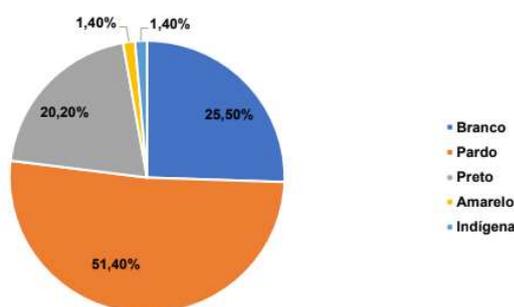
a perda de qualidade de vida dos venezuelanos. Desde então, o povo tem sido assolado por “desabastecimento de bens de consumo e serviços básicos, a hiperinflação e o desemprego generalizado (...) colocando-os em situação de pobreza ou extrema pobreza” (Cintra, 2024, p. 2). As pesquisas de Cintra (2024), especificamente sobre a migração de mulheres venezuelanas para o Brasil, destacam que o fluxo de pessoas tem “metade do número absoluto são meninas e mulheres acompanhadas ou não por seus respectivos núcleos familiares” (Cintra, 2024, p. 3). O relatório Refúgio em Números, usa o termo “feminização” dos fluxos migratórios para o Brasil, com destaque para a migração venezuelana como responsável por essa nova configuração social de migração no Brasil (Junger da Silva; Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2024).

Não foram encontrados dados estatísticos sobre o número de migrantes em Paiçandu. Já o município de Maringá foi um dos governos locais certificados pelo MigraCidades em 2022. A Plataforma MigraCidades, “é uma parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que conta com apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e financiamento do Fundo da OIM para o Desenvolvimento” (MigraCidades, 2022, p. 4). A plataforma avalia a capacidade de governança local das migrações, tendo como base 10 dimensões de análise, com intuito de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O relatório do diagnóstico do MigraCidades, destaca que entre janeiro de 2000 a março de 2022, 4.959 migrantes obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes do município, de acordo com dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra) (NEPO/UNICAMP, 2022). Entre abril de 2018 e outubro de 2022, o município de Maringá recebeu cerca de 755 pessoas venezuelanas por meio da estratégia de interiorização do Governo Federal (reunião social, reunificação familiar e outros não especificados) (MigraCidades, 2022)

Acredita-se que, especificamente Maringá, atrai muitos migrantes, devido ao seu *slogan* de “melhor cidade do Brasil para se viver”, “cidade verde”, entre outros, o que motiva venezuelanos, haitianos e dominicanos, em sua busca por melhor qualidade de vida. Não foram encontrados dados que reforcem essa análise, mas considera-se importante ressaltar essa possibilidade.

Outro dado a ser salientado é a etnia dos moradores, que conforme o Censo da Ocupação (Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, 2024), a maioria é composta pela raça negra (71,7%), seguida por brancos (25,5%), amarelo (1,4%) e indígena (1,4%), conforme apresentado no Figura 29:

**Figura 29 - Grupo étnico do entrevistado**



Fonte: Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024)

O nível educacional dos moradores da Ocupação Dom Helder Câmara, foi um dos dados que chamou a atenção, devido a alta concentração de respostas nos níveis Ensino médio completo (37,6%) e Ensino Superior Completo (12,9%) (Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, 2024), segundo a Tabela 2:

**Tabela 2 - Nível educacional do entrevistado**

Nível educacional	Número	%
Não frequentou a escola	3	1,4
Ensino Fundamental incompleto	41	19,5
Ensino Fundamental completo	16	7,6
Ensino Médio incompleto	31	14,8
Ensino Médio completo	79	37,6
Ensino Superior incompleto	13	6,2
Ensino Superior completo	27	12,9
Total	210	100

Fonte: Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024)

Com relação à luta por moradia, destaca-se que, em virtude do período que teve início a Ocupação, um dos primeiros desafios externos foi a tentativa de criminalização da mesma. Devido ao momento político vivenciado durante os anos de 2018 a 2022, que polarizou o Brasil direita e esquerda, a ocupação prevista para acontecer em dezembro, foi adiada. Inclusive, entre as propostas do governo em vigor nesse período, destaca-se a tificação de “terrorismo” atribuído às ocupações rurais e urbanas. Aragão, Soraggi e Corrêa (2021, p.1172), expõem que essa proposta “traz consigo o não reconhecimento da importância das demandas e reivindicações de diversos movimentos sociais, assim como a previsão de pouca abertura ao diálogo com a sociedade civil organizada.” O que de fato ocorreu.

Embora as eleições tenham ocorrido entre outubro e novembro de 2022, o movimento de moradia, se viu frente ao risco de ser vítima dos movimentos de direita que estavam

acontecendo em frente aos quartéis como reivindicação à perda das eleições. Mesmo sendo adiada para janeiro/2023, a ocupação Dom Helder Câmara, realizada por famílias que careciam de moradia, sofreu represálias, por grupos contrários, pessoas em caminhonetes atiraram durante a noite na fachada da ocupação. Vale pontuar que o Superior Tribunal Federal de Justiça no HC nº 5.574 em abril de 1997 (STJ) reconhece que as ocupações não deveriam ser vistas como ilegais e nem como crime ao patrimônio, pois “configura como um direito coletivo, expressão da cidadania, visando a implantar programa constante da Constituição da República. A pressão popular é própria do Estado Democrático de Direito.”

O conjunto habitacional estava abandonado há 9 anos, logo, o espaço estava dado, “anterior a uma ação” (Raffestin, 1993, p.144), era existente e não cumpria seu valor de uso. O espaço encontrava-se em estado de total abandono, com vegetação alta, não tinha água, luz e nem venezianas nas janelas. O espaço era usado por usuários de drogas e para criminalidade. A limpeza básica do espaço durou de 15 a 20 dias. Assim, com a apropriação do espaço pela FNL e as famílias, o espaço ganhou valor e sentido ao proporcionar moradia, tornando assim um território. Costa Junior, Chagas e Oliveira (2022, p. 180) pontuam que “a territorialização é o processo de transformação do espaço em território, que ocorre a partir de práticas cotidianas”, ou seja, moldar o espaço conforme as necessidades coletivas. Conforme figuras 30 e 31, a seguir:

**Figura 30 - Início da Ocupação**



Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 31 - Chegada das famílias**



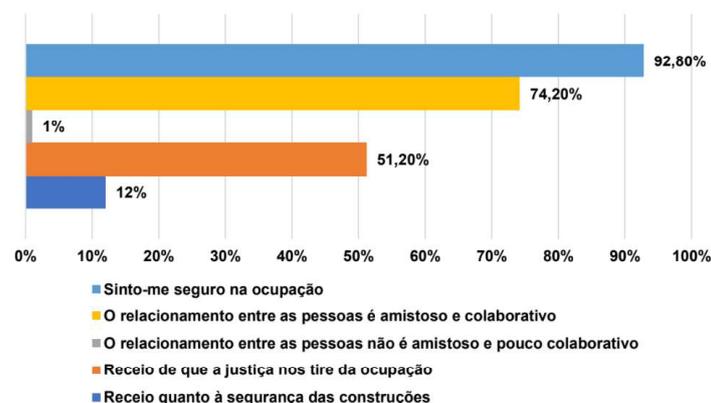
Fonte: Arquivo pessoal

A inclusão das famílias não se deu de forma aleatória ou apenas sob o pretexto de necessidade de moradia, para que se efetivasse a ocupação. Assim, a chegada no espaço ocorreu de modo planejado e organizado, cada família teve de efetuar um cadastro de todos os membros junto a secretaria da ocupação. Em seguida foi realizada entrevista, verificação de documentação e checagem com a polícia civil, caso houvesse antecedentes criminais.

Houve casos de fugitivos que tentaram se refugiar/esconder na ocupação. Por outro lado, alguns familiares de presidiários, devido ao contexto de vulnerabilidade social, moram na ocupação, como uma forma também de estar próximo à penitenciária da cidade. Vale pontuar, nesse sentido, o impacto da ocupação no índice de criminalidade da região. Após a ocupação, na faixa de 1000m de distância, foi diminuída a criminalidade em 89%, não foi zerada por conta de brigas em bares da região. A Polícia Civil, inclusive, visitou a ocupação no segundo dia e levou doações de colchões e cestas básicas. A presença da ocupação dispersou a criminalidade para outras regiões, como Sarandi, Cianorte e Maringá. É essa dialética que Santos Junior (2021, p.266), aponta quando argumenta sobre particularismos e universais, a capacidade dos movimentos sociais de provocar “transformação social na medida que transcendem [suas] particularidades.” A FNL tinha o objetivo de atender a demanda das famílias por moradia, ao passo que ao ocupar o conjunto habitacional sanou a necessidade de segurança da comunidade já residente na região.

De acordo com o Censo da Ocupação (Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, 2024), segurança é a principal resposta dos moradores quando questionados sobre a questão que melhor expressa sentimentos do entrevistado em relação à Ocupação, conforme Figura 32:

**Figura 32 - Questão que melhor expressa sentimentos do entrevistado em relação à Ocupação**



Fonte: Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024)

Hoje, o maior apoiador da ocupação é a própria vizinhança, moradora dos bairros fronteiriços à ocupação, devido a diminuição da criminalidade. Aliás, havia registro de assassinatos e estupros naquele espaço, antes do processo de ocupação do conjunto habitacional. No entanto, no presente, as mulheres, por exemplo, fazem caminhada com tranquilidade e há grupos de ciclistas que percorrem o caminho sem risco de roubo. Esse é um aspecto que a FNL zela muito, o comportamento, os valores, os princípios e a disciplina na ocupação. Um dos lemas presentes na cartilha é: “o militante que não tem caráter e nem moral não serve para nada” (FNL, 2020, p. 06).

Dessa forma, “é dever de todo militante manter a disciplina nos espaços de debates e reuniões, respeitar os demais companheiros e companheiras, observar sua conduta em relação aos princípios da luta” (FNL, 2020, p.06). Inclusive, existem regras, como a proibição de consumo de bebidas alcóolicas nas unidades e nas áreas de convivência. A partir da 00h00 não são permitidas visitas e barulhos exacerbados. Caso haja incômodo com os vizinhos devido à bebida, o segurança da ocupação notifica. Há, ainda, um sistema de três advertências, em que a terceira, quando aplicada, resulta na expulsão do indivíduo e conseqüente perda da unidade (existem exceções, como casos de roubo ou demais atividades ilícitas, que se ocorridas, implica na expulsão imediata do referido). Existe também uma planilha de pontuação entre os moradores das torres que varia de 0-1000 e fica exposta mensalmente no mural de avisos, como demonstração de boas práticas de convivência daqueles moradores, conforme as pontuações a eles atribuídas. As figuras 33, 34 e 35, ilustram bem o exposto anteriormente e podem ser encontradas nas torres.

**Figura 33 - Avisos na recepção dos residenciais**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 34 - Aviso na entrada do espaço de reuniões**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 35 - Aviso sobre organização do espaço de reuniões**



Fonte: Arquivo pessoal.

A gestão é dividida entre os coordenadores, e a manutenção das torres e do espaço é dividida entre equipe de marcenaria, chefe de hidráulica, chefe de alvenaria, equipe de limpeza, de modo que para cada necessidade há um representante. Além de que todos os sábados tem mutirão no turno da manhã, para realização de ajustes nas torres, nos apartamentos e espaços coletivos. Segundo a cartilha da FNL (2020, p. 15) “todas as atividades devem ter suas tarefas distribuídas entre os dirigentes, militantes e ter a participação da base, quando for o caso, especialmente durante as lutas de massa”, de modo a demonstrar traços individuais e coletivos de responsabilidade e comprometimento com a organização.

O núcleo de base terá uma coordenação, dirigida por um coordenador e uma coordenadora, assegurando a representação de gênero e a igualdade nas tarefas, cabendo a estruturação dos setores (coletivos), conforme as necessidades de atuação da organização, especialmente dentro da comunidade, sendo também coordenados por um homem e uma mulher (FNL, 2020, p. 11).

A ocupação se apoia em doações e na cobrança de uma taxa voluntária por apartamento, a qual é revertida em melhorias para cada torre. Todas as decisões, inclusive sobre o investimento do valor arrecadado ou compra de caixa d'água, encanação e elétrica dos apartamentos, são tomadas de modo conjunto, durante as assembleias. A Cartilha da FNL (2020, p. 7) aponta que “todas as decisões sejam tomadas obedecendo sempre a maioria.”

Outro aspecto importante é a atenção às pessoas, pois na ocupação existem problemas sociais de todo tipo, como marido que abandonou o lar com 4, 5 filhos ou mesmo mulheres com medidas protetivas contra o marido. Dessa forma, a ocupação dispõe de atendimento psicológico (para adultos e crianças) e especialista em recuperação de usuários de drogas, que atendem várias vezes durante a semana. Essas iniciativas revelam a importância e valorização dos líderes da ocupação em restituir essas pessoas de dignidade, não apenas em aspectos materiais, mas também em subjetivos. Nesse sentido há de se concordar com Haesbaert (2004), ao definir território sob uma perspectiva integradora, na qual todas as diferentes necessidades sociais são imbricadas e indissociáveis. Picheth e Chagas (2018, p.192) lembram que “quando um território é habitado, estabelece-se, então, uma relação inconsciente de troca e confiança. E tal território se faz importante na construção e afirmação [...] territorial de cada indivíduo.”

E o poder público, como se coloca nesse cenário? Diante do que foi exposto sua presença é percebida como conveniente àquele espaço ou como cúmplice da continuidade de tamanha deflagração de problemas sociais? No início da ocupação, o prefeito se reuniu com seus aliados e os proibiu de qualquer interação com a ocupação. O que, conseqüentemente, gera problemas relativos à coleta de lixo, às matrículas de crianças nas escolas e ao atendimento em UPA (que é possibilitado apenas em caráter emergencial), como também afeta relações empregatícias, como a existência de pessoas que foram demitidas por morarem na ocupação. Alfonsin (2021), quando analisa os direitos à moradia e à cidade sob a perspectiva dos representantes políticos, afirma que

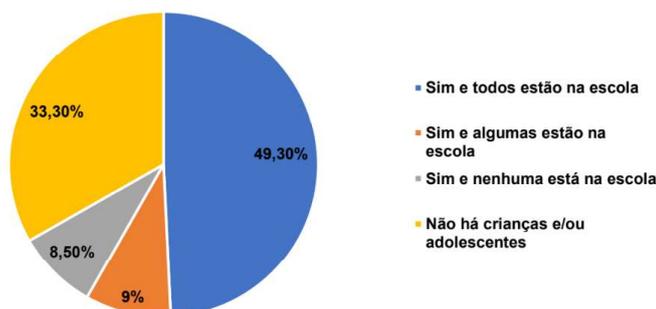
no caso do poder das leis do Estado, quem as elabora, interpreta e aplica, com raras exceções, está mais preocupado não em garantir justiça que é a finalidade própria dessas leis, mas em moldá-la segundo os seus interesses de garantir a continuidade do seu poder. A preocupação das autoridades públicas com as futuras eleições, desde que são empossadas, é uma prova evidente disso. (Alfonsin, 2021, p. 198)

No caso das escolas, para conseguir vagas para matrícula, muitas vezes, se faz necessário ir ao fórum, que junto ao conselho tutelar, garantem a existência das mesmas, mas não de escolas para o acolhimento. Logo, embora exista escola a 700m da ocupação, as crianças são encaminhadas para escolas do outro lado da rodovia, sem auxílio de transporte. Também

há registros em que a criança estava matriculada na escola em tempo integral, porém quando a Prefeitura soube da residência da criança, na ocupação, negou a vaga, oferecendo apenas como período parcial. Essas ocorrências afetam não apenas a criança, como também a estrutura familiar, impedindo que a mãe tenha vínculo empregatício, e, muitas vezes, ela é a principal provedora do lar.

O Censo da ocupação (Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, 2024), questionou os entrevistados quanto à presença de crianças (0 a 12 anos) e/ou adolescentes (13 a 18 anos) em cada família e se estão na escola. Os resultados evidenciaram que 49,3% das famílias têm todos os menores na escola, 9% algumas estão na escola e em 8,5% nenhuma está na escola (figura 36).

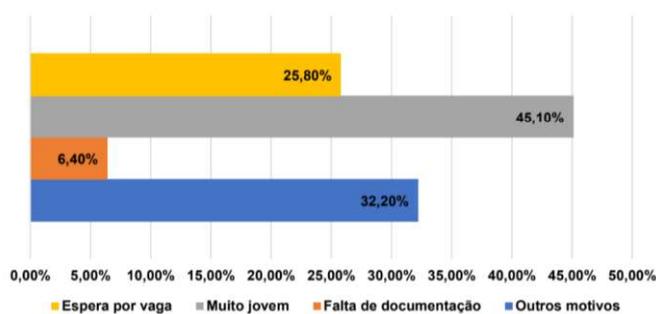
**Figura 36 - Se tem crianças e/ou adolescentes e se estão na escola**



Fonte: Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024)

Considerando a pergunta anterior, fez-se necessário entender os motivos de as crianças e/ou adolescentes não frequentarem a escola. Conforme o Censo da ocupação (Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, 2024), a maioria das crianças ainda são bebês (muito jovens - 45,1%), aspecto que evidencia a ausência de creches para absorver essas crianças; o segundo motivo foi espera por vaga (25,8%), e a falta de documentação (6,4%). No entanto, 32,2% ressaltaram outros motivos como: mobilidade (escola muito distante); ‘o mais velho caiu nas drogas’; parou de estudar para trabalhar; não quer que a criança frequente a escola ainda; ainda vai matricular; entre outros (Figura 37).

**Figura 37 - Motivos de crianças e adolescentes não estarem na escola**



Fonte: Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024)

Vale pontuar, ainda, que o conjunto habitacional foi um ‘projeto iniciado para nunca ser entregue’. No local não havia rede e coleta de esgoto, como também no lugar da cisterna, foi encontrada apenas a tampa. O intuito era recolher o dinheiro e abandonar a obra. O espaço do conjunto, inicialmente, pertencia à Prefeitura, mas de imediato, sem antecedentes, o espaço passou de público para privado e foi entregue para um agente imobiliário, que em seguida, também vendeu. Além de que a ideia inicial previa 4 torres, mas com a grande procura e venda das unidades, foram construídas duas novas torres com apartamentos grandes, em espaços que seriam destinados ao lazer. Essa é uma característica forte do processo de organização do espaço urbano da cidade de Paiçandu, marcado e orquestrado pela especulação imobiliária (Machado; Machiavelli; Garcia, 2019).

Em contrapartida ao exposto, como já mencionado anteriormente, a solidariedade dos moradores do bairro acolheu a ocupação, de modo que há parceria com empresas locais que reservam vagas de trabalho para os moradores, e, inclusive, buscam os trabalhadores na frente da ocupação. Vale destacar também iniciativas coletivas, que reforçam aspectos ligados diretamente à territorialidade, como a cozinha comunitária, que no início chegou a servir mais de mil refeições diárias. Há ações coletivas que promovem a busca de empregos, como também a doação de cestas básicas mensalmente, o que contribui para que, mesmo em vulnerabilidade social, hoje existem apenas 17 famílias abaixo da linha de pobreza.

O primeiro espaço criado após a ocupação, foi a chamada ‘sala de vidro’, hoje denominada Espaço Vivência Infantil Leonel Brizola, destinada às crianças, com brinquedos e espaço de leitura. Os salões de festa existentes são voltados para atividades coletivas. Outro destaque, diz respeito às conquistas materiais e simbólicas dos moradores, como a possibilidade de abrir uma conta bancária, comprar uma moto, além do cuidado com o apartamento. Hoje, todas as unidades tem acesso a água, energia e, algumas já conseguiram também acesso à internet. As conquistas e transformações relatadas refletem “o sentimento de

pertencimento define a territorialidade” (Picheth; Chagas, 2018, p.792). A configuração das janelas, é outro exemplo do cuidado individual e coletivo com os apartamentos, nos quais cada uma apresenta traços particulares de seus moradores.

Embora a ocupação evidencie a existência de um problema social enorme, ‘varrido para debaixo do tapete’ e escondido para a maior parte da sociedade, é acima de tudo uma representação do potencial político contido na realidade cotidiana. A capacidade humana de criar territorialidade a partir de um espaço abandonado. A figura 38, apresenta uma linha do tempo, na qual estão resumidos os principais acontecimentos da Ocupação Urbana Dom Helder Câmara.

**Figura 38 - Linha do Tempo dos principais acontecimentos da Ocupação Urbana Dom Helder Câmara**



Fonte: Elaborado pela autora.

Em 20 de dezembro de 2023, inesperadamente, a Cantareira responsável pela obra inacabada, há mais de 9 anos, ajuizou ação para reintegração de posse, fator que teria como

consequência o despejo das famílias (Defensoria, 2024). Os moradores se mobilizaram contra a ação e apresentaram como argumento os aspectos práticos que transformaram o imóvel abandonado em comunidade, como por exemplo as melhorias relativas a implementação do sistema de esgoto, serviços de limpeza, assim como a criação de espaços de convivência como Espaço Vivência Infantil, que atende as necessidades das crianças, com oferta de atividades recreativas e culturais. Todas as melhorias foram realizadas com recursos próprios e doações de voluntários, como a Universidade Estadual de Maringá, totalizando aproximadamente R\$ 120.000,00 reais (Martins et al. 2024).

O juiz, por sua vez, juntamente com o Ministério Público, negligenciou inteiramente a extensão coletiva do direito de propriedade e sua função social, assim como o direito essencial à moradia adequada e todas as orientações para a justa resolução de conflitos fundiários urbanos de natureza coletiva. Em vez disso, fundamentou sua decisão nos preceitos do direito civil privatista clássico, acatando o pedido de liminar. Decisão essa que desconsiderou a relevância de fomentar audiências de mediação e outras formas de solução pacífica de litígios, negligenciando a imperativa ponderação dos interesses coletivos e das circunstâncias particulares dos residentes em estado de vulnerabilidade (Peña, 2024).

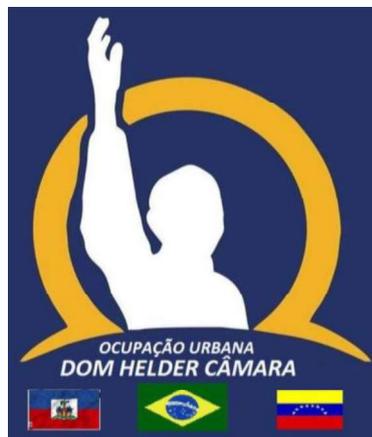
Nesse ínterim, aos 10 de fevereiro de 2024, mais um desafio se pôs ante os moradores da Ocupação Urbana Dom Helder Câmara. Embora a FNL tenha sido um importante estrutura sindical organizada que contribuiu na luta por moradia e promoção da dignidade habitacional, os moradores da Ocupação decidiram por romper com a supracitada, devido a divergências políticas. Vale mencionar que todas as decisões dependiam de aprovação da FNL em São Paulo. Em virtude do corrente ano ser eleitoral, algumas medidas foram impostas aos moradores da Ocupação, o que não foi aceito pelo coletivo. Houve represálias, ameaças e ataques, mas a Ocupação conseguiu apoio de outros movimentos em prol da luta por direito à moradia e à terra, como MST (Movimento Sem Terra) e MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Os comuns podem ser desafiados internamente, com perda de membros por mobilidade geográfica, desentendimentos internos, perda de identificação. [...] os comuneiros urbanos precisam constantemente negociar e rearticular o 'nós'. [...] O principal desafio desse processo é que os comuns se tornem não dependentes do Estado, ainda que lhe forcem, contínua e crescentemente, a fornecer-lhes e fazer certas coisas fora do mundo da mercadoria. (Tonucci Filho; Cruz, 2019, p. 497)

De imediato, com a saída da FNL e a implementação de uma autogestão, os moradores da Ocupação Urbana Dom Helder Câmara criaram uma bandeira própria, que faz alusão às três

nacionalidades presentes na ocupação: Brasil, Venezuela e Haiti; nas cores azul, amarelo, preto e branco, conforme figura 39, a seguir:

**Figura 39 - Nova identidade visual da Ocupação Dom Helder Câmara**



Fonte: Arquivo pessoal.

Após tantas lutas e desafios, em 15 de março de 2024, a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), conseguiu derrubar a liminar e garantir que as famílias residentes na Ocupação Urbana Dom Helder Câmara, não sejam despejadas. O Defensor Público, argumentou que a Cantareira não exerce atividade de posse efetiva do imóvel, tendo em vista o tempo de abandono; por outro lado, a Justiça ignorou que em casos de conflitos fundiários é obrigatória a convocação do DPE-PR. Dessa forma, a liminar foi suspensa e em breve será convocada uma audiência de conciliação (O fato Redação, 2024; Defensoria, 2024). Conforme figura 40 e 41, a seguir:

**Figura 40 - Dia da visita da Equipe de Reconciliação à Ocupação Dom Helder Câmara**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 41 - Dia da visita da Equipe de Reconciliação à Ocupação Dom Helder Câmara - Vista de cima**



Fonte: Arquivo pessoal.

Neste momento, o processo de Recuperação Judicial da Cantareira, segue em “segunda instância” ou segundo grau de jurisdição, sob julgamento de um desembargador que coordena a Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Paraná - TJPR. O desembargador criou um grupo de trabalho para resolver o litígio. O grupo reúne diferentes sujeitos que integram o processo, sendo estes mencionados, desde os moradores da ocupação, um representante do Banco do Brasil, pessoas que compraram os apartamentos e o Ministério das Cidades e Periferias, entre outros. Há ainda o processo de Reintegração de Posse. Embora já tenham ocorrido alguns “avanços”, como a própria criação deste grupo de trabalho, os processos ainda estão em andamento e devem levar um tempo para produzir resultados de fato.

#### 4.3 TERRITORIALIZAÇÃO DAS MULHERES LÍDERES DA OCUPAÇÃO DOM HELDER CÂMARA

Luta. Amor. Dedicção. Empoderamento. Coragem. Determinação. São algumas palavras que representam as mulheres líderes da Ocupação Dom Helder Câmara. Escrever sobre as vivências, experiências e a história dessas mulheres é escutar cada uma, é transcender a luta, como também apresentar a Ocupação Dom Helder Câmara, de uma forma que poucos conhecem, pois difere do que a mídia apresenta e do que nos foi ensinado sobre o que são as ocupações urbanas.

Sendo assim, 6 mulheres aceitaram compartilhar um pouco de suas histórias. Conversamos em espaços de convivência, as sombras da resistência (árvore símbolo da ocupação), na mesa da cozinha e no corredor durante um intervalo de almoço. Cada uma do

seu jeito apresentou sua perspectiva sobre a ocupação e em todas o que vi foi o brilho no olhar, a alegria, mas também vi a dor, a luta, que as une em prol não apenas de uma moradia, mas também de dignidade e de autonomia.

*“Hay una história detrás de cada una de nós.” (Joana)*

De modo a resumir o perfil das mulheres líderes, no quadro a seguir foi identificada sua idade, país de origem e função:

### **Quadro 8 - Dados das participantes da Pesquisa**

<b>Nome (fictício)</b>	<b>Idade</b>	<b>País/Cidade origem</b>
Sofia	66 anos	Venezuela
Valentine	35 anos	Venezuela
Joana	51 anos	Venezuela
Amália	59 anos	Venezuela
Leona	18 anos	Mato Grosso/MT - Brasil
Jéssica	31 anos	Rondônia/RO - Brasil

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme observado no quadro 8, antes de abordar aspectos relativos a territorialização, é importante evidenciar o processo de desterritorialização dessas mulheres, ou seja, a perda ou abandono do seu espaço de origem, que pode acontecer por diversos motivos que provocaram a saída dessas mulheres, assim como o rompimento de fronteiras, uma deslocalização, um movimento que está relacionado com uma área do território (Saquet, 2013). Nesse sentido, essa mudança ocorreu tanto dentro do próprio país - como foi o caso de Leona e Jéssica -; como na imigração de mulheres venezuelanas para o Brasil - como Sofia, Valentine, Joana e Amália. No caso das imigrantes da Venezuela, sua motivação está associada a aspectos políticos e econômicos, como expõem Sofia e Joana, nos relatos a seguir:

Bueno, eu acho que como todos vocês sabem que Venezuela es um país que está bastante mal, é politicamente, economicamente, culturalmente, tudo tudo tudo relacionado a todas essas coisas, é não hay dinero, os salários são deprimentes porque na verdade es que exageradamente ruim. E, meu marido ele viajou para Colômbia, para Trinidad, para Panamá, eu ficava em casa, ele viajou porque nós tivemos como do ano de 2015, 2016, mais ou menos, nós só tivemos um esse projeto “vamos nos, vamos nos daqui” e falamos com filhos “se nosotros vamos ter que ir embora, vocês vão?” “sim, nós também”, porque minha filha, meus 3 filhos, são profissionais, eles trabalhavam e o salário não dava, entonces, nós decidimos sair. Logo como eu

sempre, nós morávamos em um povo muito cercado de la fronteira de Pacaraima, cerca digamos 6, 7 horas de distância, de viagem. Então, eu falava “nós viemos aqui a fronteira a comprar coisas de lá”, siempre viemos a passear porque Venezuela es muito bonito, ou seja, tem uma beleza natural linda linda linda. O Salto Ángel, é o salto mais grande del mundo, es o Salto Angel, entonces nós subíamos a passear, a banhar, a tomar banho, nos banhar e passávamos, chegávamos a Pacaraima, fronteira, comprávamos coisas, comida, um sombrero, essas coisas assim, e depois eu falava com meu esposo “se nós vamos a migrar, me gostaria ir para o Brasil, mais para dentro, mais para dentro”, eu falava “mais para dentro quero ir”, me gustava. Entonces ele falava “vamos para Estados Unidos”, ele foi solicitar visto para Estados Unidos e foi negado, entonces, eu falei agora ele viajou para Panamá, Trinidad, entonces eu falei “ahora eu vou para Brasil porque você não vai para o Brasil.” Então havia uma sobrinha, aqui em Maringá e ela falou comigo quando vir, ela tinha um ano aqui e “não, sim, pode vir, aqui é bom e tal.” Eu vim com a mãe dela, minha irmã e uma neta, las 3 sozinha las 3 viemos a Maringá, chegamos e imediatamente, uma semana mais ou menos eu falei com meu marido “tudo bom, gostei muito” e ele vim e ele vim e depois que vim, ele falava “que falou? que falou?” ele não entendia nada, eu também não, eu falava para ele “Humm eu não entendo nada tampouco.” (risos) Pero, assim, chegamos aqui com essa motivação porque sim, muito positivos que vai sair tudo bem, porque não é fácil chegar. Chegamos buscando una casa para alugar, conseguimos a casa, não tínhamos moveis... sofá, não tínhamos cozinha, geladeira, cama, donde dormir, nada, nada. Solamente pão, queijo e suco pela manhã ou pela noite, hasta normalizar. Pero, se é a diferença pois a motivação de verdade para todos e não custou meu filho ele não queria vir para cá, depois ele vir como um ano depois chegou e já não queria voltar para a Venezuela, ele fala que se Venezuela é melhora ele fala que ele fica aqui porque fala já ele trabalha, ele es mecânico montou uma oficina e está trabalhando. E Bueno, de verdade é que não temos nenhuma dificuldade, assim de falar algo mau, não, porque em todas as partes também aí gente boa, gente má, assim que não e igual qualquer país donde você vai, igual hay gente má, gente boa e aqui igual, pero... (Sofia)

Você vem com uma mala somente, deixa uma vida detrás, familiar e todas essas coisas, por conta de um país, a gente vem fugindo dessa situação. Eu saí do meu país em 2017 e não voltei mais, cinco anos visitei meus pais, faz um ano que trouxe eles para cá. E assim, morei 4 anos no Peru e agora aqui no Brasil, um país acolhedor e tive a oportunidade de ter aqui uma moradia própria, siempre quando a gente possa fazer pagamentos, uma facilidade. (Joana)

Percebe-se a partir dos relatos, a confirmação do exposto por Cintra (2024, p. 2), com relação ao perfil dos imigrantes, que devido a atravessarem “mudanças significativas no quadro do processo histórico da realidade social, com famílias optando cada vez mais por migrar em conjunto.” A autonomia e a participação das mulheres na tomada de decisões é uma característica a ser destacada, pois muito se subestima o papel das mulheres e meninas em contextos migratórios internacionais, conforme explica Cintra (2024, p. 5), “sendo comumente visto como acompanhantes familiares, com pouco ou nenhum poder de decisão sobre a mudança ou, como um desdobramento dos deslocamentos masculinos.” Além disso, são famílias, não simplesmente em fuga por questões econômicas, mas sim, trabalhadoras/es, que ao chegarem buscam dignidade, por meio do trabalho e a possibilidade de reconstruírem suas vidas com autonomia e sem opressões ou negligência de seus direitos humanos.

Diferentemente, a vinda de Leona e Jéssica, é motivada pela possibilidade da casa própria. Destaca-se que, quando essas mulheres saíram de suas cidades, o Brasil estava sob um governo de direita, que não tinha propostas, nem projetos de governo para questões políticas habitacionais, pelo contrário, houve muitas críticas ao Programa Minha Casa, Minha Vida, principal programa de financiamento para famílias baixa renda. Ainda assim, posteriormente foi sancionada a Lei 14.118/21, com o lançamento do Programa Casa Verde e Amarela, no entanto tal programa “nega a habitação aos mais pobres, destruindo décadas de construção da política habitacional do país” (Rodrigues, 2021, p. 12). Logo, as famílias são impulsionadas pela busca de alternativas para sua subsistência, tornando-se “agentes produtores do espaço”, pois

são eles que respondem pelo seu direito à moradia e produzem a cidade tal qual seus desejos, necessidades e possibilidades. E, nessa performance cotidiana, desafiam a lógica hegemônica de produção do espaço urbano como espaço privado passível de ser transformado em ativo financeiro. (Aragão; Soraggi; Corrêa, 2021, p. 1183).

Como compartilham, a seguir, os relatos de Leona e Jéssica:

De ter uma casa própria, né? Querendo ou não, pra gente **ter uma coisa no nosso nome hoje em dia é complicado**. Eu falei assim, “ah, vou arriscar.” Imagina, eu tenho alguma coisa do meu nome. Mas querendo ou não, o povo fala “Ah, é uma mão beijada.” Não! a luta que a gente passa. Você não tem ideia. (Leona).

Só de **sair do aluguel**, né? Ter a oportunidade de ter um lar da gente, né? (Jéssica)

Conforme grifado acima, o significado por detrás de “ter uma coisa no nosso nome”, evoca a conquista, o trabalho, a dificuldade, principalmente considerando o modelo de economia neoliberal que aumenta cada vez mais a “massa dos despossuídos” (Santos Junior; Ribeiro; Werneck; Melo, 2021, p. 36). O alto custo com aluguel é uma grande dificuldade para muitas famílias, não apenas para os brasileiros, mas os imigrantes também partilham desta demanda, tendo em conta que “vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito” (Harvey, 2012, p. 73). Valentine e Sofia, compartilham a seguir:

Olha eu acho que como todo mundo no tener um teto próprio, uma moradia por exemplo assim nós lá na Venezuela a gente quase todo mundo tem casa própria, difícil gente que mora alugado, é bem difícil, então aí já como eu falei já tinha 3 anos morando aqui, pagando aluguel é é um negócio que pesa muito no bolso [...] (Valentine).

[...] pero como aqui está um pouquinho difícil a comodidade para uma vivienda essa coisa por exemplo eu tenho já 66 anos e não posso optar a uma vivienda por um financiamento de 20, 30 anos. Entende? é difícil [...] (Sofia)

Alfonsin (2021), discorre sobre o direito à moradia e o direito à cidade, argumentando que embora a moradia seja uma necessidade inerente à vida humana, de forma universal, não é um bem que está ao alcance de todos, principalmente da população mais vulnerável. Infere-se sobre a análise do autor, a própria relação colonial significativa entre sujeito e objeto, pois ao observar as cidades, percebe-se “que tratam os/as pobres como “algo”, um objeto e não como “alguém” sujeito de direito” (Alfonsin, 2021, p. 200). Transferindo-se a responsabilidade pela promoção de seus direitos às próprias vítimas dessa desigualdade social, tendo de pagar pelo ônus com aluguel. Para Alfonsin (2021, p. 201), os direitos dos grupos vulneráveis são conquistados na rua, pela construção militante de valores, “no imediatismo cotidiano das duras necessidades individuais e sociais.”

Para o povo pobre, as dificuldades inerentes ao seu direito de acesso à terra necessária para sua moradia, os poderes contrários residem, principalmente, no fato de as “leis” do mercado, estendidas a toda a terra, já terem sido assimiladas em todo o mundo como uma fatalidade contra a qual não há nada o que se fazer, sendo este um dos principais desafios a ser enfrentado por esse povo para garantir o seu direito de moradia e o seu direito à cidade (Alfonsin, 2021, p. 198).

Dessa forma, a ocupação, foi uma alternativa de moradia para essas pessoas, pois foi de encontro às suas necessidades. Tem-se em conta que as ocupações são formas de cumprimento da função social da propriedade, em contrapartidas, as ocupações urbanas, muitas vezes, possibilitam a revitalização e dão vida “às áreas abandonadas deliberadamente pelo capital e buscar, por meio de ocupações reinventar as possibilidades de vivências coletivas se apresenta como uma fagulha de esperança em meio a tantos retrocessos” (Rafael, 2021, p. 311). Daí surge a territorialização como apropriação do espaço e reprodução de relações sociais, gerando assim um território construído socialmente pelos indivíduos que o compõem (Saquet, 2009).

As mulheres entrevistadas, que não se conheciam antes da ocupação, ficaram sabendo da ocupação por meio de vizinhos, redes sociais, notícias de telejornal e amigos imigrantes. Ao chegar, fizeram um cadastro prévio, informando os dados pessoais e dos familiares que iriam residir no apartamento, assim como assinaram um termo que continha normas e regramentos. Os relatos a seguir evidenciam como era o espaço da Ocupação assim que elas chegaram:

Os prédios estavam muito feios, estavam abandonados, havia animais mortos, havia muito lixo, demasiado, fedia muito, pero eu entrei. [...] desde o primeiro dia, do dia 7 de janeiro de 2023, daí hasta ahora estoy aqui. **É nesta luta, estamos lutando estamos hemos logrado muitas coisas** [...] E nós continuamos, não havia eletricidade e alumbrávamos, iluminávamos, com la telefone e alguma pessoa que trazia lâmpada. Pela noite e já todo mundo estava dentro, não havia segurança, não havia nada, somente nós, **somente nós lutando**, colocando janelas, colocando porta,

limpando, sacando o lixo e colaborávamos todos R\$ 10, R\$ 20 reais, cada uno para contratar um caminhão, para que o caminhão tirar o lixo todo, e assim fomos avançando pouco a pouco depois a limpar tudo, porque aqui é um monte, era muito alto, haviam solamente camillerias para caminhar assim, estava muito feio, feio. Depois continuamos avançando, avançando, [...] vai avançando o processo de ocupação e a pessoa que estava aqui que queria um apartamento **tenia que incorporar en la luta também, vem a lutar**. E assim começamos uma **luta e continuamos**, continuamos, havia muitas famílias que chegavam e entrava num apartamento depois não gostava, porque **teve que lutar forte**, teve que colocar janelas, portas e não estava fácil, nada, nada. Depues empezó a chuva, a temporada de chuva, muito, muito feio, ou havia muita lama, muito muito. Fue entonces, aí continuamos, **continuamos lutando e lutando**. Después [...] fez uma assembleia, e nos informou que cooperativa a dar eletricidade por 1 ano grátis. Depois Sanepar e vai dar em outra assembléia, Sanepar nos deu água, e colocamos água por mangueiras, mangueiras cada um, e nós aí vamos lá na torre 2 a buscar água, depois colocaram a tomar aqui, aí estava mais perto, depois colocamos uma aqui na frente da torre. As pessoas de sexto andar, quinto andar, todos passava a buscar água e subir. Agora temos água para la cima, para todo o serviço, esgoto, não havia onde fazer as necessidades, [...] fez um banheiro lá fora, para colocar o lixo e isso, depois colapsou, continuamos e cada um viva comprando os canos para fazer isso. Isso fazíamos cada cada morador fazia seu encanamento, o morador de acima teve que fazer também e o outro também, e assim e agora graças a Deus que hemos avançado muito, muito, muito; muita gente foi embora porque não gostava, gente que não gosta de lutar porque na verdade **era uma luta** e agora hasta este dia nós estamos aqui. Eu estou aqui dentro, desde janeiro, imagina? Tem tempo e **toda la luta que hemos**, e bueno, assim vamos arrumando o apartamento e vamos a reformando, colocando o piso e essa coisa. Eu tenho fotografias de quando recebio apartamento, quando colocamos a primeira mesita para colocar o alimento, despues quando colocamos... meu filho colocou uma lâmpada, pero com uma bateria de carro, aí ele colocou na minha sala para que eu tivo iluminação. Pela noite alumbrávamos por um rato para que não descargara la bateria. [...] Depois decidimos mudar outras coisas a trazer uma mesita melhor e assim avançando, entende? Uma sofá, uma cadeira para sentar, aí vamos, pouco a pouco avançado. Como o nosso quando chegamos aqui, porque eu sou estrangeira e eu cheguei aqui somente com la maleta na costa, não? Entonces, não tem nada, vai adquirindo as coisas pouco a pouco, e, depois pouco a pouco, fomos colocando cosita mais cositas porque o primeiro é isso: a cama para dormir, tem que dormir bem e, depois a sua cocina para cocinar os alimentos e a geladeira. E empezar por exemplo com la prioridade, o primário, primeiro. E, bueno, como podrás ver Dom Helder Câmara, avançando muito, eu me sinto muito feliz aqui, porque eu sinto que vamos avançando apesar de que tem pessoas que não gustan lutar, que não gusta colaborar, que não gusta... pero, entre outras temos aqueles que sim, gustan e com essa pessoa avançamos. Assim sejam os um poquito, poquito, pero avançamos! (Sofia)

No tenía nada, todo adonaron, pues. No tenía onde dormir ni nada. Nada más de ropa, nada más. Pero aquí el señor [...] ayudaran, se han portado bien comuno. (Amália)

Ui, nossa! A gente não tinha energia, a gente não tinha água, só tinha uma tomada aqui, uma torre e todos tínhamos que descer do quinto, sexto andar a pegar água para lavar a louça, para tomar banho, era muito difícil. (Joana)

Cara, a gente pegou bem cru. **A gente lutou muito**. Não tinha água, não tinha energia, tinha mato pra caramba. A gente foi se organizando durante o tempo. Que era bem... [...] Aquele escuro, aquele breu, muro todo quebrado, mato, esses prédios sem janelas, você não sabia se alguém tava te olhando, te seguindo. (Leona)

Nossa, mãe, era escuro, sem água, assim... muito mato, era bem... esquisito. (Jéssica)

Pelos relatos acima, percebe-se que descrever os prédios como “abandonados”, não reflete tão bem o estado de inabitabilidade no qual o espaço do residencial se encontrava. De certa forma, remete-nos ao direito à cidade em sua forma ativa, a possibilidade de transformar, moldar, construir e recriar um espaço, a partir de seu valor de uso (Harvey, 2014). Se preciso for, cabe até “destruir” (Santos Júnior, 2021, p. 19) formas que expressem outros valores, de modo que este espaço venha a atender as mais profundas necessidades de seus moradores. O que se observa nos relatos é a efetivação de uma produção social, pautada na coletividade, “a produção excedente do comum, aquela que escapa às apropriações do capital, que seria capaz de engendrar a resistência” (Tonucci Filho; Cruz, 2019, p. 490).

Ocupar um espaço precarizado é criar um laboratório de inventividade política e se apropriar de suas urgências diretamente, se tornar responsável por ele. Mas mais do que apenas frequentá-lo enquanto um espaço de luta e trabalho, as pessoas se apropriam desse espaço como uma morada. Habitam lá e compartilham seus reclames cotidianos originários: comer, dormir, cuidar do espaço e de si mesmos, brotando uma urgência e um desejo de comunidade. A Ocupação, assim, para além do fazer político, transborda para um **existir coletivo**, onde política e afetividade se indissociam na sua prática. Onde **existir** virou pauta política, pois o simples ato de viver não basta. Arriscar e dispor seu corpo a uma experiência que foge ao tempo regular da história, que não traz garantias fora do tempo presente, que abre mão de muitas certezas produzidas no seio da sociedade, é reivindicar outra relação com os jogos de verdade. Um movimento que implica um empreendimento de coragem acima de tudo, pois coloca sua vida em risco para poder dizer: isso tudo não me contempla nem me representa, desejo ser outro daquele que sempre fui. (Heck; Isoppo, 2019, p. 126)

Heck e Isoppo (2019), por meio de sua análise, enaltecem o **existir** através da **luta**, a **coragem**, o **arriscar e dispor seu corpo**, são ações muito expressas pelas entrevistadas, pois compreendem esse aspecto de resistência e enfrentamento no qual a luta que antes era de uma pessoa, uma família, passa a ser de um grupo, um coletivo. Essa luta, sobretudo, é o principal aspecto da territorialização das mulheres, pois por serem maioria, elas participaram ativamente do processo de apropriação, promovendo assim sua visibilização enquanto agentes de transformação e protagonistas de suas histórias.

Acreditamos que as mulheres terão ainda mais um papel fundamental para contribuir com a canalização da insatisfação (e ódio) que existe entre aquelas e aqueles que são mais atacados e “espremidos” por esse sistema, bem como contribuir com a unidade necessária “entre os de baixo” para que erigir a força que poderá “derrubar os de cima”. Ou seja, acreditamos que as mulheres têm um papel fundamental para reconstituir o tecido que constitui a classe trabalhadora, que o machismo e o capitalismo tratam de dividir (Maestro, 2017, p. 19).

O excerto de Maestro (2017), sinaliza para a importância das mulheres nos territórios de resistência, tendo em vista que são elas que efetivam a vida cotidiana nos territórios, de

modo que “ajudam a organizar e mover, para que elas, seus filhos e sua comunidade possam ter melhores condições de vida.” (Maestro, 2017, p. 49). Fato que se observa, por exemplo, no primeiro espaço elaborado no interior da Ocupação Urbana Dom Helder Câmara, que foi o Espaço Vivência Infantil, um espaço equipado com brinquedos e livros para as crianças, para que as mulheres mães pudessem ficar tranquilas. Além de que sua estrutura de vidro, localizada no interior e quase no centro da Ocupação, chama a atenção para o cuidado, pois as mães dos apartamentos da frente podem acompanhar seus filhos, assim como as pessoas que transitam pelo espaço da ocupação, podem ver o interior da sala. Outro aspecto, que esse espaço elucida é a visibilização das necessidades das mulheres como um imperativo naquele território.

A forma de ocupação alternativa desse espaço é simbolizada por alguns elementos, como o lugar das mulheres na dinâmica confrontacional e o lugar da creche com símbolo central dessa disputa de sentidos, de valores, etc. Esses elementos explicitam e reforçam os elementos simbólicos que permitem o reenquadramento da questão da moradia nos moldes do direito à cidade. (Aragão; Soraggi; Corrêa, 2021, p. 1183-1184)

O território para as mulheres transcende aspectos físicos e apresenta-se também como simbólico (Haesbaert, 2004). Logo, não é apenas o apropriar-se em si, mas oferecer estruturas e condições de vida para a mulher e sua prole, significa dizer que as lutas se organizam territorialmente para além dos espaços de produção, e sim, “nos espaços onde aquelas e aqueles que precisam dessa transformação radical reproduzem suas vidas” (Maestro, 2017, p. 71). Nesse sentido as mulheres líderes, mencionaram espaços na ocupação que foram construídos, a partir da sugestão e ação das mulheres.

Bueno, desde que você entra na ocupação, você vê o traço feminino, porque inclusive, é a menina que faz todo aquele desenho, a logo de nós aquela de Dom Helder Câmara. É ela tem muita habilidade nas mãos, ela que pinta na escolinha, ela que faz todos os desenhos, tudo da letra, é uma mulher [...] e ela é muito é uma artista, faz qualquer coisa. Tem outras mulheres que ficam na parte de plantas, elas cuidam das plantas, elas se dedicam mais nessa parte ornamental, inclusive tem idosa que faz essa parte, que gosta de cuidar das plantas. É, quê mais? A mulher se encarga muito da limpeza, é muito focada na limpeza, de recolher, de pegar um saco de lixo e detrás da torre. Olha, eu acho que a importância da mulher dentro da ocupação dá para ver desde que você chega, inclusive as nossas 2 meninas da portaria, são 2 mulheres, elas quer recebem as pessoas, [...] que cuida de quem entra, quem vai, de nossas crianças possível então eu acho que é a parte estética tem muito que ver com o trabalho da mulher. (Valentine)

El espacio assim... como igual [...] donde está la secretaria, é um espaço que utilizamos todos, é... planificacion que faz a secretaria, um dia do mês para missa, um dia do mês para mulher, assim é o espaço. Tem o espaço para as crianças, que é onde faz a cultura, música, reforço de escolares, de escolaridade para as crianças de diferente nível 1, 2, 3, na semana também. Também é... atividade de leitura, dia de sábado com os jovens também, jovens e adolescentes... [...] Bueno, tem as pinturas que você olha por ali, foram feitos por mulheres. Es que todas as pinturas, desenhos, por mulheres. (Joana)

A cozinha, a sala de psicologia prevalecem as mulheres também. Sala de leitura. [...] a biblioteca [...] A aula de canção que tem para as crianças. Sala de vivência. A pastoral da criança [...] Tem também a nossa aula de reforço. A gente tinha aula de luta para as crianças. Tem de tudo. [...] vão fazer um campo, vão plantar grama ali. [...] (Leona)

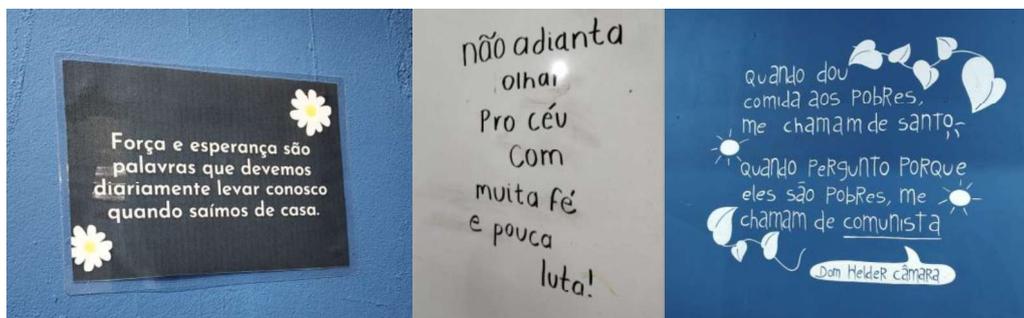
Essas manifestações de apropriação do espaço, “demonstram publicamente” a existência das mulheres no território, sinalizam para uma consciência política (Calió, 1997, p. 7), assim como uma consciência quanto ao seu espaço de vida (Cara, 2002). As figuras 42, 43 e 44, a seguir, apresentam as decorações, mensagens e jardins na ocupação:

**Figura 42 - Dois jardins entre torres**



Fonte: Arquivo Pessoal

**Figura 43 - Mensagens motivacionais nas paredes das torres**



Fonte: Arquivo Pessoal.

**Figura 44 - Decoração na entrada de uma das torres**



Fonte: Arquivo Pessoal.

Além dos espaços decorados, desde a entrada, como citou Valentine, a cozinha coletiva, também mencionada nos relatos, foi e ainda é um aspecto da territorialização, que marcou o início da Ocupação Dom Helder Câmara, pois chegou a servir mais de mil refeições diárias. Hoje, em dias de mutirão ou em eventos, a equipe de mulheres responsáveis pela cozinha coletiva, produz toda a alimentação que será servida. Além do aspecto decorativo dos prédios, todas as torres possuem nomes de pessoas que influenciaram ou estiveram engajadas em lutas sociais em prol da promoção da dignidade humana. Dentre as 6 torres, 3 possuem nomes de mulheres líderes, evidenciando além da existência das mulheres naquele espaço, o senso de igualdade de gênero, no qual todos são iguais naquele território. Todos têm a capacidade de se envolverem na luta por seus direitos. A seguir, no quadro 9, são apresentados os nomes das pessoas referências sociais brasileiras, as quais foram escolhidas para denominar a Ocupação Urbana, assim como as torres:

**Quadro 9 – Referências Sociais e respectivas biografias**

Número da Torre	Nome de Identificação	Biografia
-	Dom Helder Câmara	Bispo católico brasileiro. Se destacou como arcebispo de Olinda e Recife e foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Conhecido internacionalmente por sua defesa dos direitos humanos, pregava uma Igreja voltada para os pobres e a prática da não violência ativa. Fundou a Cruzada São Sebastião e o Banco da Providência,

		com o objetivo de atender os mais necessitados. Atuou em movimentos estudantis, operários e ligas comunitárias contra a fome e a miséria. Criou organizações pastorais em prol da valorização dos pobres, criou projetos para atender as comunidades do nordeste. Por sua atuação em favor da justiça social, recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais, sendo o brasileiro mais vezes indicado ao Prêmio Nobel da Paz. (Frazão, 2020)
1	Residencial Dom Oscar Romero	Arcebispo da Capital de San Salvador, em 1977, durante o período da ditadura militar no país. Era um homem do povo, simples, generoso e de profunda sensibilidade com os sofrimentos e injustiças sofridas pela maioria. Defendeu de todas as formas e meios de comunicação os fracos e as vítimas de violência. (Espiritualidade, 2022; OFM, 2024)
2	Residencial Herbert José de Souza (Betinho)	Foi sociólogo brasileiro e ativista pelos direitos humanos no Brasil (1935-1997). Realizou várias campanhas para arrecadar mantimentos para os mais pobres e excluídos. Seu principal projeto foi “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. Mesmo sem apoio do governo arrecadou e distribuiu comida para a população carente. (Frazão, 2020)
3	Residencial <b>Marielle Franco</b>	Mulher, negra, socióloga e mestre em administração pública, militante dos direitos humanos, e, principalmente, do direito das mulheres. Durante seu mandato como vereadora, lutou pelo direito dos favelados, negros e negrasm LGBTQIA+ e mulheres participarem na política. (Rocha, 2018; Instituto Marielle Franco, 2024)
4	Residencial <b>Maria da Glória Poltronieri (Magó)</b>	Mulher, feminista, maringaense, artista, pesquisadora, lutava pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero, defendia os povos originários e tinha grande preocupação com questões ambientais (Magó, 2024).
5	Residencial Dom Jaime Luiz Coelho	Primeiro Arcebispo de Maringá, idealizador da Catedral Nossa Senhora da Glória (principal ícone de Maringá e um dos maiores templos da América Latina). Criou a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas (posteriormente se tornaria a Universidade Estadual de Maringá). Também criou a TV 3º Milênio e o jornal diário Folha do Norte do Paraná (G1 PR, 2024; Arquidiocese de Maringá, 2024).
6	Residencial <b>Dra. Zilda Arns Neumann</b>	Foi médica pediatra e sanitária, fundadora da pastoral da criança, em 1983. Foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz, em 2006, em virtude de sua luta e dedicação pela erradicação da mortalidade infantil no Brasil, além de países da América Latina, Ásia e África (Frazão, 2023)
-	Espaço de Vivência Infantil Leonel Brizola	Foi um político brasileiro, defendeu pautas do movimento estudantil; quando governador do Rio

		Grande do Sul, priorizou a alfabetização e o número de vagas nas escolas; criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, ajudou a organizar o Movimento dos Agricultores Sem Terra. O marco de seu mandato quando governador do Rio de Janeiro, foi a construção de Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), escolas que funcionam em horário integral com assistência médica e odontológica (Frazão, 2021).
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Esses aspectos de territorialização, refletem o caráter social de “deixar marcas”, exposto por Saraiva, Carrieri e Soares (2018, p. 104), que dizem respeito ao “fazer-se perceber como presente naquele território”. Assim sendo, quando questionadas sobre a escolha do nome da Ocupação, as entrevistadas não souberam responder o porquê de ser Dom Helder Câmara, mas acredito que a escolha do nome esteja relacionada a dois aspectos: a sua luta em prol dos grupos em vulnerabilidade social e as diversas ações que desenvolveu defendendo os direitos humanos; e, segundo, devido a abrigar e acolher pessoas necessitadas e marginalizadas, por meio, por exemplo das mais de 500 Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que serviram não apenas para transmitir a fé, mas foram espaços de resistência e organização social (Correia, 2025). As entrevistadas, também não souberam responder quanto à ideia que originou os nomes nas torres, mas compartilharam que possivelmente foi iniciativa do líder da Ocupação, realizada por meio de votação nas assembleias, conforme os relatos a seguir:

Ah, quando a gente, é a gente sempre procurou nomes de pessoas que houvesse feito bem comum, sem nenhum bem econômico, começassem receber coisas econômicas. Mas sim, ajudar o povo, por ser inspiradores da gente. Por exemplo [...] Magô, Magô a história dela é primeiro que foi uma história triste porque foi um feminicídio, mas ela ainda ter vindo de uma família acomodada, ela ajudava muita gente através da arte, através da dança, a família dela também, foi muito, eles fizeram muitas ações sociais, através do que era seu bem maior, que era a dança. Então a gente, em todas as torres, se você vê, é sempre foi procurado uma pessoa que fizesse acciones sociais, sim. [...] (Valentine)

Olha, isso eu não vou saber responder, mas creio... Tudo que a gente toma de atitude, assim, por torre, a gente resolve tudo em reuniões. Então, tipo, é por voto. Mas são nossas mulheres prevalecem, querendo ou não, porque são em quatro. Caramba! (Leona)

Há de se pontuar o impacto positivo dos nomes das torres sobre as mulheres, pois gera identificação, ao perceberem de forma simbólica pessoas inspiradoras e ao mesmo tempo, desenvolverem a noção de quem são naquele território (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014), todas as entrevistadas afirmaram ter orgulho de dizer “coordeno a torre Magô” ou moro na torre

Marielle Franco”, por exemplo. Quando Leona se refere a “somos em 4”, significa que nas reuniões que acontecem entre os coordenadores de torre e o representante (não diria líder, mas a pessoa que representa a ocupação junto às instituições e aos órgãos públicos), as mulheres são maioria, “prevalecem.”

Outro aspecto importante no processo de territorialização das mulheres líderes na Ocupação Dom Helder Câmara, é o mutirão. Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012), expõem que o mutirão é uma das principais estratégias do repertório de ação dos movimentos sociais por moradia. Cardoso (2024, p. 14, 15), ao comentar sobre as transformações sociais realizadas pelo trabalho coletivo no mutirão habitacional autogerido, qualifica o mutirão como uma “prática emancipatória”, por elucidar a autonomia do território e da população como produtora e gestora do seu habitat, seja trabalhando na limpeza ou no calçamento das ruas ou na construção do muro ou implantação das caixa-d’água. Além de que “as horas de trabalho dedicadas ao mutirão passam assim a ser momentos que redefinam as relações de sociabilidade no grupo, com consequências tanto para o processo autogestionário quanto para o pós-obra” (Cardoso, 2024, p. 14, 15).

O significado e importância do mutirão são expressos nos relatos das entrevistadas, a seguir:

el mutirão, é uma, porque no mutirão a gente fala, a gente conhece o pessoal de outras torres, inclusive los que estan chegando agora é “oi, você está chegando agora?” “sim” “qual es tu moradia?” a gente vai conversando, vai se conhecendo. (Valentine)

Sí, yo hago mutirón. Ah, de limpiar, limpiar la... Por lo menos limpiar toda, de sexto piso, limpiar toda la escalera [...] allá de aquel lado nos vamos a limpiar aquí. Si es de limpiar otra torre, vamos a limpiar otra torre, sí. (Amália)

Bueno. Es así todo como você pode olhar hoje o dia de mutirão, entonces todos estamos por aí melhecer, melhorar o espaço tanto de vivência, de dia a dia, para você descansar después de sus servicios, su confort de una estadia, de una moradia. También além disso as crianças tem um espaço seguro, limpo, onde eles possam distrair, brincar, todas essas coisas, também saudável. Também melhora el ambiente porque isso daqui muito lixo, isso era um ninho de rato, como falei, muitas coisas. (Joana)

Ah, eu adoro o meu mutirão, tá? Adoro, porque a gente se junta nas escadas, a gente ri, a gente brinca, e ao mesmo tempo a gente tá limpando e ajudando a nossa família. [...] é um momento tão gostoso, de todo mundo rindo, que a gente esquece que a gente tá trabalhando. [...] Vixe, Gente, fica muito legal. Que a gente se junta tudo pra fazer um único serviço e acaba cada um conta uma história, outra ri, outra... Nossa, é muito gostoso. O mutirão é muito gostoso. (Leona)

A participação no mutirão na Ocupação Dom Helder Câmara, é um dos critérios para permanência na Ocupação, inclusive o morador no ato de entrada no apartamento assina um termo de compromisso. Evanize Rodrigues (2021, p. 134), ao explorar a produção social de

moradia, permite-nos fazer um paralelo com os mutirões liderados por movimentos por moradia, ao relatar que é “a comunidade organizada vivenciando, gestando o processo da produção e efetivação do direito à moradia”, assim como,

Trata-se de construir, de “baixo para cima”, com o povo e pelo povo, vivências onde os valores sociais da solidariedade e do coletivo se contrapõem ao modelo imposto pelo modelo neoliberal e capitalista, de uma sociedade cada vez mais individualista e egoísta. Trabalhamos o resgate do valor do trabalho, através do mutirão. Mais do que uma forma de baratear os custos, o trabalho coletivo e voluntário [...] é o que estreita os laços e dá significado concreto àquela conquista, feita literalmente com a mão de todos e todas além da grande transferência de saberes e de tecnologias. (Rodrigues, 2021, p. 136)

Quanto ao compartilhamento de saberes, mencionado por Rodrigues (2021), na Ocupação Dom Helder Câmara, há de se destacar que a maioria dos moradores são profissionais qualificados, com formação na Venezuela, e contribuem a partir de suas habilidades para o bem comum. Como compartilham Sofia e Leona, a seguir:

Aqui hay muitos engenheiros profissionais venezuelanos e eles fazem o trabalho de obreiro, de ajudante, eles fazem esse trabalho. (Sofia).

Cara, tem muito. Tem bancários aqui, tem tudo. São muito inteligentes. (Leona)

Com relação ao controle da participação/gestão do mutirão, as líderes entrevistadas compartilharam que é feito através de um sistema de pontuação, no qual cada morador inicia com 1.000 pontos e à medida que participa do mutirão, cumpre as horas de serviço, a pontuação se mantém. Mas caso não participe, vai perdendo pontos. Em algumas visitas ao campo, em dia de mutirão, observei que as coordenadoras têm um caderninho, e passam a manhã de trabalho acompanhando e anotando as informações sobre as atividades realizadas e os nomes dos/das trabalhadores/as, tendo em vista que a participação no mutirão simboliza o nível de envolvimento e comprometimento do morador com a luta. Salienta-se que não há distinção entre homem e mulher na distribuição das atividades, mas no geral, os homens ficam com as atividades mais pesadas.

A pontuação? É bem simples. Quando você chega aqui, é, como morador, você se cadastra, faz todo o processo, quando você recebe o apartamento, explicam para você que o condomínio tem regras, tem normas, é, tem responsabilidades. Então aí você entra com 1000 pontos. Certo? Só tem 2 coisas que você pode perder pontuação, que é não participar dos mutirões, porque é importante os mutirões? Sempre se explica porque os mutirões são os que fazem as coisas acontecer. Em que sentido? “há eu não sou eu não sou pedreiro eu não sei fazer!” mas eu posso ajudar você a trazer um balde de areia, eu posso ajudar você a trazer um balde de pedra, então tudo suma, tudo suma. É o mutirão e deixar de pagar a contribuição. Porque é importante a contribuição dentro do condomínio? Porque são R\$60 reais que se utilizam para comprar todo o material de construção, que é bem custoso, todo o material de

construção que são as lâmpadas, para iluminar todo o condomínio. É, que é mais? Para quem mais se utiliza esses R\$60 reais? Para por exemplo, se estoura um cano principal da torre, a gente ter na caixa donde tirar dinheiro para arrumar o cano, para comprar cola e são R\$60 reais, não é, não é muito dinheiro não. Só aplica 2 coisas que podem baixar sua pontuação. Por supuesto, se você desrespeitar a normativa por exemplo se você agredir alguém dentro da ocupação já só ter momento depende da gravidade que você até pode perder o apartamento. Por quê? porque a gente sempre lutado por que eu estou falando, mudar de opinião a gente que morar fora. É sentir uma confiança de deixar seu filho brincar, deixar tudo então se você deixa passar esse tipo de coisas é a gente vai perdendo todo esse respeito, toda essa confiança, todo porque se a lutado. A pontuação é assim você começa com 1000 pontos, se você não pagar a contribuição, você vai perdendo a pontuação. Se você não faça mutirão você perde a pontuação e até chegar a zero. Quando chega a 500 pontos, ele é chamado para uma conversa, exemplo eu “ah Valentine chegou a 500 pontos” aí “ah Valentine, que está acontecendo? você não está fazendo mutirão, você não está pagando a contribuição?” aí eu dou uma explicação para chegar a um consenso, uma maneira de ajudar a gente. Agora, tem gente que nem sequer fazendo essa conversa, respeita, aí termina perdendo o apartamento por eles mesmos. A pontuação é uma maneira de fazer o povo conscientizar, o povo tem que ter que trabalhar, tem que estar na luta. (Valentine)

Ah, assim, a gente... Pra a gente ter um controle bom das coisas, pras pessoas fazerem, né? A gente faz assim, é... Que nem, não fez um mutirão porque não quis, porque não quis descer, não quis ajudar, não quer melhorar em nada. A gente tira. A gente procura. A gente procura o melhor método pra não tirar. “Ah, ajuda com o cimento.” A gente tá fazendo o nosso muro. A gente tá fazendo a nossa calçada, né? “Ajuda com o material.” Se você não consegue, se tem algum problema de saúde, né? A gente respeita super isso, sabia? De problema de saúde. “Ai, eu tô com dor.” “Tenho compromisso.” A gente super respeito isso. Agora, se a pessoa não quer de jeito nenhum ir pra frente. Não quer ajudar com a luta. É... ou ver que a gente vê se tá falando burburinhos, “ai, isso não vai pra frente”, sabe? a gente já vai descartando as pessoas, a pontuação vai caindo, se ela não ajudar... porque é uma luta, é uma família, um tem que ajudar o outro. Mas no meio sempre tem algum. Não é só aqui. É em todo lugar. Sem tem um ou outro que nada ao contrário. (Leona)

Outra forma de gestão/controle, conforme observado nos relatos, é feita por meio do pagamento da taxa de condomínio, no valor de R\$ 180,00 reais, dos quais  $\frac{1}{3}$  é direcionado para a manutenção da torre (compra de materiais),  $\frac{1}{3}$  para melhoria das áreas em comum e  $\frac{1}{3}$  para a segurança. Essa forma de gestão, organizada em torno da manutenção do bem comum (mutirão e taxa de condomínio), reforça a construção de uma identidade coletiva, na qual a luta deve ser a consciência do grupo, como também impõe uma reeducação individual. Gohn (2011) afirma que cada ação realizada no interior dos movimentos sociais tem caráter educativo, que vai além do institucional, refletindo aspectos ligados à cidadania. Não é à toa que as ocupações configuram a expressão da cidadania, tendo em vista que é por meio da noção intelectual, política e moral que os cidadãos se revestem do direito a ter direitos (Izzo, 2017). O sistema de pontuação, neste sentido, mostra-se exitoso, por meio das reações que provoca nos moradores, conforme destaca Sofia:

[...] individualmente cada morador tem sua pontuação. [...] Aí quando o morador chega ao apartamento, ocupa o apartamento, a partir desse mês começa seus 1000 pontos completos. Pero, ele **tem que participar das atividades, fazer mutirão, limpeza, todas as atividades que tem que fazer.** Essa atividade equivale a 2 horas semanal, pela semana pode fazer 2 horas e como o mês tem 4 semanas, então, você soma 8 horas ao mês. E esse controle tem que levar ao coordenador, cada um dos moradores. Então, ao final do mês, nos reunimos lá na secretaria, e levamos a informação. Se o morador, por exemplo, 4 semanas são 200 pontos, se não fez mutirão em um mês são 200 pontos, isso seria 50 pontos por semana; se fez 3 semanas, 150 pontos, já abaixa 50 pontos. Então, por exemplo, a mensalidade do condomínio, se não pagar o condomínio, esse mês são 300 pontos que vai baixar. Se ele chega a 500 pontos pode perder o apartamento, porque os demais estão pagando, estão fazendo mutirão, estão fazendo tudo e você não vai fazer, não vai colaborar na luta. **Porque é uma luta.** E assim, se por exemplo ele paga, recupera seus pontos, hay pagar o mutirão pendiente por dia... “Você está pendiente, você tem que fazer mutirão”, por exemplo, não fiz a semana passada, essa semana vai fazer 4h, 2h pela semana passada e 2h por essa semana, entonces assim se eleva a pontuação. E eles já es com o psicológico, a força dos pontos, porque como se publica, eles não convence que “ah, eu tenho 1000 pontos” “1000 pontos”, quando chega a 800, “Aí fulanito tem 800 pontos”. Entonces quando chega a 950, eles reclamam “[Sofia], por que eu tenho 950 pontos?” “Ah, porque você não trabalhou uma semana, e vai 50 pontos.” Entende? Entonce assim eles tem que está pendiente e trabalharem, quando é sábado, ao sábado vamos trabalhar, “mira, mutirão” “que vão fazer?” Quando chegam eu anoto, estou anotando, anotando, anotando tudo. E, também eu anoto a hora da entrada, a hora de saída. Tem que fazer assim, porque esse é o trabalho do coordenador e, se não fosse por isso... eles dizem “ontem eu estava no banheiro”, pero tenho que ter uma vigilância e tem que cumprir todos, porque não é justo, hay unos que estão varrendo, limpando as escadas jogando água e outros estão dentro de seu apartamento felizes. **Tem todos que participar** porque quando você queria um apartamento, ingressou você aceitou todas as condições, assim que tem que fazer, “és obrigatório?” “sim, es obrigatório!” (Sofia)

A lista com as pontuações dos moradores fica exposta no mural, próximo a secretaria, conforme figura 45, a seguir:

**Figura 45 - Mural com tabelas de pontuações por Torre**



Fonte: Arquivo Pessoal.

A construção da consciência coletiva, de uma identidade coletiva, é feita no cotidiano, por meio do envolvimento e participação na luta, nas dores da comunidade para estruturação de um território pautado no bem comum. Elucida-se que essas práticas de territorialização,

vinculam os moradores ao território politizado, em “uma via dinâmica, com um fluxo contínuo entre as extremidades - atores sociais e território” (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014, p. 104).

Evidenciando, assim, a identidade coletiva ancorada em uma “relação dialética com a sociedade [...] por meio de processos sociais” (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014, p. 105), os quais constituem-se em reciprocidade com a construção da territorialidade, a qual representa as vivências nos territórios, assim como rememoram aspectos de pertencimento.

Nesse processo cotidiano, as práticas cotidianas inferem diretamente na constituição de territorialidades, que refletem o território vivido. Na Ocupação Dom Helder Câmara, a territorialidade, se manifesta, principalmente, por meio do idioma e dos eventos, conforme a perspectiva das entrevistadas:

Bueno, aqui tem mesma língua, sim. A maioria do povo é venezuelano, então olhando a gente se sentir super identificado, inclusive eu sempre falo que quando a gente entra aqui é como um entrar um pouquinho de lo que a gente deixou lá na Venezuela, porque todo mundo se conhece todo mundo fala, todo mundo não, a maioria a gente falar a mesma língua, é a mesma cultura, a mesma costume, sempre respeitando o povo brasileiro que mora, haitiano e de outra nacionalidade. É, mas, a gente se sente como em casa quando eu chega aqui, já muda um pouco lo que é tipo que traz de serviço, que traz a fora e eu acho que todo o povo, venezuelano, haitiano, siente isso, siente essa identificação quando chega aqui. [...] Tem los eventos que faz aqui, el Dia da Criança, Natal, então todo eso faz que o povo vai reconhecendo e já até o ponto que chega una pessoa nova, a gente já sabe que é novo, assim, sea de outra torre. Quê mais tem? Agora tem a missa, que a gente tá é é é, uma vez por mês. Ou até até alguma coisa muito simples quando está muito quente a gente se reúne aqui no palco e aí a gente se conversa e eso faz que a comunidade se integre mais e se conheça melhor. (Valentine)

Tudo que a gente precisa pra algum evento, que nem te comentei do aniversário, da ocupação, que nem dia das crianças, tudo. A primeira coisa que a gente pensa, “ai, as mulheres!”, “ai, a gente precisa de mulheres.” A gente precisa de alguém pra cozinhar, a gente precisa de alguém pra organizar.” A mulher tem mais ideia, tudo. (Leona)

Por exemplo, quando é festinha das crianças, é né, comemoração, é muito bom. Tem a UEM, também vem. As Cáritas, né, faz encontro com as mulheres, leitura, tem para as crianças, tem um circo ali pras crianças, né. (Jéssica)

Gohn (2011, p. 336), ao comentar sobre o caráter de formação de novas identidades, a partir dos movimentos sociais, ressalta que “ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.” Além disso, essas ações reforçam a permanência dos moradores do território, não apenas pela necessidade da moradia, mas também pelos aspectos simbólicos, produto das vivências e da valorização da pessoa, agora agente, dotado de uma identidade em conformidade com os valores absorvidos no território. Por se tratar das mulheres, se sentir parte, reconhecida e acolhida, influenciam sua

permanência, inclusive a promoção de acolhimento para seus filhos, é uma característica marcante nos relatos anteriores, como também a seguir:

Assim tem una evento que as mulheres, [...] elas gostam muito de ir. Que aquela que faz o Cáritas. O Caritas faz um, é eu acho que uma conversa, sim uma conversa com a mulher uma vez por mês e elas gostan muito de participar. É, que mais faz a mulher? Miesmo el mutirão, elas participam porque separada a maioria das mulheres faz mutirão do lado e os homens faz um pouco mais pesado. Aí elas se conversam, elas brincam e o sentido de pertinência. Você sabe que sempre a mulher em casa e que tem como, é como que é a cabeça do lar, então a mulher ela que faz alguma reforma, vai atrás de fazer, “vamos fazer isso aqui”, é fica é no pendente das crianças, que a criança vai na escola, que a criança vem da escola, que se tem transporte escolar. **Então eu acho que as mulheres somos uma de las que mais estamos tranquila, em sentido de que, eu sei que minha família vai ter donde morar, hoje, amanhã, semana que vem, mês que vem, porque morar em aluguel um pouco a veces angustioso**, porque se algun dos dois chegar a perder o serviço, hay de todo lado a pendência ter dinheiro para pagar, todo dia com esse o fato de você ter donde você morar com tranquilidade, já para a mulher é muito mais fácil, pertencere a esse lugar. (Valentine)

Isso é a participação, colaboração, o trabalho em conjunto, essa participação, el amor por esta ocupação, uma motivação maior né?! De querer isto, um sentido de pertencimento, “isso tudo é nosso, vamos lutar por isto, todas unidas, todas juntas, vamos lograr!” Esse sentimento de pertencimento. (Joana)

Ah, eu acho que é o que prevalece, sabia? Aqui a gente tem, querendo ou não, uma liberdade da gente. [...] Muito. Nossa, eu me sinto muito acolhida também por aqui, porque, olha, antes de eu trabalhar, lá na frente, na portaria, eu não tinha tanto contato com as pessoas. Só que agora, eu sou tão querida, vou falar pra você, que tem dia que eu não levo nem lanche, nem almoço. De tanta coisa que eu ganho, de tão querida que eu sou, juro. Sou muito acolhida. (Leona)

O Cáritas ao realizar atividades mensais direcionadas para as mulheres também evoca a construção da territorialidade, pois com base em minhas observações e entrevistas, as palestras são o único evento regular, mensal, direcionado para as mulheres. E nesse espaço elas adquirem conhecimento sobre diversos assuntos, além de ser um espaço no qual, aquelas que se sentem à vontade, podem tirar dúvidas, compartilhar experiências, pedir orientações, além de proporcionar momentos de socialização. Ademais, promove a reconstrução da autoestima, na medida em que promove autonomia pelo conhecimento, pela formação intelectual e política (Helene, 2019), inclusive vale destacar que “a consciência política é apoiada pela reestruturação da hierarquia de poder” (Helene, 2019, p. 965). Pois proporciona um rompimento entre o lado de dentro do lar e o lado de fora, a participação das mulheres nos movimentos sociais por moradia, promove a possibilidade de “ter um nome, uma voz, um corpo e uma imagem com legitimidade e reconhecimentos públicos” (Albuquerque, 2017, p. 100).

Dessa forma, durante esse percurso de luta, exposto nos parágrafos anteriores, notam-se diferentes aspectos que configuram e justificam a liderança por mulheres na Ocupação Dom

Helder Câmara. Território, no qual, as mulheres desenvolveram o “apoderamento enquanto sujeito ativo no processo social” (Helene, 2019, p. 966), que vão desde seu envolvimento nas mais distintas atividades coletivas, como também na tomada de decisões. O primeiro aspecto a pontuar na construção da liderança por mulheres, segundo as líderes entrevistadas é como chegaram a essa função:

[...] eu que estou desde o começo, eu fui, eu sozinha, me postulei para coordenadora. Quê acontece? quando começou tinha muito coordenador, era muito morador que queria saber como que era o processo. Aí foi eles mesmos foram desistindo por la responsabilidade que tem a gente, então aí eles mesmos foram desistindo, aí eu fiquei já desde o começo, não foi a escolha, eu fiquei desde o começo, e sempre trabalhando, sempre forçando-me e também é aquele negócio que tem que gostar, porque você trabalha com gente e trabalhar com a gente não é fácil. Então aí eu fiquei desde o começo, foi que meu postulei, sendo que eu tô batalhando desde que começou. As escolhas sempre, as outras coordenadoras que foram escolhidas é porque se estão **destacado na luta, sempre faz um pouco a mais, sempre tem ideias que ajuda a melhora da torre. São pessoas que você vê que tem vontade de ajudar, pessoas que têm boa comunicação com a gente, com moradores, que são respeitosa e que inspira um pouco de tanto de confiança como de respeito** porque se você não tem respeito não tem confiança morador simplesmente não não ajuda nada. Então aí esse negócio das escolhas... (Valentine)

[...] essa liderança, isso é **voluntário**, é voluntário, entonces é como **se você ver que gosta**, “me gusta trabalhar”, “me gusta que as coisas avancem”... eu, por exemplo, com minha experiência que tenho, eu sei que é difícil trabalhar com pessoas, com o povo, esse trabalho é difícil, por isso é que temos que ganhar essa liderança, **ganhar essa liderança de que o povo te queira, queira, te motive**, porque se você tem uma equipe de trabalho, as pessoas te apoiam, querem fazer contigo e querem trabalhar, é bom. Entonces, sente aquela motivação de seguir liderando, entende? Pero se hay rechaço ou as pessoas não te querem, aí é difícil, essa liderança. (Sofia)

Eu acho que a liderança aqui, olhando **el amor que a gente tem por isso, el empenho do dia a dia, que siempre estão prestes a colaborar**, “precisa aqui? Eu vou!” “Eu sim!” Eu siempre digo que sim, trato de falar siempre sim, trato. E se não tenho tempo, eu dou um tempo, faço um tempo para fazer, siempre estou pressão, creio que nasceu daí, disso que a gente siempre está aqui. **Olha se a nossa pessoa é participativa, sempre está preste a colaborar, ajudar a nós nesta luta, está comprometida, olha o meu compromisso com esta luta.** (Joana)

Das 6 entrevistadas, 5 foram escolhidas com base no envolvimento com a luta, comprometimento e senso de responsabilidade. Ao serem escolhidas, por meio de votação, assumiram a responsabilidade. Valentine, como expôs em seu relato, percebeu a necessidade de liderança no início e assumiu a função. Apesar disso, notam-se as mesmas características entre elas, logo as 6, independente de terem sido escolhidas ou não, geraram na coletividade identificação, ao ponto de os moradores as aceitarem como líderes, como disse Sofia, é preciso “*ganhar essa liderança de que o povo te queira.*” Amália, dentre as 6 entrevistadas, foi a única que não se reconheceu como líder, mas quando procurei por mulheres líderes, me indicaram entrevistá-la e, quando mencionei seu nome entre as entrevistadas, afirmaram que ela é

referência na limpeza e uma líder, sim, está sempre de prontidão. Outro ponto importante, não é só ‘fazer o que precisa ser feito’, mas há uma doação sincera, “*el amor que a gente tem por isso*”, como disse Joana, é estar envolvida ativamente em prol da promoção de mudanças positivas para a comunidade. Infere-se, ainda, que as mulheres líderes, representam as mulheres moradoras, pois por serem maioria, ter mulheres na liderança é consequência também da identificação (Melo, 2023).

Essa identificação, além de estar associada à luta, também pode estar relacionada com a nacionalidade. Assim como a territorialidade se firma na existência de um idioma em comum, deduz-se que as líderes venezuelanas se destacam neste contexto. Dentre as 3 torres coordenadas por mulheres, 2 são lideradas por venezuelanas. Dentre as 6 líderes entrevistadas, 4 são venezuelanas. Observei, enquanto entrevistava essas mulheres, que a nacionalidade pode ser um fator que impacta a luta, no sentido da ação. Pois ao responderem as perguntas, as venezuelanas demonstraram um repertório de luta, no qual elas sabem expressar suas demandas, argumentar e defender a luta. Ao passo que as líderes brasileiras, que entrevistei, mostraram-se mais tímidas, mesmo que envolvidas com a luta, apresentaram mais dificuldade em responder as perguntas e criar argumentos.

Acredito que essa diferença, pode ser atribuída a três fatores: 1) o histórico de lutas: as venezuelanas vêm de um contexto de extremo conflito político, econômico e humanitário; 2) a formação: das 4 líderes venezuelanas entrevistadas, 3 possuem ensino superior completo; e, 3) herança colonial: conforme exposto por Hollanda (2020), os demais países da América Latina, reconhecem suas origens e são afeitos ao confronto. Destaco que essas são deduções de minha observação entre a teoria e o encontro com o campo. Cada nacionalidade, brasileira ou venezuelana, tem particularidades e especificidades ao desenvolverem a luta por suas demandas. Pontuo, ainda, que há unidade entre as líderes, independente da nacionalidade. Joana, Leona e Jéssica, compartilharam que,

As mulheres aqui somos muito empoderadas. A mulher aqui é... também... quando a gente, como a maioria é estrangeiro, também vou falar um pouquinho do Brasil, eu conheço o que mais ou menos aqui [...], falo da mulher venezuelana, que hay passado por muitas coisas, isso fortalece a nós, entonces faz a mulheres lutadoras, não vemos nenhum obstáculo tão grande que a gente não consiga e unidas todas juntas mais ainda. Isso somos fortes, esse processo quando a gente passa, circunstâncias da vida, fortalece a nós, entonces vamos todas juntas. Hay mulheres que são mãe e pai também. (Joana)

Cara, ah, eu sou brasileira. As venezuelanas têm um pique, mais... vamos! sabe? Elas são bem animadas. As nossas haitianas também são bem trabalhadoras. Falar pra você, eu nunca vi umas mulher trabalhar tanto. Com elas não tem disso. Ali elas têm a horta, aqui em cima, menina, elas ó... o dia inteiro, leva água, água, vende de tudo.

Nossa, tudo que elas plantam, elas vendem. Elas trabalham bastante. Muito, muito mesmo. [...] eu acho que aqui a gente forma uma família. A gente fala que a gente é uma família. Porque uma mão lava a outra, né? [...] e qualquer dificuldade que a gente tem, junta todo mundo. [...] não tem importância de raça e etnia. A gente se junta. (Leona)

Mas aqui dentro a gente não acha, gente, para nós. Eles não são migrantes, eles são brasileiros igual a nós. Eles são nós, é brasileiro igual a nós. [...] [as venezuelanas] são... guerreira também, igual eu falei, né? São todas guerreiras. Eu acho um pouquinho mais do que as brasileiras por tudo que elas passaram lá no país delas, né? [...] Entendeu? Eu até imagino, né, como é que é lá no país deles, né? Que sofrimento, né? (Jéssica)

A união, resgata, inclusive, aspectos relativos à identidade dos movimentos sociais, a qual também se configura como uma característica dessa liderança por mulheres, conforme afirma Gohn (2011),

Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade tem sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. Há neles uma resignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é resignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se traduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia - da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com autonomia. (Gohn, 2011, p. 336-337)

Ressalta-se que, mesmo que haja enfoque na autonomia das moradoras e das ações das líderes, percebe-se certa horizontalidade, pois entrevistei mulheres líderes que ocupam diferentes funções e elas se identificam com a função, por se sentirem parte da luta, e, não pela função em si. Não há superioridade por fazer parte da coordenação de torre, e inferioridade por ser da portaria, ou vice-versa. Como menciona Leona, “*cada uma tem uma coisa, cada uma tem um dom. Cada uma.*” E a partir de sua função, exercem da melhor maneira possível, em prol da coletividade. Nesse sentido, sublinha-se, ainda, as semelhanças e diferenças entre liderança por mulheres e por homens, conforme quadro 10, sob as percepções de Sofia, Valentine e Joana.

**Quadro 10 - Semelhanças e diferenças entre liderança por mulheres e por homens**

Entrevistada	Semelhanças	Diferenças
Valentine	Desde meu ponto, desde meu olhar, eu não vejo muita diferença porque porque a gente trabalha em base de metas, objetivos, por exemplo, vou dar uma exemplo, “Ah, a gente quer arrumar as calçadas. Então, [Valentine] você é coordenadora da torre 4 e o [Antonio] que é um homem coordenador da torre 6. Qual vai ser sua função?”	[...] eu posicione las diferencias, eu como mulher eu não sei muita coisa de construção civil, nada disso, aí que que eu faço? eu me apoio nas pessoas que sabe, tanto ele em pedreiros, como coordenador geral. E pido opinião a meus outros colegas que são homens que mais ou menos tem ideia de lo

	<p>é vamos trabalhar em base de arrumar a calçada. Então a gente tem esse objetivo, então a gente trabalha igual, ele é perseguindo no mesmo objetivo e o bom daqui é da coordenação tanto masculina como feminina, que a gente se apoia muito a gente pede muita opinião do outro. [...]</p>	<p>que es la construcción civil. Então é diferença assim como está o que poderia ser, enquanto a fala com os moradores essa seria uma das diferenças porque porque como eu sou mulher tem moradores que se expressam de maneira diferente a quando falam com um homem, seria a principal diferença, eu acho.</p>
Sofia	<p>Se em relação as mulheres, por exemplo, tem muito respeito, eu não posso falar mal disso porque os homens, eu trabalho com muitos homens, por exemplo o dia sábado tenho que coordenar mais de vinte homens, entonces...</p>	<p>porque o homem é como mais assim... se ele é o chefe é mais duro. Entonces, eu não, com eles todos não permito falar forte, eu não, não permito, quando eles falam “Mira!”, “[SOFIA!]!”, chamar? Assim não! Tem que falar bem, porque eles são trabalhadores e eles trabalham aí todos e falam e falam palavrões e todos, pero comigo não! Entende? Eu não permito. Às vezes quando eles vão falar comigo “[Sofia], tal coisa” “Ok, tudo bem!”. E quando eles estão bravos ou tem alguma confusão, eu vou para lá “já vá”, “assim não, espera que ele fale, depois fala você, porque se vão falar os dois ao mesmo tempo, não pode.” Tenho que estar aí controlando, pero eu tenho que estar aí tentar 8 horas da manhã até às 5h da tarde, porque se eu vou embora, desaparecem. Sim, é assim. E, bueno, dessa maneira, sim, eu lidero e, as mulheres trabalhamos dessa maneira.</p>
Joana	<p>Aqui hay bastante respeito, se respeitam, referente a isso, é respeitada, valorizada.</p>	-

Fonte: Elaborada pela autora.

Em resumo, as semelhanças centralizam-se nas responsabilidades, pois tanto líderes mulheres como homens, precisam coordenar a coletivo e partilham demandas em comum. O respeito é resultado da compreensão que cada um tem sobre a importância da luta, o papel de cada um nesse processo, destacando-se, sobretudo “a politização e o reconhecimento da pluralidade das relações de gênero [...] ultrapassando a simplificação excessiva da polarização entre masculino e feminino” (Capelle et al., 2004, p. 13). Já as diferenças, ancoram-se no conhecimento sobre determinadas funções, fato que dialoga com a abordagem de divisão sexual do trabalho (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2020), a qual compreende ‘trabalho de homem e trabalho de mulher’ que funciona como barreira invisível que não permite, muitas vezes, que a mulher desenvolva conhecimentos técnicos sobre determinadas funções. Outra diferença, é o modo de tratamento, pois conforme compartilhado pelas entrevistadas, os homens são mais ríspidos na linguagem, o que exige das mulheres dinamismo para lidar com cada um. Não se buscou, aqui, estabelecer grau de superioridade ou fazer apontamentos sobre

melhor ou pior, em relação à liderança de homens e mulheres. As observações das entrevistadas evidenciam apenas a existência de semelhanças e diferenças entre as lideranças de homens e mulheres.

Apesar disso, as mulheres líderes entrevistadas, complementam que não se sentem intimidadas pelos homens, conforme expressam a seguir:

É que eu acho que isso vai muito na personalidade da gente. Eu estou eu acho eu sempre penso isso. Intimidada não, porque eu sou bastante segura, se eu ver o que uma pessoa que tem um carácter difícil, porque tem gente que é assim, tem homem que são difícil, se eu vejo que uma pessoa que tem um carácter muito difícil e que eu sei que não que não me vai entender o que eu quero, aí que que eu faço? Eu vou e falo ou com [coordenador geral] ou com um coordenador [de torre] que eu sei que que é pastor que que ele vai entender. Aí eu falo “Vem aqui, vai, vamos juntos!” Aí eu falo com ele e o outro fala com ele aí a gente vai. Mas intimidação não. **Intimidada por um homem, não!** (Valentine)

Não! Isso eu não tenho, tá? Eu tenho até uma voz mais alta do que o normal, porque eu não abaixo a cabeça, **não me intimida. Nunca!** (Leona)

Não. Não. Eu sou daquela pessoa assim... “Ah, fica na sua. Fica na sua que eu fico na minha.” “Não cresce por cima de mim, não.” “Eu não cresço pra cima de você, nem cresce pra cima de mim.” (Jéssica)

Dessa forma, as mulheres líderes desafiam o estereótipo de gênero, provando que ao exercerem a liderança são igualmente capazes e eficazes. Promovendo assim, uma mudança cultural, demonstrando que força e coragem não estão limitadas a um gênero específico. Por conseguinte, essa postura inspira outras mulheres na luta por moradia e fortalecimento da presença das mulheres nos espaços de atuação e decisão na Ocupação. Inclusive ao mesmo tempo que inspiram, as moradoras as incentivam a continuar exercendo a liderança.

É inclusive tem momento que a gente há falado ou há pensado porque trabalho na rua, trabalho em casa, trabalho com a coordenação, então há momento, que a gente fala “nossa, eu não aguento mais eu quero sair!” aí as minhas outra ou mesmas as moradoras fala “não, [Valentine], fica!” “não sei o que vamos fazer isso aqui” “que você precisa” Então, eu acho que sim, inspira, para ela fazer as coisa melhor, porque também um segredo da liderança é fazer, não é só mandar, porque se você fala é “faz tal coisa” aí você fica sentado, não dá o exemplo. Agora “não, vamos fazer!” aí quando elas veem você com uma enxada na mão ou pegando um balde com terra aí ela “nós vamos fazer com [Valentine]!” Ela faz... (Valentine)

Sim, pero eu sou deste pensamento, quem que queira fazer, faz; quem não queira, pode tener influência, puede tener tudo que quisera, pero siempre está na vontade de cada quien individual. Somos ser individual e la decision lo de cada qual lo que quisera fazer. É difícil. (Joana)

Valentine, reflete o perfil de muitas mulheres moradoras da ocupação, pois é mãe, trabalha em um supermercado próximo a ocupação e ainda assim, exerce a função de liderança

como coordenadora de torre. Ela está presente nas reuniões, assembleias, eventos, mutirões e demais atividades comunitárias. Sua liderança é fundamentada na ação, no exemplo.

Olha, aqui, foi a primeira vez, eu nunca tinha feito nenhuma liderança social, nunca. Porque também, é que como eu falo, você não sabe que pode ser liderança social, até que chega o momento, porque onde eu morava, por exemplo eu morava na Venezuela, não tinha esse tipo de coisa, ou se tinha mas era um negócio que siempre, o povo que fazia, siempre era por um bem econômico, por receber. Então não era algo assim pelo que você lutava por algo para você, para outras pessoas, para ajudar, não! Então esse tipo de liderança não gosto. É a primeira vez que eu lidero aqui e assim é legal, porque assim inclusive fora do meu país. (Valentine)

Já Joana, apresenta um perfil, igualmente ativo, mas percebe de outra forma a influência da liderança sobre os liderados. Para ela, ninguém motiva ninguém, a ação precisa partir da pessoa, de sua predisposição para a luta, o que corrobora justificar seu relato exposto anteriormente sobre *“el amor por esta ocupação [...] de querer isto.”* Tanto Valentine como Joana, estão em cargos de liderança pela primeira vez.

À vista disso, rememoro que Sofia, compartilhou que tinha experiência com liderança, pois na Venezuela trabalhava com relações públicas, então já é uma liderança mais madura, que lhe proporciona compreender as relações sociais e até os conflitos de outra forma, conforme expõe a seguir:

Eu tenho experiência, bastante, bastante experiência, porque eu trabalhei... eu tenho experiência de trabalho, 30 anos de trabalho em Venezuela e eu trabalhava relaciones públicas. Tive muitas atividades, muita muitas atividades com as comunidades, sim, com a mesma empresa, preparação de actos actividades dentro da empresa. Actos dos trabalhadores. Sim, tenho muita, muita experiência sobre isso, bastante. Eu sei o que é trabalhar com... por isso é que ter muita paciência, quando você trabalha com muita gente, diferença de caracteres, tens que ir conhecendo, conhecer cada uma dessa pessoa, você sabe como tratar. Aqui por exemplo, aqui tenho muitos homens que, uns são assim ordinários, outros são mais educados, outros são... Entende? E também quando a pessoa estuda e tem um nível de estudo, isso não sabe que... por exemplo aqui hay muitos engenheiros profissionais venezuelanos e eles fazem o trabalho de obreiro, de ajudante, eles fazem esse trabalho. E aqui estamos todos iguais, entende? Entonces espero o trato dessa pessoas diferentes e o trato de outras pessoas, entendes? Entonces uno tem que ver se fala... hay pessoas que são muito, muito ruim, e vem aqui a falar, a falar bravo, pegar grito, vê?! você tem que saber também que essa pessoa tem una parte débil e que essa pessoa tem que sair daqui feliz. Isso não é fácil, controlar esse tipo de pessoa, entonces para isso o que um tem que meter aqui na mente, que não vou ter inimigos, eu não quero ter inimigos, quero que todos sempre feliz. (Sofia)

Ainda sobre o perfil de liderança das entrevistadas, Leona, a mais nova dentre as líderes entrevistadas, é espontânea e destemida, foi ela quem soube da ocupação e incentivou o marido a vir, *“puxei meu marido junto. [...] Falei ‘vamos tentar dar certo, cara! Vamos fazer a luta!’ E ele veio na minha”* (Leona). Iniciou na portaria como voluntária, realizando as rondas

durante o dia. Depois de um ano e meio, seu trabalho na portaria começou a ser remunerado. Sua liderança é dividida com Jéssica, que assumiu a função após oferta da oportunidade para ela,

Então, eu tava um belo dia em casa e eles me chamaram para ir lá, né? Conversar com eles. Aí, eles me falaram oportunidade de trabalho. Realmente a gente precisa, né, para você reconhecer as pessoas que entra aqui dentro, né? A gente o caderninho, onde a gente marca certinho, né? Pra... imagina se a gente não tivesse ninguém para cuidar de lá, né, entrava qualquer um, né, agora pelo menos a gente tem um controle dos moradores também, pra entrar as pessoas, aí fala se pode entrar, né? (Jéssica)

Ambas, não tinham experiência com liderança, mas a assumiram com prontidão. Elas organizam seus horários, revezando os dias entre as duas e com flexibilidade no horário. Ressalta-se que exercem sua função durante o dia, pois a noite são os homens que ficam na portaria. Leona, além da portaria, iniciou, recentemente, como líder da Pastoral da Criança, de forma voluntária, ela compartilhou que essa foi uma iniciativa das mulheres da ocupação, a partir de um convite da Igreja Católica, pois observaram que haviam muitas mulheres e crianças que precisavam de apoio e acolhimento.

Daí a gente veio, fez uma reunião na torre [...]. Foi uma iniciativa de muitas mulheres juntas. Eu tenho uma foto que é cheio. A gente orando, se abraçando, cantando. A coisa é mais linda. Foi muito gostoso. (Leona)

Assim como Leona, Joana também é líder na Pastoral da Criança, suas funções como líderes é proporcionar melhor qualidade de vida para as mulheres e crianças. Para tanto acompanham a alimentação, o peso, oferta de medicação, ensinamento sobre produtos naturais, necessidade de escola, atendimento médico e orientam as gestantes. Como a ocupação é grande, Leona é a responsável por acompanhar de forma geral, os dados de todas as torres. Enquanto Joana fica responsável por uma metade dos prédios.

Eu também pertenco a Pastoral de la Criança aqui, eu sou líder da pastoral de la criança e eu também através de isso consigo ajudar, porque a gente faz uma visita domiciliar, uma vez por mês, e a gente consegui incluir isso, acompanhar isso... Se a gente precisa de uma medicação, se ela é... a criança precisa de um alimento especial, na questão de intolerância a lactose, siempre medicamento que a gente não consiga posto de saúde, então sabe o que pode fazer a Paróquia nesse caso, todas as coisas da maneira de ajudar. (Joana)

Além da Pastoral da Criança, Joana lidera a faxina, realizada pela equipe de mulheres aos sábados. Antes de assumir como líder formal (como responsável da função, escolhida e nomeada para o exercício), Joana exercia uma liderança informal, *“solo que siempre liderava de uma maneira não formal, indiretamente, eu orientava “ah vamos fazer”, mas minha mãe,*

*minha mãe também hasta pior que eu [...]”* (Joana). Tanto Joana como a mãe (também é líder da pastoral da Criança), incentivavam e mobilizavam as moradoras para execução das tarefas e atividades da Ocupação.

Eu sou líder aqui, apoiadora de nossos coordenadores aqui. E eu lidero a faxina, a limpeza das mulheres, dia sábado. Também outros dias da semana, a gente faz qualquer coisa, se corredor, as rampas estão sujas, as escadas, por conta de que está chovendo muito, a gente entre a semana também faz, e coordenamos duas, três pessoas que ficam em casa, que não trabalham fora para ela prestar ajuda para nós. Hasta eu mesma, minha mãe, que apoia, hacemos las cosas. (Joana)

Amália, por sua vez, é líder de limpeza de sua torre às terças-feira e sextas-feira. Como líder, Amália é muito disposta a servir e colaborar com o bem de todos.

Como mujer, ¿verdad? Yo colaboro mucho. Si me manda para allá, me manda acá, yo corro. Así que haciendo algo, yo corro y puedo colaborar para mantener esto bonito, pues. [...] Ah, de limpiar, limpiar la... Por lo menos limpiar toda, de sexto piso, limpiar toda la escalera, lo que es martes y viernes. A las 18 horas. Y si hay algo de limpiar la crianza, allá de aquel lado nos vamos a limpiar aquí. Si es de limpiar otra torre, vamos a limpiar otra torre, sí. [...] Un grupo de mujeres, tres o cuatro mujeres, así por limpiar. Y todo bien, todo bien. (Amália)

Apesar de tudo que foi exposto anteriormente, a ocupação Dom Helder Câmara enfrenta muitos desafios. Claro, que desde o início, a mudança no território é visível e muito marcante, assim como o fortalecimento de seus moradores, principalmente àqueles que lá residem desde o início, como as mulheres líderes. Para Sofia, o significado da luta pela moradia, resume-se em felicidade.

E, bueno, como podrás ver Dom Helder Câmara, avanzando mucho, eu me sinto muito feliz aqui, porque eu sinto que vamos avanzando apesar de que tem pessoas que não gustan lutar, que não gusta colaborar, que não gusta... pero, entre outras temos aqueles que sim, gustan e com essa pessoa avanzamos. Assim sejamos um poquito, poquito, pero avanzamos! (Sofia)

Acompanhar o desenvolvimento da luta, vislumbrar o sonho se tornando realidade são o que estimulam as líderes a enfrentarem os desafios internos - àqueles relativos ao território da ocupação, como a relação entre os moradores, a organização do território - e, os desafios externos - ligados a fatores para além da ocupação, como a comunidade do entorno da ocupação, as relações com as instituições, por exemplo.

No quadro 11, a seguir, serão apresentados os desafios apontados pelas mulheres líderes:

**Quadro 11 - Desafios internos e externos relatados pelas mulheres líderes**

Entrevistadas	Desafios Internos	Desafios externos
Sofia	[...] há pessoas, moradores que estão como inseguros eles pensam “será? Não será?” e temem investir dinheiro no apartamento porque eles falam “eu investir?” Eu sempre falo se eu paguei, pagava R\$1.000 reais mensuales, eu pagava água, eu pagava luz, pagava internet, tenia todo isso gastos e gás e eu arrollo R\$ 1.000 reais mensuales estando aqui nos prédios, eu arrollo, em um ano tenho mais de R\$ 10.000 reais e com R\$ 10.000 reais, eu posso arrumar meu apartamento, avançar um pouquinho e viver cômodo.	[...] a preocupação de que estamos aqui inseguros, não sabemos se o governo tira nosso para a rua, é nos desocupa e somente temos que tomar a decisão de estar aqui e enfrentar esse primeiro desafio.
Valentine	[...] fazer que as pessoas trabalha em beneficio de sociale, não em beneficio próprio, sabe? se não o beneficio de toda a comunidade, que todos este, todas as melhorias são para todos nós não para com a sua pessoa. É porque tem gente que aceita muito rápido isso, mas tem gente que é um pouquinho mais difícil.	[...] eu diria fazer que as pessoas que estão fora, ver a ocupação da forma que é realmente porque eu que eu moro, eu trabalho no mercado e aí você escuta de tudo quanto a opinião positiva como outra opinião negativa então aí uma das coisas assim como que a gente trabalhando muito é que mudar la opinión que o povo de lá fora tem de nós, que aqui não mora pilantra, que aqui mora a pessoa que trabalha, gente que tem família e gente que querer uma moradia própria
Amália	-	[...] trabajé como seis meses. Después me retiré cuidando viejito, ancianito. Después la señora era cristiana y trataba a uno como un perro. Y a uno no le gusta que traten así. Yo era en la lavandería. Y nos daba mala comida y esto. Entonces, era una pastora, una pastora, una pastora. Hoy somos venezolanos, ¿verdad? Y no puede dar una mala comida, no importa que sea arroz, o sea, un... ¿Cómo que le dicen yo huevo? Huevo. Huevo, ¿no es lo que le dicen ustedes? Ok, así nos daban arroz seco con grano, más nada. Esa era almuerzo. Yo duré tres meses y me retiré. Yo era la lavandería.
Joana	A gente não tinha energia, a gente não tinha água, só tinha uma tomada aqui, uma torre e todos tínhamos que descer do quinto, sexto andar a pegar água para lavar a louça, para tomar banho, era muito difícil.	Meu filho [...] está como funcionário, foi seu primeiro... isso é outra coisa que lhe custa muita, de nossos companheiros de labuta laboral é muito discriminado, tem muita prioridade para o próprio. A diferença é nosso país, você chega lá na Venezuela e você é tratado igual em todo âmbito, social, cultural e área.. habito laboral também. Em caso aqui não, meu filho chora muito, muito, muito e tem umas situações fortes. Chora muito, por questão de que é muito discriminado na atividade laboral, mas é o ele percebera em sua faculdade, ele está suportando aí, hay otras entrevistas de trabalho, todo, pero no hay dado certo. Pero ele é forte e como meu filho, tem

		muitas pessoas também, diversas situações de discriminação laboral. E também hay no também de que só de outro país estrangeiro, também de outra cidade, porque tem um companheiro que de outra cidade, nordeste, também tem discriminação no trabalho.
Leona	Ah, eu acho que água, energia. No começo a gente não conseguiu tão fácil.	[...] O julgamento das pessoas também, sabia? Quando a gente passava por algum lugar ou a gente vinha entrando, sempre as pessoas que passavam na rua vinham criticando. [...]
Jéssica	Ah, aqui não, aqui graças a Deus foi tranquilo [...]	[...] mas sempre veio da rua, né? O povo julga muito, né?

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se a partir dos relatos destacados no quadro 11, que os desafios internos estão relacionados a aspectos físicos da ocupação, como água, luz, outrossim resultam em insegurança aos moradores quanto a investir, pelo alto nível necessário de melhorias, como afirma Alfonsin (2021, p. 197), “todo ser humano, para se manter vivo, precisa, pelo menos, de um teto onde se abrigar, de alimentação e de vestiário.” Deduz-se, ainda, que essas necessidades, ainda que se trate de uma ocupação, são as mesmas necessidades encontradas no contexto externo e reforçadas pelo déficit habitacional, quando explora aspectos relativos à habitação precária, por exemplo. Nesse sentido, as ocupações urbanas são importantes meios de denúncia da realidade brasileira, àquela longe dos centros urbanos, localizada nas periferias ou cidades circunvizinhas às metrópoles. Gohn (2011, p. 336), ao refletir sobre os movimentos sociais, aponta que estes “realizam diagnósticos sobre a realidade social”, além de que “são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte.” Mas quantos estão dispostos a enfrentar o sistema e construir novas possibilidades de transformar a realidade?

Assim, evidenciam-se os desafios externos relacionados ao risco do despejo e, principalmente à discriminação, seja pelo estigma que considera ocupações como invasões, seja o preconceito vivido no ambiente de trabalho. Cardoso (2021, p. 36), ao analisar os vazios urbanos e a função social da propriedade, aponta que esses espaços apresentam “implicações simbólicas que não devem ser desconsideradas [...] são vistos como “mortos”, “sem vigor”, “sem identidade”, “sem virtude”, “malvistos pela sociedade”, “anormais ou subnormais.” Em paralelo, é mais fácil pensar dessa forma, desqualificar o lugar ao invés de promover sua função social, porque o enobrecimento do território é socialmente valorizado e classificado como seguro. Ao passo que a presença do “pobre”, produzindo sua própria realidade social, por meio

dos movimentos sociais, refletem o preconceito. Não um preconceito em relação ao espaço abandonado, mas sim, a possibilidade de o pobre conquistar algo, e nesse caso, a moradia.

Em situação de Uber, ônibus, que às vezes eu pedia Uber, a pessoa lá de Maringá. Aí ele não sabia que aqui... conhecia por longe, por notícias, mas não sabia o local onde era. Aí vinha vindo naquela rua lá no início. Começava a falar, falar mal. Falar mal, falar mal. Ficava nervosa, falava “aí, mas eu estou tô dentro de um carro, trancada”, né? Querendo ou não me sentir intimidada, assim. Porém, eu falava “não.” Eu explicava. “Ninguém roubou isso daqui. A gente não tirou de ninguém.” “Não foi a gente que tirou. Não foi a gente que deixou as pessoas na mão.” A gente pegou uma coisa que tava abandonada. Tava virando praticamente uma cracolândia. Entendeu? Aqui tinha... Nossa, um breu mesmo aqui. Tinha pessoas que nem passavam nessa rua. (Leona)

[...] siempre falamos assim “a gente não quer tirar o que não nos pertence, a gente quer pagar por isso aqui, porque eu trouxe o dinheiro para alguém”, a gente tem consciência disso. A gente também em nosso país, a gente tiene facultade, preparado disso, eu fiz enfermagem facultade, minha mãe é gerente bancária, hay una história detrás de cada uma de nós. (Joana)

Ou seja, há uma contradição entre o que realmente se vive no interior das ocupações urbanas e que se é apresentado sobre as ocupações. Afinal, o valor de troca, nas economias capitalistas, sempre é superior ao valor de uso, mesmo em detrimento a necessidade das pessoas, quiçá das mulheres em vulnerabilidade social. Santos Junior (2021), reflete que

quando uma mercadoria tem valor de uso para alguém, ela não tem valor de troca para essa mesma pessoa, pois ela usa essa mercadoria para viver, para se reproduzir socialmente e não para trocar por outras mercadorias. Em sentido contrário, quando determinada mercadoria tem valor de troca para seu possuidor, ela não tem valor de uso para o mesmo, ele possui a mercadoria com o objetivo de trocá-la por outra. (Santos Junior, 2021, p. 13)

Claro que pode haver pessoas que ao possuírem seus apartamentos possam ter a mentalidade de troca, pensamento no financeiro, mas no geral a perspectiva vislumbrar nesta dissertação, a partir do relato das mulheres líderes na Ocupação Dom Helder Câmara, é a prevalência do valor de uso, como possibilidade não apenas de morar, mas também de existir. Logo, quem está fora daquele contexto, não entende a capacidade de transformação social presente ali, inclusive as próprias demandas elaboradas no interior da ocupação, podem gerar mudanças significativas para a população residente no entorno.

Foi o que aconteceu, agora, 2 anos após a ocupação, as mulheres líderes relatam mudança no tratamento da população em relação àquele território:

a gente se sente como em casa quando eu chega aqui, já muda um pouco lo que é tipo que traz de serviço, que traz a fora e eu acho que todo o povo, venezuelano, haitiano, siente isso, siente essa identificação quando chega aqui. Inclusive, já quando fora, a chica falar “Ah, você mora lá - porque ainda falam de ‘predinho’, ainda não falam é

de Helder Câmara - se morar lá no predinho?” Sim, eu moro lá!” Então, é é a gente já se sente identificado com o lugar, com seu apartamento, com todo o entorno, que tem ao redor. Então assim, hace muito trabalho, mas tem dado muito certo. (Valentine)

A gente tanto beneficiamos a nós como beneficiamos esse lugar e também a comunidade ao redor, da redondeza. Também de uma maneira direta Paçandu (?) foi beneficiado também, porque tirou a bandidagem, tudo isso. (Joana)

Hoje, muitas pessoas passam ali na frente, elogiando e falando, “caraca, deu certo.” Tipo, dá até orgulho, assim, no peito, sabe, de ouvir isso. [...] Deu super certo. Quem julgou no início... [...] Hoje as pessoas se sente segura e percebem que tem uma câmara, têm segurança. É claro! (Leona)

Frente a tudo que foi exposto, as lutas e dificuldades, quando questionadas se já pensaram em desistir da luta, da liderança e da ocupação, as líderes afirmaram que não, como afirma Leona: “*Cara, na minha vida eu aprendi muito. Eu amadureci aqui dentro, pra vocês terem ideia.*” Já com relação ao medo, a resposta das líderes é,

Ah, no começo, eu... eu ficava com medo. Ficava assim, “meu Deus, o que eu tô fazendo da minha vida? Tenho 17 anos. Vou mudar pra um lugar, abandonar o resto da família que estava lá. Puxei meu marido junto. Pra ele abandonar a dele.” Falei “vamos tentar dar certo, cara! Vamos fazer a luta.” E ele veio na minha. Então, eu fiquei com medo. Porque, querendo ou não, aqui não era uma certeza, né, que a gente tinha. Tipo, é... A gente ia viver na dúvida. [...] É um risco que a gente ia correr. Mas graças a Deus, deu tudo certo. A minha experiência no começo foi isso, o medo. Mas depois que eu me enturmei, que eu participei das assembleias, reuniões, nossa, você vai dando um alívio no espírito, sabe? [...] Tá avançando, todos se dão bem, nossa! (Leona)

[...] eu não conseguia dormir muito bem de noite não, porque o povo lá fora falava, “ah, vai vir batalhão”, “vai vir isso para tirar vocês”, né? Então, dá medo, né? Mas... (Jéssica)

Acredito que o processo pelo qual as mulheres líderes na Ocupação Dom Helder Câmara, passaram e ainda passam, reforçam o quanto a presença delas no território faz a diferença. Pois suas ações cotidianas proporcionam a manutenção da vida, por meio da transformação do espaço, do acolhimento, de suas atividades nos mutirões, organização de eventos, participação na gestão e tomada de decisões. Ao exporem seus corpos ao risco e as incertezas da luta, permitem que a esperança de dias melhores se configure e ganhe forma. Elas observam o passado, moldam o presente e vislumbram o futuro. O quadro a seguir reúne alguns relatos, de como as mulheres líderes imaginam a Ocupação Dom Helder Câmara no Futuro e quais sugestões de melhorias propõem:

**Quadro 12 - Perspectivas das líderes sobre como imaginam a Ocupação no futuro e sugestões de melhorias no presente**

Entrevistadas	Como imaginam...	Sugestões de melhorias
Valentine	[...] eu gostaria muito de ver esses prédios já todos com tinta, todo arrumadinho, todo bonitinho só que eu sei que o processo é longo, porque vai depender da gente, porque se a gente deixar para o governo fazer todo ou los agentes públicos, a gente nunca faz nada.	[...] uma coisa que ajudaria muitas mulheres seria é receber aulas de português aqui, porque tem muita mulher que fica em casa e não não tem aquele contato para aprender a língua portuguesa, então a língua do Brasil, então isso ajudaria muito. Um curso de português pra mulherada que está aqui dentro da ocupação e ajudaria também as crianças, porque eu como mãe, eu falo para meu filho no espanhol, porque eu não sei falar português, agora se eu aprendo um pouco, já ajuda ele, aprendo com ele, isso poderia ser uma coisa, uma das coisas que que ajudaria muito as mulheres que está aqui dentro viu?! Eu acho que seria legal.
Sofia	adelante, quando isso estiver bonitinho, que tenha todos um cantinho, que tudo esteja “olha que bonito!” [...] imagina-te que... tu tem... está dentro de torre, bem bonitita, pintadita todo, comodado [...].	eu penso que, por exemplo elas não teriam que fazer limpeza todo os fins de semana, sábado, domingo, fazer limpeza na torre, elas cansadas de trabalhar, de segunda a sexta entonces você tem que trabalhar também no sábado e domingo na limpeza. Eu... seria mudar isso, seria uma felicidade, estar em casa.
Amália	-	Ah, ajá una base de actividades... (não compreensível) esse sitio grande está ahí si me gustaria para uno... No sé cómo ustedes dicen... aerobics, para dançar, para hacer cosas de actividades allá abajo. Para las mujeres, porque las que no trabajan por fuera, entonces hacer actividades allá abajo. [...] educación física y otras cosas.[...] ara mujeres. Puede ser dos veces a la semana, o tres veces a la semana. Porque aquí hay bastantes mujeres que no trabajan. No trabajan. Hay bastantes mujeres. Entonces uno va a la cabeza más, entonces uno va y se llena más de la cabeza haciendo actividades físicas.
Joana	-	Assim, um espaço especificamente que será de nós. Um espaço assim como tem as crianças, como lá que no seja utilizado, só para nós! Entonce ali, criar um grupo, de umas atividades, como falar outra vez, de repente um grupo de ginástica, aeróbica, distrai a mente um pouquinho, para desestressar, sabe? Da rotina do dia a dia, essas coisas assim de mulher. Ou yoga, qualquer atividade assim física.
Leona	-	Ai eu acho que a gente poderia ter uns cafezinho da tarde, mais... né? Um bate-papo mulheres. Uns eventos bem legais também dá de montar. Mas assim, eu acho que em caso de conversa isso resolve. “Meninas, vamos marcar isso.” Acho que não vai ter assim, coisa que a gente

		não faça. Acho que tudo que a gente quer, a gente faz, sabe? “Ah, meninas vamos marcar um chá.” “Ah, meninas, vamos marcar uma conversa.” Sempre tem... um filme, que nem a gente assiste filme lá no saguão.
Jéssica	[...] eu vejo ele todo pintado, tudo arrumadinho, janelas, tudo, os brinquedos, o parquinho das crianças, tudo perfeito.	Ah, tá tudo certo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nem todas compartilharam como imaginam a ocupação no futuro, pois essa foi uma pergunta que surgiu posteriormente, com base no andamento da entrevista. Salienta-se que, enquanto finalizo essa análise, os prédios da ocupação começaram a ser pintados em tons de azul, verde e laranja. O muro da frente está sendo concluído, detalhe para as grades em azul entre os muros, o que permite que as pessoas do lado de fora possam ver o interior da Ocupação. Também foi feita a limpeza da calçada de toda a frente. Mais seixos estão sendo espalhados por cima da terra no interior da Ocupação. Assim como, o estacionamento já está sendo delimitado por pequeno muro, distinguindo-se das áreas de convivência. A denominação “Acampamento”, foi alterada para “Condomínio”. Apresentadas nas figuras 46 e 47, a seguir:

**Figura 46 - Vista do calçamento das ruas da Ocupação Dom Helder Câmara**



Fonte: Arquivo Pessoal.

**Figura 47 - Início da pintura das Torres**



Fonte: Arquivo Pessoal.

Por fim, a análise dos dados revelou uma complexa interseção entre território, territorialidade, identidade e lutas das mulheres líderes na ocupação urbana Dom Helder Câmara. O território, enquanto espaço físico, é constantemente redefinido pelas práticas de territorialização e efetivado pelas territorialidades, que refletem as relações de poder e as dinâmicas sociais presentes na ocupação. A identidade dessas mulheres líderes é fortemente influenciada pelo seu cotidiano pautada na luta pela transformação do território, por meio do mutirão, o que as impulsiona a reivindicar um espaço próprio dentro da comunidade. O preconceito e a discriminação, alertam para a realidade social fora da ocupação que confunde o valor de uso com o valor de troca, ignorando que os territórios insurgentes são importantes lentes que geram importantes mudanças sociais. As lutas dessas líderes são marcadas por uma resistência ativa contra as estruturas de opressão, buscando não apenas a garantia de direitos básicos, mas também a construção de uma identidade coletiva que valorize a participação das mulheres no processo de territorialização. Essa dinâmica evidencia que a territorialização não é apenas um processo físico, mas também simbólico, onde as mulheres desempenham um papel crucial na redefinição do espaço e na construção de uma nova ordem social mais inclusiva, democrática e participativa.

#### 4.4 OLHARES DA RESISTÊNCIA: A FOTOGRAFIA COMO VOZ DAS MULHERES LÍDERES DA OCUPAÇÃO DOM HELDER CÂMARA

Acredito que a experiência fotográfica das líderes da ocupação urbana Dom Helder Câmara, captura a essência da vida na ocupação, diferente do meu olhar externo como pesquisadora. São elas que vivem o cotidiano, as alegrias e as dores da luta pela moradia, revelando também os laços comunitários, a criatividade e a cultura que ali emergem. Logo seu

próprio recorte fotográfico é capaz de destacar tanto a resistência quanto a expressão pessoal que emerge através da arte da fotografia. As lentes dessas mulheres sugerem uma narrativa visual que não apenas documenta, mas também reivindica espaço e voz, refletindo a complexidade e a riqueza das vidas dessas mulheres em um contexto marginalizado.

As figuras 48 a 70, a seguir, são os registros fotográficos de cada entrevistada, assim como o respectivo significado das fotos:

**Entrevistada: Valentine, 35 anos.**

**Figura 48 - Olhar de Valentine**



Significado: *“Esa es significado de Dom Helder Câmara. Família.”*

Entrevistada: LEONA, 18 ANOS

Figura 49 - Olhar de Leona



Significado: *“Um cantinho simples. Mas tem muito amor e cuidado.”*

Figura 50 - Perspectiva de Futuro de Leona



Significado: *“Nossas crianças no campinho que logo em breve estará todo gramado.”*

Figura 51 - Orgulho de Leona



Significado: *“Minha querida torre! Orgulho de olhar pra cá e lembra do começo. Quem diria nossas janelas de blindex quase finalizados.”*

Figura 52 - Momento de Leona



Significado: *“Uma terça-feira qualquer mais o pôr do sol não deixa de nos presentear.”*

Figura 53 - Símbolo da resistência por Leona



Significado: *“Nossa árvore mascote, se chama resistência! Aí segue ela firme, forte e resistente.”*

**Figura 54 - Ambiente Agradável por Leona**



Significado: *“Nossa ocupação com pedras, para melhoria de nossa passagem, para evitar lama, e se torna um ambiente mais agradável ainda!!”*

**Figura 55 - Fim de tarde por Leona**



Significado: *“Esse registro foi de ontem [23/01/2025]. Eu ainda fico fascinada com os fins de tarde.”*

**Entrevistada: JOANA, 51 ANOS**

**Figura 56 - Um novo dia por Joana**



Significado: *“Eu olhando desde meu janela um novo dia, lembrando dos dias de trás, sempre abençoada.”*

**Figura 57 - Alegria de Joana**



Significado: *“Hoje o sol entrou em casa desde cedo.”*

**Entrevistada: AMÁLIA, 59 ANOS.**

**Figura 58 - O olhar de Amália**



Entrevistada: Sofia, 66 anos

Figura 59 - A luta por Sofia



Figura 60 - Uma nova parede por Sofia



Figura 61 - Mutirão por Sofia



Figura 62 - Primeiro olhar por Sofia



Figura 63 - Determinação por Sofia



<p><b>Figura 64 - Uma nova entrada por Sofia</b></p>	<p><b>Figura 65 - Fachada com flores por Sofia</b></p>	<p><b>Figura 66 - Perspectiva de futuro por Sofia</b></p>
		
<p>Significado: <i>“A luta já foi bastante longa. [...] Não tem sido fácil, porque praticamente estes edifícios estavam abandonados há muito tempo. Mas podemos demonstrar que temos um grupo bem unido para conseguir este progresso.”</i></p>		

<p><b>Entrevistada: JÉSSICA, 31 ANOS.</b></p>		
<p><b>Figura 67 - Primeiros passos por Jéssica</b></p>	<p><b>Figura 68 - O início de uma nova vida por Jéssica</b></p>	<p><b>Figura 69 - Um novo lar por Jéssica</b></p>
		
<p>Significado: <i>“Nosso primeiro dia no acampamento.”</i></p>		

**Figura 70 - Agradecer por Jéssica**



Significado: “*Primeira Missa com a Família.*”

O que você viu até aqui? Seu olhar sobre o “fazer cidade” mudou? Seu olhar sobre ocupações urbanas mudou? As leituras e interpretações que fazemos do mundo iniciam com o olhar. Assim inicia a compreensão ou o preconceito, independente do tema, as lentes do nosso olhar, conduzem a primeira impressão. A primeira vez que estive na ocupação Dom Helder Câmara foi impactante, especialmente por ver a luta daquelas pessoas para ter um teto para morar. O chão de terra, os apartamentos sem janela, os brinquedos que as crianças estavam brincando, mas por outro lado, vi a alegria daquelas pessoas por estarem ali, construindo um território com autonomia e independência, vi a esperança nos planos de melhorias e nas idealizações dos futuros espaços, vi a dor dos dias difíceis, e a partir disso mudei o foco. Escolhi pela compreensão e foi aí que me permiti sair da zona de conforto e estar com as pessoas e conhecer um pouco de suas histórias. Afinal, essa é a melhor parte da pesquisa, aprender algo novo, mas também perceber que também somos parte deste cenário, como humanos e agentes sociais. Muitos me perguntaram como meu tema se encaixava na Administração e a resposta é que fazer ciência com a lente dos estudos organizacionais, pode significar gerar aproximação com a realidade humana, o que transcende a lógica hegemônica (Minayo, 2011) do lugar dos cursos no campo da produção do conhecimento. Também vi isso na Ocupação Dom Helder Câmara, vários cursos e projetos contribuindo de diferentes formas para a promoção do bem comum. E como resultado, obtém-se a elaboração da vida, de uma forma mais cooperativa, capaz de recriar “laços e relações de compartilhamento e reciprocidade” (Tonucci, 2017, p. 143), assim como recobrar de nós, pesquisadoras e pesquisadores, traços de humanidade ao tocar vidas com a pesquisa, ao contar a história do outro.

O que você viu até aqui?

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luta. Existência. Visibilização. Ser mulher e escrever sobre as vivências da mulher na cidade é uma tentativa de expressar em linhas e páginas, um recorte do cotidiano. Expor a luta das mulheres por moradia, não é só apresentar a falta de casas, mas sim, expor uma realidade muito próxima de cada mulher, porque detrás da luta por moradia, está a luta por melhores oportunidades de trabalho, acesso à educação de qualidade, acesso à saúde, transporte, segurança e alimentação. Portanto, “pensar e sentir como uma mulher”, requer “considerar todas as condições que envolvem ser mulher no Brasil” (Casimiro, 2021, p. 31) e na América Latina. Assim, negar o acesso à moradia é negar também o direito das mulheres à cidade.

Nessa tentativa de escrita, o objetivo geral foi compreender como ocorre o processo de territorialização das mulheres líderes na Ocupação Dom Helder Câmara, em Paçandu/PR. A escolha das mulheres líderes foi essencial para concretização desse objetivo, pois envolveu avaliar o peso da representatividade e da identificação das mulheres com o território, o que corroborou para melhor evidenciar que as demandas das mulheres são diferentes das demandas dos homens.

Para minudenciar esses aspectos, defini os seguintes objetivos específicos: (I) Descrever a ocupação, especialmente como se deu o processo histórico para que os moradores ocupassem os prédios do conjunto habitacional abandonado. Este objetivo teve como intuito conhecer como e por que se deu a ocupação, através dos fatores sociais, econômicos e políticos que levaram à luta por moradia. Mais do que isso, conhecer ainda aspectos simbólicos e subjetivos que se manifestaram desde o início da ocupação, como o preconceito. Um preconceito que surgiu anterior a ocupação, não em virtude de um espaço que estava abandonado e propiciava a criminalidade na região, mas sim um preconceito construído sob os valores de um governo de direita, que inclusive, provocou represálias para a recente ocupação ocorrida pós-eleições de 2022. Preconceito esse que se manifestou em essência contra as pessoas em vulnerabilidade social em luta por um direito básico, moradia.

Ainda sob esse objetivo, foi possível descrever como estava o espaço do residencial antes da chegada dos moradores, que para além de abandonado, estava inabitável. Aliás todo o caminho que as famílias percorreram durante 2 anos de ocupação, ocorreu em paralelo a tentativa da reintegração de posse por parte da Cantareira, sob o argumento tradicional e privatista de direito de propriedade. Destaca-se nesse contexto, sobretudo, o fato de a Defensoria Pública ter derrubado a liminar, o que garantiu que, até o momento, as famílias residentes na Ocupação Dom Helder Câmara, não fossem despejadas.

Nesse sentido, o primeiro objetivo específico delineou as relações de poder presentes na cidade, que tem no sistema neoliberal sua principal fonte de organização e produção do espaço urbano. Assim como descreveu como os cidadãos aportados pelos movimentos sociais por moradia, desenvolveram e adaptaram o ambiente, demonstrando a capacidade das pessoas de transformar seu espaço social, conferindo-lhe significados e valores relacionados a aspectos políticos, simbólicos, ideológicos, culturais e emocionais (Aragão; Soraggi; Corrêa, 2021; Lima 2022; Alfonsin, 2021). O que contribuiu para o objetivo subsequente (II) Interpretar como as práticas das mulheres na ocupação Dom Helder Câmara contribuem para a construção de identidades coletivas e de pertencimento ao território. Aqui, identifiquei os laços que vinculam os moradores ao território, os quais se manifestam por meio da territorialidade, como resultado das relações cotidianas dos sujeitos no território, suas vivências e dinâmicas que definem como o espaço é utilizado. Dessa forma, comprovei a afirmativa de Saquet (2005), que a territorialização é substantivada por territorialidades, em outras palavras, sustentada e enriquecida pelas diversas formas de significado e valor que as pessoas atribuem a esses espaços.

Logo, evidenciei que a Ocupação Dom Helder Câmara manifesta processos de dominação e apropriação do espaço, principalmente de duas maneiras: a prática do mutirão, que elucida a autonomia do território e da população como produtora e gestora do seu habitat, assim como proporciona a redefinição das relações de sociabilidade no grupo (Cardoso, 2024); e, o pagamento da taxa, que não é simplesmente o valor monetário, mas o valor atribuído na forma como é utilizado: em prol da manutenção do bem comum que reflete o significado, o comprometimento com a luta e aspectos relativos ao pertencimento, “eu faço parte disso!” Tanto o mutirão como a taxa, evocam o sentido de pertencimento e reforçam a construção de uma identidade coletiva, que se manifesta na permanência no território. Elucida-se que embora territorialização e territorialidade sejam processos que não dependem um do outro para acontecer, na Ocupação Dom Helder Câmara, um reforça o outro. Tendo em vista, que territorialidade, fruto da socialização, expressa-se de duas maneiras: o idioma, que gera identificação entre os moradores, como aspecto simbólico, refletindo elos culturais, que fortalecem o território; e, os eventos, que enaltecem a luta, ao serem organizados em conformidade com os valores da comunidade, pelas mãos e ideias da própria comunidade. Tanto o idioma como os eventos, refletem o pertencimento social, a inclusão e a integração entre os membros da Ocupação (Gohn, 2011).

Percebi que ao participarem desses processos, as vidas dessas pessoas ganham um novo sentido e um propósito, e o poder reside na possibilidade de definirem-se em um contexto em

que historicamente os outros são que definem suas realidades (Kilomba, 2019), isso é emancipatório! A força de uma identidade construída a base da luta e coletivamente, é (re)tomar a consciência sobre seu espaço de vida e moldá-lo conforme os seus mais profundos desejos. À vista de tudo isso, a presença de mulheres brasileiras e latino-americanas compartilhando cargos de liderança na ocupação Dom Helder Câmara, corrobora também para a promoção da visibilização de suas lutas, mas acima de tudo, simboliza o protagonismo em suas próprias histórias, sujeitas de direito e ativas no processo de transformação social. O que justifica o terceiro objetivo específico, qual seja, *(III)* Compreender como as mulheres territorializam a Ocupação Urbana Dom Helder Câmara por meio de suas experiências. Recontar as histórias das mulheres líderes da Ocupação Dom Helder, nesta dissertação, foi um desafio, pois mesmo em linhas não é possível expressar a dor, o sacrifício e a coragem dessas mulheres. A imigração, a mudança de Estado, o enfrentamento do estereótipo de gênero, a doação, a dedicação... são vários aspectos que compõem a liderança por mulheres, pois são elas, mulheres que efetivam o cotidiano. E, na ocupação Dom Helder Câmara, as mulheres iniciam seu processo de apropriação do espaço desde o início da ocupação, com sua participação ativa pegando em enxadas e limpando o espaço, retirando o lixo, fazendo rondas de segurança, um percurso que reflete claramente o dia a dia, no qual são elas que efetivam o território, em suas rotinas duplas e triplas.

Tal comprometimento com a luta, a partir da tomada de consciência política, evidencia o existir, para tanto, espaços como o Espaço de Vivência Infantil, a cozinha coletiva, a sala de leitura, a biblioteca, as atividades direcionadas para as crianças, como: aula de reforço, aula de música e aula de luta, o campo de futebol, os jardins, a decoração dos prédios e a sala de psicologia, são a materialização do poder da participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão. A presença do Cáritas na Ocupação, promovendo atividades educativas com as mulheres, também funciona como um importante instrumento de empoderamento, pois é o espaço que as mulheres adquirem conhecimento e compartilham experiências, e, nessa troca há o fortalecimento também da fraternidade e solidariedade. Esse circuito configura a autonomia libertária, na qual as mulheres estão envolvidas em uma recuperação coletiva do território, um território que adquire nesse contexto um caráter essencialmente emancipatório. Parafraseando as palavras de Joice Berth (2023), acredito que pode ser extremamente revigorante viver em um espaço que tolera e aceita as mulheres, pois as percebe e as compreende, permitindo-lhes existir, ocupar e transformar o território em conformidade com seus mais profundos desejos, necessidade e possibilidades.

Uma palavra que transpassou a maioria dos relatos foi felicidade, seja por estar na ocupação, por terem um apartamento onde morar ou ao realizarem o mutirão ou pela construção de uma calçada, ou ainda como o desejo da líder expresso em “quero que estejam todos felizes”, não importa o motivo, a palavra foi a mesma. Embora eu tenha estado na ocupação, conhecido diferentes faces da história sob a perspectiva de diferentes mulheres, eu nunca vou compreender suficientemente as dores, frustrações e as marcas que carregam em suas histórias. Mas o grande aprendizado que fica é a capacidade de ser feliz em cada momento, de ser feliz por usufruir o hoje, como compartilhou Sofia, independente do amanhã, do governo tirar seu apartamento, ela estava feliz, porque por morar lá, hoje, já valeu a pena. Isso é grandioso, é uma riqueza, que ninguém nunca poderá tirar dessas mulheres.

Pensando teoricamente, destaco que essa dissertação contribui e avança no conceito de gênero, ao evidenciar que ser mulher transcende qualquer categoria social, histórica, política, econômica e cultural, pois é uma categoria que se apoia na interseccionalidade entre raça, gênero e classe. Ressaltando, a partir das experiências das mulheres líderes na Ocupação Dom Helder Câmara, que elas são sim, protagonistas de suas histórias e são sujeitas também de um conhecimento para a liderança, fundamentada em uma gestão horizontal, que alcança e envolve todos em uma identidade coletiva. Isso ultrapassa a compreensão que limita a mulher ao cuidado. Quanto ao conceito de Direito à Cidade, fica evidente a necessidade de feminilizar os conceitos de planejamento urbano e políticas públicas, pois as mulheres como principais “fazedoras” do cotidiano, são essenciais para a proposição e implementação de medidas de combate a desigualdades sociais da realidade urbana, a partir da perspectiva coletiva, tendo em conta, que as tarefas ligadas a reprodução são sustentáculos imprescindíveis das tarefas de produção.

O conceito de território, avança nessa dissertação, ao revelar diferentes modos de fazer o cotidiano de forma coletivo, plural e inclusivo, apesar dos conflitos e contradições que configuram a vida em sociedade, pautada no poder. Evidenciando assim, a existência de territórios que se constituem na autonomia coletiva, nos territórios ignorados, onde os grupos oprimidos elaboram a partir de valores e princípios sociais de coletividade, solidariedade e autonomia, no qual as pessoas desenvolvem contra(poderes), onde a comunidade organizada, vivencia, produz e efetiva seu direito à moradia. Essa pesquisa, testemunha o conceito de movimento social, marcado pela coletividade, autonomia e importante organização política frente às desigualdades sociais, como mediador entre os particularismo e universais, negando realidades impostas e contribuindo para a construção de sociedade democrática, que resgata práticas do fazer-comum que transcendem as relações público/privado.

Sobretudo, me sinto orgulhosa por contribuir com a academia ao trazer a discussão da cidade sob a perspectiva de gênero para o campo dos estudos organizacionais, sob um recorte decolonial, enaltecendo saberes e lutas de grupos historicamente subalternizados. Assim como abordar conceitos sob a perspectiva dos estudos organizacionais, da administração, pois há um conceito pré-concebido de que os temas aqui abordados, pertencem a outras ciências, e isso afasta a possibilidade de reconhecer e expandir a compreensão do administrador(a) sobre o ser humano e suas relações em sociedade. Acredito que é fundamental estabelecer diálogos na administração que perpassem por gênero, por existir na cidade (direito à cidade), por dinâmicas no território e o por pertencer, o ser coletivo (movimentos sociais).

Destaco mais, essa dissertação me desafiou em sua proposta sobre um tema tão sensível quanto a luta das mulheres, pois nosso olhar é treinado a enxergar como se as coisas tivessem que ser assim, como se uma mulher para não ser assediada precisasse atravessar a rua ou escolher as ruas certas na volta para casa ou avaliar as roupas que usa. Fazemos isso tão natural. Mas isso não é natural! Tive a oportunidade de comentar sobre meu tema com outros homens e mulheres que confessaram não se dar conta das minúcias que ocorrem nas cidades ou da maneira como isso os afeta. Esse tema mudou meu olhar sobre o modo como nós mulheres vivemos a cidade, não foi só uma discussão sobre moradia, mas uma discussão que por meio da moradia refletiu sobre a dificuldade da mulher em existir na cidade, em vivê-la com o mínimo de dignidade. Comecei a observar a minha prática diária, assim como observar como isso pode me afetar, me excluir, simplesmente por ser mulher.

Mesmo em meio aos aprendizados e reflexões, conforme comentei inicialmente, houve muitos desafios e limitações, na elaboração dessa dissertação. Em relação ao encontro com o campo, tive dificuldade em entrevistar outras mulheres líderes, devido a sua demanda no cargo, embora eu tenha me disposto a ajudar, acredito que também não se sentiram à vontade para compartilhar suas experiências, assim como compartilhar informações sobre a Ocupação. Mas também acrescento a minha falta de ousadia e inseguranças, pois compreendo que mesmo sendo mulher, o espaço do outro é sempre uma área fora da minha zona de conforto, eu poderia ter aproveitado momentos após as palestras para questionar, mas até que ponto isso seria correto? Acredito que o tempo e a prática da pesquisa, podem me trazer novos aprendizados sobre abordagens no campo.

Pessoalmente, discutir as relações de gênero e o espaço urbano, foi um tema que me proporcionou muitos atravessamentos, em momentos cruciais da escrita desta dissertação, me vi entre a batalha emocional e a escrita. Houve barreiras invisíveis que tentaram me limitar neste percurso como o questionamento sobre eu “ser mulher” e ir ao campo de pesquisa

“sozinha”, também fui julgada sob o estereótipo de desenvolver pesquisa em uma “invasão”, por pessoas que nem sequer estiveram no interior da ocupação ou não se permitiram conhecer a luta. Mesmo assim, me sinto vitoriosa por passar por tudo isso e poder contar a história dessas mulheres, com a certeza de que essa versão será disseminada em diferentes âmbitos mostrando a persistência, o empoderamento, a luta de mulheres que transformaram sua dor em combustível para enfrentar os desafios da luta por moradia, da luta pelo direito à cidade.

Sem dúvida, a Daniela que iniciou esta dissertação, não é a mesma que está terminando, me sinto incentivada pela luta das mulheres líderes, a desenvolver novas práticas que valorizem as mulheres com as quais convivo, como também àquelas que não conheço, mas de alguma forma serão alcançadas por essa pesquisa. Espero que essa dissertação mude seu olhar sobre a vida e sobre os conceitos pré-concebidos, assim como me mudou.

## REFERÊNCIAS

ACTIONAID. **A cidade é de quem? Um estudo sobre insegurança urbana das mulheres envolvendo 10 países.** Joanesburgo: S.I, 2017. Relatório. Disponível em: <[https://assets-dossies-ipg-](https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/06/1512135627DeQuemeCidadeLow.pdf)

v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/06/1512135627DeQuemeCidadeLow.pdf>.

Acesso em: 14 de Out. de 2023.

ALBUQUERQUE, Grazielle. A visibilidade em outros espaços: os papéis sociais mudam o modo como uma mulher se coloca como cidadã? In: KOETZ, Vanessa; MARQUES, Helena Duarte; CERQUEIRA, Jéssica Tavares. (Orgs.). **Direito à cidade: uma outra visão de gênero.** São Paulo: IBDU, 2017. p. 98-100.

ALFONSIN, Jacques Távora. Os direitos à moradia e à cidade como direitos conquistados na rua. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos.; PINHEIRO, Valéria; NOVAES, Patrícia Ramos. (Orgs.). **Caderno de Formação: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas.** Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU; Observatório das Metrôpoles, 2021, p.196-205.

ALVESSON, Mats; DEETZ, Stanley. Teoria Crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRADE, Jéssica Gabriele Barbosa de; NUNES, Sandra Marília Maia. Como o planejamento urbano tem falhado em assegurar o direito das mulheres à cidade. **Hum@nae: questões controversas do mundo contemporâneo**, Recife, v. 14, n. 01, p. 01-19, 2020.

ANJO, José Edemir da Silva. Por Trás das Câmeras: Registro Fotográfico dos Bastidores de uma Produção Cinematográfica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 9, n. 3, p. 161-177, 2020. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/61477/por-tras-das-cameras--registro-fotografico-dos-bastidores-de-uma-producao-cinematografica>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ANTONACOPOULOU, Elena. P. The power of critique: revisiting critical theory at the end of the century. In: **1st International Critical Management Studies Conference Proceedings**, 1999, Manchester School of management, 1999.

ARAÚJO, Agnes Silva de; et al. Mobilidade urbana com perspectiva de gênero: Estudo comparativo dos trajetos diários de homens e mulheres com alto nível socioeconômico e escolaridade em Curitiba. In: XX ENANPUR 2023, Belém. **Anais do XX ENA.** [S.l.]: UFMG/FACE, 2023. ST 12. Disponível em: <<https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st12-14.pdf>> Acesso em: 08 fev. 2024.

ARAGÃO, Themis Amorim; SORAGGI, Ana Carolina Maria; CORRÊA, Filipe Souza. Ocupações urbanas como repertório confrontacional dos movimentos de luta por moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 23, n. 52. pp.1165-1192, set./dez. 2021. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cm/a/RLrt8KmRrVWtgQ5BwjPxqgx/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2a. ed. 1983.

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ. Dom Jaime Luiz Coelho - (in memoriam). [WEB] S/D. Disponível em: <<https://arquidiocesedemaringa.org.br/bispos/2/dom-jaime-luiz-coelho-in-memori>>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social & Sociedade**, n. 103, p. 576–590, jul. 2010. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ytN3F4Y7zJJG7rn5NBbkHdG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BARRAGÁN, Alba Margarita Aguinaga; LANG, Miriam; CHÁVEZ, Dunia Mokrani; SANTILLANA, Alejandra. Pensar a partir do feminismo. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 216-239.

BELLO, Enzo.; BELEZA, Larissa. As mulheres no espaço urbano brasileiro: o direito à cidade como alternativa a um cenário de violações de direitos humanos. **Revista de Direito da Cidade**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 741–764, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/43724>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BELLO, Enzo; FALBO, Ricardo Nery. O direito à cidade, as lutas urbanas e o Estado atual da pesquisa empírica em direito no Brasil. In: BELLO, Enzo; FALBO, Ricardo Nery. (orgs.) **Direito à cidade e ocupações urbanas: pesquisas empíricas**. 2. ed. Rio de Janeiro: CEEJ, 2021. p. 15-27.

BERGAMASCHI, Bárbara. Olhar Decolonial no Arquivo Especular de Jonathas de Andrade. **ARS (São Paulo)**, v. 22, p. e–172982, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ars/a/QCdBbpnWKcV45t4tDXth5rq/?lang=pt>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BERTH. Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 jul. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União. Brasília, 24 de maio de 2016. Disponível em <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 17 de jul de 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Mapa Nacional da Violência de Gênero**. [Web]. 2023. Disponível em <<https://www9qs.senado.leg.br/extensions/violencia-genero-mashup/index.html#/pesquisanacional/pesquisa>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUFFON, Isabela Marinho. **Mulheres e a cidade: a experiência como solução urbana**. 2022. 7 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/4ff6b091-af38-40f9-bb5c-6508ab75e9b3>>. Acesso em: 21 fev. 2024.

CALÁS, Marta B.; SMIRCICH, Linda. Do Ponto de Vista da Mulher: Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo:Atlas, 1999.

CALDAS, Ana Carolina. Mulheres são protagonistas na luta por moradia adequada no Paraná. **Brasil de Fato**, Curitiba, 11 de mar. de 2022. Moradia. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/11/mulheres-sao-protagonistas-na-luta-por-moradia-adequada-no-parana>>. Acesso em: 22 de mar. de 2024.

CALIÓ, Sonia Alves. Incorporando a questão do Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: VI ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 1997. **Resúmenes**. Observatório Geográfico, 1997. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CAMARGO, Marília Formoso; BRESCIANI, Luis Paulo. A consolidação da política pública urbana no Brasil: um estudo sobre o desenvolvimento da temática no século XX. In: VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2021, Brasília/DF (Virtual). **Anais [...]**. Brasília: SBAP, 2021. Disponível em <<https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/102>>. Acesso em: 04 jul. 2024.

CAMPOS, Clarissa Cordeiro de. Ocupações urbanas no Brasil: direito à moradia e à cidade em Belo Horizonte, Minas Gerais. In: IV SUUB - IV Seminário de urbanismo e urbanistas no Brasil, 2019, Belo Horizonte/MG. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2019.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves. et al. Uma Análise da Dinâmica do Poder e das Relações de Gênero no Espaço Organizacional. **RAE eletrônica**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/raeel/a/nsLHqmgg5fscTb56XmNZwpH/abstract/?lang=pt>>. Acesso: 12 jul. 2024.

CARA, Roberto Bustos. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, globalização e fragmentação**. 5a. ed. São Paulo: Annablume, 2002. Disponível em <<https://anpur.org.br/territorio-globalizacao-e-fragmentacao/>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CÁRDENAS, José Lener de Souza. **Produção do espaço urbano: uma análise dos processos de segregação em uma região periférica no município de Paiçandu/PR**. 2023. 41 f. Trabalho

de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. O espaço urbano e a reprodução das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: contribuições à teoria social crítica. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 1-23, ago./dez. 2011. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18125>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CARDOSO, Adauto. Prefácio. In: VELASCO, Thais. **O mutirão habitacional autogerido: trabalho coletivo em canteiro e transformações sociais**. São Paulo: Habitação & Cidade, 2024. [livro eletrônico]. Disponível em: <[https://www.observatoriodasmegacidades.net.br/wp-content/uploads/2024/12/2\\_Livro\\_mutirao-autogerido01.pdf](https://www.observatoriodasmegacidades.net.br/wp-content/uploads/2024/12/2_Livro_mutirao-autogerido01.pdf)>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CÁRITAS. História. [WEB] S/D. Disponível em: <<https://caritas.org.br/historia>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

CÁRITAS. Missão. [WEB] S/D. Disponível em: <<https://caritas.org.br/missao>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos; escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 53-73.

CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de. Mulheres e acesso à cidade: e os jogos continuam vorazes. In: JURUENA, Cynthia Gruending; VIANA, Ana Cristina Aguilar; PEDROSO, Priscila. Stela; MARTINS, Tamira Almeida. (coords.). **Gênero & Interseccionalidades: Memórias do IV Encontro de Pesquisa por.de.sobre Mulheres**. vol. 1. 1. ed. Curitiba: GRD, 2021, v. 1, p. 27-34.

CASTORIADIS, Cornelius. Pouvoir, politique, autonomie. In: **Le monde morcelé - Les carrefours du labyrinthe III**. Paris: Seuil, 1990, p. 113-139.

CASTRO, Suzana de Castro. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 140-153.

CINTRA, Andrea de Mello. Migração feminina venezuelana no Brasil e a Teoria da Reprodução Social. In: 10ª Encontro Internacional de Política Social e 17º Encontro Nacional de Política Nacional, 2024, Vitória/ES. **Anais [...]**. Vitória, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/45664>>. Acesso em: 20 out. 2024.

CIOCOLETTO, Adriana. **Urbanismo para la vida cotidiana**. Herramientas de análisis y evaluación urbana a escala de barrio desde la perspectiva de género. Barcelona: Universidad Politécnica de Cataluña, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Departamento de Construcciones Arquitectónicas I. Doctorado en Gestión y Valoración Urbana y Arquitectónica. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2014.

CORREIA, Mariama. Dom Helder Camara, o arcebispo que via Deus no Carnaval do povo. **Publica**, 03 de mar. de 2025. Disponível em: <<https://apublica.org/2025/03/dom-helder-camara-o-arcebispo-que-via-deus-no-carnaval-do-povo/#:~:text=Dom%20Helder%20criou%20mais%20de%20500%20Comunidades,um%20papel%20importante%20na%20resist%C3%Aancia%20%C3%A0%20ditadura.&text=Durant e%20seu%20episcopado%2C%20dom%20Helder%20Camara%20criou,meio%20popular%2C%20dos%20presidi%C3%A1rios%20e%20das%20prostitutas.>>. Acesso em: 27 de abril de 2025.

COSTA JUNIOR, Valdir; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; OLIVEIRA, Josiane Silva de. Organização-cidade e território: a territorialidade das pessoas em situação de rua a partir de suas práticas cotidianas. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 21, n. 1, p. 175-200, jan. 2022.

COTA, Daniela Abritta. **Mulheres e direito à cidade**. Um estudo de políticas públicas em São João Del Rei, Belo Horizonte e Barcelona. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2021. 212 p.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, ecofeminismo e bem viver: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 284-297.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.

D'ÁVILA, Manuela. E se a cidade fosse nossa? In: SITO, Laura; FELIX, Mariana. (Orgs.) **E se as cidades fossem pensadas por mulheres?** Porto Alegre: Zouk, 2021, p. 13-15.

DUARTE, Luiz Fernando. **Direito à cidade e assistência social: o amparo oferecido pelo albergue Santa Luzia de Marilac à população em situação de rua em Maringá**. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, UEM, 2023.

ESPIRITUALIDADE. A vida de Santo Oscar Romero. Milícia da Imaculada, 24 de mar. de 2022. Disponível em: <<https://www.miliciadaimaculada.org.br/espirtualidade/santos/vida-santo-oscar-romero>>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

FAVARÃO, Cesar Bruno; COSTA, Marco Aurélio. Governança e políticas nacionais urbanas: capacidade e desenvolvimento institucional. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar Bruno. (orgs.) **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios à sua implementação**. Brasília: Ipea, 2018, p. 45-58. Disponível em <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8632>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FRANCO, Marielle; FRANCISCO, Mônica; TAVARES, Rossana. Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro. In: KOETZ, Vanessa; MARQUES, Helena Duarte; CERQUEIRA, Jéssica Tavares. (Orgs.). **Direito à cidade: uma outra visão de gênero**. São Paulo: IBDU, 2017. p. 10-14.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRARA, Jéssica Antunes; CARRIZO, Silvina Liliana. Caminhos para um feminismo decolonial. **Cadernos Pagu**, n. 62, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit Habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. 169p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional e Inadequação de moradias no Brasil: principais resultados para o período de 2016 a 2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021, 51p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional no Brasil 2022**. Belo Horizonte: FJP, 2024. 72 p.

FRAZÃO, Dilva. Biografia de Betinho. **E-Biografia**, 08 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/betinho/>>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

FRAZÃO, Dilva. Biografia de Dom Hélder Câmara. **E-Biografia**. 11 de fev. de 2020. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/dom\\_helder\\_camara/](https://www.ebiografia.com/dom_helder_camara/)>. Acesso em: 27 de abril de 2025.

FRAZÃO, Dilva. Biografia de Leonel Brizola. **E-Biografia**, 01 de fev. de 2021. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/leonel\\_brizola/](https://www.ebiografia.com/leonel_brizola/)>. Acesso em: 29 de jul. de 2024.

FRAZÃO, Dilva. Biografia de Zilda Arns. **E-Biografia**, 03 de out. de 2023. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/zilda\\_arns/](https://www.ebiografia.com/zilda_arns/)>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

G1 PR. Morre Dom Jaime Luiz Coelho, o primeiro arcebispo de Maringá. **UEM NA MÍDIA**. [WEB] S/D. Disponível em: <<https://www.asc.uem.br/uemnamidia/index.php/clipping-antigo/25-uem/blogs-e-outros-sites/6834-morre-dom-jaime-luiz-coelho-o-primeiro-arcebispo-de-maringa>>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

GATTI, Simone. A casa delas, na luta e no direito. In: In: KOETZ, Vanessa; MARQUES, Helena Duarte; CERQUEIRA, Jéssica Tavares. (Orgs.). **Direito à cidade: uma outra visão de gênero**. São Paulo: IBDU, 2017. p. 82-88.

GHIGGI, Janaína. **Se essa rua fosse minha: produção de subjetividade na experiência cotidiana das mulheres na cidade**. 2019. 78 f. Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em psicologia social e institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/219130>>. Acesso em 18 jul. 2024.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, pág. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCggnC/?lang=pt>>. Acesso em 12 jul. 2024.

GÓES, Maria Eda. et al. Entrevistas com cidadãos. Perspectivas para a análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária. In: GÓES, Eda Maria; MELAZZO, Everaldo Santos. (orgs.) **Metodologia de Pesquisa em Estudos Urbanos**. Procedimentos, instrumentos e operacionalização. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022, p. 71-122.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v.16, n.47, maio/ago. 2011, p. 331–361. Disponível em <[scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt)>. Acesso em: 12 jul. 2024.

GOMES, Romeu. Análise e Interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Estudos de Gênero: Cadernos de área n. 9**. Goiânia: Editora da UCG, 1998. Disponível em: <<https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/525>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GUARNIERI, Fernanda; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; VIEIRA, Francisco Giovanni David. Territorialização do cotidiano a partir de intervenções governamentais: o caso das academias da terceira idade (ATIS). **Revista Alcance**, v. 25, n. 01, p. 1-20, jan./ abr. 2018.

GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar; ARAÚJO, Douglas da Silva. O direito à cidade no contexto das smart cities: o uso das tic's na promoção do planejamento urbano inclusivo no Brasil / The right to city in the context of smart cities: the use of ict in the promotion of inclusive urban planning in Brazil. **Revista de Direito da Cidade**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 1788–1812, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/33226>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

HACKBARTH, Iara Carla Nonato Souza; OLIVEIRA, Josiane Silva de. As relações de gênero, raça e classe social no processo organizativo de mulheres em espaços remanescentes quilombolas. In: ENCONTRO DA ANPAD, 47., 2023, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2023. Disponível em: <[https://anpad.com.br/pt\\_br/article\\_search/?search%5Bq%5D=Iara+Carla&search%5Bsubmit%5D=>](https://anpad.com.br/pt_br/article_search/?search%5Bq%5D=Iara+Carla&search%5Bsubmit%5D=>)>. Acesso em: 20 ago. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HECK, Marcelo Arioli; ISOPPO, Rodrigo Schames. Ocupações Urbanas: memória e ações coletivas. **Entropia**, [S. l.], v. 3, n. 6, jul/dez, 2019, p. 114–130. Disponível em: <<https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/397>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrop.** São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, dez. 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384 p.

HONORATO, Bruno Eduardo Freitas; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Cidade, População em Situação de Rua e Estudos Organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 14, n. 36, p. 158–186, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3217>>. Acesso em: 18 out. 2023.

HOOKS, Bell. **Talking Back: Thinking Feminist, Talking Black**. Boston: South End Press, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Quem é Marielle Franco?** [WEB] S/D. Disponível em: <<https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**. Brasília: Ipea, 2024. 18 p.

IZZO, Valério Nitrato. Reflexões sobre a prática urbana dos direitos: o direito à cidade como direito a ter direitos. In: OLIVEIRA, Celso Maran de. (Org.) **Novos direitos: a interdisciplinariedade do direito na sociedade contemporânea**. São Paulo: CPOI/UFSCAR, 2017, p. 47-66.

JACOBI, Pedro. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova**, v. 2, n. 4, 1986. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ln/a/n4c8N3vHX8QLRyvYK75fC7P/>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. Refúgio em Números (9ª Edição). **Série Migrações**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2024. Disponível em: <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMIGRA\\_2024/Ref%C3%B4gio%20em%20N%C3%BAmeros%20-%209ed/Ref%C3%BAgio%20em%20N%C3%BAmeros%20-%20edicao%20-%20final.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Ref%C3%B4gio%20em%20N%C3%BAmeros%20-%209ed/Ref%C3%BAgio%20em%20N%C3%BAmeros%20-%20edicao%20-%20final.pdf)>. Acesso em 17 dez. 2024.

KEMPF, Renata Borges; GÓES, Liz Meira; WEDIG, Josiane Carine; BORBA, Carolina dos Anjos de. Colonialidade e desenvolvimento: uma crítica a partir do feminismo comunitário. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 20, n. 58, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/11920>> Acesso em: 15 jan. 2025.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M. et al. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 55-63.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação** - Episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. (tradução da 1ª parte de La survie du capitalisme). Porto: Edições Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **Henry Lefebvre, writings on cities**. Oxford: Blackwell, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 1997.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MACÊDO, Bianca. et al. Caracterização das diferenças no padrão de mobilidade de mulheres e homens em grandes cidades brasileiras. **TRANSPORTES**, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 89–102, 2020. Disponível em: <<https://www.revistatransportes.org.br/anpet/article/view/2410>>. Acesso em: 9 fev. 2024.

MACHADO, Beatriz Bernardi; MACHIAVELLI, Pollyana Larissa; GARCIA, Tatiane Boisa. Efeitos territoriais do programa minha casa minha vida no município de Paíçandu-PR. **Journal of Exact Sciences – JES**, v. 23, n. 1, p.16-23, Out./Dez. 2019.

MAESTRO, Irene. O papel histórico das mulheres nas lutas territoriais. In: KOETZ, Vanessa; MARQUES, Helena Duarte; CERQUEIRA, Jéssica Tavares (Orgs.). **Direito à cidade**: uma visão por gênero. São Paulo: IBDU, 2017. p. 47-55.

MAGÓ, Maria Glória. **Perda Irreparável**. [WEB] S/D. Disponível em: <<https://mariagloria.com.br/>>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

MARCUSE, Peter. Reading the right to the city. Part Two: Organisational realities. **City**, v. 218, n. 2, 2014.

MARICATO, Ermínia. Os mutirões de São Paulo e reforma urbana - Entrevista. **Revista Proposta FASE**, ano XII, n. 35, 1987.

MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTINS, Alicia Victoria Digigov. et al. A conquista do direito à moradia: um estudo da Ocupação Dom Hélder Câmara. In: V Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, 2024, Londrina/PR. **Anais [...]**. Londrina, 2024.

MARTINS, Mateus Pires; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Território, territorialização e territorialidade: proposta de avanço de chaves teóricas para a análise da(s) dinâmica(s) das cidades. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2022. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6067>>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MELO, Raissa. Mulheres coordenam a maioria das ocupações por moradia em Curitiba. **Agência de Notícias das Favelas (ANF)**, 21 de mar. de 2023. Disponível em: <<https://www.anf.org.br/mulheres-coordenam-maioria-das-ocupacoes-de-moradia-em-curitiba/>> Acesso em: 22 de mar. de 2024.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, pág. 49-66, junho de 1989. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451989000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MENEGHATTI, Marcelo Roger; RAMOS, Heidy. Rodriguez; RIBEIRO, Ivano. Transparência nas transcrições de dados de pesquisas qualitativas. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. e27233, 2024. DOI: 10.5585/2024.27233. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/riae/article/view/27233>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MENEZES, Jaileila Araújo; CALADO, Débora Carla Pereira; SILVA, Juliana Catarine Barbosa. Desafios à circulação de jovens mulheres na cidade do Recife. **Desidades**, n. 30, p. 14-29. maio/ago. 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/45985>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MIGRACIDADES. Perfil de Governança Migratória Local do Município de Maringá. **Relatório de Diagnóstico 2022 - Maringá/PR**. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 96-119.

MONCAU, Gabriela. Guardas civis invadem Centro de Referência para mulheres e ameaçam ocupação em Mauá (SP). **Brasil de Fato**, Curitiba, 08 de mar. de 2022. Repressão. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/guardas-civis-invadem-centro-de-referencia-para-mulheres-e-ameacam-ocupacao-em-maua-sp>>. Acesso em: 22 de mar. de 2024.

MUZZIO, Henrique. Use of photography in organizational research: legitimacy and potential. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 1, p. 1-12, 2023. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/840/84073372008/84073372008.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Núcleo Região Metropolitana de Maringá. **Censo 2022 revela aumento de quase 20% na população da Região Metropolitana de Maringá** [WEB]. 19/10/2023. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/censo-2022-revela-aumento-de-quase-20-na-populacao-da-regiao-metropolitana-de-maringa/>>. Acesso em: 27 abril 2025.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Núcleo Região Metropolitana de Maringá. **Relatório da Pesquisa Explorando as Dinâmicas Socioeconômicas: Censo da Ocupação Dom Helder Câmara**. Maringá, 2024. Disponível em: <<https://cch.uem.br/omm/publicacoesom>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

OFM. Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. **Santo Oscar Romero** [WEB] S/D. Disponível: <<https://franciscanos.org.br/vidacrista/calendario/santo-oscar-romero/#gsc.tab=0>>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **ONU-Habitat Brasil reúne desafios e conquistas de 2020 em relatório anual**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/ptbr/137253-onu-habitat-brasil-reunedesafios-e-conquistas-de-2020-emrelatorio-anual>>. Acesso em 20 jul. 2024.

OYÊWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando Gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-95.

PAULO, Carla Fernanda de Oliveira; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; ANDRIAN, Nathally Heloise. Práticas organizativas de resistência em uma ocupação e remoção. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração - RPCA**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jul.-set. 2020, p. 31-46. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/pca/article/view/42683>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PICHETH, Sara Fernandes; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Interfaces entre territorialidade e identidade: analisando as vivências das mães do Grupo Maternati. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 788-801, out./dez. 2018. Disponível em:

<scielo.br/j/cebape/a/TGbQfSCNffjQJBFksHvNyTn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2024.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017. 64p.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 154-161, ago./dez. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/61589>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

RAFAEL, Rud. Os movimentos sociais e a disputa pela cidade. In. SANTOS JUNIOR, O. A. dos.; PINHEIRO, V.; NOVAES, P. R. (Orgs.). **Caderno de Formação: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU; Observatório das Metrôpoles, 2021, p. 305-312.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Lia de Mattos. A vida e as lutas de Marielle Franco. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 16, n. 42, 2018.

ROCHA, Lia de Mattos. Marielle Franco. *Sociedade Brasileira de Sociologia*, [S.I.]. Disponível em: <<https://sbsociologia.com.br/project/marielle-franco/>>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

RODRIGUES, Evaniza. Produção Social da Moradia: desafio para a política de habitação no Brasil. In. SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos.; PINHEIRO, Valério; NOVAES, Patrícia Ramos. (Orgs.). **Caderno de Formação: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU; Observatório das Metrôpoles, 2021, p. 133-140.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia. (Org.). **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bonglovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Bianca Pozza dos. et al. Classificação das Pesquisas. In: LISE, Fernanda; SOUZA, Bruno Mello; SCHWARTZ, Eda; GARCIA, Flávio Roberto Mello. (orgs.) **Etapas da Construção Científica: da curiosidade acadêmica à publicação dos resultados**. Pelotas: Editora UFPEL, 2018, p. 75-91. Disponível em: <<https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/4171?show=full>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **O Fórum Nacional de Reforma Urbana: incidência e exigibilidade pelo direito à cidade.** Rio de Janeiro: FASE, 2009, 53p.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. A produção capitalista do espaço, os conflitos urbanos e o direito à cidade. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos.; PINHEIRO, Valério; NOVAES, Patrícia Ramos. (Orgs.). **Caderno de Formação: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas.** Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNURU; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU; Observatório das Metrópoles, 2021, p.12-21.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Movimentos sociais e o direito à cidade: particularismos e universais. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos.; PINHEIRO, Valério; NOVAES, Patrícia Ramos. (Orgs.). **Caderno de Formação: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas.** Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNURU; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU; Observatório das Metrópoles, 2021, p. 258-268.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo; WERNECK, Mariana; MELO, Victor Barreto Cabral de. O direito à cidade em tempos de inflexão neoliberal. In: ORTIZ-ARRIETA, Luis Bonilla. (org.) **El derecho a la ciudad frente a los desafíos actuales.** 1a. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021. [Livro digital]. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/356474109\\_O\\_Direito\\_a\\_Cidade\\_e\\_o\\_Comum\\_e\\_m\\_tempos\\_de\\_inflexao\\_ultraliberal](https://www.researchgate.net/publication/356474109_O_Direito_a_Cidade_e_o_Comum_e_m_tempos_de_inflexao_ultraliberal)>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SANZ, Paula Pérez. Reformulando la noción de Derecho a la Ciudad desde una perspectiva feminista. **Encrucijadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales**, nº 5, p. 92-105, 2013. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/encrucijadas/article/view/78893>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio. As relações de poder e os significados do conceito de território. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 27-35.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, mar./abr. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/NZtp8WRnkDKHkWGhZc4kYNY/?lang=pt>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOARES, Ari de Souza. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo-SP, v. 15, n. 2, p. 97-126, mar./abr., 2014.

Disponível em <[scielo.br/j/ram/a/7KJQZZHRVkf9Jdp5ZsswrFj/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/ram/a/7KJQZZHRVkf9Jdp5ZsswrFj/?format=pdf&lang=pt)>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. A cidade, seus centros e suas margens: uma introdução. In: SARAIVA, Luiz Alex Silva. (Org.) **Cidade, centros e margens**. [recurso eletrônico]. Cachoeirinha: Fi, 2024. 153 p. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/ebook/b05-cidade-centros-margens>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SCHUHARDT, Oscar Luiz.; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. O direito à cidade em discussão: a luta pelo direito a ter direitos. **RAU/UEG - Revista de Administração da UEG**, v. 11, n. 1, p. 39-54, jan./abr. 2020.

SCHUHARDT, Oscar Luiz; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Direito à cidade e gênero: Um estudo das perspectivas e ações do Conselho Municipal da Mulher de Maringá. In: FERREIRA, A. R. M.; TONELLA, C. (Orgs.) **Reforma urbana e direito à cidade**. [recurso eletrônico] 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/reforma-urbana-e-direito-a-cidade-maringa/>>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SILVA, Beatriz Fleury e. **A recente produção imobiliária no aglomerado metropolitano Paçandu-Maringá-Sarandi**: novos arranjos, velha lógica. 2015. Tese (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-03102015-100011/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVA, José Kennedy Lopes; ANJO, José Edemir da Silva. Pesquisas qualitativas nos estudos organizacionais. **Revista PRETEXTO**, v. 25, n. 1, p. 0-0, 2024. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/76234/pesquisas-qualitativas-nos-estudos-organizacionais>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; MARX, Vanessa. Direito à cidade, território e lutas urbanas. In.: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos.; PINHEIRO, Valério; NOVAES, Patrícia Ramos. (Orgs.). **Caderno de Formação: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU; Observatório das Metrôlopes, 2021, p.282-293.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004, 136p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território da divergência” (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado*: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, Presidente Prudente-SP, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

SOUZA, Eloisio Moulin de. Fazendo e Desfazendo Gênero: a abordagem pós-estruturalista sobre gênero. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua; TEIXEIRA, Juliana Cristina; NASCIMENTO, Marco César Ribeiro Nascimento (Org.). **Gênero e Trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. Salvador: EDUFBA, 2016, 376p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. 1. Petrópolis: Vozes, 2009. 320 p.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 18, n. 2, nov, 2012, p. 399-426.

TAVARES, Ana Cláudia Diogo; VIEIRA, Fernanda Maria da Costa; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Criminalização dos trabalhadores pobres e dos movimentos populares, racismo e sedução penal. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos.; PINHEIRO, Valério; NOVAES, Patrícia Ramos. (Orgs.). **Caderno de Formação: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNUR; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU; Observatório das Metrôpoles, 2021, p. 248-256.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, n. 1, p. 93–109, mar. 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/nec/a/hdLsr4FXMpVZWpJ7XswRRbj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

TILLY, Charles. **Popular Contention in Great Britain**. 1758-1834. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

TILLY, Charles. From interactions to outcomes in social movements. In: GIUGNI, Marco; McADAM, David; TILLY, Charles. (Ed.). **How movements matter**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1999. p.253-270.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 3. Brasília, jan-jul 2010, p. 133-160.

TONUCCI FILHO, J. B. M. **Comum urbano: a cidade além do público e do privado**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Minas Gerais, UFMG, 2017. 244 f. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IGCC-B9BM6M>>. Acesso em: 26 jul. 2024;

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; CRUZ, Mariana de Moura. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum. **Revista Brasileira de estudos urbanos reg.**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 487-504, set-dez., 2019. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5929>>. Acesso em: 26 jul. 2024.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Comum urbano**: a cidade além do público e do privado. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Minas Gerais, UFMG, 2017. 244 f. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IGCC-B9BM6M>>. Acesso em: 26 jul. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAINER, Carlos Bernardo. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia. (Org.) **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VELASCO, Thais. **O mutirão habitacional autogerido**: trabalho coletivo em canteiro e transformações sociais. São Paulo: Habitação & Cidade, 2024. [livro eletrônico]. Disponível em: <[https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/wp-content/uploads/2024/12/2\\_Livro\\_mutirao-autogerido01.pdf](https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/wp-content/uploads/2024/12/2_Livro_mutirao-autogerido01.pdf)>. Acesso em: 16 fev. 2025.

VELOSO, Luiza Lins. O papel das mulheres na luta pelo direito à moradia. In: KOETZ, Vanessa; MARQUES, Helena Duarte; CERQUEIRA, Jéssica Tavares. (Orgs.). **Direito à cidade**: uma visão por gênero. São Paulo: IBDU, 2017. p. 36-40.

**ANEXO I**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS MULHERES LÍDERES DA OCUPAÇÃO**  
**DOM HÉLDER**

**Identificação**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_

Tem filhos? Quantos: \_\_\_\_\_

Qual sua profissão/ocupação: \_\_\_\_\_

**Seção 1: Descrição da Ocupação e Luta pela Moradia**

1. Qual é o seu nome e qual é a sua função na ocupação?
2. Pode descrever como se deu a ocupação dos prédios do conjunto habitacional?
  - Quais foram os principais fatores que motivaram a ocupação?
  - Como foi a mobilização inicial da comunidade?
3. Quais foram os principais desafios enfrentados durante o processo de ocupação?
  - Como esses desafios foram superados?
4. Como você avalia a importância da luta pela moradia na sua vida e na vida da sua comunidade?
  - Há quanto tempo você mora na ocupação?

**Seção 2: Identidades Coletivas e Pertencimento ao Território**

5. De que forma a ocupação contribuiu para a construção de identidades coletivas entre os moradores?
  - Você pode compartilhar exemplos de atividades ou eventos que fortaleceram essa identidade?
6. Como você percebe o sentimento de pertencimento ao território entre as mulheres da ocupação?
  - Existem práticas ou rituais que ajudam a reforçar esse pertencimento?
  - Você sente que faz parte de uma comunidade unida na ocupação? Como isso se manifesta no seu dia a dia?
7. Quais são os principais laços sociais que se formaram entre as mulheres na ocupação?
  - Como esses laços impactam a vida comunitária?

**Seção 3: Territorialização das Mulheres na Ocupação**

8. Como você descreveria o processo de apropriação do espaço da ocupação pelas mulheres?
  - Existem espaços específicos que as mulheres ocupam ou reivindicam?
  - Existem espaços que foram criados por iniciativa das mulheres na ocupação?
  - Como se deu o aspecto decorativo dos prédios? As pinturas? Os nomes das torres? Os canteiros de flores?

9. Quais são as principais questões de segurança que as mulheres enfrentam na ocupação?
  - Como essas questões impactam a vida diária e a participação delas nas atividades comunitárias?
10. Como as mulheres se mobilizam para garantir escola para seus filhos, acesso à saúde e oportunidade de trabalho?
  - Existem iniciativas ou grupos formados para lidar com essas questões?
11. Como você avalia a participação das mulheres em atividades comunitárias?
  - Existem barreiras que dificultam essa participação? Se sim, quais?
12. Que mudanças você gostaria de ver na ocupação que poderiam beneficiar as mulheres?

#### **Seção 4: Impacto da Liderança das Mulheres**

13. Você se percebe como líder na ocupação?
  - Como se deu a escolha dos líderes/representantes das torres?
14. Qual é o impacto da liderança das mulheres na ocupação?
  - Você acredita que a presença de mulheres líderes inspira outras mulheres na comunidade?
  - Você se sente intimidada pelo sexo masculino?
  - Suas decisões e apontamentos são respeitados pelos moradores da torre?
  - Você monitora o sistema de pontuação dos moradores na sua torre? Como funciona a pontuação?
15. Que mudanças você gostaria de ver na ocupação que poderiam beneficiar as mulheres?

#### **Conclusão**

16. Há mais alguma informação que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência na ocupação ou sobre a luta das mulheres pelo direito à cidade?

## ANEXO II

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: Território, Direito à cidade e Movimentos Sociais: um estudo com as mulheres líderes da Ocupação Dom Helder Câmara na Cidade de Paiçandu - PR

Pesquisadora: Daniela Barbosa Sousa

E-mail: pg404744@uem.br

Orientadora: Priscilla Borgonhoni Chagas

E-mail: pbchagas@uem.br                      Telefone: (44) 3011-3756

Respeitosamente, por meio do presente documento, como discente do Programa de Pós-Graduação em Administração, gostaríamos de convidá-la a participar, voluntariamente da pesquisa intitulada “TERRITÓRIO, DIREITO À CIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO COM AS MULHERES LÍDERES DA OCUPAÇÃO DOM HELDER CÂMARA NA CIDADE DE PAIÇANDU - PR”, orientada pela professora Priscilla Borgonhoni Chagas, da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é compreender como ocorreu o processo de territorialização das mulheres líderes no processo de lutas e reivindicações pelo direito à cidade por meio da participação na Ocupação Urbana Dom Helder Câmara, em Paiçandu/PR. Você será entrevistado(a) por meio de um roteiro semiestruturado, com perguntas gerais e específicas, elaboradas com antecedência, sobre sua vida, sua chegada na ocupação, a perspectiva como mulher e líder sobre as vivências cotidianas na ocupação, e para isso deverá reservar um período de 01h30, aproximadamente.

A pesquisa tem como benefício a oportunidade de reflexão, troca de conhecimentos entre entrevistadas e pesquisadoras, como também contribuição empírica para o avanço teórico sobre gênero e a liderança por mulheres em movimentos sociais por moradia. Durante as entrevistas é possível que você esteja exposto aos seguintes riscos: cansaço pelo tempo das entrevistas que terá a duração de 60 a 100 minutos; constrangimentos e também riscos emocionais e psíquicos por revisitar o passado e com isso reviver situações que mexam com os seus sentimentos tais como tristeza, saudades, alegrias. Com o objetivo de minimizar os riscos, você terá acesso às perguntas que farão parte do roteiro da pesquisa e avaliará se irá conceder a entrevistas ou não, ainda poderá escolher quais perguntas irá responder; você poderá escolher o local que irá conceder a entrevista sendo e caso sinta-se mais seguro(a) poderá estar acompanhada de pessoas da sua confiança; a pesquisadora compromete-se a conduzir as entrevistas em ambiente confortável e da sua escolha; você pode interromper as entrevistas sempre que sentir necessário; você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum dano ou constrangimento; a pesquisadora se compromete em promover momentos de descontração, com alimentação e acolhimento. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, mantendo-se o anonimato e o sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos.

Se você aceitar fazer parte do estudo, por favor assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que

em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail [pg404744@uem.br](mailto:pg404744@uem.br) e através do seguinte contato telefônico: (44) 3011-3756, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá, localizada na Av. Colombo, 5.790, PPG, sala 4, CEP 87020-900, Maringá-Pr, pelo telefone (44) 3311-4597 e pelo e-mail: [copep@uem.br](mailto:copep@uem.br), o COPEP disponibiliza atendimento de 2ª a 6ª feira das 13h30 às 17h30. O atendimento ocorrerá preferencialmente por telefone ou e-mail. Para atendimento presencial, o COPEP solicita a gentileza de agendar horário, a fim de evitar aglomerações. O COPEP é a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP-UEM) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

Para condução da entrevista é necessário o seu consentimento para utilização de um gravador, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

(        ) Permito a utilização de gravador durante a entrevista.

(        ) Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

(        ) Autorizo o uso de minha voz em publicações.

(        ) Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

(        ) Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

(        ) Não permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

(        ) Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

(        ) Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo COPEP/UEM. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

(        ) Permito utilizar esses dados para pesquisas futuras.

(        ) Não permito utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

### **1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:**

Eu, ....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **Território, Direito à cidade e Movimentos Sociais: um estudo com as mulheres líderes da Ocupação Dom Helder Câmara na Cidade de Paiçandu - PR**. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Daniela Barbosa Sousa sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Maringá, ..... de ..... de .....

---

Assinatura por extenso do(a) participante

---

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

---

Assinatura por extenso do(a) professor(a) orientador(a) responsável